



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37

---

# **22ª Reunião Ordinária CONASP**

## **5, 6, 7 de junho de 2013**

**Locais:  
5/6/2013  
Auditório Tancredo Neves, Ministério da Justiça  
6 e 7/6/2013  
Senasp  
Shopping ID, Torre A, 2º andar, Brasília, DF**

Transcrição feita por meio de  
Estenotipia presencial computadorizada

38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86

## INDICE

05/06/2013 – <b>TARDE:</b> .....	Pag. 03
06/06/2013 – <b>MANHÃ:</b> .....	Pag. 25
06/06/2013 – <b>TARDE:</b> .....	Pag. 53
07/06/2013 – <b>MANHÃ:</b> .....	Pag. 84
07/06/2013 – <b>TARDE:</b> .....	Pag. 109

87 05/06/2013

88 TARDE

89

90 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
91 **Brasil)** – Boa-tarde a todos e a todas. A nossa reunião, regimentalmente, poderá ser  
92 iniciada mesmo sem o quórum, desde que tenha representantes dos três segmentos e  
93 aqui já temos, poderemos conversar e aproveitar este espaço para um diálogo com o  
94 Conasp e também com a Secretaria Executiva que vai conosco dirigir esta 22ª Reunião.  
95 Nós poderíamos, neste primeiro momento, fazer a apresentação. Tem alguém que está  
96 vindo aqui pela primeira vez? Então, vamos fazer a apresentação da instituição e com  
97 isso vamos dando ritmo à nossa reunião.

98

99 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – Meu nome é Marco Antônio.  
100 Estou representando a Fenaprf. É um prazer estar com os senhores aqui e poder  
101 contribuir. Nós estamos à disposição.

102

103 **A Sra. Silvana Ribeiro da Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra - Fonajune)**  
104 – Boa-tarde a todas e todos. Meu nome é Silvana. Eu sou do Espírito Santo e represento  
105 o Fórum Nacional de Juventude Negra. Não pude vir à posse, mas o Willy veio.  
106 Pretendemos dar continuidade ao mandato que o Élder fez. É isso.

107

108 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
109 **MNDH)** – Eu sou Rildo Marques de Oliveira, representando o Movimento Nacional de  
110 Direitos Humanos. Como não pude estar na posse, fomos representados pela Josiane  
111 Gamba. Estou aqui para acompanhar as reuniões deste conselho daqui para frente.

112

113 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
114 **Brasil)** – Não temos quórum ainda. Mas nós poderíamos aproveitar este momento para  
115 até mesmo algum informe à Secretaria Executiva ou à Presidência. Então, abrimos  
116 espaço para que cada instituição tenha a oportunidade de dar algum recado ou alguma  
117 manifestação.

118

119 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**  
120 **Periciais do Brasil)** – Eu queria, presidente, dirigir-me ao Alex, com todo o respeito,  
121 carinho e admiração, pedir que, principalmente nós, os estados menores, que as  
122 passagens fossem emitidas com certa antecedência, porque, por exemplo, a minha  
123 passagem foi emitida ontem à tarde. Eu peguei um voo saindo de madrugada, eu poderia  
124 ter embarcado num voo melhor se tivesse sido comprado com antecedência. E no meu  
125 retorno, vou à Campinas para depois ir para João Pessoa, serão 6 horas de viagem,  
126 saindo daqui às 18h e chegando às 2h da manhã em João Pessoa. Eu sei que isso é pelo  
127 Gabinete do Ministro, mas que você fizesse gestão junto aos órgãos competentes para  
128 que as passagens fossem emitidas com antecedência, uma vez que nós confirmamos  
129 com antecedência também. Além disso, considerando um estado como o nosso, lá em  
130 João Pessoa, a passagem é bem mais cara comprando na véspera da viagem. Eu queria  
131 fazer esse apelo, pois, realmente, me sinto penalizado, sair às seis da tarde e chegar às  
132 duas da manhã.

133

134 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Você tem toda razão de  
135 reclamar, mas a penalidade não é só de estado pequeno, de estados grandes também. É  
136 um problema crônico, desde que entrei no Ministério da Justiça, em 2004, esse

137 problema existe. Existe uma empresa de turismo que é contratada para emitir passagem,  
138 já trocaram umas três vezes de empresa, e eles só fazem em cima da hora. Nós temos o  
139 nosso prazo regimental de fazer com 10 dias de antecedência, a passagem já deve  
140 constar no sistema e aprovada. Nós fazemos isso. Eles poderiam fazer com  
141 antecedência, mas deixam para fazer em cima da hora. E não adianta cobrar. Em minha  
142 opinião, eu acho que seria mais fácil capacitar 10, 15 funcionários do ministério para  
143 emitir passagem, pois o funcionário faz todo o processo, manda para a empresa e depois  
144 terá que ficar cobrando. Isso quando não cai sistema, falta um funcionário da empresa,  
145 algum problema. Talvez isso se justificasse há 20 anos que não tinha internet, mas, hoje  
146 em dia, qualquer pessoa entra na internet e emite uma passagem. Já cansei de falar,  
147 sinceramente, não sei o que fazer mais.

148

149 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**  
150 **Periciais do Brasil)** – Olha, Alex, nós poderíamos fazer um expediente, quando tiver  
151 quórum, para o conselho se manifestar oficialmente, pois, para você ter uma ideia, a  
152 sorte nossa ainda é a Cíntia que passa a passagem até antes. Se eu for esperar a  
153 passagem pelo sistema, ela chega depois que eu viajo. Então, eu acho que poderíamos  
154 tirar um posicionamento do conselho.

155

156 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Uma coisa formal, pois está  
157 causando prejuízo, por exemplo, até na chegada dos conselheiros, se a passagem tivesse  
158 sido emitida antes, eles poderiam se programar, chegar ao aeroporto antes, quem sabe  
159 até antecipar o voo, não chegariam aqui atrasados.

160

161 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**  
162 **Periciais do Brasil)** – Eu, por exemplo, eu preciso sair mais cedo, na sexta-feira,  
163 porque o voo é às 18h. Praticamente no período da tarde, se tiver algum tema  
164 importante, eu já não participo por conta do deslocamento, trânsito, etc. Então, a minha  
165 participação no conselho se encerra ao término do primeiro expediente da sexta-feira. E  
166 além dos valores, compra-se mais caro e ainda pega voos loucos como esse da minha  
167 vinda às 4h50min. Eu acho que seria importante que esse conselho pudesse manifestar-  
168 se a esse respeito.

169

170 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu acho que assim que tiver  
171 quórum e estarmos aptos a votar, poderíamos votar uma recomendação ao Ministério da  
172 Justiça, para o Gabinete do Ministro, e também para a Secretaria Executiva do  
173 Ministério da Justiça, que também tem relação com essa questão, para que as passagens  
174 sejam emitidas por questão de custos ao erário, e também a questão de programação dos  
175 conselheiros. Por exemplo, mesmo a questão da reunião da mesa, nós ficamos sabendo  
176 que na sexta-feira às 17h que não havia passagem para vocês voltarem. Se ficássemos  
177 pelo menos sabendo na quarta: “Olha, vamos tentar fazer a reunião na segunda”, você  
178 tinha como recorrer. Mas, na sexta-feira à tarde, o que você vai fazer? Nada. Então,  
179 realmente, eu acho que com esse documento poderíamos dar uma sacudida mesmo ali.  
180 Não há razão para isso, as passagens estão no sistema, são raríssimas exceções. Elas  
181 entram com 10 dias de antecedência. Eu não sei como é o sistema, se a remuneração da  
182 empresa é por valor de passagem, caso seja, tem uma razão muito forte para  
183 acreditarmos que estão deixando isso para a última hora. Eu não sei como é. Mas, de  
184 qualquer forma, é bom ter um documento escrito, uma recomendação do Conasp. Não  
185 só para o Conasp, mas para todas as passagens que são emitidas no Ministério da

186 Justiça, é sempre assim. Nós vamos tentar evitar com certeza uma torneira de  
187 desperdício de dinheiro público.

188

189 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
190 **Brasil)** – Vamos conferir o quórum? Levanta a mão, é uma por representante, se aqui  
191 tiver titular e suplente, é um voto só.

192

193 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Estamos com 14 conselheiros,  
194 ainda não deu quórum. Quando eles chegarem, poderemos votar.

195

196 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
197 **Brasil)** – Algum conselheiro gostaria de fazer uso da palavra? Ninguém? Bom, nós  
198 temos uma pauta muito interessante nesta nossa 22ª Reunião. Houve essa mudança por  
199 necessidades técnicas, mas o SUSP, amanhã, será um assunto que nós temos o dia todo,  
200 acho que não será suficiente ainda. Nós temos a questão dos grandes eventos. Temos,  
201 também, a composição das câmaras temáticas que faz com que o conselho gire, trabalhe  
202 através das câmaras. Vocês receberam antecipadamente as câmaras, as existentes e as  
203 instituições que participavam dela? Então, verifiquem se permanecem nelas ou se  
204 querem mudar. Vamos ao intervalo. Nós estamos esperando dois conselheiros para o  
205 quórum e, com essa condição, nós aprovamos a ata e a pauta. Depois do intervalo  
206 teremos a apresentação do SUS.

207

208 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
209 **Brasil)** – Nós já estamos com 16 conselheiros, estamos com quórum. Vamos iniciar  
210 oficialmente a nossa reunião. Passamos a palavra ao nosso secretário executivo para dar  
211 o andamento aos trabalhos com relação à aprovação da ata anterior e a pauta.

212

213 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, a ata foi enviada via e-  
214 mail, eu sei que está tendo problema de e-mail, alguns receberam outros não. Então,  
215 supondo que todos receberam, pergunto se alguém tem alguma alteração para fazer na  
216 ata da reunião anterior? Em não havendo alteração, aqueles que são a favor da  
217 aprovação da ata, por consenso? Aprovada a ata. Com relação à pauta desta 22ª Reunião  
218 Ordinária do Conasp, foi feita esta proposta de pauta na reunião de mesa diretora que é  
219 aquela reunião, para o pessoal que está chegando agora, que reuniu um representante de  
220 cada segmento, de gestores da segurança pública, de trabalhadores e de sociedade civil,  
221 e aí se fechou esta proposta de pauta. Eu pergunto também se há alguma objeção à pauta  
222 que foi acordada na reunião de mesa diretora? Bom, eu acho que a Cíntia distribuiu a  
223 todos e foi também encaminhada por e-mail. Então, em não havendo objeção à proposta  
224 de pauta, dá-se também por aprovada, por consenso, a pauta desta 22ª Reunião  
225 Ordinária. Nós estamos agora aguardando o nosso convidado, Fausto Santos, ele  
226 marcou conosco para às 16h30 conosco e vai falar sobre o Sistema Único de Saúde  
227 (SUS). É um colega meu de carreira, especialista em políticas públicas e gestão  
228 governamental do Ministério da Saúde. Nós achamos que a pauta iria dar mais  
229 discussão, mas que bom que conseguimos aprová-la rapidamente. E estamos no  
230 aguardo. De novo, abrimos a palavra. Agora, pelo menos, temos quórum para votar.

231

232 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Feneme)** – Quando eu estava chegando, eu vi alguém  
233 manifestar-se sobre a pauta. Eu tenho visto que, por exemplo, na sexta-feira a pauta é  
234 até às 18h. Não sei os outros, mas é quase impossível chegar ao aeroporto às sextas-  
235 feiras com menos de 3 horas o percurso. Os voos são todos no final da tarde. Então, essa

236 pauta, se for realmente até às 18h, alguém sempre perde algo dela. Eu sei que é um  
237 problema para administrar, mas, pelo menos, diminua o horário do almoço, faz até mais  
238 tarde, eu não sei, algo parecido nas próximas pautas para que possamos acompanhar  
239 isso tudo. Eu acredito que muitos aqui, dependendo do voo, tenham o mesmo ou um  
240 problema parecido com esse.

241

242 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Justamente por essa questão  
243 que nós deixamos a questão do tema livre, dos informes, para sexta-feira à tarde.  
244 Esperamos sempre, claro, que dê quórum, mas na sexta-feira à tarde é mais difícil ter o  
245 quórum principalmente após 15h ou 16h, que é o intervalo. A experiência nos mostra  
246 que na reunião anterior, no período da manhã, o turno atrasou, conseqüentemente,  
247 atrasou o almoço e acabou jogando a reunião da tarde para mais tarde. Na verdade, esse  
248 é um horário balizador, pois sabemos que às 18h a sala não vai estar cheia. Mas, a  
249 reunião está prevista para ser realizada até às 18h, ainda que não tenha quórum naquele  
250 momento para votar, é possível prosseguir com os debates.

251

252 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**  
253 **Periciais do Brasil)** – Aproveitando que já tem quórum, como eu já coloquei e não vou  
254 repetir, mas que precisava da manifestação, para que pudesse sair o documento oficial  
255 do Conasp com aquela recomendação, ou sei lá. Então, colocar à mesa, para que nós  
256 aproveitássemos esse tempinho para a manifestação.

257

258 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** - Como foi  
259 apresentado no Fórum pelo colega, conselheiro Alberto, que, além da ata, que fosse  
260 apresentado também um resumo da ata. Essa ata que nós temos é uma ata bem extensa,  
261 que é importante, mas, além dela, que fizesse um resumo, uma síntese da reunião. É  
262 uma sugestão que foi apresentada e eu vim aqui defender.

263

264 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
265 **Brasil)** – A ata do Conselho é um documento realmente extenso. Então, conselheiro  
266 Márcio, está pertinente a sua sugestão. Uma síntese. Fica mais fácil. Principalmente os  
267 pontos que foram aprovados. Mantenha a ata. Estou dizendo, fazer um resumo daquilo  
268 que foi...

269

270 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A Cíntia acabou de me falar  
271 aqui já está acertado que, para as próximas vezes, a Tânia vai fazer o relatório da  
272 estenotipia e um resumo, um sumário de todos os temas. Fui informado que o  
273 palestrante já chegou. Só, então para nós fecharmos o assunto, tem a proposta do  
274 conselheiro Humberto de nós aprovarmos então uma recomendação, vamos ver se seria  
275 dirigida ao Gabinete do Ministro ou à Secretaria Executiva do ministério, de emissão de  
276 passagens com mais antecedência da data dos voos por razões de economia de recursos  
277 públicos e de programação de agendas profissionais dos conselheiros. Eu acho que seria  
278 essa a proposta.

279

280 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
281 **Brasil)** – Eu sugeriria ao conselheiro Humberto, em vez de ser uma recomendação, nós  
282 faríamos uma decisão colegiada, que é mais rápida. O texto, amanhã, você nos traz para  
283 aprovação. Ele quer que essa aprovação seja agora, já que tem quórum. Os conselheiros  
284 entenderam o que o conselheiro Humberto sugeriu? É que as passagens possam ser  
285 emitidas em tempo hábil, e não tão apertado, como ultimamente. Ele vai construir o

286 texto e apresenta amanhã. Nós podemos colocar em regime de votação. Podemos fazer  
287 isso? E há consenso? Então, foi aprovada por consenso a sugestão do Humberto. O Alex  
288 irá fazer a apresentação do nosso palestrante. Já agradecendo a sua presença aqui  
289 conosco que muito nos honra.

290

291 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu quero anunciar aqui a  
292 presença de Fausto Santos do Ministério da Saúde. Ele veio aqui contribuir com os  
293 debates do Conselho Nacional de Segurança Pública, explicando para nós como  
294 funciona o SUS, o Sistema Único de Saúde, que já está consolidado há mais tempo e  
295 que, certamente, tem muito a enriquecer os nossos debates. Vou passar a palavra então  
296 ao colega Fausto.

297

298 **O Sr. Fausto Santos (Departamento de Regulação, Avaliação e Controle do**  
299 **Ministério da Saúde)** – Boa-tarde a todos. Eu gostaria de agradecer ao Alex pelo  
300 convite. Eu sou Fausto, sou médico, então com isso eu já me esquivo de qualquer  
301 discussão jurídica sobre a constituição do sistema. Mas, eu sou médico, e estou na  
302 gestão do Sistema Único de Saúde há quase 25 anos. Já fui de município de pequeno,  
303 médio e grande porte, Secretaria Estadual. Estou no Ministério da Saúde desde 2003, e  
304 por seis anos eu fui diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar que  
305 regula os planos de saúde. E agora eu sou diretor do Departamento de Regulação,  
306 Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde. Então,  
307 na verdade, eu acompanho a implantação do SUS desde a discussão da concepção, dos  
308 primórdios, ainda no início como estudante, depois como residente, como  
309 especializando e depois como gestor do sistema. Quando o Alex me falou dessa  
310 possibilidade, dessa discussão, bom, primeiro a questão que eu pensei foi um pouco da  
311 diferença, das características do setor saúde, quais são as similaridades, quais são as  
312 distinções em relação tanto à questão do sistema de assistência social, que é o SUAS,  
313 quanto de um eventual SUSP, quais as diferenças, até para não pensarmos que isso pode  
314 ser, vamos chamar assim, uma transposição. Então, o setor saúde tem características  
315 bem peculiares. E a principal delas é que nenhuma das esferas de governo, nenhum dos  
316 entes, é capaz de resolver o problema sozinho. Então, a saúde tem um pouco dessa  
317 característica. Raro são os municípios que conseguem resolver a totalidade dos seus  
318 problemas. Nem mesmo o município de São Paulo, que é o nosso município maior e  
319 mais complexo, tem essa possibilidade e depende de um conjunto de intervenções,  
320 muitas vezes, do nível federal ou do nível estadual. Essa questão já gera, por princípio,  
321 uma dependência entre os entes. Essa é uma característica do setor. É pouco diferente,  
322 às vezes, da educação, por exemplo, que, em tese, dentro do próprio município, você  
323 pode fazer todo o percurso operacional. Na saúde é muito difícil que isso aconteça e  
324 gera esse processo de dependência que gera, por sua vez, a necessidade de que esses  
325 entes sejam articulados. E isso acontece no Brasil e acontece no restante do mundo. Mas  
326 nenhum outro sistema no mundo tem essa característica que a Constituição brasileira  
327 criou no Brasil que são três entes da Federação, sem nível hierárquico. Digamos que  
328 isso é uma realidade para sistemas de saúde bem brasileira. O sistema inglês é um  
329 sistema nacional, operado pelo Poder Central. O sistema espanhol é um sistema operado  
330 pelas províncias, pela Andaluzia, Catalunha, e tem o papel central do governo, mas os  
331 municípios ou as cidades não têm essa preponderância. Na semana passada, nós fizemos  
332 uma discussão em São Paulo sobre como os BRICs estão organizando os seus sistemas,  
333 e eu vi alguma similaridade do Brasil com a Rússia. Apesar de os entes lá da Federação  
334 não terem a mesma característica dos daqui, mas têm algumas similaridades: o papel da  
335 cidade, de alguma articulação regional, de articulação federal, embora o sistema russo

336 ainda esteja bastante incipiente no seu modelo de organização. Outros sistemas, como o  
337 canadense, que as províncias é que são preponderantes, e o Estado nacional, não é que  
338 vou chamar de pouca importância, mas na operação ele não tem essas características. E  
339 nós temos essa característica bastante singular, que é dos três entes, e não ter hierarquia  
340 entre os entes, o que gera a perspectiva de certo caos, a priori. Isso já é gerador de  
341 profundas dificuldades de articulação e de processamento. Bom, essa é uma primeira  
342 questão. A segunda questão que eu queria abordar é a questão dos antecedentes. Então,  
343 como é que nós chegamos ao SUS. O sistema de saúde brasileiro teve como principal  
344 foco, principal norteador da sua origem, os institutos de aposentadoria e pensão. Então,  
345 o IAP, IAPB, IAPETEC, IASERJ, o conjunto dos institutos que, durante o regime  
346 militar, logo no início, foram unificados no INPS. Então, esse conjunto de institutos que  
347 prestavam assistência à saúde foi unificado no INPS, que depois veio dar origem ao  
348 INAMPS. Então, nós temos como principal núcleo da origem do SUS um sistema  
349 centralizado em uma única instituição. E o INAMPS, para alguns aqui que não conhece  
350 o INAMPS, outros sim, o INAMPS era uma grande estrutura centralizada, com  
351 superintendências regionais e um modelo de operação único no país, então, uma forte  
352 característica centralizada. Enquanto que os estados e municípios, até esse momento,  
353 eles tinham unidades básicas de saúde, faziam vacinação, tinham alguns cuidados  
354 preventivos; alguns estados construíram redes, mas não eram redes significativas. O  
355 grande prestador de serviços no Brasil era o INAMPS, seja através de uma rede própria,  
356 o INAMPS tinha hospitais, alguns deles oriundos dos institutos, e era um grande  
357 contratador de serviço também do setor privado, e os estados e municípios tinham uma  
358 ação relativamente periférica. E a outra característica desses antecedentes era que com  
359 isso você tinha um sistema bastante fragmentado. Nesse núcleo nacional de prestação de  
360 serviço, que era o INAMPS, que era o grande, com estados e municípios, com hospitais  
361 universitários espalhados pelo país, então, era um sistema bastante fragmentado e que  
362 tinha também outra característica que quem tinha acesso ao INAMPS era quem estava  
363 no mercado formal de trabalho, tinha que ter a carteirinha. E um conjunto de pessoas  
364 que não estava no mercado formal de trabalho, era seus dependentes etc., não tinha  
365 acesso regular ao sistema. Não se pode dizer que não tinha acesso nenhum, mas era um  
366 acesso bastante irregular no sistema. Então, esse conjunto de características, mais a crise  
367 que o INAMPS atravessou, no final de 70 e início da década de 80, foram um caldo de  
368 cultura que originou os primeiros movimentos da chamada reforma sanitária brasileira,  
369 que se pensou na articulação de um Sistema Único de Saúde no Brasil. Nós tivemos, em  
370 1986, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que foi a grande formuladora desse sistema,  
371 o grande formulador teórico que deu as diretrizes e as bases para a Constituição de 88  
372 criar o Sistema Único de Saúde. Nós temos, então, as características próprias do setor e  
373 esses antecedentes. Isso tudo é óbvio que teve uma influência muito grande na  
374 conformação do sistema de saúde brasileiro do Sistema Único de Saúde. E na  
375 Constituição de 88, nós temos o reconhecimento da saúde como um direito de todos.  
376 Isso dá uma quebrada naquela visão do mundo segmentado, entre quem tinha a  
377 carteirinha e quem não tinha a carteirinha, ou seja, a saúde é um direito de todos.  
378 Cravou também, na Constituição, os princípios da organização desse Sistema Único de  
379 Saúde que ele deveria ter a participação da comunidade, que ele deveria ser  
380 descentralizado e que ele deveria ter comando único em cada esfera de governo. Então,  
381 foram dados os princípios norteadores para a organização do sistema, além das questões  
382 conceituais da universalidade, da integralidade, como características desse sistema. E é  
383 óbvio que um sistema que tinha essas características anteriores que eu citei, tinha uma  
384 forte presença do setor privado, já existia, no Brasil, naquele momento, o mercado de  
385 planos e seguros de saúde. Então, também, a Constituição ficou no meio do caminho.



386 Ela ficou entre um Sistema Único de Saúde e uma questão que apareceu no art. nº 199,  
387 que a saúde era livre à iniciativa privada. Então, gerou certa composição, na verdade, foi  
388 feita certa composição aí nesse processo. Ou seja, o processo era único, porém não total.  
389 O único aí ficou como o Sistema Único, e depois a Lei nº 8080, que é a Lei Orgânica da  
390 Saúde, veio a ratificar isso, é o Sistema Público de Saúde. As ações do serviço de saúde  
391 vão constituir um sistema público, o único público de saúde. Então, quando nós estamos  
392 falando de SUS no Brasil, é óbvio que isso tem controvérsias também, mas quando nós  
393 estamos falando de SUS no Brasil, nós estamos falando do sistema público de saúde,  
394 que tem uma participação complementar do setor privado, na forma da lei. Ou seja, a  
395 contratação do setor privado deve, de forma complementar, obedecer aos princípios da  
396 administração pública, portanto, estão submetidos à Lei nº 8.666/93 etc. Quando nós  
397 estamos dizendo do SUS, eu acho que é importante fazer essa demarcação porque, às  
398 vezes, tem-se uma discussão da questão da regulação da saúde suplementar, como se  
399 isso fosse uma parte integrante, em minha opinião não é. Nós estamos discutindo o  
400 sistema público de saúde no Brasil. Então, nós tivemos logo depois da Constituição de  
401 88, em 1990, a edição de duas leis orgânicas. Uma primeira lei orgânica, que era a Lei  
402 nº 8.080/90, que definia os papéis dos entes para cumprir aqueles princípios da  
403 descentralização, da participação da comunidade, da regionalização e da hierarquização  
404 do sistema, que definia essas responsabilidades, ela sofreu vários vetos do Governo  
405 Collor, principalmente na questão do financiamento e na questão da participação da  
406 comunidade, o que originou a edição de uma lei que complementou a primeira Lei  
407 Orgânica, Lei nº 8.142/90, que disciplinou a questão principalmente da participação da  
408 comunidade. Então, qual é o arranjo que nós tivemos ao final da edição dessas duas leis  
409 orgânicas? A definição da responsabilidade dos entes: na organização do sistema, qual é  
410 o papel do município, qual é o papel do estado e da União. E tivemos como que se daria  
411 a participação da comunidade, através dos conselhos, do Conselho Municipal de Saúde,  
412 Conselho Estadual de Saúde, eu vou entrar um pouquinho mais nessa discussão, e  
413 Conselho Nacional de Saúde, e a regulamentação da realização das conferências  
414 municipais, estaduais e nacional de saúde. E a questão do financiamento, que tinha sido  
415 vetada pelo Collor, não foi abordada por nenhuma das duas, isso só veio a ser  
416 enfrentada na Emenda Constitucional nº 29, de 2000. Ou seja, 12 anos depois da  
417 construção do SUS, pela Constituição, é que a questão do financiamento foi enfrentada  
418 por uma emenda constitucional, a Emenda Constitucional nº 29/2000, que foi  
419 regulamentada só agora no final de 2011, início de 2012, mostrando que o processo é  
420 bastante complexo e de articulação bastante difícil. Fundamentalmente, quais seriam as  
421 atribuições de cada um dos entes? Ao ente nacional, ao Ministério da Saúde, caberia,  
422 principalmente, o papel de regulamentador, de financiador, normatizador do sistema, e  
423 fiscalizador. Em tese não caberia a prestação de serviços ao ente nacional. Em tese por  
424 quê? Porque até hoje nós temos ainda alguns institutos que estão sobre a gestão federal,  
425 o Instituto Nacional do Câncer (INCA) no Rio, o Instituto Nacional de Cardiologia,  
426 Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, o Grupo Hospitalar Conceição, que é  
427 uma empresa de economia mista em Porto Alegre, e seis hospitais do Rio de Janeiro,  
428 que por toda a complexidade do Rio de Janeiro, não vou me alongar aqui para falar das  
429 complexidades do Rio, e como ex-capital etc., mas seis hospitais do Rio de Janeiro  
430 continuam sob a gestão federal. Mas, em tese, não caberia à União o papel de prestador  
431 de serviço. Essa era uma questão. Aos estados caberia, além de articular os sistemas  
432 estaduais de discutir a regionalização, como articular a capacidade do estado de  
433 responder ao conjunto das demandas, alguma prestação de serviço, principalmente na  
434 questão da alta complexidade que os municípios, eventualmente, não tivessem condição  
435 de operacionalizar. E ao município caberia a grande parte da operacionalização. No

436 entendimento, de novo, de que os pequenos municípios seriam referenciados nos  
437 grandes, nos maiores, nos médios, nos chamados municípios polos, para garantir o  
438 mínimo de articulação e regionalização, porque a saúde precisa de escala. Têm vários  
439 procedimentos, várias unidades da saúde que não tem sentido elas serem replicadas no  
440 nível de cada município. É preciso ter algum nível de escala, porque são complexas,  
441 envolvem alto custo, envolve pessoal especializado. Então, não caberia à constituição  
442 do SUS, em cada local, que desse conta de toda a complexidade. Caberia, desde o  
443 início, estava na concepção original, que deveria ter um nível de regionalização e de  
444 hierarquização no sistema, e o estado teria como principal função essa, de articular esses  
445 sistemas regionais, e garantir que aqueles locais que não tivesse essa articulação  
446 regional pudessem responder. E ao município, a atenção básica para todos, dependendo  
447 da complexidade do município ir agregando funções adicionais. E todo esse processo de  
448 prestação de serviço deveria ser fiscalizado e controlado por um nível de controle social.  
449 A Lei da Saúde prevê que os conselhos municipal, estadual e nacional devem ser  
450 paritários, mas não paritário entre governo e sociedade. Paritário entre usuários e o  
451 restante. Então, essa que é a concepção dos conselhos. Os conselhos são 50% de  
452 usuários, e 50% envolve o governo, prestadores de serviços e trabalhadores da área da  
453 saúde, nos três níveis. E as conferências deveriam ser realizadas com a periodicidade,  
454 no caso da nacional, quadrienal, e no caso das estaduais e municipais quadrienais ou  
455 menos do que isso. Ou pode ser bianual, anual, isso cada município pode decidir, no  
456 mínimo devem ser quadrienais. Nós tivemos a última Conferência Nacional de Saúde  
457 em final de 2011, a próxima será em 2015. As conferências são com delegados eleitos  
458 nos municípios, que elegem para a conferência estadual, que depois elegem para a  
459 conferência nacional. Os conselhos são formados a partir, dependendo da forma de  
460 organização da sociedade civil, em cada lugar, normalmente por leis municipais se  
461 definem a constituição, respeitada essa questão de que 50% que deve ser de usuário.  
462 Então, esse é o formato que se deu para essa organização inicial. É claro que essa  
463 organização inicial, também não se deu por um estalar. Agora está construído o SUS.  
464 Nós continuamos ainda num processo de constituição nesse período, desde essa época.  
465 E aí o Ministério editou, durante esse período, um conjunto de normas tentando  
466 organizar um pouco melhor esse processo de articulação interfederativo. Talvez este,  
467 depois do financiamento, o nosso maior desafio: como articular o conjunto dos entes da  
468 Federação para responder a essas questões. Então, o Ministério foi, ao longo do tempo,  
469 editando normas, pactuadas com estados e municípios, para organizar esse processo de  
470 descentralização de recursos, de organização de serviços, de definição de  
471 responsabilidades. Desde 91, vem sendo editadas normas: uma em 91, depois tivemos  
472 outra em 93, 96, 2000, 2006. São normas que vieram sendo atualizadas nesse processo.  
473 E ao lado disso se buscou também algum nível de consolidação no marco legal. Nós  
474 tivemos, no ano de 2011, através de um projeto de lei, a consolidação desses espaços de  
475 articulação interfederativa, que até aquele momento funcionavam, mas que não tinham  
476 uma definição legal. Então, o SUS hoje tem, além dos conselhos que fazem, volto a  
477 dizer, essa questão mais da questão do controle social, do ponto de vista da articulação  
478 dos gestores, foi criado por lei uma Comissão Intergestores Tripartite, que significa uma  
479 mesa que se reúne mensalmente, com a participação do ministério, dos estados e dos  
480 municípios, através de suas representações, que chamamos de CIT, Comissão  
481 Intergestores Tripartite, e criou, no nível dos estados, as CIBs, Comissão Intergestores  
482 Bipartite, que têm a representação dos estados e dos municípios, no âmbito de cada um  
483 dos estados. E criou, também, por lei, uma representação, que é o CONASS, Conselho  
484 Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, e o CONASEMS, que é o Conselho  
485 Nacional de Secretários Municipais de Saúde, que são eleitos pelos seus pares etc. E que

486 tem essa representação para fazer esse processo de articulação interfederativa? O  
487 processo de articulação interfederativa é um processo relativamente custoso e  
488 complexo. Exige uma atuação e um potencial de negociação muito grande. Bom,  
489 digamos que esse seria o arcabouço do que seria a questão do controle social e a questão  
490 da articulação entre os gestores. E a outra questão que é o financiamento, que é uma  
491 situação também bastante complexa, a Emenda Constitucional nº 29 definiu, em 2000,  
492 que os estados têm que colocar, no mínimo, 12% dos seus orçamentos fiscais em saúde,  
493 e os municípios têm que colocar, no mínimo, 15% dos seus orçamentos em saúde. E a  
494 União tem que colocar, no mínimo, o exercício do ano anterior, corrigido pelo PIB  
495 nominal, que significa a variação do PIB, mais a inflação. Então, esse é o arcabouço do  
496 conjunto dos recursos públicos que são, em tese, destinados para a área da saúde. E  
497 depois, na regulamentação dessa emenda, definiu-se claramente, através da Lei  
498 Complementar nº 141, de 12 de janeiro de 2012, quais são as ações dos serviços de  
499 saúde. Ou seja, no que esses 12%, esses 15% e esse recurso da União podem ser gastos  
500 para serem caracterizados como ações e serviços de saúde, pois também gerou, em todo  
501 esse período, um conjunto de polêmicas do que são ações e serviços de saúde durante  
502 esse período. Então, definido o que são ações e serviços de saúde, definido quais são as  
503 fontes de financiamento, definido como se dá a articulação interfederativa e definido  
504 como que se dá a questão do controle social, nós podemos dizer que nós chegamos à  
505 maturidade do SUS, em termos de arcabouço institucional. Não é bem assim. Esse  
506 processo ainda tem um conjunto de dificuldades e um conjunto de questões que precisa  
507 ainda ser enfrentado. E hoje, neste momento, o Congresso Nacional vem fazendo dois  
508 grandes debates sobre essa questão do SUS. Um primeiro debate é sobre a questão do  
509 financiamento, porque esse arranjo se mostrou claramente insuficiente para dar conta de  
510 um sistema com essa complexidade. Hoje nós temos 75% da população brasileira que é  
511 exclusivamente SUS dependente, e temos 100% da população brasileira que depende do  
512 SUS em um conjunto de necessidades, vigilância sanitária, controle de endemias,  
513 vacinação. Quer dizer, um conjunto de atividades que são universais, transplantes  
514 praticamente são 100% público, grande urgência, hemoterapia, toda a parte do sangue,  
515 medicamento, uma grande quantidade de questões que são universais, e algumas outras,  
516 a questão da assistência, que tem aí a participação dos planos, em torno de 25% da  
517 população brasileira têm planos médicos hospitalares. Então, um primeiro debate que o  
518 Congresso tem feito, existem duas subcomissões, neste momento, funcionando, uma no  
519 Senado e outra na Câmara, sobre a questão do financiamento da saúde e suas fontes. E  
520 outro debate é a discussão da responsabilidade sanitária dos entes. Apesar de a Lei nº  
521 8.080/90 ter avançado na definição do que é a responsabilidade de cada estado,  
522 município e da União, esse processo, o SUS completa 25 anos neste ano, demonstrou  
523 algumas fragilidades que precisam ser equacionadas. Então, nós estamos em uma  
524 discussão dentro do Congresso Nacional do molde da Lei de Responsabilidade Fiscal,  
525 uma Lei de Responsabilidade Sanitária, que define um pouco melhor o papel e as  
526 responsabilidades de cada um dos gestores, pois continuamos tendo no Brasil ainda a  
527 figura do não gestor, que é o prefeito que assume e diz: “Eu não vou gerenciar este  
528 hospital, porque esse hospital é deficitário”. Nós tivemos com a entrada de novos  
529 prefeitos, em janeiro de 2013, pelo menos meia dúzia de ameaças de devolver hospital,  
530 de querer repassar. Quer dizer, essa figura da não gestão na área da saúde, a Lei nº  
531 8.080/90 ainda não conseguiu responder de uma forma mais definitiva. E a questão da  
532 articulação interfederativa, o que temos de novidade é um decreto da presidenta, o  
533 Decreto nº 7508, de 28 de junho de 2011, que ao regulamentar alguns aspectos da Lei nº  
534 8.080/90, instituiu a figura de um contrato organizativo de ação pública que, na verdade,  
535 seria a tentativa de garantir que esse processo de referenciamento e responsabilidade dos

536 gestores possa ser contratualizado no nível de cada região, com a participação do estado  
537 e da União, para uma definição mais clara, inclusive com mais transparência para a  
538 população, quem é o responsável. Nós já sabemos, de antemão, que um município  
539 pequeno não vai ser responsável pela hemodiálise, porque ele não vai ter uma clínica de  
540 hemodiálise lá, porque ele não tem escala para isso, ele não tem o número de doentes  
541 necessários para aquela clínica ser viável, para garantir ali a presença de um  
542 nefrologista, mas ele tem que ter, necessariamente, claro, para ele e para os seus  
543 cidadãos, qual é o município que é a sua referência, onde esse cidadão vai fazer  
544 hemodiálise, se lá não tem e o cidadão tiver uma insuficiência renal vai morrer. Quer  
545 dizer, é a mesma coisa do câncer e outras doenças. A ideia é que no contrato essas  
546 questões fiquem mais expressas, nós assinamos esse contrato agora, Mato Grosso do  
547 Sul, e uma parte de algumas regiões do Ceará, e estamos em discussão com outros  
548 estados. A expectativa nossa é que esse processo da contratualização possa facilitar e  
549 deixar um pouco mais claro como se dará esse processo da pactuação e da definição das  
550 responsabilidades. Outra questão, mais recente, é uma lei de disciplinamento da  
551 incorporação de tecnologia, que é um grande problema no SUS, o Brasil tem um baixo  
552 regramento de incorporação de tecnologia. Hoje quem quer instalar um tomógrafo,  
553 quem quiser trazer qualquer equipamento do mundo inteiro, desde que tenha registro na  
554 Anvisa, ele pode chegar, abrir e começar a funcionar, a gerar a demanda, porque a  
555 oferta sempre gera demanda. E para isso foi criada a Lei nº 7.646, de dezembro de 2011,  
556 um processo de regramento de incorporação de tecnologia, através de uma comissão  
557 nacional de incorporação de tecnologia, com a participação de estados e municípios,  
558 para que nós possamos ter também um regramento sobre essa questão da incorporação  
559 de tecnologia. Então, assim, eu tinha combinado com o Alex que eu não ia falar muito,  
560 mas já falei bastante, mas para principalmente ouvir um pouco e poder tirar dúvidas do  
561 processo, porque como é um sistema muito complexo, por mais que eu me alongue, eu  
562 não vou conseguir falar de todas as questões. Então, eu tentei fazer uma fala um pouco  
563 mais genérica, tentando pegar alguns aspectos que são centrais na organização do SUS,  
564 e aí abrir para me colocar à disposição para que nós possamos, não só tirar dúvidas,  
565 como debater, e me colocar à disposição dos senhores. Obrigado. (*Palmas!*)

566

567 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Fausto, obrigado, pela sua  
568 apresentação. Muito interessante. Nós ficamos aqui tentando pescar o que se poderia  
569 relacionar com a questão da segurança. A gestão de hospital não é muito o nosso caso,  
570 porque quando se fala que o conselho é dividido em bipartite é usuário e governo. No  
571 nosso caso não é. O usuário da segurança é todo mundo, seria a sociedade e o governo.  
572 No caso dos conselhos, parece-me que eles são eleitos, com poder de deliberação, e  
573 acredito que de fiscalização. Eu queria que você explicasse como são as eleições do  
574 conselho, qualquer cidadão se habilita e vota? Como que isso é feito? E o que os  
575 conselhos podem deliberar? Quais são as matérias? Não sei se matéria orçamentária  
576 também entra entre os poderes de deliberação dos conselhos. Queria que explicasse um  
577 pouquinho melhor.

578

579 **O Sr. Fausto Santos (Ministério da Saúde)** – Os conselhos, no âmbito municipal, aí  
580 depende muito do tamanho do município e o nível de organização da sociedade civil  
581 daquele município. Grandes municípios normalmente elegem seus representantes para  
582 uma conferência municipal de saúde e lá a representação dos usuários é escolhida,  
583 normalmente, por região. Vou dar o exemplo que eu conheço mais, que é Belo  
584 Horizonte. Belo Horizonte é dividida em regiões administrativas. Cada região  
585 administrativa elege um conjunto de delegados para a conferência nacional, e depois

586 essas regiões administrativas têm uma expressão dentro do conselho municipal. Os  
587 trabalhadores, normalmente, se fazem representar através das suas representações  
588 sindicais. O Sindicato dos Trabalhadores, Sindicato dos Enfermeiros, Sindicato dos  
589 Médicos, Sindicato dos Servidores Públicos, Sindicato dos Trabalhadores em Hospitais  
590 Privados. Então, tem uma forte participação sindical importante. Os prestadores se  
591 fazem representar também através das suas entidades: Associação de Hospitais,  
592 Associação de Clínicas, também tem um pouco dessa representação. E o governo define  
593 como é que se dá. Eu estou dizendo isso do município, à medida que você está  
594 discutindo isso em um conselho estadual de saúde, isso já muda um pouco.  
595 Normalmente se dá mais por representações da sociedade civil organizada: portadores  
596 de patologia, por exemplo, os dialíticos têm uma participação importante, o pessoal das  
597 APAEs têm uma participação importante, os diabéticos têm uma associação nacional e  
598 que tem repercussão estadual. Então, eles se fazem representar através dessas entidades  
599 de portadores de patologia, através de representações de usuários organizados, às vezes,  
600 passam também por centrais sindicais etc., para fazer a representação no âmbito  
601 estadual. E no âmbito nacional, tem um pouco dessa característica também.  
602 Normalmente, eles se reúnem, eles têm um conjunto de vagas que é definido por um  
603 decreto, por exemplo, representação dos usuários no Conselho Nacional de Saúde, 24  
604 vagas, xis vagas são dos portadores de patologia, xis vagas são das centrais sindicais de  
605 âmbito nacional, xis vagas são de entidades de defesa de usuários. Então, a conformação  
606 se dá um pouco disso, e os trabalhadores, de novo, têm essa característica sindical, das  
607 entidades representativas nacionais, e os prestadores de serviço também pelas suas  
608 entidades representativas nacionais: Confederação Nacional de Saúde, Federação  
609 Brasileira de Hospitais, Sindusfarma, o Sindicato da Indústria Farmacêutica, as  
610 operadoras de plano de saúde, todos eles têm representação no Conselho Nacional. O  
611 grande papel dos conselhos, quer dizer, além de aprovação de políticas, de  
612 macropolíticas, então, por exemplo, a política de atenção básica, do ministério, quando  
613 foi criado o Programa Saúde da Família, ou a política de urgência e emergência, essas  
614 políticas são debatidas e deliberadas no Conselho Nacional de Saúde, que também  
615 debate o orçamento do ano seguinte. E tem um papel agora, pela Lei nº 141, e aí eu  
616 acho que vale a pena quem está estudando isso um pouco mais, se debruçar um pouco  
617 sobre a Lei nº 141, porque ela, além de definir quais são as ações e serviços de saúde,  
618 ela define muito claramente o papel dos conselhos, principalmente na questão da  
619 fiscalização. Então, todo gestor tem que produzir um relatório anual de gestão sobre o  
620 que ele fez com os recursos do ano anterior e se ele cumpriu ou não cumpriu o plano  
621 nacional de saúde, ou o plano municipal, ou o plano estadual de saúde. Esse relatório é  
622 aprovado e faz parte da prestação de contas para o Tribunal de Contas da União. Então,  
623 a rejeição de um, que nós chamamos de RAG, Conselho do Relatório Anual de Gestão,  
624 é fator impeditivo para a aprovação das contas do prefeito, do governador, ou do  
625 ministro. Com a Lei nº 141, o papel dos conselhos foi muito fortalecido nesse sentido  
626 fiscalizador. Esse papel definidor de políticas já era um pouco mais exercitado ao longo  
627 do tempo. Agora, o papel de fiscalizador foi muito fortalecido com essa lei que  
628 regulamentou a Emenda nº 29, e os conselhos passam a ter um papel extremamente  
629 importante com essa questão da fiscalização. Não sei se eu respondi a sua pergunta.

630

631 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Doutor Fausto, eu sou de Minas Gerais, de Santa  
632 Luzia, tive o privilégio de participar de várias palestras do senhor. Amigo da Nádia, lá  
633 de Santa Luzia, ajudando a formação lá atrás. E eu sou daqueles defensores de que o  
634 SUS é o sistema perfeito, difícil é quem o operacionaliza. É um sistema perfeito, é  
635 modelo para o mundo inteiro. Eu considero que é uma das melhores políticas públicas

636 que este país já pôde produzir. Nós temos o Bolsa Família, tantos outros de  
637 transferência de renda que funciona, microcrédito. Mas, o SUS, realmente, é um sistema  
638 perfeito. Falta mais é controle. Tendo em vista que nós aqui estamos debatendo  
639 segurança, e é importante nós termos essa referência desse sistema perfeito, nós aqui  
640 esbarramos em uma quebra de paradigma, que é a dimensão do controle social. Quem  
641 faz controle social da segurança? Nós temos controle externo, controle interno e  
642 controle social da saúde, mas na segurança pública nós temos controle interno, quando  
643 fala de polícia, corregedoria, quando fala de controle externo, Ministério Público, mas e  
644 o controle social? Para exatamente formatar a política pública de segurança, exigir os  
645 resultados, acompanhar a execução e depois fiscalizar a dimensão de repasse, a  
646 execução desses recursos. Eu gostaria que o senhor pudesse explicar um pouquinho  
647 para os nossos companheiros como que funciona essa dinâmica dos repasses, no caso do  
648 SUS, que tem o valor per capita, para que isso possa servir de referência para nós aqui  
649 também. Ainda mais que estamos às portas de discutir a PEC nº 24, que cria o Fundo  
650 Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. Mas, no caso, já tem o fundo da  
651 saúde. Como é que faz esse repasse da União para os estados e municípios, que seria de  
652 fundamental importância para nós aqui também, para esse debate?

653

654 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Essa é uma pergunta  
655 interessante, porque a lei previu também que os recursos da saúde deveriam constituir  
656 um fundo. Eu não falei disso aqui, nós chegamos agora, há cerca de quatro meses, a  
657 100% dos municípios e estados com fundos constituídos, a chamada transferência fundo  
658 a fundo. Então, hoje é o principal mecanismo de repasse dos recursos da União para  
659 estados e municípios, é o mecanismo fundo a fundo. O mecanismo fundo a fundo foi  
660 regulamentado pelo Itamar Franco em 1994. Depois, claro, teve vários aprimoramentos  
661 nesse processo. Mas, o recurso fundo a fundo permite que a partir desse processo de  
662 pactuação entre estados, municípios e União, e aí definido valores, tem uma parte dos  
663 recursos que são transferidos *per capita*, e uma parte dos recursos que são transferidos  
664 pela capacidade instalada, pela complexidade dos serviços que são oferecidos. Então,  
665 uma parte é *per capita*, e uma parte é, vamos chamar de variável a depender dessas  
666 características. A Lei nº 141, a que eu estava me referindo, define 14 critérios, na  
667 verdade, espremidos mesmo são 7 critérios que deverão nortear a transferência dos  
668 recursos. Então você tem critérios demográficos, epidemiológicos, socioeconômicos, de  
669 estruturação de serviços. São sete critérios e que devem ser combinados para garantir a  
670 distribuição de um recurso mais equânime, menos discricionário por parte do gestor  
671 federal, que é o principal aportador de recurso, mas também por parte do gestor  
672 estadual, que também tem uma capacidade de discricionabilidade bastante grande. Às  
673 vezes, nós nos esquecemos desse potencial do papel do estado, e fala muito da União e  
674 dos municípios, esquece um pouco desse ente, que está no meio aí, mas tem uma  
675 capacidade de investimento, de financiamento de recurso também bastante razoável. E  
676 no caso da segurança pública, aí é o município que tem um papel um pouco mais  
677 secundário. E então nós fazemos a combinação desse conjunto de recursos e fazemos  
678 transferências em duodécimos para estados e municípios, que, por sua vez, utilizam  
679 esses recursos para financiar a sua rede própria e para contratar serviços privados  
680 também nos seus respectivos municípios. A União faz muito pouco pagamento de  
681 prestador de serviço. Hoje, nós estamos pagando, basicamente, os hospitais  
682 universitários, os do MEC, que agora vão para a Empresa Brasileira de Serviços  
683 Hospitalares (EBSERH), e alguns procedimentos que nós repassamos para estados e  
684 municípios fazerem o pagamento, mas que são autorizados pela União, que são os  
685 procedimentos regulados pela Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade,

686 tipo cirurgia cardíaca infantil de um recém-nascido do Acre, que eu pego e o transfiro  
687 para São Paulo. Como essa é uma demanda que você não tem como mensurá-la, então  
688 esse recurso nós acabamos autorizando, mas repassa para o estado de São Paulo pagar o  
689 hospital. Então, a grande maioria dos recursos, a União faz algumas compras  
690 centralizadas, naquilo que é preciso escala. Então, por exemplo, toda a parte de  
691 hemoterapia, para fator 7 ou 8, o que é da hemoterapia a União compra. A União  
692 compra alguns quimioterápicos que precisam de escala, compra uma parte da insulina  
693 do país, então, aquilo que é preciso escala, a União compra e distribui com critérios  
694 pactuados na Comissão Intergestora Tripartite e depois nas Comissões Intergestoras  
695 Bipartites. Então, a União participa dessa forma do processo de transferência. É claro  
696 que a União tem um papel indutor muito forte, ela diz o seguinte: “Eu vou transferir o  
697 recurso, mas está vinculado a um conjunto de ações que eu quero que seja  
698 desenvolvida”. E agora nós começamos a transferir recursos também baseado em alguns  
699 resultados alcançados. Principalmente agora na atenção básica, nós estamos com um  
700 programa muito interessante de mensuração de resultados das equipes de atenção de  
701 saúde da família e de atenção básica, para transferir alguns recursos baseados em  
702 alcance de resultados também. Então, na verdade, a transferência de recurso acaba  
703 sendo um pouco nesse mix, mas ela é feita de forma automática, todo mês, tem a data, e  
704 é do fundo nacional para os fundos estaduais e para os fundos municipais. E  
705 praticamente não tem transferência para prestadora, a não ser hospital universitário, que  
706 também se dá através de mecanismos, como são hospitais federais também então  
707 facilita. Eu não sei se respondi a sua pergunta.

708

709 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) –**  
710 Bom, como disse aqui o companheiro que me antecedeu, o SUS talvez chegue quase  
711 que perto de um sistema perfeito. E ainda que façamos algumas críticas de operação,  
712 como por exemplo, o SUS, infelizmente, não consegue, ainda, na sua totalidade, fazer  
713 uma discussão com a questão dos direitos humanos na hora da aplicabilidade dos  
714 serviços. Ainda que a concepção toda do SUS, da universalização da saúde, enquanto  
715 um direito humano, é fundamentada exatamente na universalidade dos direitos  
716 humanos. E o SUS parte de uma vantagem, que é quase como um capítulo  
717 constitucional que vai disponibilizar como vai funcionar a saúde, além de elencando  
718 direitos, mas também criando deveres e obrigações para os estados, os entes da  
719 Federação e a própria Federação, e assim por diante. E eu queria alertar aos  
720 companheiros na plenária que a segurança pública é exatamente ao contrário. Nós temos  
721 um artigo extremamente fechado que só podemos ter a possibilidade de fazer aberturas  
722 quando nós lemos lá no art. nº 144, que se trata de responsabilidades de todos, e aí sim  
723 eu tenho que, em cima dessa responsabilidade de todos, criar uma interpretação  
724 extremamente laica, mas que também quem está interpretando pode me fechar, e esse é  
725 um tremendo de um debate político que eu acho que o Brasil vive hoje. O Brasil vive  
726 hoje uma disputa do significado de políticas públicas imensa, sobretudo na segurança  
727 pública. Eu posso exemplificar, por exemplo, como no estado da minha origem, São  
728 Paulo, em que o SUS, onde o senhor está acabando de expor essa abertura que ele teve,  
729 com a ampla participação, onde ele coloca o repasse de verba, onde ele coloca mais ou  
730 menos um procedimento de controle social, simplesmente o governo do estado, há 10  
731 anos não põe dinheiro no SUS no estado, isso foi denunciado, inclusive pelo Ministério  
732 da Saúde. E não há quem o obrigue a colocar dinheiro no SUS. E eu até estou  
733 esperançoso, pois o senhor disse que vai ter agora uma lei de responsabilidade como  
734 cada qual vai participar dentro do sistema, porque isso talvez seja a falta de um sistema.  
735 E a questão da segurança, que é um, vamos dizer assim, dos elementos do estado que

736 está ligado diretamente, infelizmente, ao Poder Executivo dos locais, dos estados, e  
737 onde, desculpe a expressão, é onde o pau canta. É onde existe todo tipo de violação de  
738 direitos e de direitos humanos, seja do cidadão, seja dos próprios profissionais da área  
739 de segurança. Eu, por exemplo, estou convicto que os policiais militares hoje são os  
740 servidores mais violados em seus direitos que existem no Brasil. Contrário, por  
741 exemplo, dos trabalhadores do SUS que têm essa liberdade, por exemplo, de  
742 participação dentro de uma UBS, de um Conselho de Gestão Comunitária, enfim.  
743 Então, essa é uma questão. A outra questão é com relação ao SUS que tem, por  
744 exemplo, no PSF, uma das maiores ações de política pública, que é a prevenção da  
745 saúde. E a nossa Constituição não fala em prevenção à violência, ela fala só em  
746 repressão, mesmo no art. 144 que nós falamos responsabilidade de todos, mas quando  
747 nós descemos, nós vamos só ver uma segurança pública ligada à repressão. Nós não  
748 temos a prevenção como uma forma de entender a segurança pública hoje no país. Por  
749 isso que eu digo que nós temos sempre uma grande divisão sobre qualquer debate das  
750 políticas públicas, entre elas, a segurança pública. E onde isso vai impactar? Por  
751 exemplo, vamos pegar o grande sistema de garantia de direitos da criança e do  
752 adolescente. Mal ele consegue ser implementado, e por causa de 200 ou de 300  
753 adolescentes um pouco mais agressivos que praticam algum tipo de ato infracional, com  
754 base nisso querem reduzir o papel do sistema de garantia de direitos do Estatuto da  
755 Criança e do Adolescente. Com base em poucas pessoas, a discussão ideológica  
756 ultrapassa o sistema, porque, ideologicamente, ao invés de tratarmos a questão da  
757 infância e da juventude, a partir do olhar da proteção integral que o estado deve prover,  
758 ou deve pelo menos organizar esse provimento, nós, o sistema de segurança, ele sempre  
759 olha com o olhar extremamente repressivo, punitivo, como se essa fosse a grande  
760 solução para a questão da infância e da juventude, da violência e dos direitos. E para  
761 encerrar, um dos problemas dos sistemas é que muitas vezes eles não se comunicam.  
762 Ainda que o SUS se comunique, por exemplo, com a questão da assistência social,  
763 existe lá a previsão, muitas vezes do aporte, inclusive, que é difícil inclusive de fazer  
764 isso acontecer, veja a saúde mental, por exemplo, que hoje o Brasil passa por uma  
765 grande discussão que volta a ideia de trancafiar pessoas. Com a ideia de saúde, eu volto  
766 à ideia de violar direitos. Vamos trancafiar pessoas, porque assim a sociedade estará  
767 segura, e não fazem abordagem, por exemplo, na questão da saúde, mas sim na questão  
768 da segurança. Então, os sistemas, infelizmente, não se comunicam. Por exemplo, o  
769 Judiciário tem uma dificuldade de entender o que é saúde pública que eu nunca vi na  
770 minha vida. Eu não sei se por que as pessoas olham a saúde privada com melhores  
771 olhos, o grande debate que está por aí, exatamente o fortalecimento da saúde privada,  
772 como o caso desse prefeito que o senhor disse: “Esse hospital aqui eu não quero dar  
773 jeito. É melhor entregá-lo, porque o meu olho está para um interesse privado,  
774 provavelmente o grupo político do qual eu venho, o grupo político que eu tenho que  
775 defender”, e esse é outro grande problema político que nós temos que afetam as gestões  
776 públicas. Mas eu penso que o SUSP, que está se pensando, ele pode cometer um erro  
777 sério se ele não for se comunicar com as outras questões da educação, se ele não for se  
778 comunicar com a questão da saúde, se ele não for se comunicar, por exemplo, com uma  
779 ideia de polícia. Que ideia de polícia nós temos? Porque lá no SUS, existe uma ideia de  
780 saúde, ou pelo menos um princípio do que significa tratar de saúde. E que ideia de  
781 polícia nós temos? Que ideia, exatamente, de segurança nós temos? Aquela segurança  
782 repressiva, ou aquela segurança de direitos, ou a segurança da cidadania, ou a  
783 segurança? Qual a segurança que nós estamos falando? Ou é aquela segurança do  
784 patrimônio? A segurança, enfim, que promove, retroalimenta ainda mais a violência?  
785 Então, eu queria chamar a atenção dos companheiros que o SUSP pode ser um grande



786 sistema, mas nós temos que prestar muita atenção, pois podemos criar um modelo de  
787 ideia de segurança apartada do conjunto das outras políticas públicas, entre elas o SUS.  
788 Tinha mais coisa para falar, mas eu vou me recolher a essas questões.

789

790 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Dois comentários. Um que  
791 eu acho importante, quer dizer, a criação do SUS na Constituição e a questão que  
792 embasou a concepção, os princípios, eu acho que são fundamentais para garantir,  
793 inclusive, essa capilaridade de implantação que tem até hoje. Então, essa discussão da  
794 integralidade, a concepção de que nós estamos construindo um sistema integral, que  
795 envolvesse da prevenção até a recuperação, prevenção, atenção, recuperação. A questão  
796 da universalidade de ser um sistema que vá atender a todos. Eu acho que essas questões  
797 que são basilares na concepção do sistema são importantes e tal. Então, do ponto de  
798 vista de concepção, eu acho que ele tem, como política pública, essa perspectiva de  
799 articular os entes, a perspectiva da descentralização, do controle social. Então, são  
800 várias questões, são princípios norteadores e basilares que garantem ou que apontam  
801 para um sistema realmente de uma potência muito grande de intervenção na vida das  
802 pessoas. É claro que isso não significa que ele não tenha problemas. Eu já falei aqui de  
803 um deles que é a questão do financiamento, temos problemas importantes no  
804 financiamento do SUS. E é claro que aquilo que norteia qualquer implementação de  
805 política, convencimento dos trabalhadores, essa questão muitas vezes da violência no  
806 momento do atendimento. Vocês já viram aí que xis por cento das mulheres de São  
807 Paulo revelaram algum tipo de constrangimento ou violência durante o trabalho de  
808 parto, submetido pelos profissionais, discriminação, tudo isso que afeta o conjunto da  
809 sociedade também atinge o SUS, e nós precisamos, o tempo todo, estar atentos e  
810 trabalhando esses aspectos. Também é uma concepção essa questão da articulação  
811 intersetorial, da articulação de política. Eu acho que nós temos muitas dificuldades  
812 nisso. No estado brasileiro, na implementação das políticas públicas, nós temos essas  
813 dificuldades e temos na saúde também. Existem vários programas, tentativas agora de  
814 superação, e eu acho que alguns com resultados bons. Nessa própria questão do “Crack,  
815 é possível vencer”, têm algumas experiências interessantes de articulação entre a  
816 assistência social, a segurança pública e a saúde. Algumas nem tanto. Aí é cada um  
817 puxando a sardinha para a sua brasa, com a educação, o programa da Saúde na Escola é  
818 um exemplo muito interessante, e agora articulado com projeto de oftalmologia, de  
819 corrigir dificuldade de acuidade visual para criança e para adulto, melhorar o processo  
820 de aprendizado e também a questão de um conteúdo de promoção à saúde, que é  
821 importante que seja transmitido desde o início. Então, eu acho que o tempo todo nós  
822 estamos aí tensionados pelo conjunto das dificuldades que permeia as políticas públicas  
823 e também o SUS. A vantagem do SUS, em minha opinião, é que ele tem como  
824 norteador um conjunto de princípios muito generosos, muito abrangentes, e que o tempo  
825 todo tensiona no sentido de uma política pública includente e que consiga superar essas  
826 dificuldades todas, como dos seus princípios, quer dizer, todo mundo que faz alguma  
827 coisa diferente disso, no fundo ele está se sentindo que ele não está fazendo exatamente  
828 o que ele deveria fazer e por isso ele é pressionado, imagino, pelo conjunto dos seus  
829 pares e pelo conjunto do controle social também que está presente. Então, eu acho que é  
830 um pouco disso, apesar de saber que nós temos aí um conjunto de dificuldades.

831

832 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Doutor Fausto, da  
833 mesma forma que os outros, eu queria agradecer a presença e até agora parece que é de  
834 grande valor essas palavras. E também da mesma colocação que os dois colegas  
835 fizeram, eu tenho para mim que o SUS só não é perfeito, porque ele é excelente, só não

836 é perfeito, na verdade, por aquela velha coisa que nós já sabemos que acontece há  
837 muito, que é a falta de seriedade do gestor público com a coisa pública. Ou seja, e não  
838 só na área da saúde, mas na área da educação, na área da segurança pública, que nós  
839 estamos aqui tratando. Por vezes, já é de conhecimento de todos, que não ocorre os  
840 investimentos da forma que deveriam ocorrer. O companheiro disse, por exemplo, sobre  
841 o ECA, o ECA é perfeito sim e, infelizmente, as aplicações, as questões sociais dele não  
842 são aplicadas. E na nossa particularidade, da Pastoral Carcerária, o sistema prisional, a  
843 Lei de Execuções Penais, que é o que deveria gerir e que existe desde 1984, já trazia em  
844 seu bojo, em seu escopo, muitas questões que vieram a surgir na Constituição, quanto a  
845 pontos sobre a dignidade da pessoa, a importância do trabalho, do valor individual. E  
846 que, infelizmente, a Lei de Execução Penal nunca foi aplicada por nenhum gestor  
847 público nos estados. E a prova disso foi a audiência pública que aconteceu dia 27  
848 passado, no STF, na qual representantes do país inteiro trouxeram esses fatos, que já  
849 eram de conhecimento da Pastoral Carcerária. Pois bem, a minha pergunta toca um  
850 pouco a questão dos conselhos da saúde, pois eu tenho para mim que são participações  
851 da sociedade em que você realmente pode trazer contribuições para a administração das  
852 entidades, dos órgãos públicos, a exemplo do Conasp. O senhor fez uma colocação  
853 quanto à experiência de Belo Horizonte, eu sou de Belo Horizonte. E pontuou aqueles  
854 que participam no conselho. E para mim ficou parecendo ser, na grande maioria,  
855 representantes das entidades laborativas, sindicais etc. Essa forma de participação no  
856 conselho, por vezes, não faz com que cada um queira defender o seu interesse, ou seja,  
857 vou defender o meu queijo, entre aspas, e o que interessa, de fato, que é a saúde para a  
858 sociedade, a saúde pública para todos, ela pode, por vezes, ficar um pouco de lado. Nós  
859 temos assistido isso em conselhos da comunidade ao longo do país que são  
860 regulamentados pela Lei de Execução Penal, que, por vezes, quando existem, os seus  
861 representantes não defendem, de fato, aquilo que deveriam fazer, fazer funcionar o  
862 sistema prisional. E a Pastora Carcerária participou, na última, por exemplo, reunião do  
863 Conselho Estadual de Saúde, porque a CNBB ocupa uma cadeira, e assistiu na prestação  
864 de contas do final do ano passado, de certa forma, não apresentação clara de dados, por  
865 exemplo, de investimentos na ordem de R\$ 70 milhões de repasses federais para o  
866 estado no sistema prisional. Ou seja, porque se foi possível a partir do conhecimento  
867 empírico afirmar que não existe investimento na saúde no sistema prisional, mas o  
868 estado vinha querendo prestar contas sobre esse repasse. Então, por vezes, aqueles que  
869 estavam lá participando, não conhecendo, não dominando o assunto, talvez pudessem  
870 ter aprovado aquelas contas, da forma que elas foram apresentadas. Então, primeiro, a  
871 pergunta se essa experiência que o senhor expôs realmente valoriza os conselhos e o  
872 Sistema Único de Saúde, e se sim, se o senhor não acha que seria importante trazer mais  
873 representantes da sociedade civil, de áreas diversas, para poder contribuir para o  
874 sistema?

875

876 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Primeiro que o  
877 funcionamento dos conselhos é muito heterogêneo. Se você imaginar em mais de 5.500  
878 municípios, e dos estados, é muito heterogênea a forma como que isso se dá. No nível  
879 dos municípios, a tendência é que a representação se dê de forma mais direta, com  
880 representantes de usuários, principalmente usuários de unidades básicas, que muitos  
881 lugares têm conselhos de gestão local, e esses conselhos elegem para o conselho  
882 estadual, municipal e tal, que têm uma disputa de interesses, como em qualquer outro  
883 lugar. Em alguns lugares, os usuários são cooptados, vamos chamar assim, de alguma  
884 forma, pelos interesses sindicais e você tem um debate sindical muito forte, isso, muitas  
885 vezes, já aconteceu no Conselho Nacional, mas faz parte da política também. Mas, no

886 geral, não é assim, mas é claro que existem lugares que isso acontece. Os trabalhadores  
887 têm direito a 25% do conselho; 25% são prestadores de serviços, entre públicos e  
888 privados; e 50% dos usuários. Essa coisa dos usuários, quando você chega em nível  
889 nacional, por exemplo, é mais complicado. Por isso que eu estou te falando, porque aí  
890 acaba sendo representação de instituições. Então, por exemplo, quem representa os  
891 usuários no Conselho Nacional de Saúde? A CNBB tem assento, a CUT, a Contag, a  
892 Força Sindical, a ABIA, Associação Brasileira de Aids, os portadores de insuficiência  
893 renal, o pessoal que faz hemodiálise tem uma associação nacional, os pais dos autistas  
894 neste momento têm uma cadeira. Mas, não significa que na renovação do conselho vão  
895 ser os mesmos. A Associação de Gays, Lésbicas e Travestis tinha uma representação,  
896 agora pela composição e articulação, não tem. Então, depende. Isso aí depende também  
897 do processo de articulação da sociedade civil. É um pouco desse aspecto. Agora, são  
898 arenas políticas também. Mas já que o conselho é um negócio de beatos e que está todo  
899 mundo ali emanados pelo bem comum, não é bem assim, existem interesses  
900 corporativos, interesses de prestadores de serviços, a Associação de hospitais está ali  
901 para defender um conjunto de visões que tem, hospitais universitários, cada um ali está  
902 tentando puxar um pouco a sardinha. O que esperamos é que o vetor desse processo  
903 todo seja no sentido de construção de um sistema melhor. Mas é claro que isso aí é um  
904 espaço de luta política também, porque cada um ali está tentando defender um conjunto  
905 de interesses, de posições.

906

907 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação dos Oficiais da Polícia Militar e dos**  
908 **Bombeiros – Feneme)** – Sinceramente, aprendi muito, pois de SUS ouvimos muito,  
909 mas um técnico falar é diferente. Realmente, o amigo de Minas Gerais aqui foi perfeito.  
910 Realmente, o sistema, claro que não é perfeito, mas ele é um sistema que funciona. E eu  
911 vou fazer uma consideração e ao final fazer duas perguntinhas. Parece-me que a  
912 segurança pública, ou a ordem pública, como queira chamar, ela hoje talvez seja o tema  
913 mais recorrente de qualquer candidato, que é a segurança pública. “Eu vou prender, eu  
914 vou arrebentar, vou fazer isso, fazer aquilo”, o companheiro tem razão, e nós sentimos o  
915 sentido repressivo. E não é o que a Constituição fala. A Constituição, me permita,  
916 quando ela foi construída, em 88, o sistema barra à perfeição se cada instituição  
917 realmente usasse. Mas o gestor é que tem que principalmente usar. E aí que eu quero  
918 entrar. O gestor não tem controle, não tem quem cobre. O gestor acaba sendo midiático.  
919 Ele usa a mídia, vê os programas às 5 horas da tarde, todos eles, aqueles que espremem  
920 e saem sangue, e aí entram os profissionais que são obrigados a dar conta, às vezes com  
921 recursos que eles não têm, que a saúde pelo menos tem um fundo. Não um fundo que  
922 seja construindo ao bel prazer do orçamento. Mas um fundo que tenha a obrigatoriedade  
923 de ter percentuais mínimos dentro daquele fundo, a saúde tem, a educação tem, e a  
924 segurança pública não tem nada. Aliás, quando tem que fazer um corte no orçamento,  
925 em primeiro lugar vem a segurança pública. E isso nós sentimos. E eu pergunto:  
926 realmente os conselhos funcionam para mudar essa cultura? Não é só cultura interna, eu  
927 não vou falar só em nome da Polícia Militar não, é a cultura externa também. Que o  
928 cidadão também quer que a polícia arrebente, que quebre, e se ela assim não o fizer ele  
929 cobra, só não pode ser contra ele, só com outro. É o mesmo caso do menor, tem que  
930 baixar a idade e tal, que é uma besteira. E tudo que é passional acaba levando problemas  
931 e problemas. A Polícia Militar, por exemplo, frequentemente, em alguns estados,  
932 faveliza os seus lugares de trabalho porque não tem dinheiro, fica pedindo na esquina. E  
933 ninguém dá um conserto de um pneu de viatura, se fizer vai querer alguma coisa em  
934 troca depois. Ninguém faz isso. Cidadão brasileiro não faz, ele é hipócrita. Bom, o  
935 sistema de saúde já está há alguns anos. Mas, essa cultura, ela partiu dos conselhos?

936 Realmente há um controle efetivo, porque o gestor não gasta dinheiro em bobagem.  
937 Parece-me que o Tribunal de Contas pode glosar lá as contas do administrador. Eu  
938 venho de uma cidade, em Santa Catarina de 150 mil habitantes, próximo à  
939 Florianópolis, que o prefeito montou uma guarda municipal armada, está fazendo o que  
940 não pode, o que não deve, não deveria pelo menos. Faz questão de botar assim,  
941 “armada”, repressão, e ele tem um só assistente social no município, e tem 100 e  
942 poucos, sei lá quantos que tem lá nessa tal guarda. Então, eu pergunto, realmente os  
943 conselhos é a essência? Eu acho até que de certa forma já foi respondido, para o  
944 controle disso tudo, para que a coisa funcione minimamente, mas funcione. E segunda  
945 pergunta, ninguém citou aqui, mas eu ouvi esses dias, o ministro da Saúde dizendo, foi  
946 na época da crise lá de Santa Maria, de uma Força Nacional de Saúde. O que é isso? Ela  
947 existe? Como é que ela funciona? Até para informar sobre essa novidade. E até a nossa  
948 proposta do SUSP, que aí eu acho que tem que ser muito bem pensada, numa coisa  
949 assim “vamos resolver numa reunião”. Não é por aí. A saúde está tentando resolver.  
950 Mas eu digo, lá teria uma força nacional, enfim, qual é o molde disso? Como é que  
951 funciona isso? Rapidamente.

952

953 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Boa pergunta. Bom, a  
954 questão dos conselhos, eu já coloquei, é bastante heterogênea. No geral, os conselhos  
955 têm cumprido um papel muito positivo. E como a saúde foi criando, ao longo do tempo,  
956 um conjunto de regras, para o funcionamento que aumentou a transparência. Hoje o  
957 conjunto dos recursos da saúde está disponível nos mecanismos de transparência, pelo  
958 menos os recursos nacionais, com muito fácil acesso à população. Então, a população  
959 hoje sabe quem participa de conselhos, que dia que o município recebeu o dinheiro,  
960 quanto de dinheiro ele recebeu, para que ele recebeu. Hoje, o dinheiro da saúde não  
961 pode mais ser sacado em espécie. São só aceitas transferências eletrônicas. O Banco do  
962 Brasil, agora, e nós esperamos que a Caixa também possa fazer isso, nós vamos colocar  
963 as contas dos fundos disponíveis. Quer dizer, todo mundo vai saber quanto de dinheiro  
964 tem na conta do fundo, através de um mecanismo também de transparência. Eu acho  
965 que nesse sentido tem tido um vetor, eu vou usar de novo essa expressão do vetor, um  
966 vetor positivo. É claro que se você falou que no Brasil inteiro funciona, é tudo. Não,  
967 também não é. Não tem interesse político, não tem prefeito que nomeia o conselho com  
968 seus parentes? Óbvio que tem; existe Câmara de Vereador que aprova uma lei do  
969 conselho que fala que a mulher do prefeito é usuária? Tem. Não vamos tapar o sol com  
970 a peneira. Mas, eu acho que tem um vetor positivo muito importante nesse sentido. E  
971 esse fato agora do conselho passar a aprovar o relatório anual de gestão, aprovar as  
972 contas do ano anterior, poder sustar essa conta, poder não aprovar, etc., vai possibilitar  
973 ao gestor negociar mais, a participar mais, pois tem gestor que passa um ano sem ir ao  
974 conselho, secretários municipais que ficam um ano sem ir ao conselho. Isso acontece.  
975 Nós sabemos que isso acontece, secretários estaduais que passam os quatro anos da  
976 gestão sem ir a nenhuma reunião do conselho estadual. Não é que a representação do  
977 estado não esteja lá, mas o secretário estadual não vai, os quatro anos ele não vai  
978 nenhuma vez. Como teve ministro, também, que nunca foi em reunião do Conselho  
979 Nacional. Aqui já aconteceu também. Mas isso tudo são questões que vão sendo  
980 aprimoradas com o tempo. A questão da força nacional é claro que nós tivemos certa  
981 inspiração na Força Nacional de Segurança. Ela tem, primeiro, um núcleo pequeno de  
982 coordenação aqui em Brasília. Ela tem um cadastro grande no país de profissionais. São  
983 principalmente profissionais que trabalham nos estados e nos municípios, e nos  
984 hospitais universitários. Então, esses profissionais são treinados, ou com cursos  
985 presenciais, ou com cursos a distância, e quando eu identifico a necessidade da ativação

986 da força, tem um sistema de e-mails e de contatos que eu mobilizo. Normalmente a  
987 minha oferta de pessoas é 100 vezes maior que a necessidade. Aí eu vou localizar quem  
988 é que está mais próximo, e o Ministério da Saúde faz os deslocamentos. Nós temos uma  
989 articulação com o Ministério da Defesa para transporte de hospital de campanha na  
990 medida da necessidade, de instrumental, temos já os kits também já preparados para  
991 essa questão. Então, na verdade, nós temos uma coordenação nacional pequena, bem  
992 pequena, eu acho que de quatro ou cinco pessoas, um sistema pulverizado de  
993 profissionais pelo país, habilitados e treinados que são ativados na medida da  
994 necessidade. Uma coisa é atender uma enchente, outra coisa é atender, por exemplo,  
995 uma tragédia como a de Santa Maria. Os profissionais são diferentes. E nessa de Santa  
996 Maria agora, nós ativamos um conjunto de profissionais que não tinha ativado ainda,  
997 que é, por exemplo, de suporte psicológico. Nós não tínhamos ativado, mas agora já  
998 institucionalizou, já identificou e está treinando ainda profissionais para esse tipo de  
999 ação que nós não tínhamos ainda experiência na Força. Agora, para o pessoal do Haiti  
1000 que está entrando no Acre, aí já é um tipo de abordagem e de tipo de profissional, para  
1001 enchente é outra. Então, nós temos os kits preparados para cada uma dessas questões, e  
1002 temos esses profissionais habilitados, treinados e habilitados no país, e um sistema para  
1003 movimentar esses profissionais. Tem uma definição agora de quem ativa a Força,  
1004 quando ela é ativada e qual é o nível de ativação. O principal nível de ativação é sempre  
1005 o tipo meio batedor. Tem aquele problema, e eu ativo no nível um, que é mobilizar  
1006 gente, alguém pelo menos da coordenação, e mais um ou dois para fazer o diagnóstico  
1007 da situação. É o mesmo que acontece quase que todo dia. Aí depois disso, tem um  
1008 período, aí está tudo normatizado e tal, ele aciona o movimento mais regulado também,  
1009 identificação de tipo de equipamento que precisa ser deslocado, que tipo de profissional  
1010 que precisa ser deslocado.

1011

1012 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia) –**  
1013 Meu nome é Patrícia. Eu represento o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia. Eu  
1014 queria, inicialmente, parabenizar a mesa pelo convite ao doutor Fausto, porque  
1015 justamente é esse o meu comentário em relação à transversalidade dos temas, de pensar  
1016 a questão da saúde e a segurança pública. Porque se nós pararmos, formos refletir,  
1017 quanto melhor funcionar a saúde na prevenção, os índices de criminalidade e violência  
1018 irão diminuir, e também, no sentido contrário, quanto melhor funcionar a segurança  
1019 pública, o orçamento da saúde pode até ser que diminua os gastos nesse sentido. Eu  
1020 acho que o Rildo coloca muito bem aqui quando diz da falta de comunicação dos  
1021 profissionais lá na ponta. Muitos policiais acabam tendo que tratar como caso de polícia  
1022 situações que são de fundo de saúde pública, vamos pensar na questão das drogas, esse  
1023 atendimento na questão da saúde mental. E os profissionais da área da saúde têm muitos  
1024 elementos que serviriam, e servem, como, por exemplo, nas perícias, que às vezes de  
1025 forma secundária são eles que vão dar o suporte lá para um processo criminal, porque a  
1026 perícia às vezes não tem aquela informação que o Ministério da Saúde, ou os dados da  
1027 saúde vão dar. Também nas questões das estatísticas, que as notas não fecham no  
1028 Ministério da Saúde em termos de homicídio. Então, essa aproximação, este olhar  
1029 transversal desses direitos fundamentais de saúde e segurança que me pareceu uma  
1030 oportunidade muito interessante colocada aqui pelo conselho. Eu acho que nós teríamos  
1031 que trabalhar com este olhar. Gostaria, então, que o senhor nos falasse sobre o impacto  
1032 em termos de saúde, os gastos que são dimensionados quando falha a segurança naquilo  
1033 que seja da questão desde lesão corporal, das violências com menor gravidade, das  
1034 violências domésticas, enfim, até depois a questão do homicídio, que aí já deságua em  
1035 outro que é na seara da Previdência, das pensões, enfim. Este cruzamento de dados,

1036 essas informações, como os profissionais da saúde poderiam trabalhar de forma mais  
1037 aproximada com os da segurança? Inclusive da saúde dos próprios trabalhadores de  
1038 segurança, como o Rildo falou, nível de estresse, aposentadorias precoces, todas essas  
1039 situações. E outro comentário, que é um gancho que eu quero fazer na fala do  
1040 conselheiro que antecedeu o Rildo, que diz respeito ao controle social que nós temos  
1041 sim na segurança pública, mas é muito incipiente, que são as ouvidorias de segurança.  
1042 Então, eu gostaria de aproveitar esse gancho para dizer que o Conasp é o local adequado  
1043 para buscarmos o fortalecimento das ouvidorias de segurança, ouvidorias de polícia que  
1044 fazem, ou pretendem, ou procuram fazer o controle social da atividade policial.

1045

1046 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Olha, essa tentativa dos  
1047 trabalhos intersetoriais é muito complexa, sempre muito difíceis a operacionalização.  
1048 Nós temos um conjunto de informações muito importantes para instrumentalizar a  
1049 organização, o planejamento de segurança pública, problemas de violência contra a  
1050 mulher, nós temos um conjunto de centros notificadores no país. Nós temos uma  
1051 radiografia, por exemplo, da questão da violência contra a mulher no país com muitos  
1052 dados. E agora essa discussão também de produção de provas. E nós temos feito essa  
1053 discussão. A questão da drogadição também. Claro que tem toda essa discussão que o  
1054 crack assumiu aí uma centralidade na discussão, mas nós temos também dados  
1055 acumulados já há bastante tempo também, não só sobre esse fenômeno mais recente da  
1056 questão do crack, mas anteriormente. E a questão do trânsito que para a saúde está tendo  
1057 um impacto brutal. Eu acho que se não desenvolvermos políticas públicas transversais  
1058 sobre essa questão do trânsito, a epidemia de acidente de moto é um negócio brutal. Eu  
1059 acho que as pessoas não estão tendo a dimensão. Na saúde, nós já temos essa dimensão.  
1060 Porque esse acidente de moto, além da morte, aí é uma discussão filosófica, morreu,  
1061 acabou, mas tem um conjunto de sequelas que está sendo gerado também. Esse paciente  
1062 do acidente de moto sofre, no mínimo, dois tempos cirúrgicos, quando não três, porque  
1063 ele quebra o punho, o cotovelo, a clavícula, a perna. Quer dizer, ele tem múltiplas  
1064 fraturas. A recuperação desse paciente é extremamente lenta. Essa propaganda que o  
1065 Ministério das Cidades está fazendo aí é verdade. O carro eu conserto em uma semana,  
1066 a pessoa, em cinco anos. Mas é um problema muito grave a questão dos acidentes de  
1067 trânsito, tem tido um impacto sobre a sociedade e sobre o setor saúde muito importante.  
1068 E construir políticas públicas sobre isso tem sido muito difícil. Nós temos quase 40%  
1069 das pessoas que conduzem moto no Brasil sem habilitação. E, assim, construir políticas  
1070 públicas que deem conta disso, certamente não vai ser o setor saúde sozinho que vai dar  
1071 conta dessa questão. Nós temos uma polêmica antiga com o setor de segurança, e aí os  
1072 IMLs também, que é essa questão do atestado de óbito, e nós temos feito, nos últimos  
1073 anos, um esforço muito grande para diminuir fortemente os óbitos por causas  
1074 desconhecidas, e isso tem contribuído muito para a melhoria da qualidade da  
1075 informação, para detectar, para apontar claramente nichos de violência, nichos para essa  
1076 questão de causas externas. Então, nós temos, em vários lugares, trabalhado junto com a  
1077 segurança. Em alguns lugares contra porque aí entra o interesse de qual o melhor  
1078 atestado de óbito, qual o melhor sistema de informação, quanto que essas informações  
1079 são de interesse que sejam divulgadas. Eu acho que tem um aspecto aí importante. E os  
1080 sistemas de informação do Ministério da Saúde, é óbvio que eles não são perfeitos, mas  
1081 eles melhoraram muito nesse último período. O sistema de mortalidade, o sistema de  
1082 notificação de agravos e os sistemas específicos, como, por exemplo, de registro de  
1083 violência contra a mulher. Esses bancos de dados são muito pouco usados, por nós  
1084 mesmos inclusive, na saúde. Nós temos um conjunto de informações, hoje, muito  
1085 precioso. Talvez um dos bancos de dados mais importantes do mundo, porque nós

1086 registramos o conjunto das interações que são feitas no país, por melhor ou pior que seja  
1087 aí a AIH, que é a Autorização das Internações Hospitalares. Mas todas elas têm o  
1088 motivo da alta, se é uma alta por óbito, se é uma alta por cura, o motivo da internação, o  
1089 que usou, qual foi o procedimento que foi feito, quem foi o profissional. Então, assim, é  
1090 um conjunto de informações muito valioso, que eu acho que nós utilizamos até bem  
1091 menos do que poderia.

1092

1093 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
1094 **Brasil)** – Nós poderíamos combinar aqui, por causa do tempo, fazer a última pergunta.  
1095 Quem era o inscrito? Tem mais alguém para fazer? Então, Humberto. Quem mais?

1096

1097 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu acho que uma coisa importante para nós, doutor  
1098 Fausto, da segurança, é o que vocês conseguiram, ao longo do tempo, que é  
1099 primeiramente a centralização no Ministério da Saúde, porque ele rege, ele normatiza.  
1100 Uma vez que ele definiu, o estado não pode contestar, o município não pode contestar.  
1101 No caso nosso da segurança, é um monopólio dos estados, uma omissão do governo  
1102 federal, ele parece ser uma seara. Eu não posso entrar, porque vou mexer no vespeiro de  
1103 governador. Não estabelece nada. Então, o senhor poderia expressar para nós a  
1104 importância que é essa autonomia que tem o poder central, o Ministério da Saúde, para  
1105 estabelecer, e o que não acontece no caso da segurança pública, que fica uma massa  
1106 cinzenta, um vácuo, um buraco negro muito grande, onde a União não normatiza, os  
1107 municípios não podem estar proibidos, e o controle social é lastimável o que fazem com  
1108 as ouvidorias. No meu estado de Minas Gerais, por exemplo, a ouvidoria funcionava  
1109 com certa autonomia na Praça da Liberdade, acessível a todos, uma vez que a função  
1110 precípua da ouvidoria é essa acessibilidade e o sigilo de quem vai pedir a denúncia. No  
1111 caso de Minas Gerais, uma forma que o governador conseguiu para reduzir as denúncias  
1112 contra os policiais foi transferir a ouvidoria para a cidade administrativa, onde tem um  
1113 batalhão especial da Polícia Militar, e fica no 12º andar. É o último andar. A pessoa para  
1114 entrar tem que se identificar, está sendo filmada por todos os lados, é um local  
1115 extremamente suntuoso, onde o pezinho rachado não vai. Ele se sente intimidado de  
1116 chegar. E tem que andar só três quilômetros do estacionamento até o 12º. Então, a falta  
1117 da padronização na segurança pública comparada com a padronização de procedimentos  
1118 na saúde, que eu acredito que seja importante. E também essa lacuna, não temos a Lei  
1119 Geral das Polícias Cíveis, não temos um código de ética policial, não temos uma  
1120 padronização de procedimentos, ao passo que o código penal é o mesmo, a atuação do  
1121 criminoso é a mesma do Oiapoque ao Chuí, a Foz do Iguaçu, e por aí vai. Então, para o  
1122 senhor contar um pouquinho sobre a importância dessa padronização. E como que foi?  
1123 Foi de uma hora para outra, ou foi ao longo do tempo que vocês conseguiram esse  
1124 benefício?

1125

1126 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
1127 **Brasil)** – O conselheiro Humberto, e nós encerramos as intervenções. E doutor Fausto,  
1128 quando ele responder, ele já faz as suas considerações finais.

1129

1130 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –  
1131 Boa-tarde, doutor Fausto. Gostaria de parabenizá-lo pela belíssima apresentação, que foi  
1132 muito importante para todos nós. Represento os gestores dos órgãos periciais. E o  
1133 senhor tocou aí na perícia, exatamente uma carência nossa é a questão de patologistas,  
1134 são carentes nos Institutos Médicos Legais. Mas nós temos o grande problema da saúde,  
1135 que reflete diretamente na segurança pública e em particular nos IMLs, que é a questão

1136 do DPVAT que, na verdade, não é competência nossa, mesmo porque a nossa área é  
1137 criminal. Queria saber se existe algum estudo junto ao Ministério da Saúde para que  
1138 possa, sei lá, ou se deve absorver isso? Ou não há nenhum estudo em relação ao  
1139 DPVAT, que como o senhor bem sabe, há um acúmulo enorme dos institutos, um atraso  
1140 enorme, porque nós não temos condições, do Brasil inteiro, de realizar esses exames, o  
1141 que vem causando uma fila desumana no aguardo dos exames. Obrigado.

1142

1143 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Bom, a primeira, o papel  
1144 normatizador do ministério está previsto na Constituição e principalmente na Lei nº  
1145 8.080/90. A Lei Orgânica do SUS prevê o papel normatizador do ministério. E ele tem  
1146 sido muito importante. Por exemplo, para se fazer uma campanha nacional de vacina,  
1147 você vacinar do Oiapoque ao Chuí, da Região Amazônica mais distante à maior cidade,  
1148 todos os postos funcionarem no sábado, por exemplo, como essa vacina de gripe agora.  
1149 Então, assim, esse papel normatizador do ministério é muito importante. E a outra coisa  
1150 é definir que doenças têm ou são de notificação compulsória, por exemplo. Como fazer  
1151 o enfrentamento de uma pandemia de influências? Quer dizer, se o ministério não  
1152 tivesse esse papel normatizador, eu imagino que seria um salve quem puder  
1153 generalizado. O estado pode agregar, ele não pode fazer menos, ele pode agregar. Se ele  
1154 quiser, por exemplo, construir uma vigilância sanitária mais sofisticada e ele tiver  
1155 capacidade para isso, ele pode. Agora o mínimo ele tem que fazer. Esse é o papel  
1156 normatizador que eu acho fundamental normatizar, traz certa organicidade também  
1157 àquilo que é essencial. Agora, por exemplo, nós temos, através da Anvisa, da Agência  
1158 Nacional de Vigilância Sanitária, um conjunto de normas que tem que ser seguido por  
1159 todos para garantir segurança para o paciente, para garantir o que é um padrão mínimo  
1160 de UTI, o que é que é um padrão mínimo de hemodiálise. Então, esse papel do  
1161 Ministério, direto ou através das suas agências reguladoras, eu diria que ele é definidor  
1162 de uma organização, de uma organicidade maior para o sistema. Se isso não existisse,  
1163 eu imagino que seria muito complexo. Eu acho que, mesmo nos Estados Unidos onde os  
1164 estados têm uma autonomia maior do que a nossa, ainda assim lá o órgão nacional de  
1165 saúde tem um papel normatizador importante. Eu acho que a saúde, sem isso, perde  
1166 muita potência. A questão específica do DPVAT, eu não tenho muito conhecimento  
1167 pessoal. Agora, a minha impressão é que o DPVAT precisava passar por uma  
1168 rediscussão geral. Quer dizer, o modelo que foi organizado, sei lá quantos anos atrás,  
1169 me parece um pouco caduco. Eu acho que esse modelo, do jeito que ele está organizado,  
1170 quer dizer, qual é a dificuldade? Se essa vítima, vamos dizer assim, foi atendida no setor  
1171 público, no hospital de urgência, no João XXIII, qualquer hospital, foi gerado para ela  
1172 um prontuário, foi gerado para ela um laudo. Não um laudo formal, mas foi gerado um  
1173 diagnóstico, e foi gerado um conjunto de procedimentos que está registrado. Então, qual  
1174 é a dificuldade? É que no Brasil nós somos meio herdeiros do direito lusitano, e tudo  
1175 tem que passar por um novo documento, uma nova formalização, quer dizer, o  
1176 profissional médico que está em qualquer urgência, que tem um CRM e, portanto,  
1177 assina o prontuário, ele é responsável. É diferente da questão criminal, que você vai ter  
1178 que produzir uma peça que depois vai ser contestada, vai ser juridicamente debatida,  
1179 etc. É muito diferente. Ali é só uma constatação de que aconteceu alguma coisa e de que  
1180 isso gerou x, y ou z. Uma parte do recurso do DPVAT já vai para o Ministério da  
1181 Saúde, pela sua própria definição. O restante, que é o problema da indenização, me  
1182 parece que acaba se criando certa chicana burocrática, chicana de procedimentos que,  
1183 no final, vai significar uma postergação muito grande da devolutiva, do efetivo  
1184 reembolso. No caso, eu acho que valeria a pena uma discussão mais geral sobre ele.  
1185 Além de certo buraco negro aí, que é esse recurso que fica sobre a gestão da Fenaseg



1186 que também me parece um pouco transparente, pouco acessível à sociedade do que é  
1187 que acontece com esse conjunto de recursos. Então, para finalizar, eu queria agradecer a  
1188 oportunidade. Eu já tinha colocado para o Alex a minha disponibilidade e quando vocês  
1189 precisarem, independentemente de ser aqui, ou em qualquer situação, qualquer dúvida,  
1190 qualquer questão que vocês quiserem debater individualmente, eu estou absolutamente à  
1191 disposição. E agradecer, mais uma vez, a oportunidade. (*Palmas!*)

1192

1193 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
1194 **Brasil)** – Eu queria, em nome da doutora Regina Miki, nossa presidente, agradecer a  
1195 sua presença. E parabenizar o nosso secretário executivo, Alex, por ter convidado uma  
1196 pessoa tão competente. O conselho aqui se enriqueceu hoje. O Alex vai ter a palavra  
1197 final para dizer como é que nós vamos nos comportar amanhã.

1198

1199 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Amanhã, então, dando  
1200 continuidade à programação, está marcada às 9h a abertura dos trabalhos. Nós  
1201 esperamos que dê quórum às 9h, hoje já conseguimos o quórum, acredito que amanhã  
1202 não teremos esse problema. Vamos ter a presença do deputado Efraim Filho, a partir das  
1203 9h30. É importante dizer que amanhã é lá no Shopping ID, no mesmo endereço das  
1204 reuniões anteriores. Então, nós encerramos a sessão de hoje e esperamos nos encontrar  
1205 amanhã pela manhã, às 9h.

1206

1207

6/6/2013  
MANHÃ

1208

1209

1210 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
1211 **Brasil)** – Bom-dia a todos e a todas. Nós estamos complementando a abertura da nossa  
1212 22ª Reunião Ordinária do CONASP, desejando boas-vindas a todos novamente. E  
1213 pediria licença aos nossos conselheiros para fazer um registro de uma ação de paz.  
1214 Recentemente, em nossa cidade, faleceu, de modo prematuro, um pacificador, pró-reitor  
1215 na universidade, um ser que sempre estava abrindo espaço para a cultura de paz e a  
1216 segurança pública preventiva. Sugiro que façamos um minuto de silêncio em  
1217 homenagem ao professor Luiz Renato Mendes, nosso pró-reitor que sempre estava  
1218 atento ao CONASP e lhe dava repercussão do tamanho que ele merece. Então, sugiro  
1219 um minuto de silêncio em memória, ele é irmão do nosso conselheiro Humberto Pontes.  
1220 Um minuto. Ok. Nós hoje vamos ter um dia que eu acho bastante feliz, porque vamos  
1221 tratar de um assunto que nós sonhamos para o nosso país, já tem alguma coisa sendo  
1222 construída e o CONASP, certamente, vai se posicionar do modo como sempre fez. Nós  
1223 iniciamos a nossa reunião ontem e vamos presidir a reunião de hoje e de amanhã de  
1224 modo compartilhado. Ou seja, a reunião será dirigida pela vice-presidência, substituindo  
1225 a nossa presidente Regina Miki, mas, hoje, o nosso trabalho será compartilhado, todos  
1226 nós somos aqui conselheiros, estamos com o intuito apenas de produzir. Agora, passo a  
1227 palavra ao nosso secretário executivo, Alex, para que ele possa dar as informações sobre  
1228 o que ocorreu ontem e do que virá agora de manhã, certamente, com a presença do  
1229 deputado Efraim Moraes.

1230

1231 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Muito obrigado. Bom, mais  
1232 uma vez não havia quórum regimental às 9h. Começamos aqui às 9h30, na segunda  
1233 chamada, conforme prevê o regimento. Já havendo quórum, abrimos então a reunião  
1234 formalmente com essa homenagem mencionada pelo senhor Almir. Só uns informes  
1235 para quem não chegou ontem. Tivemos dificuldade de constituir o quórum em razão de

1236 atraso de voos, fecharam alguns aeroportos centrais do Brasil, Rio – São Paulo, e houve  
1237 o efeito dominó na malha aérea, além dos problemas na Esplanada, de manifestações.  
1238 Muitas pessoas chegaram atrasadas, mas nós conseguimos quórum por volta das 16h,  
1239 houve aprovação da pauta da reunião anterior e a aprovação da pauta para esta reunião.  
1240 O conselheiro Humberto fez uma proposta de uma decisão colegiada do CONASP,  
1241 dirigida ao gabinete do ministro e à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, sobre  
1242 a questão de emissão de passagens com prazo muito exíguo entre o horário do voo e a  
1243 informação do voo. Isso é um problema crônico no Ministério da Justiça, mas,  
1244 realmente, precisamos fazer alguma coisa com relação a isso. Então, vamos fazer essa  
1245 decisão colegiada formalmente. A decisão colegiada já foi aprovada, falta o texto para  
1246 ser apreciado pela plenária, provavelmente, vamos fazer isso amanhã, na parte da tarde,  
1247 nos temas livres, pois hoje, segundo a pauta que foi proposta pela mesa diretora e  
1248 aprovada pela plenária, nós teremos aqui a presença do deputado Efraim; vamos ter o  
1249 debate do SUSP, ele vai nos dizer como que está essa matéria no Congresso, e à tarde  
1250 SUSP e SINESP, que são as propostas que os conselheiros têm a respeito desses  
1251 assuntos. Como na reunião passada, houve as duas apresentações por parte da SENASP,  
1252 do SUSP e do SINESP, foi solicitado aos conselheiros que encaminhassem as  
1253 propostas, com um prazo de 15 dias. O conselheiro Humberto encaminhou e o  
1254 conselheiro Marlon disse que encaminhou, mas ainda não chegou. Fora isso não houve  
1255 mais encaminhamento de nenhum outro conselheiro. A SENASP quer ouvi-los, o prazo  
1256 foi estabelecido, mas em razão só de duas pessoas terem colocado as propostas, seria  
1257 muito improdutivo ficar estritamente atrelado ao regimento, vamos continuar os debates  
1258 para que as pessoas possam apresentar suas propostas. Talvez seja difícil em uma tarde  
1259 só esgotar um tema que é tão complexo. Em razão disso e em atendimento a uma  
1260 proposta levantada na última reunião do CONASP de trazer o especialista do SUS,  
1261 ontem também tivemos a presença do Fausto Santos, um colega meu de carreira,  
1262 também especialista em políticas públicas de gestão governamental, médico, trabalha no  
1263 Ministério da Saúde há muitos anos. Ele explicou como funciona o SUS, deu uma visão  
1264 geral de como funciona esse sistema previsto na Constituição de 88, já com mais de 20  
1265 anos de implementação, os problemas, as idiossincrasias, as limitações, e contribuiu  
1266 para as nossas discussões. Então, nós esperamos que hoje à tarde consigamos evoluir  
1267 nisso. Esgotar é difícil, mas vamos caminhar no sentido de o CONASP se posicionar e  
1268 formular uma proposta para o SUSP. Como temos aí alguns minutos para a chegada do  
1269 deputado, eu pergunto se algum conselheiro tem algum informe ou alguma dúvida?

1270  
1271 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Bom-dia a  
1272 todos e todas. Prazer estar novamente aqui. Antes do informe, uma questão que eu  
1273 queria também dar um retorno. O Alex, secretário executivo, nos enviou uma série de  
1274 documentos que foram também solicitados na primeira reunião, recomendações,  
1275 moções, decisões colegiadas, regimentos, etc. Tomei o cuidado de fazer uma análise  
1276 desse material, até em respeito à diligência da Secretaria Executiva do Alex e da equipe.  
1277 Eu queria fazer uma sugestão, que talvez possa nos ajudar a ter uma dinâmica mais  
1278 organizativa, mais sistemática, de tudo que é produzido nessa instância do CONASP.  
1279 Eu acho que nós precisaríamos ter alguma ferramenta de monitoramento, não só do  
1280 registro das recomendações, moções, decisões colegiadas, mas, fundamentalmente, dos  
1281 encaminhamentos dados a esses atos normativos que o CONASP produz. De outra  
1282 forma, nós acabamos tendo um acompanhamento que, para mim, parece muito  
1283 relacionado a um espasmo. Nós acabamos ao sabor das demandas, emergências e crises,  
1284 que são muito próprias na nossa temática, nós vamos posicionando o CONASP,  
1285 colocando as temáticas em discussão. Vou dar um exemplo para tentar tornar isso mais

1286 objetivo. Eu tenho acompanhado a discussão da Secretaria Nacional de Juventude que  
1287 está estimulando o debate, inclusive constituiu um comitê interministerial, sobre o  
1288 enfrentamento à violência contra jovens negros, chamado Plano Juventude Viva.  
1289 Existem pelo menos três atos normativos do CONASP, previamente a esse plano,  
1290 reclamando a necessidade de um plano estruturador dessa temática. A Recomendação nº  
1291 02/2011, a Moção nº 04/2012 e a Decisão Colegiada nº 07. Veja, eu entendo que esse é  
1292 um resultado, inclusive, do trabalho do CONASP. De todo modo, se nós não estamos  
1293 ligados diretamente a esse tema, ou acompanhando a discussão mais amiúde das nossas  
1294 agendas institucionais específicas, possivelmente nós sequer saibamos que essa temática  
1295 foi previamente discutida aqui. Então, eu sugeriria, Almir e Alex, que se fosse possível  
1296 criar uma planilha de Excel, com a tipologia dos atos normativos, a recomendação, a  
1297 moção, a decisão colegiada, a resolução, qual é o número, qual é o tema, quando ela foi  
1298 aprovada, e qual é o status, enfim, o resultado prático desse processo. E isso pode servir  
1299 tanto como um subsídio para as câmaras temáticas, que é uma discussão que nós ainda  
1300 faremos, quanto para nortear uma agenda positiva, que eu me propus a discutir no  
1301 primeiro encontro. Construir uma agenda positiva que possa nortear as pautas das  
1302 nossas reuniões, por exemplo, sugeriria que a Secretaria Nacional de Juventude viesse  
1303 até aqui e apresentasse o Plano Juventude Viva como resultado desse processo.  
1304 Eventualmente, nós podemos ter outros temas que também estão dispersos, difusos na  
1305 agenda governamental e na agenda da sociedade civil, que ganharam corpo e avançou,  
1306 institucionalmente, a partir de proposições do CONASP. Então, eu queria sugerir essa  
1307 ferramenta de monitoramento, que ela pudesse, por exemplo, nortear o começo de cada  
1308 reunião, que pudéssemos ter isso como pauta orientativa dos planos de ação que nós  
1309 vamos construir *a posteriori*. E, ao mesmo tempo, talvez aí uma recomendação nova,  
1310 que não é tão nova, que imagino que já tenha sido feita, de ampliar a equipe da  
1311 Secretaria Executiva, pelo menos uma ou duas pessoas que pudessem ter esse papel de  
1312 apoiar e ampliar a capacidade institucional da Secretaria Executiva, pois também é  
1313 muito fácil chegar aqui, criar novas demandas para a Secretaria Executiva e na prática  
1314 quem já geriu sabe que o RH não aumenta na mesma proporção das demandas. E, por  
1315 último, só um informe. Eu distribuí aqui para os colegas, o 3º Fórum Mundial de  
1316 Autoridades Locais de Periferia, que vai acontecer na cidade de Canoas, na próxima  
1317 semana, 11, 12 e 13 de junho. Nos dias 12 e 13, à tarde, nós vamos ter um debate sobre  
1318 segurança, inclusive com colegas aqui do nosso conselho, o Sou da Paz, o ISER, IPEA,  
1319 e gostaria de, se possível, convidar a todos a estarem presentes também nesse debate,  
1320 nessa discussão. Obrigado.

1321

1322 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
1323 **Brasil)** – Na sexta-feira nós temos o tema livre e, certamente, vamos pegar essa  
1324 sugestão do Pazinato e, principalmente, nos reportamos ao apoio à Secretaria Executiva.  
1325 Agradecemos pelo convite. E estamos já nos preparando agora para receber o deputado.  
1326 Vamos continuar, quando ele chegar nós interrompemos. Mais alguma pessoa que  
1327 gostaria de fazer o uso da palavra?

1328

1329 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
1330 **MNDH)** – Seguindo na ideia do Pazinato, mas você disse que vai discutir sexta-feira  
1331 nos temas livres? Porque houve uma apresentação extremamente importante aqui  
1332 também que foi a questão dos Conselhos de Direito de Segurança Pública nos estados,  
1333 que foi aquela pesquisa feita pela UERJ e que tem tudo a ver, por exemplo, com a  
1334 questão do SUSP, e que aponta para uma ideia de fragilidade da participação da  
1335 sociedade civil exatamente na gestão dos conselhos. Por isso que ontem os debates com

1336 o doutor Santos giraram muito em torno de como é que funcionam os conselhos, etc, da  
1337 participação. Porque o que se verificou é que os Conselhos de Direitos Humanos ou de  
1338 Segurança dos estados são verdadeiros espaços figurativos, porque de fato não é uma  
1339 estrutura de conselho, onde haja de fato uma participação. Mas, como vai ficar para  
1340 sexta-feira... houve um estudo apresentado, assim como a Juventude Viva foi  
1341 apresentado aqui.

1342

1343 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Mas esse tema que  
1344 você está falando, eu acho que tem a ver alguma coisa com o SUSP, nós podemos tocar  
1345 nesse assunto.

1346

1347 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
1348 **MNDH)** – Claro. Não, mas ele dá uma ideia interessante de fazer um monitoramento,  
1349 havia na gestão anterior e eu acho que precisava recuperar o que foi monitorado para  
1350 apresentar. E essa apresentação, por exemplo, do Juventude Viva, que foi apresentado  
1351 aqui, que foi extremamente interessante. Quero até lembrar vocês que o programa  
1352 Juventude Viva não é só por conta de uma deliberação deste conselho, mas houve toda  
1353 uma pressão da Fejune, do CEN, das entidades de direitos humanos, as conferências de  
1354 juventude, enfim, que fizeram impactar nessa política. Mas, com certeza, o CONASP  
1355 reforçando a partir das suas deliberações, das suas moções, só fez reforçar dentro do  
1356 governo a necessidade de criar um programa desse porte. Agora, esse estudo feito pela  
1357 UERJ da situação dos conselhos de direito é muito interessante. Talvez fosse o caso de  
1358 recuperar esse trabalho da UERJ e reenviar para os novos conselheiros, até para que eles  
1359 possam tomar pé desse estudo e também auxiliar nos nossos debates aqui. E com  
1360 certeza, se o SUSP prevê algum tipo de participação, ou a partir de conselhos, os  
1361 conselhos que nós temos hoje nos estados são pífios, ou pelo menos a forma como eles  
1362 funcionam, a direção que é dada por eles, com a interferência direta do Poder  
1363 Executivo, é algo que nos deixa tristes por saber que a maioria deles, não tem, por  
1364 exemplo, nenhuma estrutura de democracia.

1365

1366 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Isso é uma proposta não para  
1367 deixar para frente, mas para discutir no SUSP, porque temos hoje, no Brasil, cada  
1368 estado, muitas vezes, cada município, fazendo da sua forma o seu conselho, não  
1369 institucionalizado. A ideia do SUSP é justamente centralizar e dizer aos estados como  
1370 serão os conselhos, vão se reunir assim, com tal periodicidade, etc. Eu acho que é  
1371 proposta para o SUSP.

1372

1373 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Grande Oriente do Brasil)** – A  
1374 questão da sexta-feira, que eu falei, é a ampliação da Secretaria Executiva, para fazer  
1375 essa decisão colegiada, pois é um tema que não está na pauta. Aí fica livre na sexta-  
1376 feira. Só foi isso. Mas esse tema cabe hoje aqui.

1377

1378 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Bom-dia aos  
1379 que eu não cumprimentei ainda. Ontem eu comentei com o conselheiro Almir sobre esse  
1380 assunto que eu vou dizer aqui agora e que acho vai ao encontro do que o colega  
1381 Eduardo falou, dessa necessidade de continuidade dos trabalhos passados, e mais  
1382 especificamente no que nos toca, a Decisão Colegiada nº 06, de 06 de dezembro de  
1383 2012, por exemplo, fez um solicitação ao ministro da Justiça, que eu vou ler aqui,  
1384 “...que garanta a participação de representantes do Conselho Nacional de Segurança  
1385 Pública (Conasp) junto ao grupo de trabalho do Ministério da Justiça que vai investigar

1386 os problemas do sistema prisional”. Eu encontrei isso, obviamente, no site do Ministério  
1387 da Justiça, no link do CONASP, mas não consegui obter mais nenhuma informação. Por  
1388 óbvio, a primeira reunião **que houve do CONASP foi a anterior, mas eu queria só**  
1389 **ressaltar essas continuidades e essas informações, a quantas andam, de elas serem**  
1390 **trazidas para nós a fim que saibamos quais foram os encaminhamentos e as**  
1391 **formas, porque eu vi, pelas atas passadas, e como eu disse ao conselheiro Almir,**  
1392 **que foram feitos diversos encaminhamentos e que ficaram para esta gestão. Então,**  
1393 **nós temos que ficar atento a isso, para poder não se perder o trabalho nessas**  
1394 **mudanças de gestão que foram relevantes** da outra vez. Obrigado.

1395

1396 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente-Grande Oriente do Brasil) –**  
1397 Esse é o nosso desafio, continuidade. O nosso grande desafio. Queria registrar a  
1398 presença de todos aqui, são bastante, mas a presença do conselheiro desde a comissão  
1399 organizadora da conferência, e que construiu tudo isso aqui que nós estamos tentando  
1400 recuperar, o conselheiro Gandra da Cobrapol.

1401

1402 **O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
1403 **Civis - COBRAPOL) –** Bom-dia a todos e todas. Nós, na reunião de preparação da  
1404 mesa diretora, pelo contencioso que nós podemos ali perceber e até pela própria  
1405 natureza da temática que nós hoje aqui estamos discutindo, que é segurança pública e  
1406 cidadania, a eventualidade é o fenômeno natural no nosso meio. Está sempre  
1407 acontecendo fatos relevantes e que merecem e carecem da nossa posição, da nossa  
1408 reflexão, da nossa intervenção, se podemos assim dizer, haja vista a finalidade do  
1409 conselho que é a participação popular e o controle social. E nós ficamos preocupados de  
1410 ver que reuniões bimestrais não dão para sequer tomar conhecimento, interferir, quando  
1411 você quer posicionar, o assunto já está caduco; é como Maximiliano pôde colocar,  
1412 acaba tendo essa descontinuidade de uma reunião para outra. Então, a sugestão que eu  
1413 coloco aqui para apreciação dos companheiros e companheiras é que houvesse uma  
1414 regularidade maior. “Não dá para vir, porque os conselheiros são de outros estados”,  
1415 que nomeie o suplente, mas que nós não deixemos esses assuntos sem debate. Ainda  
1416 agora pela manhã, tivemos a informação de que mais um indígena da comunidade foi  
1417 assassinado ontem. Então, isso é complicado. É um problema, é um conflito que se a  
1418 Funai não está dando conta de resolver, alguém tem que resolver, alguém tem que  
1419 interferir nisso aí. Então são assuntos que acabam nos pegando de sobressalto, de  
1420 atropelo, e acredito que o conselho tem que ter esse protagonismo, esses debates, sim  
1421 intervir, participar, cobrar, porque é para isso que nós estamos aqui. Então, uma  
1422 ponderação que eu gostaria de fazer que houvesse uma periodicidade menor, um fluxo  
1423 maior de reuniões, e que elas fossem propositivas nesse sentido.

1424

1425 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
1426 **Brasil) –** Ok. Eu acho que para sexta-feira, também tema livre, como está pautado. Eu  
1427 queria, neste momento, aproveitar também o espaço de tempo para conhecer os  
1428 conselheiros que estão vindo pela primeira vez. Eles vão fazer uma breve apresentação  
1429 para depois iniciarmos os trabalhos.

1430

1431 **A Sra. Silvana Ribeiro (Fórum Nacional da Juventude Negra-Fonajune) –** Bom-dia  
1432 a todas e todos. Meu nome é Silvana. Eu sou do Espírito Santo e represento o Fórum  
1433 Nacional Juventude Negra.

1434

1435 **O Ten. Cel. Mesquita (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Comandantes**  
1436 **Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG-PM/CBM) –**  
1437 Bom-dia a todos e todas. Sou secretário geral do Conselho Nacional dos Comandantes  
1438 Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Estou representando o  
1439 presidente, coronel Carlos Alberto Davi dos Santos.

1440

1441 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz) –** Bom-dia a todos e todas. Sou  
1442 Luciana Guimarães. Sou advogada, de São Paulo. Sou fundadora e diretora do Instituto  
1443 Sou da Paz. E nós temos uma cadeira compartilhada, alternando a titularidade e  
1444 suplência com o Instituto São Paulo Contra a Violência.

1445

1446 **O Sr. Marco Antonio Pampulha (FENAPRF) –** Bom-dia a todos. Eu sou o Marco  
1447 Antônio Pampulha, da FENAPRF. Sou PRF no Tocantins. Prazer estar com os  
1448 senhores.

1449

1450 **O Sr. Carlos Magno (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
1451 **Transexuais) –** Bom-dia a todos e a todas. Eu sou Carlos Magno. Atualmente, eu sou  
1452 presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e a  
1453 organização de base (?) -MG com sede em Belo Horizonte. E é a primeira vez que eu  
1454 estou participando do Conselho de Segurança Pública.

1455

1456 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
1457 **Brasil) –** Bom, nós vamos cumprir a pauta agora. Dizer da satisfação de estar conosco  
1458 aqui o deputado federal Efraim Moraes Filho. É do nosso estado, da Paraíba. E foi, no  
1459 ano passado, em 2012, o presidente da Comissão de Segurança da Câmara. E é um  
1460 deputado ativo com a cidadania, com os direitos humanos, com a paz. Nós conhecemos  
1461 o seu trabalho. E dizer que o CONASP se sente honrado com a sua presença e que esta  
1462 manhã possa ser muito produtiva com relação ao tema do SUSP. Passando a palavra ao  
1463 deputado, porque aí ele se posiciona como está hoje, depois da sua experiência como  
1464 presidente dessa comissão. Deputado Efraim, a palavra é sua.

1465

1466 **O Sr. Efraim Moraes Filho (Deputado Federal-DEM/PB) –** Primeiramente, bom-dia  
1467 a todos e a todas. É uma alegria em poder estar aqui presente aceitando o honroso  
1468 convite dos senhores e senhoras. Em nome do nosso vice-presidente, Almir Laureano,  
1469 do nosso colega também, Humberto Pontes, que já compartilhou conosco várias lutas no  
1470 Congresso Nacional a respeito do tema da segurança pública. E em nome do Alex  
1471 Canuto, nosso secretário Executivo, saudar a todos conselheiras e conselheiros. Apenas  
1472 uma breve apresentação. Eu estou no meu segundo mandato, com 34 anos, e tive a  
1473 oportunidade de ser vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, presidente  
1474 da Comissão de Segurança Pública no ano passado. Este ano, devido à rotatividade,  
1475 continuamos como membro titular da Comissão de Segurança Pública. E acredito que o  
1476 tema que me traz aqui, além da presidência da Comissão de Segurança Pública, e a  
1477 experiência adquirida para nós compartilharmos aqui, o fato de ter sido designado  
1478 relator da subcomissão especial que estuda a estruturação de um novo modelo de  
1479 segurança pública para o Brasil. Na análise primária e superficial do que temos o  
1480 modelo estabelecido pela Constituição de 1988, já com mais de 25 anos, um  
1481 desenvolvimento das relações, em uma velocidade das transformações sociais muito  
1482 significativas, e que novos conceitos apareceram, e que merecem ser trabalhados sob o  
1483 prisma do plano legislativo, para que se permita alcançar a sociedade e a cidadania.  
1484 Então, essa é uma responsabilidade que nós podemos perceber, e os senhores e senhoras

1485 que estão, mais do que ninguém, vivenciando o dia a dia, a rotina da sociedade, da  
1486 segurança pública, têm uma experiência absolutamente valiosa, imprescindível,  
1487 reconhecida por nós. Então, esse momento aqui de diálogo, ele é um momento de  
1488 crescimento, em que a sociedade faz uma relação transparente, saudável e valiosa com o  
1489 Poder Legislativo, para que as leis possam, sem dúvida alguma, exprimir o sentimento  
1490 da sociedade, dar um retorno às demandas que existem, se aproveitar da experiência  
1491 adquirida de vários atores aqui que dentro do seu segmento são, sem dúvida alguma,  
1492 protagonistas. E que nós sejamos capazes realmente de produzir uma lei que não seja  
1493 uma lei fria, nem letra morta da lei, mas que ela realmente possa representar um novo  
1494 modelo. Eu vou usar essa expressão entre aspas, porque ela é muito mais ampla, mas  
1495 para facilitar, o novo modelo de segurança pública vai desde a regulamentação ou até  
1496 quem sabe da modificação do art. nº 144 da Constituição Federal. As leis  
1497 infraconstitucionais, como as que nós vamos tratar aqui, que é a lei do SUSP, que é o  
1498 Sistema Único de Segurança Pública, que é o tema principal da pauta. Mas, sem dúvida  
1499 nenhuma, ele está agregado, no meu entender, com mais uma série de leis satélites, mas  
1500 que trazem um avanço legislativo significativo para as políticas públicas de segurança.  
1501 A lei, por exemplo, e eu trouxe aqui, da qual eu também sou relator, que trata dos  
1502 princípios e diretrizes básicas da instalação das UPPs, das Unidades de Polícia  
1503 Pacificadora, e isso aproveitando a experiência do Rio de Janeiro para que possa ser  
1504 multiplicado por todo o país. Esse mês passado, tivemos uma audiência pública, com o  
1505 secretário Beltrame, secretário do Rio de Janeiro, lá na Comissão de Segurança Pública,  
1506 e foram feitos aperfeiçoamentos nesse relatório. Projeto aprovado ainda semana  
1507 passada, também da minha relatoria, projeto até de autoria do Poder Executivo, que fala  
1508 sobre a atualização e a modernização das leis que tratam das medidas de  
1509 indisponibilidade de bens, principalmente daqueles frutos do crime organizado,  
1510 especialmente do tráfico de entorpecentes. Então, nós temos uma nova legislação  
1511 aprovada na Comissão de Segurança Pública, logicamente vai ao plenário da Câmara  
1512 ainda e ao Senado. Esperamos que com regime de urgência, para que dê a capacidade da  
1513 antecipação da alienação desses bens, porque hoje nós costumamos ver aí nas  
1514 manchetes na mídia, na pauta, casos de bens adquiridos, mansões, carros, até aviões,  
1515 lanchas, que se deterioram nos depósitos e acabam não sendo, em tempo hábil, em um  
1516 valor considerável, revertido, inclusive, no próprio orçamento da segurança pública e  
1517 ajuda no combate ao crime organizado, principalmente esse crime, que se caracteriza  
1518 pela sua transnacionalidade, além das fronteiras. Outros temas também vinculados à  
1519 questão da gestão da segurança pública e da tecnologia. Foi aprovado, recentemente, um  
1520 projeto que parece muito simples, mas que de ações simples, se forem implementadas,  
1521 elas gerarão excelentes resultados. Esse que diz mais respeito à questão da execução  
1522 penal. Uma coisa simples, como um software, que conjugando com a base de dados, do  
1523 sistema nacional de informações que é uma política pública hoje já em implementação.  
1524 Um software que nos presídios terá um controle da duração das penas dos encarcerados  
1525 e com avisos automáticos ao Ministério Público, ao diretor do presídio, e ao juiz da  
1526 execução penal, de prazos, e aí com certa antecipação, de que determinada pena estará  
1527 prestes a cumprir, a vencer ou a cumprir algum daqueles prazos que permitem uma  
1528 avaliação ou progressão. Porque infelizmente hoje a lei já existe, mas a carência de  
1529 recursos financeiros, e que levam à carência de recursos humanos, não permite que essa  
1530 avaliação se dê no tempo hábil, e hoje nós vemos o grande número de casos de  
1531 apenados que cumprem a pena de forma excessiva, que o impedem de tentar a  
1532 reinserção na sociedade, e contribuem para a superlotação dos nossos presídios, que é  
1533 um dos temas hoje mais difíceis de encontrar uma solução, pois o déficit é tão grande,  
1534 tão grande, que em números brutos aqui, nós temos 300 mil vagas, são 450 mil

1535 apenados, e o mais grave, mais de 400 mil mandados não cumpridos. Ou seja, se a lei  
1536 funcionar hoje, nós não teríamos onde colocar todos aqueles que merecem pagar a  
1537 sociedade com a sua restrição da liberdade, ou outro tipo de pena. Então, o debate aqui  
1538 foi para isso que eu entendi o convite do CONASP, é para fazer uma breve explanação,  
1539 sem nada muito didático, nem com um interesse aqui de demonstrar a vocês o que se  
1540 está fazendo. É muito mais aqui no sentido de vir pedir a ajuda na convergência de  
1541 opiniões. Estando na presidência da Comissão de Segurança Pública, ano passado,  
1542 como eu falei, nós montamos essa subcomissão, na qual eu fui designado relator, e é  
1543 com ela que eu vou trabalhar em 2013. E ela será o nosso fórum de preparação a esse  
1544 projeto de lei que está aí, que é do Poder Executivo, e é sobre ele que nós vamos falar,  
1545 pelo menos será a espinha dorsal na nossa conversa de hoje. O próprio Poder Executivo  
1546 hoje, o Ministério da Justiça, já disse que ele não está bom. Não está bom no sentido de  
1547 que precisa de aperfeiçoamentos. E pediu ao Congresso Nacional que pudesse avançar  
1548 nesses debates com a sociedade civil organizada, com a academia, com cientistas da  
1549 segurança pública. Enfim, com vários atores, para que produzíssemos um texto que  
1550 pudesse avançar. E esse é sem dúvida nenhuma o grande desafio. O que ao final da  
1551 nossa conversa, eu espero sair daqui, se não hoje, pois acredito que ninguém tenha  
1552 trazido isso pronto, ou se porventura o tenha, é melhor ainda, mas que essas  
1553 contribuições cheguem para nós do ponto de vista pragmático. E aí é uma questão muito  
1554 do meu perfil. Eu, entre outras funções, eu assumo hoje uma das sub-relatorias do novo  
1555 Código de Processo Civil. Vai ser votado, se Deus quiser, até o final de junho, na  
1556 comissão especial. Já foi aprovado no Senado, para ir para o plenário da Câmara. Mas  
1557 como sub-relator da parte geral, que é a primeira e a maior, até o art. nº 291, foi uma  
1558 experiência muito valiosa que pode nos ajudar até em um trabalho mais, não vou dizer  
1559 mais eficiente, porque o outro foi muito eficiente, mas que seja até mais bem  
1560 aproveitado o espaço de tempo, e a ideia é não nos perdermos em debates  
1561 exclusivamente filosóficos para tratar de temas que são convergentes, conceitos que  
1562 cada um de nós temos, mas que quando se pede para fazer o projeto de lei, como é que  
1563 se tem a segurança pública, ela tem que ser um dever do estado, responsabilidade de  
1564 todos, direito do cidadão, tudo certo, mas como é que eu transformo isso em lei? Vou  
1565 entrar aqui no tema. A integração das polícias. É integração? É unificação? É? Não é?  
1566 Do jeito que está hoje, está bom? Não, não está, tem que mudar. Então, como é que nós  
1567 botamos isso para um projeto de lei? Certas coisas nós convergimos, mas o desafio é  
1568 transformá-las em letra. E esse é realmente o debate maior que eu acredito que nós  
1569 temos nessa subcomissão e que eu peço o apoio dos senhores, no fim do debate e no  
1570 transcorrer dos meses que virão, apontamentos, sugestões pontuais, pragmáticas,  
1571 emendas aditivas para adicionar ao que está faltando na nossa legislação, emendas  
1572 supressivas para retirar da nossa legislação que porventura tenha em excesso, que seja  
1573 nocivo, emendas modificativas para adaptar algum texto de lei ou algum artigo da lei  
1574 que precise avançar. Rapidamente, e se puder ir percorrendo o texto, vocês verão aí, o  
1575 projeto é do Poder Executivo, que fique bem claro, ele é feito de 30 artigos. Mas só não  
1576 tem, pessoal, a numeração dos artigos, infelizmente não sei por que. Mas, por exemplo,  
1577 esse artigo aí é o art. 1º, em sequência é o art. 2º. Então, a minha intenção aqui, muito  
1578 mais do que falar sobre o projeto, é falar sobre os procedimentos que serão adotados, o  
1579 *modus operandi* com que nós iremos proceder na comissão. O que eu quero é só passar  
1580 rapidamente. Não vamos ler um a um. Todos vão ter em mãos. Mas para vocês  
1581 entenderem a estrutura do documento. Então, capítulo 1, “Dos princípios e diretrizes da  
1582 segurança”. Ele vem aí repetindo conceitos que são do conhecimento de todos, art. 3º.  
1583 art. 4º ele começa a falar dos princípios, proteção dos direitos humanos, respeito aos  
1584 direitos fundamentais, resolução pacífica, o uso proporcional da força, eficiência na



1585 prevenção e repressão, eficiência nas ações; art. 5º, participação comunitária,  
1586 atendimento imediato ao cidadão, planejamento estratégico, integração dos órgãos,  
1587 unidade de comando, coordenação, cooperação, distribuição, deontologia policial,  
1588 unidade, curso de formação e aperfeiçoamento, ampliação da matriz curricular nacional,  
1589 processos científicos, unidade e registro de ocorrência policial, o sistema integrado de  
1590 informações, dados eletrônicos, e por aí vai. Todos estão lendo. Capítulo 2, Sistema  
1591 Único de Segurança Pública. Vai conceituar o que é o sistema baseado no art. nº 144.  
1592 Mais uma vez, ele vai no art. 7º, parágrafo único, exclui as guardas municipais dentre o  
1593 rol desses projetos satélites a que eu me referi. Ano passado, sob a nossa presidência,  
1594 conseguimos fazer talvez a maior conquista da Comissão, que foi aprovar o Estatuto das  
1595 Guardas Municipais. Eram nove anos que esse projeto tramitava na Comissão de  
1596 Segurança Pública sem conseguir consenso, em uma grande disputa corporativista. E  
1597 quando eu chamei esse texto à responsabilidade, que eu fui conversar com a Polícia  
1598 Militar, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Polícia Civil, cada um tinha o seu receita,  
1599 eu descobri que o projeto tinha, sei lá, 60 artigos. A dificuldade da Polícia Militar era  
1600 uma, a dificuldade da Polícia Federal eram dois artigos, os agentes de trânsito tinham  
1601 um. Então chamamos essa mesa redonda, fizemos a mediação, podamos os excessos,  
1602 avançamos onde podia, e depois de nove anos conseguimos a aprovação no projeto por  
1603 unanimidade. Passou na Comissão de Segurança Pública, está agora na Comissão de  
1604 Finanças e Tributação para ver a questão de impacto orçamentário. Está lá demorando  
1605 um pouco, mas esperamos que seja votado. Então, são temas onde avançamos, e ano  
1606 passado era ano de eleições municipais. E, principalmente nas médias e grandes  
1607 cidades, mas até mesmo nas menores, guarda municipal foi projeto, programa, carta-  
1608 programa de qualquer um dos candidatos que puderam disputar as eleições nessas  
1609 médias e grandes cidades do país. E são dados concretos que, às vezes, está debaixo do  
1610 nosso nariz e nós não percebemos que há quatro anos não existia. Nas campanhas  
1611 municipais de 2008, o tema guardas municipais era um tema apresentado como  
1612 novidade, era inovação. Agora, praticamente era obrigatório na cartilha ou na carta-  
1613 programa de cada um dos senhores prefeitos para mostrar como a responsabilidade do  
1614 município, que hoje ainda é periférico no nosso arquétipo constitucional e legal, ela  
1615 precisa ser trazida a lume, mais uma vez justificando por que temos que avançar na  
1616 legislação. Ele vem tratando aí, pessoal, de detalhes do SUSP e tal, dos conselhos  
1617 regionais, o art. nº 10, falando exatamente sobre a questão dos conselhos, que interessa  
1618 basicamente mais do que nunca aqui, a este fórum: "...poderão ser criados conselhos de  
1619 segurança pública, no âmbito federal, regional e demais entes federativos", "O Conselho  
1620 Nacional de Segurança Pública, com atribuições, funcionamento, composição e  
1621 regulamento contará com a participação e representação do Ministério da Justiça...". O  
1622 Capítulo 3. Ele vai trazer, mais uma vez, as ações. Apoiar, implementar. Promoção  
1623 qualificacional, atividade de inteligência. Aí trata da Força Nacional de Segurança  
1624 Pública. Como eu disse, eu não vou querer me deter. não vamos discutir inciso por  
1625 inciso, pois acho que este não é o momento de discutir inciso por inciso. Eu acho que  
1626 vocês vão se debruçar sobre isso e trazer essa discussão preparada para nós avançarmos.  
1627 Agora entramos na questão da educação e valorização profissional, os cursos de  
1628 capacitação e qualificação. É por isso que esse projeto, hoje, inclusive está na Comissão  
1629 de Educação, antes de chegar à Comissão de Segurança Pública, e lá está parado. Está  
1630 parado na relatoria do deputado Biffi, do PT de São Paulo. O próprio governo pediu que  
1631 tivesse uma parada, porque entendeu que alguns conceitos aí precisam melhorar. Tema  
1632 tratando de toda essa parte de qualificação. Vem tratando da segurança cidadã, com os  
1633 conceitos que estão aí expostos. E trata aí das disposições finais e transitórias.  
1634 Perceberam, em um olhar muito superficial, exatamente essa questão de muitos

1635 conceitos, de muitas ideias, e que nós precisamos avançar na implementação dessas  
1636 ideias. Eu volto a dizer, o nosso grande problema hoje, talvez hoje seja, mas as ações  
1637 que estão em curso, não serão a pauta legislativa da segurança pública. A parte de  
1638 políticas públicas de segurança, hoje, nós temos um rol de projetos e de ideias em  
1639 andamento que nos ajudarão a avançar, a desenvolver dentro dos conceitos, hoje, que eu  
1640 imagino que sejam completos entre nós. O nosso grande desafio hoje, e eu aí eu vou  
1641 chegar para abrir ao debate, eu considero dois pilares: é a gestão da segurança pública e  
1642 o orçamento da segurança pública. E nisso tem um pilar transversal que se chama  
1643 tecnologia, que tem que estar presente aí em todas as ações, primeiro para suprir uma  
1644 carência que, infelizmente, existe hoje de recursos humanos. Então, a tecnologia tem  
1645 como avançar nessa questão. E outra é para permitir que realmente nós possamos usar  
1646 os meios que estão disponíveis aí, para que eles sejam colocados à disposição da  
1647 segurança. Para vocês terem uma ideia, os pontos-chaves desse projeto são  
1648 modernização no combate ao crime, a questão da gestão integrada dos gabinetes de  
1649 segurança, o disciplinamento do uso da Força Nacional, inclusive agora com a MP dos  
1650 portos, só uma complementação, o próprio comércio marítimo hoje, com as fronteiras  
1651 dos portos para os terminais privados, tende a avançar muito, principalmente nessa  
1652 questão das drogas, onde terá que ter uma fiscalização absolutamente rigorosa. Então,  
1653 os eixos, que é exatamente o que nós vimos. Gestão unificada da tecnologia da  
1654 informação, gestão do sistema de segurança, formação e aperfeiçoamento de policiais,  
1655 valorização das perícias e a melhora da produção de prova, prevenção da violência e  
1656 instalação de ouvidorias independentes e modernização da gestão da segurança pública  
1657 nos órgãos de segurança, das ouvidorias e das corregedorias, criando condições para  
1658 reduzir a vulnerabilidade social e criminal dos jovens, criar novos paradigmas de  
1659 segurança pública na sociedade, integrar as políticas públicas de segurança dos entes  
1660 federados, aumentar a capacidade de gestão das organizações de segurança pública,  
1661 democratizar o debate e a formulação de políticas públicas de segurança e oferecer à  
1662 população uma segurança para exercer os seus direitos públicos. Isso tudo é da própria  
1663 justificativa do projeto, ou seja, *mens legis*, que o Poder Executivo tenta transferir  
1664 dessas consultas. Por último, pessoal, é uma pena não...

1665  
1666 **O Sr. Efraim Moraes Filho (Deputado Federal-DEM/PB)** – Vamos tirar xerox, eu  
1667 vou passar para vocês. Mas eu acredito que não tenha o projetor aqui não para projetar a  
1668 transparência. Será que consegue escanear rapidamente? Isso aí é sobre orçamento.  
1669 Então, enquanto nós concluímos sobre o tema do orçamento, é bom com a tela para que  
1670 todos percebam os dados que nós queremos trazer e esses realmente são os mais  
1671 desalentadores. Eu peço a todos que puderem tomar nota, porque vocês gostarão de  
1672 analisá-lo depois, bastante completo o Projeto de Lei nº 370/2011 que estabelece  
1673 princípios e diretrizes para promoção e instalação de programas, projetos e ações de  
1674 pacificação social, policiamento comunitário e unidades de polícias pacificadoras ou  
1675 órgãos assemelhados em todo o território nacional e dá outras providências. Então,  
1676 pessoal, rapidamente passar para vocês, nesse 370, que trata exatamente dessa  
1677 promoção e instalação de programas, projetos e ações de pacificação social,  
1678 policiamento comunitário em unidades de polícia pacificadora, ele vem definindo o que  
1679 é unidade de polícia pacificadora, policiamento comunitário, programas, projetos e  
1680 ações de pacificação social, serviços públicos comunitários, ele é bem interessante e é  
1681 espinha dorsal, também, desse novo texto, desse novo modelo que se pretende produzir.  
1682 Eu quero chamar a atenção exatamente para o fundamento dele, princípios e diretrizes  
1683 para promoção, instalação de programas, projetos e ações de pacificação social,  
1684 policiamento comunitário, unidades de polícias pacificadoras, ou órgãos assemelhados.

1685 Aí ele vem, no art. 3º fazendo essa conceituação de cada um deles. Aí no art. 4º, ele vem  
1686 falando dos serviços públicos mencionados, que é exatamente esse conceito do  
1687 policiamento comunitário, que ele não é só ação repressiva, mas ação integrada com a  
1688 educação, com a saúde, com o esporte, com o lazer, geração de oportunidades para os  
1689 jovens. Aí o inciso I, instalação de creches, construção de áreas de lazer, inciso III,  
1690 unidades de ensino técnico profissionalizante; o IV, acesso gratuito à banda larga, redes  
1691 de energia elétrica e saneamento básico; o V, garantia do acesso ao programa de  
1692 primeiro emprego pelo jovem. Aí vem o capítulo três, princípios e diretrizes. Aí está lá  
1693 no primeiro, promoção aos direitos humanos, cultura de paz, apoio ao desarmamento,  
1694 criação e fortalecimento de redes sociais comunitárias, respeito e promoção de  
1695 tecnologias, garantia de acesso à justiça, especialmente nos territórios vulneráveis,  
1696 garantia por meio de medidas de urbanização, aí fala do Pronasce, no seu inciso;  
1697 programas profissionalizantes, promoção de estudo, transparência de execução,  
1698 sociedade civil, respeito à diversidade, intersetorialidade, integração das estratégias  
1699 estaduais, nacionais e internacionais. Capítulo quatro, execução e gestão de programas,  
1700 projetos e ações. Então, ele fala das ações coordenadas. A Secretaria de Segurança  
1701 Pública, Educação, Cultura, Trabalho, Assistência Social e órgãos similares. No  
1702 capítulo cinco, disposições finais e transitórias. Então, rapidamente nós passamos pelo  
1703 Projeto nº 370/2011, que traz conceitos absolutamente modernos e atualizados, no meu  
1704 entender, sobre esse tema da pacificação social, da promoção e instalação de programas  
1705 comunitários de unidade de polícia pacificadora. Peço, mais uma vez, que vocês possam  
1706 se debruçar sobre ele para fazer sugestões para que possamos aprimorá-lo. Agora, o  
1707 documento sobre o orçamento. Eu acredito que seja uma matéria que não seja estranha  
1708 aos senhores. A dificuldade que temos hoje, infelizmente, com contingenciamentos,  
1709 com a baixa execução orçamentária, o excessivo número de restes a pagar que acaba  
1710 dificultando a implementação de todos esses programas. Deixe-me começar logo por  
1711 um tema muito árido, que é exatamente os recursos do FUPEN, o Fundo Penitenciário.  
1712 As crescentes receitas do FUPEN, integradas por custas judiciais, loterias federais,  
1713 recursos próprios não financeiros e recursos próprios financeiros, são vinculadas, não  
1714 podendo serem remanejadas. Com o baixo nível de execução financeira, o balanço  
1715 patrimonial registrou, em 2012, um saldo financeiro de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão,  
1716 com superávit de R\$ 380 milhões, fruto em parte dos saldos em caixa, não utilizados,  
1717 que é a Lei nº 4.320/64, art. nº 43, considera como fonte de recursos possíveis para  
1718 atender créditos adicionais. A leitura é de que o governo tem preferido utilizar esses  
1719 recursos para justificar o superávit primário, ou seja, essa disponibilidade financeira  
1720 para o Fundo Penitenciário, de R\$ 380 milhões, só em 2012, que deveria ter sido  
1721 aplicado na segurança pública, acabou no balanço deste ano servindo como colchão,  
1722 expressão técnica-orçamentária lá que usamos, servindo para o pagamento da dívida  
1723 interna e para o superávit primário. Então, uma das grandes dificuldades nossas hoje,  
1724 que são as cadeias públicas, as prisões, o sistema carcerário, enfim, teve no ano de 2012  
1725 um saldo de R\$ 380 milhões que não foram aplicados, e que ao final do ano serviram  
1726 para justificar o superávit primário como contingenciamento. Então, essa é uma  
1727 demonstração dessa dificuldade de trabalhar todos esses conceitos legislativos. Se não  
1728 nos for permitido ter o recurso orçamentário para colocá-lo em voga, em sua plena  
1729 eficácia, nós estaremos enxugando gelo. E nós temos aí desde temas importantes no  
1730 Congresso Nacional hoje, como a questão do adicional de fronteira, já que as nossas  
1731 fronteiras são um espaço de 17 mil quilômetros, eu tinha esses números exatos, mas  
1732 cerca de mil e poucos profissionais, 1,2 mil, 1,3 mil, servidores da Polícia Federal são  
1733 destinados ao trabalho de área de fronteira, se fossem colocados todos, imagino que é  
1734 em turno, cada um teria que cuidar de mil e poucos quilômetros de fronteira, e eles

1735 trabalham em turnos. Então, é uma dificuldade que nós temos o adicional de fronteira, é  
1736 um tema importantíssimo, pois não produzimos armas em grande quantidade e droga, e  
1737 elas entram, logicamente, pelas fronteiras, tráfico de pessoas, de armas e de drogas. Eu  
1738 queria encerrar com essa demonstração para vocês verem a dificuldade que nós temos.  
1739 Não adianta fazerem leis ideais se for um sistema distorcido. Então, essas são as  
1740 despesas, o orçamento do Ministério da Justiça. Você vê que vem crescendo, e  
1741 infelizmente, em 2013, nós tivemos, apesar de toda a demanda social que existe no tema  
1742 de segurança pública, que em qualquer rincão deste país, a segurança pública, quando  
1743 não está em primeiro, está em segundo lugar nas enquetes de opinião pública, e quando  
1744 está em segundo, é porque perde para a saúde, que é em primeiro. Mas quando entra o  
1745 tema da violência, segurança pública e drogas, geralmente eles conseguem chegar ao  
1746 primeiro lugar das enquetes. E apesar de toda essa demanda, em 2013, nós tivemos um  
1747 decréscimo do orçamento da segurança pública do Ministério da Justiça do país, uma  
1748 queda de aproximadamente 10%, vocês podem perceber, o disponibilizado ali é por  
1749 contingenciamento. O decreto de contingenciamento da presidente Dilma, este ano, foi  
1750 mais ameno, o que permitiu que tivéssemos recursos disponibilizados, ou seja, não  
1751 contingenciados, com perspectiva de serem trabalhados este ano, um pouco maior,  
1752 apesar de o valor aprovado ser menor. Vamos aí para o segundo quadro. Então, aí  
1753 vamos falar apenas de investimento. Porque dentro daquele primeiro orçamento tem o  
1754 custeio da própria máquina, de pagamentos de salários, enfim. Em 2010, nós temos,  
1755 mais uma vez, uma evolução de valores de investimentos que vem crescendo. Em 2012,  
1756 um salto substantivo e, mais uma vez, reduzido para 2013. Apesar de que o orçamento  
1757 para o ano, com a perspectiva hoje de maio, o orçamento está aprovado, pode ser que de  
1758 repente algum novo plano da presidente aí para o segundo semestre, talvez equipare  
1759 esses investimentos. E vamos para os empenhos. Tivemos o empenho em 2011 muito  
1760 baixo, melhorou em 2012, em 2013, mais uma vez, com a ressalva de que é só até maio.  
1761 Tivemos o empenho desses R\$ 236 milhões. Aí vem o percentual do empenhado sobre  
1762 o aprovado, ou seja, aquela ideia de que o orçamento, muitas vezes, é fictício. Então, ele  
1763 traz essa leitura do empenhado pelo aprovado. Vocês podem notar que em 2011 ele foi  
1764 bastante duro. Em regra, para vocês terem uma ideia do que foi pago de 2010 até hoje,  
1765 foi 16% do que foi o orçamento da segurança pública para o país. Para 2011, 11%, para  
1766 2012, 10%, e até agora, pagos, 0,02%, apesar de termos 8,53%, que já foi empenhado  
1767 para o orçamento 2013. Mas nós estamos em maio. As datas até dia 25 de maio. Cinco  
1768 meses, quase a metade do ano. Deveríamos estar próximos aí da meta de 50%, mas não  
1769 foi feito. Por último, as inscrições em restos a pagar: R\$ 500 milhões em 2010, em  
1770 2011, R\$ 596 milhões, em 2012, R\$ 1,4 bilhão e quatrocentos milhões inscritos em  
1771 restos a pagar. Isso são os anulados. Os restos a pagar pagos em cada ano, que foi pago  
1772 do exercício anterior. E o que temos aí a pagar, ainda de 2010, de 2011 e de 2012.  
1773 Então, esse é um pouco do cenário econômico que torna muito difícil, às vezes, as  
1774 políticas públicas serem efetivas. Agradeço a atenção de cada um de vocês. E queria  
1775 abrir ao debate. Muito obrigado. (*Palmas!*)

1776

1777 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
1778 **Brasil)** – Obrigado, deputado Efraim por sua excelente participação. Queria fazer uma  
1779 consulta à plenária. Eu acho que todos nós vamos querer nos posicionar. Se nós  
1780 podíamos estabelecer um tempo para ser um pouco mais organizativo? Se isso seria  
1781 pertinente, nós estabelecermos logo para não criar situações. Eu queria fazer a consulta.  
1782 Qual seria o tempo que nós poderíamos fazer de uso de cada conselheiro? Dois  
1783 minutos? Consenso? Ok. Com a palavra o conselheiro Marlon Tesa, depois o Alberto,  
1784 Joel, Alberto, Rildo.

1785

1786 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**  
1787 **Estaduais - Feneme)** – Bom-dia, deputado. É um prazer tê-lo aqui, eu acompanhei o  
1788 senhor no ano passado na Comissão de Segurança Pública e foi um ano bem produtivo  
1789 mesmo. Ontem nós ouvimos uma palestra sobre o SUS. E eu, particularmente, conhecia  
1790 muito pouco do SUS. O que eu notei que, para funcionar o SUS, que funciona, embora  
1791 tenha problemas, mas funciona, e culturalmente, dentro do sistema de saúde, já está bem  
1792 divulgado, coisa que não ocorre na segurança pública. Mas, são duas premissas básicas  
1793 que eu senti naquele sistema para funcionar. Porque os projetos do SUSP, ele fala de  
1794 conceitos, tal, mas não é incisivo quanto ao determinado de fazer, de cumprir. Nos  
1795 estados é muito pior ainda, com certeza, em alguns estados. São pontos que são cruciais.  
1796 Primeiro, o poder dos conselhos, por exemplo, a lei não pode dizer que os estados e  
1797 municípios poderão criar conselho. Não, eles têm que criar conselho. O SUS tem  
1798 conselho funcionando. E o principal, além de dizer que tem que criar os conselhos, não  
1799 sendo optativo para o estado, como está hoje é “poderão ser”. Esse é um ponto crucial,  
1800 tem que ter. E mais, esse conselho tem que ter poder. Por exemplo, o SUS, segundo  
1801 informações, ele tem o poder de denunciar, conforme orçamento anterior, por não ter  
1802 cumprido as metas, denunciar ao Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas vai glosar  
1803 as contas lá do Executivo quando ele não cumprir aquelas metas que o Conselho achar  
1804 que não foram dentro daquilo que ele pactuou, digamos assim. Então eu acho que esse é  
1805 um dos pontos, tem que ter conselho e tem que ter poder esses conselhos. Segundo, é o  
1806 problema que o senhor falou agora muito bem. É o problema do contingenciamento.  
1807 Hoje a segurança pública, além de não ter uma verba carimbada, como se diz  
1808 popularmente, como tem a educação e a saúde, que é o caso do SUS, além disso, as  
1809 verbas são contingenciadas absurdamente. Tem estado que o gestor se programa, o  
1810 gestor, que tem os seus problemas também, o gestor em qualquer área que seja, em  
1811 qualquer instituição que seja de segurança pública, ele se programa, faz um plano  
1812 estratégico em cima de um orçamento que ele tem, mas ele não tem o orçamento. E aí  
1813 ou ele dá calote ou fica a mercê de toda a corrupção indireta, digamos assim, para  
1814 conseguir recursos.

1815

1816 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL – DEM/PB)** – Permitam-se só  
1817 acrescentar uma informação que eu deveria ter passado, e foi bem lembrado. Uma das  
1818 teses, e aí não é vinculado ao SUSP, mas tem uma resistência muito forte do Congresso,  
1819 mas nós defendemos, mas é a questão do Fundo Nacional de Segurança Pública,  
1820 vinculado em 5% do orçamento, assim como a saúde e a educação tem 25%, a saúde, no  
1821 município, tem 15%, nós iríamos também com 5% de segurança pública, mas há uma  
1822 resistência dentro do Governo Federal e leva esse problema.

1823

1824 **O Sr. Joel Malta de Sá (Conselho Nacional das Guardas Municipais)** – Bom-dia a  
1825 todos e a todas. Deputado Efraim, é uma honra tê-lo aqui apresentando esse trabalho,  
1826 tão importante. Meu nome é Joel Malta de Sá. Eu sou secretário executivo do Conselho  
1827 Nacional das Guardas Municipais e fui comandante-geral da Guarda Civil  
1828 Metropolitana de São Paulo, uma guarda hoje com 6,5 mil homens, a maior guarda do  
1829 Brasil. Fui comandante-geral por cinco anos. Deixei o comando agora, dia 17 de  
1830 janeiro. Mas, continuamos ainda o trabalho aqui no Conselho Nacional das Guardas, e  
1831 sou conselheiro, desde o ano passado. E dizer dessa alegria que nós temos das guardas  
1832 municipais do Brasil estarem inseridas no Sistema Único de Segurança Pública.  
1833 Acompanhei ontem uma fala do coronel Mário, uma preocupação de algumas guardas,  
1834 sobre armamento, e isso nos deixa bastante preocupados. E dizer que esse trabalho do

1835 SUSP é um trabalho que nós já acompanhamos. Nós fizemos, no ano passado, aqui  
1836 encabeçado tanto pelo CONASP, como pelo Conselho Nacional das Guardas  
1837 Municipais, o ministro da Justiça e a secretária Regina, nós elaboramos um trabalho  
1838 chamado Marco Regulatório das Guardas Municipais. Esse projeto de Lei é um projeto  
1839 que nos preocupa, porque nós conseguimos cadastrar o ano passado cerca de 770  
1840 guardas municipais no Brasil. Nós sabemos que existem mais de mil guardas municipais  
1841 atuando no Brasil, e essa preocupação que nós temos do conselho, e esse marco  
1842 regulatório que será uma lei federal, que ela dará as diretrizes de atuação das guardas  
1843 municipais em todo o Brasil. Que hoje nós temos muitas guardas que atuam, vamos  
1844 dizer assim, de qualquer jeito. Não tem uma legislação padrão no Brasil. Não temos  
1845 uma padronização sequer de uniforme, sequer de atribuições. Nós temos a lei que  
1846 permite as guardas serem armadas, mas é uma lei que são muitos requisitos e tem que  
1847 ser assim mesmo, corregedoria, capacitação psicológica, técnica. Então, dizer que hoje  
1848 no Conselho das Guardas, nós temos essa preocupação para que as guardas realmente  
1849 atuem dentro daquilo que a Constituição Federal traz, e estamos preocupados, sim, com  
1850 a formação e com a padronização da atuação. E parabenizar o trabalho do deputado,  
1851 inserindo, através da comissão, as guardas neste Sistema Único de Segurança Pública.  
1852

1853 **O Sr. Alberto Cabral (Grande Oriente do Brasil)** – Deputado Efraim, bom-dia. Bom-  
1854 dia a todos. Eu sou Alberto Cabral, Grande Oriente do Brasil. Deputado, nós temos 300  
1855 mil vagas, 450 mil apenados, ou seja, 150 mil almas passando grandes dificuldades. Daí  
1856 a questão dos clamores, por exemplo, dos direitos humanos. Quatrocentos mil fora  
1857 desse sistema. Ou seja, o modelo prisional do estado falhou. Nessa perspectiva, a  
1858 percepção de impunidade na sociedade é crescente. O Sistema Único de Segurança  
1859 Pública é requisitado quando tudo falha. Falhou. O PL nº 370/2011, parece-me que vem  
1860 na perspectiva do retorno da presença do Estado, ou seja, o Estado não existe, o Estado  
1861 falhou, e esse PL nº 370/2011, parece-me que vai exatamente nessa direção. Ora,  
1862 voltando ao Sistema Único de Segurança Pública, onde é que está o financiamento  
1863 desse sistema? E mais ainda, se o Estado é responsável pela política pública, pelo  
1864 modelo de gestão, por que ele também tem que ser o responsável pela sua execução?  
1865 Será que não existe a possibilidade de se discutir inclusive a execução dessa política  
1866 pública por outro ente, por outra unidade, por um outro indivíduo, por uma outra  
1867 personalidade jurídica? Visto que, aparentemente, 400 mil fora, 150 mil em péssimas  
1868 condições. Parece-me que não temos condição de resolver isso. Então fica, política  
1869 pública, modelo de gestão, e a pergunta: a execução dessa política pública de segurança  
1870 pública tem que ser exclusiva do estado? Nós não podemos buscar parcerias nessa  
1871 direção, para que dê uma resolução, senão imediata, o mais rápido possível para a  
1872 sociedade? Obrigado.  
1873

1874 **O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
1875 **Civis - COBRAPOL)** – Deputado Efraim, é um prazer tê-lo aqui na nossa jornada por  
1876 mudanças. Mas minha pergunta é simples. Eu mais uma vez eu fico frustrado em ver a  
1877 gênese e a seta do projeto 370. Ele é o melhor de todos que estão aqui sendo  
1878 apresentados, porque mais uma vez é um projeto de emenda. E a sociedade brasileira, e  
1879 todos nós operadores de segurança pública, operadores do direito, nós temos uma  
1880 convicção que esse modelo não dá resultados. É preciso romper paradigmas. Mais uma  
1881 vez nós vemos o Governo Federal como mero suplementador. Poderá, observar-se-à,  
1882 mas não rompe o modelo. O modelo de polícia, o modelo de mais uma vez colocar na  
1883 mão dos governadores de estado a gestão, o financiamento, a operacionalização, a  
1884 blindagem dos serviços de segurança pública. Porque assim, uma segurança pública

1885 meramente reativa, e não proativa. E aí a pergunta que eu faço, por que não romper esse  
1886 paradigma? Por que não romper essa tradição bissecular? Uma Polícia Militar de 250  
1887 anos, uma Polícia Civil de 205 anos, a Guarda Municipal que começou agora, e quer  
1888 substituir as polícias, ou quer... Mas não se fala em um modelo preventivo. Ainda há  
1889 outros devaneios de PPPs, privatizar presídio, privatizar aqui, mas a sociedade fica para  
1890 trás. Por que não romper esses paradigmas? Teoria do caos, destruir tudo para começar  
1891 tudo de novo, porque não funciona. Um sistema prisional com 400 mil presos, meio  
1892 milhão de presos, o princípio da ressocialização foi embora. E como falar em  
1893 ressocialização, se sequer socializou aquele indivíduo? Por que não romper esse  
1894 paradigma? Financiamento. Nós vemos o SUS, se o bem jurídico estruturado pelo  
1895 direito à saúde, à vida humana, ao SUS, no nosso caso também, a vida humana, a  
1896 liberdade, a integridade física, por que não copiar esse modelo do SUS? Assumir de  
1897 fato, o Governo Federal, a segurança pública como tema primordial?

1898

1899 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** –  
1900 Bom-dia, deputado. Alguns companheiros que me antecederam já levantaram a  
1901 preocupação. Mas, a experiência na luta que nós temos, historicamente, pelos direitos  
1902 humanos, e como há essa ideia, essa perspectiva de se construir um Sistema Único de  
1903 Segurança Pública, seria importante que vocês tivessem contato com uma coisa  
1904 chamada Plano Nacional de Direitos Humanos III, não só pelo seu conteúdo, mas pelo  
1905 seu histórico de construção. Essa ideia de sistema foi construída na base do debate  
1906 amplo com a sociedade e também com os entes estatais, a partir de conferências locais,  
1907 conferências estaduais e conferência nacional. Porque eu creio que assim, não só se teria  
1908 a oportunidade de ouvir uma série de propostas, ideias e emendas a uma ideia de  
1909 Sistema Único de Segurança, como também se garantiria a participação mais ampla da  
1910 sociedade. Eu não sei como é que está a discussão da segunda CONSEG, talvez devesse  
1911 ser um dos grandes pontos da discussão do CONSEG, seria exatamente essa ideia de  
1912 sistema de segurança para que haja, efetivamente, uma participação ampla dos  
1913 movimentos sociais, da sociedade civil e de outros entes que têm muita dificuldade,  
1914 eventualmente, de acessar esse debate aqui dentro, na Câmara dos Deputados, em  
1915 Brasília. Então, eu estou pensando na ideia de processo. Assim, qual é o processo de  
1916 discussão na construção, de fato, de um sistema que venha a ser, de fato, um sistema  
1917 único de segurança pública, e que venha a atender? E para encerrar, eu acho que alguns  
1918 companheiros já tocaram, a forma como está escrita a lei ou essa proposta, eu fico muito  
1919 preocupado, porque ela não responsabiliza nada e nem ninguém. São diretrizes, é uma  
1920 ideia de padronização, de conceitos, enfim, é importante também, isso falta, mas não  
1921 responsabiliza ninguém. E nós temos muitas leis no país que não responsabilizam  
1922 ninguém e ninguém as cumpre. Então, o art. 5º, da Constituição, se cumprido pelas  
1923 forças policiais, nós não teríamos, por exemplo, violação de direitos. Então, se todos  
1924 cumprissem a Constituição, já seria um grande salto para a nossa nação. E essa ideia de  
1925 construir um sistema só com diretrizes, parece-me que vamos repetir um pouco as  
1926 coisas que já são conceituais dentro dos princípios constitucionais, se nós não criarmos  
1927 um sistema que faça a obrigação que torne obrigatório que os entes desse sistema eles,  
1928 de fato, executem aquilo que está proposto nas diretrizes.

1929

1930 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
1931 **Brasil)** – Obrigado, conselheiro Rildo. O conselheiro Márcio Godoy. Conselheiros,  
1932 vamos cumprir os dois minutos que combinamos, isso não quer dizer que os senhores  
1933 não possam tê-los novamente. Nós tivemos cinco participações. O deputado vai  
1934 responder as cinco, depois continuaremos.

1935

1936 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL – DEM/PB)** – As opiniões que  
1937 foram aqui trazidas, claro, todas aqui sugestões que nós anotamos, têm um ponto em  
1938 comum, e que eu iniciei o debate, mais uma vez, dizendo, nós estamos trabalhando em  
1939 cima de uma espinha dorsal, que é um projeto do Poder Executivo, e em cima desse  
1940 projeto do Poder Executivo buscar a contribuição dos diferentes protagonistas, seja a  
1941 sociedade civil organizada, a academia, a universidade, o Fórum Brasileiro de  
1942 Segurança Pública, as polícias, enfim, que façam com que esse projeto saia do plano  
1943 filosófico para ir para o plano pragmático e dê implementação. Mais uma vez eu digo  
1944 que é hoje o grande desafio da segurança pública é a gestão da segurança, e não as  
1945 políticas de segurança. Esse é um conceito, que pelo menos comigo eu trago muito  
1946 arraigado e estou convencido dessa situação. O nosso grande desafio, hoje, não são as  
1947 políticas de segurança. Essas devem ser melhoradas, devem ser aperfeiçoadas e estão  
1948 sendo. Existem lacunas que merecem ser preenchidas. Mas o grande desafio nosso é a  
1949 gestão da segurança pública. E aí por essa linha passa o Marlon, que fala sobre fazer e  
1950 cumprir, e eu acho que isso é importante, que foi também a fala do Queiroz,  
1951 principalmente, falou das obrigações e responsabilidades. Talvez, pela gênese, e o  
1952 Denilson falava da gênese, ter sido do Poder Executivo, ele tenha sido mais brando  
1953 nessa questão de colocar responsabilidades para o gestor, mas cabe a nós, o Poder  
1954 Legislativo, que representa o povo, fazer com que essa lei ganhe corpo e musculatura,  
1955 no sentido de fazer com que essas obrigações e responsabilidades fiquem mais claras.  
1956 Eu acho que vai por aí, e é por isso que ouvindo vocês, essas contribuições vão  
1957 fortalecendo os nossos argumentos e o nosso convencimento. Falou-se sobre a questão  
1958 das verbas vinculadas. Concordo, nós rodamos, rodamos, rodamos e voltamos para a  
1959 questão do orçamento, porque as políticas são boas. Imagina se nós tivéssemos no ano  
1960 de 2012, R\$ 1 bilhão de restos a pagar. Mais R\$ 1 bilhão na segurança pública brasileira  
1961 já daria, talvez, outro aspecto. Então, o que precisa realmente é priorizar a segurança  
1962 pública, que hoje, do ponto de vista político, se você é um gestor municipal, até mesmo  
1963 estadual, se você tem elementos que dizem que construir um hospital dá maior  
1964 repercussão do que você equipar a guarda, o que você vai fazer? Se você não tem uma  
1965 diretriz, e aquilo ali fica na sua discricionariedade, na discricionariedade você vai fazer  
1966 uma opção que você entende que dá maior resultado ou visibilidade. Então, o tema  
1967 segurança pública hoje, até por ele ser essa mão invisível do estado, porque você atuar  
1968 na segurança pública, ninguém conta quantos homicídios foram evitados, você conta  
1969 quantos aconteceram. Não, nós conseguimos evitar mil homicídios, dois mil. Quer  
1970 dizer, esse é o número que pode talvez entrar aqui na cabeça do cientista, mas do  
1971 homem médio do povo não conta, não faz isso. E a classe política, os gestores, ainda  
1972 não absorveram o conceito de que o bem-estar da sociedade, a qualidade de vida, a  
1973 sensação de segurança pública, possa se reverter, realmente, do ponto pragmático, em  
1974 resultados de uma avaliação positiva de uma gestão. Hoje, o conceito que se tem é que a  
1975 escola aponte, e o calçamento rende mais do que o investimento em segurança pública.  
1976 E eu não estou falando isto: “Não, parece a cabeça do prefeitinho do interior”. Não é a  
1977 cabeça do prefeitinho do interior, nós estamos falando do orçamento da União Federal.  
1978 Tem um contingenciamento exacerbado no tema segurança pública. Nós vemos que  
1979 outras prioridades, infelizmente, têm sido adotadas. Então, eu acho essencial sim a  
1980 questão das verbas vinculadas, inclusive acho que nessa questão das verbas é a própria  
1981 defesa, que tem uma frente parlamentar, da qual eu faço parte, de que apesar de achar  
1982 que estamos aí partindo já para 39 Ministérios, de ser um número extenso e demorado,  
1983 mas o Ministério da Segurança Pública não sai. E é preciso, hoje, tratar o tema da  
1984 segurança pública com uma estrutura adequada para isso. Eu digo isso porque o



1985 ministro Cardoso foi meu companheiro de CCJ durante quatro anos. Estive com ele.  
1986 Tenho um excelente relacionamento, na presidência da Comissão de Segurança Pública  
1987 esteve lá conosco, nos recebeu, nos prestigiou, foi o fórum escolhido por ele para se  
1988 reportar quanto a questão da Operação Porto Seguro que ocorreu no seio da chefia da  
1989 Presidência, em São Paulo. Foi lá na Comissão de Segurança Pública que ele foi junto  
1990 com o Daiello, que é o diretor geral da PF, e o Troncon, que é o superintendente de São  
1991 Paulo, expor. Então, a relação boa existe. E, muitas vezes, ele mesmo me disse. Por  
1992 exemplo, a agenda do Ministério da Justiça hoje está tomada pelo quê? O conflito dos  
1993 índios. Então, existem temas hoje que o Ministério da Justiça não trata só da segurança  
1994 pública. A SENASP precisa de musculatura para poder cumprir a demanda que existe  
1995 da sociedade. Então, passando aqui pelo que todos falaram, eu acho que a segurança  
1996 pública merece, no Ministério da Justiça, mais do que uma janela. Ele merece,  
1997 realmente, um equipamento que seria essencial, porque para coordenar toda essa guerra  
1998 silenciosa que existe no Brasil do tráfico de drogas de 27 federações, de suas fronteiras,  
1999 crimes transfronteiriços internos, crimes transnacionais, problemas de fronteira,  
2000 pirataria, crime organizado, drogas, você tem que ter alguém pensando nisso 24 horas, e  
2001 com estrutura muito grande, e arquitetando, e juntando, e juntando as pontas, para que  
2002 isso aconteça. É a questão da integração. Nós temos hoje um grande problema de falta  
2003 de integração vertical e horizontal. A vertical, União, estados e municípios. E a  
2004 horizontal, Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Bombeiro, Ministério  
2005 Público, Justiça, isso não há comunicação. Então, essa falta de integração vertical e  
2006 horizontal tem prejudicado, e quem sabe essa responsabilidade tem que ser convocada, e  
2007 aí eu vi aqui falando, pela União Federal, que não chama para si a responsabilidade dos  
2008 projetos de lei que nós falamos. Então, Joel, não é isso, que falou sobre guardas  
2009 municipais? Nós tratamos sobre o tema. Eu, particularmente, sou a favor de que a  
2010 guarda municipal possa ter o armamento. Isso é uma posição minha. Eu sei que é  
2011 polêmica, mas se as forças de segurança não puderem estar armadas, é difícil passar a  
2012 ideia de um estado com capacidade de reagir. Eu acho que aquelas ações do PCC, por  
2013 exemplo, que aconteceram em São Paulo, aquilo foi uma afronta ao estado, aquilo foi  
2014 uma afronta ao Poder Público, é uma afronta que não se pode deixar passar  
2015 despercebida. Então, eu acho que as forças de segurança do país merecem estar  
2016 protegidas. É uma posição minha. A sociedade ela tem de ter o controle, mas no  
2017 conceito ainda de sociedade que nós temos, que não é a Inglaterra, nós temos, e defendo  
2018 que ela, mediante curso de qualificação, de capacitação, exame psicotécnico, eu acho  
2019 que isso deve existir. Aí nós vamos para a valorização do profissional, do servidor, a  
2020 PEC nº 300, o salário da Polícia Militar. Falava que, sobre essa questão das guardas,  
2021 porque é inadmissível, se você tem um policial que recebe o salário, ou um guarda  
2022 municipal que recebe o seu salário, não tem condição de ter a casa própria, tem de  
2023 alugar, muitas vezes, a casa na periferia, e está ali cercado, e ele sabe que tem  
2024 marginais, ele vai se sentir estimulado a perseguir esses marginais, sabendo que ele sai  
2025 de casa e deixa mulher e filho lá! E na hora que o cara quiser revidar! Então, você tem  
2026 que ter programas, inclusive, do Minha Casa, Minha Vida, que prestigiam os servidores  
2027 da segurança pública com programas específicos para que essas políticas  
2028 intersetorializadas possam avançar. O Alberto falava exatamente sobre essa questão do  
2029 modelo exaurido, absolutamente esgotado. E é por isso que está sendo repensado.  
2030 Concordo com você. E repensar de forma plural. Rildo, as linhas das conferências são  
2031 interessantes, mas eu acho que esses próprios projetos que surgiram já foram baseados  
2032 nas conferências de segurança pública que aconteceram. Não sei se o Poder Executivo  
2033 pretende repeti-las. Mas eu acredito que se nós não restringirmos o fórum com os  
2034 representantes da sociedade civil organizada, ele traz um conceito de resolutividade um

2035 pouco melhor, porque, em tese, eu trago o conceito que vocês que representam o  
2036 Conselho Nacional de Segurança Pública, representando e reverbalizando aquilo que os  
2037 segmentos de cada um de vocês, que é representativo da sociedade, diz. E é por isso que  
2038 o modelo que eu adoto na Comissão, é exatamente partir de uma espinha dorsal. Essas  
2039 conferências, debates, audiências públicas, que eu estimulo que vocês façam. Não  
2040 precisa ficar concentrado no Poder Legislativo, no relator, não. Vão para a base. Juntem  
2041 seus segmentos. Essa é a vantagem de ter uma espinha dorsal, é dizer: “Pessoal, o que  
2042 está sendo pensado é isso. É ruim de todo? Tem que jogar, amassar e jogar no lixo tudo?  
2043 Tem. Não dá para aproveitar? Dá. O que é que tem que ser modificado? O que é que  
2044 tem que ser suprimido?” Isso, para mim, traz uma resolutividade para a discussão muito  
2045 maior. Você trabalha tendo uma espinha dorsal, que veio das próprias conferências de  
2046 segurança pública, com dois projetos, que eu falei aí e outros que nós podemos agregar.  
2047 Mas, a partir daí, você tem uma discussão eficiente. E trazer para nós o resultado dessa  
2048 base. Eu estou querendo compartilhar responsabilidades. Eu estou querendo que vocês  
2049 vão e tragam esse sentimento. E aí, para concluir, o Denilson falou exatamente sobre a  
2050 questão do modelo repressivo para o modelo preventivo. O 370, ele já vem um modelo  
2051 preventivo bastante avançado, tratando, inclusive, desses conselhos intersetoriais, que  
2052 envolvam a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação, geração de empregos para os  
2053 jovens, rede elétrica, saneamento. Então, evolui nessa questão e está à disposição para  
2054 que possam ser acrescentado outros delineamentos que possam colaborar.

2055  
2056 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Bom-dia, a  
2057 todos. Deputado, eu quero aqui agradecer a presença do senhor neste conselho, e que  
2058 veio aqui trazer muitas informações, conhecimento. E para nós ia ser muito importante  
2059 ter um representante no Congresso lá, na Câmara Municipal, militante da área de  
2060 segurança pública, participando aqui conosco, trazendo as ações que vem ocorrendo  
2061 naquela Casa, e isso, para nós, é muito importante. Importante, também, porque nós  
2062 precisamos, e vamos precisar muito de estar juntos nesse trabalho. E eu que tive a  
2063 oportunidade de conhecer o trabalho do senhor já há algum tempo, venho  
2064 acompanhando lá no Congresso, sempre dedicado em todos os aspectos, mas  
2065 principalmente na área de segurança pública. Essa dedicação, com muito afinco, com  
2066 muita vontade, com muito idealismo. E hoje o senhor mostrou, com muita propriedade,  
2067 esse conhecimento da área de segurança. E eu, aqui, em toda a sua fala, eu chego a  
2068 concordar com quase tudo que o senhor apresentou aqui. Alinha as ações que  
2069 precisamos desenvolver para buscar melhorias na área de segurança pública. E também  
2070 nos preocupa, ainda mais, é quando nós vemos o orçamento que é pouco que é aprovado  
2071 e pouco ainda que é empenhado. Então, nós ficamos preocupados, porque, como o  
2072 senhor bem disse, precisa de gestão, e orçamento. São os dois pilares. E o orçamento é  
2073 preciso, principalmente, que nós temos estados aí com muita dificuldade, onde a maior  
2074 parte da fatia da receita está no governo federal, e aí nós temos essa dificuldade. Então,  
2075 precisa ter um investimento, uma atenção especial nessa área de segurança pública, que  
2076 nós possamos realmente avançar ao combate à criminalidade. Então, deputado, mais  
2077 uma vez agradecer o apoio e parabenizar por esse trabalho.

2078  
2079 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz)** – Deputado, a minha pergunta é  
2080 bem pontual. Eu queria saber conjuntura, entender um pouco em que pé está para que  
2081 nós possamos também, diante disso, ter uma noção do que se dá para fazer. Eu acho  
2082 muito importante ter um SUSP, eu acho que essa é uma bandeira, mas eu realmente  
2083 acho que está muito ruim o projeto. É fácil fazer contribuições pragmáticas, quando se  
2084 tem, de fato, alguma coisa que são mudanças pontuais. Eu acho que é bastante ruim, eu

2085 acho que teve pouquíssima discussão. Então, eu queria entender um pouquinho como  
2086 está a conjuntura no Congresso para que nós possamos, a partir disso, pensar a nossa  
2087 organização.

2088

2089 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**  
2090 **Sindarspen)** - Deputado, demais conselheiros, de fato o tema é bastante complexo essa  
2091 questão da segurança pública, e nós tivemos acesso a esse material na última sessão do  
2092 conselho, e eu tive a curiosidade de ler também. E eu não observei nenhuma discussão  
2093 aqui relativa ao sistema penitenciário. Eu entendo que não discutir o sistema  
2094 penitenciário como área de segurança pública, como eixo de segurança pública, a  
2095 continuar nesse formato, certamente os problemas da área de segurança pública deverão  
2096 acontecer. Eu entendo que o sistema de segurança pública envolve, entre outras áreas,  
2097 entre outras temáticas, entre outros assuntos, o sistema penitenciário. Então, esse  
2098 assunto que eu gostaria que fosse também aprofundado.

2099

2100 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Bom-dia, deputado. E  
2101 por coincidência aqui vou complementar a fala do colega Coutinho, da nossa  
2102 experiência, de fatos, de dados que temos, por exemplo, do Conselho Nacional de  
2103 Política Criminal Penitenciária, doutor desembargador Herbert Carneiro, que é de Minas  
2104 Gerais, esteve em um seminário que organizamos, no final de outubro do ano passado, e  
2105 eu queria ler aqui os slides que ele apresentou, os 12 pontos de problemas do sistema  
2106 prisional, pois no projeto de lei nós não encontramos nada que fale, e para nós é  
2107 também uma falha grave, pois apesar de não estar no art. nº 144, faz sim parte do  
2108 sistema de segurança. 1 - A superlotação, dados do DEPEN, aproveitando, inclusive,  
2109 para atualizar os dados, porque dia 27 de maio passado ele esteve no STF, na audiência  
2110 pública sobre o sistema prisional e trouxe os dados de 543 mil presos no Brasil, dados  
2111 do DEPEN; 2 - Falta de estabelecimentos prisionais distintos, de acordo com a natureza  
2112 do delito, idade e sexo do apenado; 3 - Falta de escolas penitenciárias para capacitação  
2113 dos agentes; 4 - Ociosidade do preso, a falta de trabalho e estudo, que apesar de Lei nº  
2114 12.433, de 2011, ter sido sancionada para poder tentar revigorar o que já existia na Lei  
2115 de Execução Penal, os estados continuam dando de ombros para tal; 5 - A carência de  
2116 políticas públicas efetivas sobre as alternativas penais, ou seja, é só o sistema de punir,  
2117 punir, punir, endurecer, endurecer, e trancafiar, trancafiar, que na prática já está  
2118 demonstrado, não resolve nada; 6 - Participação pálida da sociedade na execução penal  
2119 dos conselhos de comunidade, pastorais carcerárias etc., no caso do sistema  
2120 penitenciário. E aqui eu abro um parêntese para poder falar, inclusive, do artigo que o  
2121 senhor disse, que para nós é de extrema relevância, o art. nº 10. Como o colega  
2122 Denilson falou, aqui o art. nº 10 fala: “Poderão ser criados conselhos de segurança  
2123 pública, no âmbito federal, regional e dos demais entes federativos”. Nós achamos, é a  
2124 alteração que inclusive o senhor disse, isso deveria figurar como deverão, porque a  
2125 participação e as discussões é que promovem as melhorias do sistema, que é o que nós  
2126 estamos buscando, inclusive, fazer aqui. Um último ponto que eu acho importante  
2127 chegar ao conhecimento do deputado, que é o item 8, que ele citou, que é a falta de  
2128 interatividade entre os poderes públicos, União, estados e municípios sobre a execução  
2129 penal. Ou seja, são as consequências que nós estamos assistindo, isso são análises do  
2130 presidente do conselho que trouxe para nós e que nós temos que trabalhar aqui para  
2131 poder tentar resolver.

2132

2133 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
2134 **Brasil)** – Com a participação da conselheira Patrícia, nós fechamos o segundo bloco.  
2135 Inicia o terceiro com a conselheira Ana.

2136  
2137 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –  
2138 Deputado Efraim, obrigada pela sua participação aqui neste conselho. E eu gostaria de  
2139 me somar ao que já foi colocado ali ao conselheiro Denilson e conselheiro Marlon a  
2140 respeito dessa ambiguidade do sempre poderão. Quero me focar, especificamente, no  
2141 art. nº 16, que trata da questão das ouvidorias e corregedorias, pois eu estou aqui  
2142 representando o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, e acho que é uma  
2143 oportunidade de ouro de que se diga que é necessária a criação de corregedorias  
2144 independentes e autônomas, com um quadro próprio, com orçamento, enfim, é a  
2145 oportunidade de que sejam criadas corregedorias e ouvidorias que possam realmente  
2146 trabalhar de forma efetiva. Porque a nossa realidade hoje, os resultados apresentados  
2147 pelas corregedorias, em termos de controle interno, é constrangedor, vamos dizer assim.  
2148 Existe um corporativismo muito forte. Nós sabemos que não há, efetivamente, essa  
2149 correição. Ela é, basicamente, incipiente. E as ouvidorias foram criadas, 20 estados do  
2150 Brasil têm ouvidorias, mas todas muito precárias ainda, com dificuldades de recursos  
2151 humanos e também materiais. Então, é nesse aspecto que eu vejo que o SUSP poderá  
2152 sim, ou deverá, vamos dizer assim, deixar isso estabelecido de forma clara e direta, que  
2153 deverão ser criadas, e não que poderão ser. Porque o poderão também poderão não ser.  
2154 E também assim, em relação ali no art. 2º, quando fala de que as ouvidorias poderão  
2155 receber de qualquer pessoa, deveria dizer que, inclusive os policiais. Existe uma  
2156 demanda imensa, eu vou me focar na questão das polícias militares, onde os praças, os  
2157 soldados, enfim, não buscam, por exemplo, o serviço das ouvidorias, porque  
2158 responderão a um processo administrativo disciplinar por quebra de comando. Então,  
2159 não é possível isso, com base no regimento, o policial ser punido porque procurou a  
2160 ouvidoria, porque não teve atendida a sua demanda, a sua reclamação internamente na  
2161 corporação, por motivos óbvios. Então, nesse sentido, gostaria que o senhor se  
2162 manifestasse a esse respeito. Obrigada.

2163  
2164 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL–DEM/PB)** – Perfeito.  
2165 Agradecer ao Márcio que realmente acompanhou uma parte do trabalho lá no Congresso  
2166 Nacional, muito ativo na defesa do segmento e conquistas importantes foram obtidas,  
2167 fruto desse trabalho no Congresso Nacional. E aí eu, juntando a sua presença, Márcio,  
2168 inclusive com a tela que me é colocada aqui à frente, me inspira, e foi bom que me  
2169 lembrou, exatamente dessa leitura de que talvez um dos pontos que o projeto traga  
2170 positivos, seja exatamente a valorização da perícia envolvida em um conceito de que a  
2171 investigação precisa ser valorizada para exatamente acabar com a mensagem da  
2172 impunidade, que é tão nociva para a comunidade quanto o próprio delito cometido. A  
2173 mensagem da impunidade é talvez o grande mal a ser combatido, a grande mazela,  
2174 porque nós temos hoje, infelizmente, o que vige no país, é uma política do populismo  
2175 penal. Quando acontece um crime de repercussão, se endureçam as penas, se criem  
2176 crimes, se repitam tipificações do código penal, porque segundo conceitos que eu ouvi  
2177 da tribuna da Câmara, o que a bunda não prejudica, então, aí bota dois, três, quatro,  
2178 cinco crimes idênticos do Código Penal. Então, esse populismo penal, infelizmente,  
2179 vem prejudicando as nossas políticas públicas. E a questão da impunidade é, realmente,  
2180 um crime grave, um fato grave. Eu não tenho aqui a certeza dos dados, mas eu sei que  
2181 tem um número de crimes cometidos e desses um número X chega a ser investigado.  
2182 Dos que chegam a ser investigados, um número X chegam a ser concluídos. Mas o

2183 número que eu me lembro muito bem, se alguém o tiver, por favor, me diga, ou me  
2184 corrija, se não for esse, é de quem chegam aí atrás das grades, apenas 8%, 6%, depende  
2185 da fonte e do tempo também. Às vezes, o meu número é mais antigo, esse seja mais  
2186 atualizado, mas nessa faixa aí de 6% a 8%, que chegam atrás das grades que cometem  
2187 realmente homicídios e mereciam estar. E nós temos aquele conceito, pelo menos  
2188 aquele sentimento que nós temos: “Quando a polícia quer, ela resolve”. Quando é um  
2189 crime de repercussão, que vai atrás, que coloca os meios em ação, que chama a perícia,  
2190 que chama o delegado, que todo mundo trabalha, que vai, ouve testemunha, agora  
2191 resolve. Então, isso, no meu entender, é fruto de que? É deficiência de vontade? Não. É  
2192 deficiência de recursos humanos, de orçamento, de instrumentos. Quando tem um crime  
2193 de repercussão, se direciona a isso, e se consegue resolver. Então nós, nessa questão da  
2194 impunidade, nós temos que saber se vamos trabalhar com conceito ideal, ou se vamos  
2195 trabalhar com conceito da realidade distorcida que nós vivenciamos. Se nós  
2196 vivenciamos numa realidade distorcida, eu concordo com o que está ali exposto que os  
2197 homicídios têm de ter, realmente, prioridade nas investigações e no combate de polícia.  
2198 Se ela não dá conta de tudo, que deveria dar, mas eu não quero fazer aqui uma fala  
2199 burocrática. Nós estamos tentando buscar soluções, se tiver de escolher prioridades, os  
2200 homicídios, sem dúvida alguma, o crime contra a vida, para mim, é nefasto. A Luciana  
2201 que falou sobre a questão da conjuntura, Luciana, vamos tratar primeiro sobre a  
2202 conjuntura. Está na Comissão de Segurança Pública, uma subcomissão especial, que  
2203 tem a vantagem de ser reduzida, ou seja, com seis membros, exatamente para que dê  
2204 oportunidade de nós convergirmos em uma subcomissão que vai produzir um texto  
2205 baseado nessa espinha dorsal. Se a sua avaliação, e eu a respeito, é de que o projeto não  
2206 presta, nada aí pode ser aproveitado, o que é que presta? O que é que deve ter aí nesse  
2207 projeto? Eu estou plenamente aberto e apto para ouvir: “Deputado, não é isso daqui não.  
2208 Risca, rasga, joga fora. O que deve ser é isso aqui”, e essa produção, vir. Logicamente  
2209 que nós não vamos exigir técnica legislativa, isso aí é o trabalho do Congresso  
2210 Nacional, mas que ideias, que conceitos, que obrigações, que responsabilidades devem  
2211 vir nesse alinhamento. Então, estamos abertos para essa linha. Qual é a vantagem dessa  
2212 subcomissão que estou à frente? É que ela já nasce com um diálogo com o Ministério da  
2213 Justiça, o Poder Executivo, chegou a nós, participa o SENASP, com o Poder Legislativo  
2214 e a Comissão de Segurança Pública integrado, com a sociedade, através da  
2215 representação de alguns membros do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, agora com  
2216 essa reunião no CONASP, e outras audiências que irão se somar. Ou seja, totalmente  
2217 aberta à participação, pontual ou ativa. Se quiser estar conosco acompanhando esse  
2218 trabalho das comissões, o CONASP direcionar um, dois, três, 10 membros, fique a  
2219 critério de vocês. Quando vocês vierem, estar ali ao lado, passo a passo. Então, serão  
2220 bem-vindos, pois eu tenho o mesmo sentimento, o texto é imperfeito, merece ser  
2221 aperfeiçoado e estamos abertos, de forma plural, construindo esse texto. O Augusto e o  
2222 Massimiliano trabalharam sobre o sistema penitenciário. E aí me permitam, mais uma  
2223 vez, dizer do meu sentimento. A grande falha do SUSP é não tratar em nada do sistema  
2224 penitenciário. E essa foi a minha primeira fala, quando eu vi lá atrás, me lembrou  
2225 demais quando você apontou, pois dentro daquele conceito de integração vertical e  
2226 horizontal que eu falei, de União, estados e municípios, e dos entes, Militar, Civil,  
2227 Ministério Público e Justiça, o conceito hoje de segurança pública tem que ser  
2228 ampliado, tem que envolver, no meu entender, entre outros, mas um eixo com Polícia,  
2229 Justiça e sistema carcerário. Não adianta você resolver o problema da polícia, se você  
2230 não resolver o problema da justiça. Não adianta você ir e mudar a questão da justiça,  
2231 botar mais juízes, se o sistema carcerário não aguentar a demanda que vai vir de mais  
2232 julgamentos. Vamos supor que você consiga fazer a polícia mais eficiente, com perícias,

2233 descobrindo os homicidas, a justiça agindo sem morosidade, os condenando, e o sistema  
2234 penitenciário não funcionar. E o inverso se aplica. Nesses três eixos, você tem que fazer  
2235 com que eles funcionem para que a impunidade, e até me permitam, não estou tratando  
2236 termo de segurança pública, que envolve cidadania, tal etc. Estou tratando tema da  
2237 impunidade. Então, para a questão da impunidade, esse eixo, esse tripé, ele tem que ser,  
2238 sem dúvida alguma, pensado e corrigido, tanto é que eu fiz questão do meu orçamento,  
2239 começar pelo DEPEN. E aí, para vocês dois, principalmente, aqueles que se  
2240 interessarem, e também uma lacuna minha, fui relator também de um projeto de autoria  
2241 do deputado Domingos Dutra, que foi o relator da CPI do Sistema Carcerário, e é um  
2242 projeto extremamente complexo, que ele vem fazendo quase um SUSP, ou um 370, só  
2243 para o sistema penitenciário. Dizendo que tem que ter psicólogo, educador, que o diretor  
2244 tem que ter formação em direção de presídio, regulamentando a questão do comércio  
2245 dentro dos presídios, dos preços praticados para venda de alimentos. Aí entra,  
2246 Massimiliano, em percentuais de contratação dos apenados e dos egressos nas obras  
2247 públicas, para que o cara quando sair da prisão, não saia para ficar pedindo carona no  
2248 ponto do ônibus, que ele tenha condições de ter algum recurso para reconstituir a sua  
2249 vida, pois senão a volta ao crime é o caminho natural. Eu não tenho o número aqui, me  
2250 perdoem a falha, mas se interessarem pela busca, na página da Câmara o autor do  
2251 projeto, são vários autores, mas o primeiro é o deputado Domingos Dutra, e eu fui o  
2252 relator. Por esses dois dados, em uma pequena pesquisa, eu acho que vocês conseguem  
2253 identificar o número desse projeto, foi recém-aprovado, mês passado, na Comissão de  
2254 Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Permitam-me até dizer, nós  
2255 costumamos chamar Comissão de Segurança Pública. A nossa comissão é Comissão de  
2256 Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, exatamente para reforçar essa ideia  
2257 de aceitar impunidade. A Patrícia e o Massimiliano falaram sobre a questão dos  
2258 conselhos, de reforçar. Concorde. No conceito do SUS, já que vocês falaram no SUS,  
2259 tem lá os conselhos tripartites, que são os conselhos com a participação dos três entes.  
2260 Esse específico entendimento dos projetos, ele recebe o nome de Gabinete de Gestão  
2261 Integrada, que tem que existir e está previsto esse alinhamento. E, sem dúvida nenhuma,  
2262 excelente ponto da Patrícia, que é o fortalecimento das corregedorias e das ouvidorias,  
2263 também não com o poderão, mas com o deverão, e políticas realmente de valorização,  
2264 de fortalecimento, de anonimato, e segurança para quem quer expor as mazelas. Eu acho  
2265 que isso é importantíssimo.

2266

2267 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
2268 **Brasil)** – Com essa terceira rodada, nós temos agora a conselheira Ana e o conselheiro  
2269 Almir. Tem alguém mais que gostaria? O conselheiro Humberto, para podermos fechar,  
2270 por conta do tempo, do horário. Então, com essas inscrições nós encerramos, e depois  
2271 passamos a palavra ao deputado para as suas considerações.

2272

2273 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
2274 **Ministério Público)** – Bom-dia a todos. Bom-dia deputado Efraim Moraes. Meu nome  
2275 é Ana Rita Nascimento. Eu sou promotora de Justiça. Sou membro do Conselho  
2276 Nacional do Ministério Público, sou membro auxiliar lá. E sou subcoordenadora  
2277 nacional da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. Fui eu quem pediu que  
2278 fosse colocada essa tela agora. A estratégia nasceu, vou tentar ser rápida, porque com  
2279 dois minutos é muito pouco tempo. Ela nasceu em 2010 com CNMP, CNJ e Ministério  
2280 da Justiça. Bem, deputado, o senhor tocou em dois pontos fulcrais quando o senhor  
2281 falou na falta de diálogo entre as instituições que fazem a segurança pública, que fazem  
2282 parte do sistema de Justiça, e a escolha errada de prioridades pelos gestores. Eu não sei

2283 se eu vou lhe trazer uma boa notícia. Até convido-o logo para a nossa reunião que vai  
2284 ocorrer no dia 12 próximo, no MPM, reunião de dia inteiro desse grupo. Fizemos esse  
2285 levantamento em junho do ano passado. A meta dois, o senhor já deve ter ouvido falar,  
2286 da ENASP, porque saiu nos jornais, televisão, foi a meta em que nós escolhemos o  
2287 crime de homicídio para que víssemos o que não estava funcionando no sistema de  
2288 justiça e na segurança pública. Fizemos um grande levantamento, e vimos que até o ano  
2289 de 2007, e escolhemos este ano de corte, e daqui que eu dissesse a razão desse corte, os  
2290 meus dois minutos iriam. E vimos que tínhamos 136 mil inquéritos de crimes de  
2291 homicídio não concluídos em todo o país. Eu peço desculpas aos meus colegas, até para  
2292 que eu entre nesse pequeno contexto.

2293

2294 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
2295 **Brasil)** – Eu pediria a conselheira, assim, a gentileza mesmo, que possa fazer as  
2296 considerações.

2297

2298 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
2299 **Ministério Público)** – As considerações mais rápidas. Mas até para que eu possa  
2300 contextualizar.

2301

2302 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
2303 **Ministério Público)** – Exatamente. E hoje em dia, deputado, esse nosso grupo de  
2304 perseguição, que existe já há dois anos e meio, agrega as polícias civis, Ministério  
2305 Público, TJ, Defensorias e perícias, todos em uma mesma sala, como esta aqui, falando  
2306 sobre como deslindar os gargalos da segurança pública. A taxa, e aí os senhores vão me  
2307 desculpar, mas de crimes resolvidos era de 8%. Nós estamos com os nossos inquéritos  
2308 com a taxa de 30%, inquéritos chamados já de *cold cases*. Aqueles que não havia a  
2309 possibilidade de se chegar ao fim. Por um esforço integrado, e aí eu peço que vá para a  
2310 página número 49, por gentileza. Vimos o quê? Por que não estava dando certo o  
2311 sistema de justiça? O que estava funcionando para se ter 136 mil inquéritos não findos?  
2312 Ou seja, uma cidade de médio porte, em tese, de vítimas e de réus. E aí chegamos a  
2313 números absurdos. Por mais de 10 anos, a polícia judiciária e a técnica foram  
2314 sucateadas. Foi aquilo que o senhor disse, é a mão invisível do Estado, é o que não dá  
2315 voto, e o senhor está certíssimo. O projeto, eu já li, e eu vou discordar do caro  
2316 conselheiro aqui. Não é a teoria do caos.

2317

2318 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
2319 **Brasil)** – Conselheira, eu pediria, por gentileza, que pudesse concluir. Já foi dado mais  
2320 100% do tempo.

2321

2322 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
2323 **Ministério Público)** – Pois é, mas eu quero propor.

2324

2325 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
2326 **Brasil)** – Mas é fazer a proposta.

2327

2328 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
2329 **Ministério Público)** – Mas, eu preciso.

2330

2331 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
2332 **Brasil)** – Vamos ouvi-la.

2333

2334 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
2335 **Ministério Público)** – Mas, se eu não contextualizar todos que estão aqui, parece uma  
2336 loucura o que eu vou falar para que o deputado saiba. A minha, como eu acho que deve  
2337 ser, e o senhor trouxe bem, não é a teoria do caos. O projeto é muito bom, têm pontos  
2338 muito bons, mas eu acho que nós já poderíamos aqui até mesmo formar alguns grupos  
2339 para que não versemos apenas em questões menores. Eu não diria menores, mas pouco  
2340 produtivas, como os conselhos que não vão deliberar. Mas de nós trazermos, quem faz a  
2341 política pública, para um diálogo com quem a cumpre. E daí trazer sim as propostas  
2342 reais para o seu projeto de lei. Eu entendo que audiência pública só não. Eu acho que  
2343 nós tínhamos que tirar daqui talvez uma pequena comissão para que junto com a sua  
2344 comissão, e o Executivo, pudéssemos pensar em projeto, e dar uma eu não diria  
2345 melhorar, mas desse alguns detalhes que nós temos já, através desse grande  
2346 levantamento, para que nós não tenhamos um retrabalho. A minha sugestão é essa.

2347

2348 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
2349 **Brasil)** – Obrigado, conselheira Ana Rita. Conselheiro Almir. Deputado Efraim, no art.  
2350 nº 10 desse arcabouço, desse esqueleto, ele fala dos conselhos. A maior e talvez a  
2351 melhor experiência de conselho, nos últimos tempos, que foi vivenciada, foi com o  
2352 advento da primeira conferência nacional, onde mais de 500 mil pessoas foram  
2353 envolvidas, e um conselho, que era de gabinete, fora transformado em um conselho  
2354 provisório nacional de segurança e depois efetivo de votação, com a participação. E nós  
2355 vemos a sugestão no arcabouço apenas com as polícias que devem participar, polícia,  
2356 bombeiro, e nunca a sociedade civil. Eu quero dar uma sugestão, que o Conselho  
2357 Nacional de Segurança Pública, deputado, que é tripartite, 30 conselheiros: 9 gestores, 9  
2358 trabalhadores e 12 da sociedade civil, 30, 30, 40. Então, essa foi a fórmula que nós  
2359 encontramos para todos os envolvidos, sociedade, trabalhadores e gestores, pudessem  
2360 estar. E esse modelo não está aqui. Então esse deveria ser, talvez, a espinha. Em vez de  
2361 nós, deverão, criar no espaço de tanto tempo. Não deverão criar, porque aí o deverão  
2362 estaria no prazo estabelecido. Essa é a nossa sugestão. Conselheiro Humberto.

2363

2364 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –  
2365 Bom-dia a todos. Nós queremos, inicialmente, ao mesmo tempo parabenizá-lo e  
2366 agradecer sua presença conosco aqui no conselho. Mas dizer que já o conhecemos, o  
2367 trabalho. Vossa Excelência é do nosso estado, o que muito nos honra. E conhecemos  
2368 parte do seu trabalho no tocante, não só a segurança pública, mas com vários temas que  
2369 o senhor desenvolve, que trabalha em prol da sociedade. Não é à toa que chegou tão  
2370 jovem deputado à presidência de uma comissão tão importante como a CCJ. Então, a  
2371 nossa reflexão, deputado, por que os projetos de segurança pública tramitam em uma  
2372 lentidão tão grande? Então, os projetos que, enquanto a sociedade clama por justiça, o  
2373 Poder Executivo, os próprios políticos entendem que a segurança pública é prioridade,  
2374 no entanto, os projetos caminham em passos lentos, muito lentos, no Congresso  
2375 Nacional. A exemplo, parece-me o senhor falou da Lei nº 3.734, que está dormindo um  
2376 pouco na Comissão de Educação. Então, a nossa preocupação e a nossa reflexão é o  
2377 porquê de temas tão importantes demorarem tanto, tramitarem 12, 15, 20 anos, e muitas  
2378 vezes não progridem, são arquivadas. Essa é a nossa reflexão. E pedir ao deputado que  
2379 se empenhe nessa questão do SUSP, que é muito importante para o trabalho da  
2380 segurança pública e a questão do investimento. E, por fim, eu queria tomar a liberdade  
2381 de sugerir a Vossa Excelência que possa analisar essa proposta, inclusive a doutora Ana  
2382 Rita é mais ou menos nesse sentido, de solicitar ao CONASP uma representação para



2383 lhe assessorar ou colaborar nesse projeto no qual Vossa Excelência é o relator.  
2384 Obrigado.

2385

2386 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – Bom-dia a todos. Bom-dia,  
2387 deputado. Agradecer a presença do senhor aqui enriquece o nosso debate. Muitos  
2388 colegas falaram a respeito de enriquecer esse projeto de lei. Tem muitos pontos aí que  
2389 eles precisam ser revistos. Outros nem vistos foram, como é o caso do nosso sistema  
2390 carcerário. Eu queria chamar a atenção do senhor e leve aos seus pares, inclusive, para  
2391 que nós possamos fazer uma revisão em certos pontos nele. E eu chamo a atenção para a  
2392 incoerência de alguns aspectos. Todos os órgãos que são mencionados aqui no SUSP,  
2393 eles devem agir combinadamente, com planejamento e com tudo mais. E para nós, da  
2394 FENAPRF, chama a atenção o art. nº 13, que vai contra, justamente contra a esse  
2395 pedido de planejamento, de harmonia desses órgãos. Por exemplo, o art. nº 13 diz que  
2396 esses órgãos podem agir em rodovias estaduais, federais, que a comunicação deve  
2397 ocorrer após esse procedimento. Nós entendemos que isso é um pouco até temerário. E  
2398 nós aqui, na própria comissão, nós vamos debater isso, eu pretendo trazer à mesa para  
2399 conversar com os colegas. Mas eu gostaria que fizesse parte de sua revisão inclusive, e  
2400 que o senhor possa falar até dessa harmonia, ou não, que está aqui neste projeto de lei.

2401

2402 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL–DEM/PB)** – Vamos lá.  
2403 Começar aqui por onde terminou. Você falou aqui no art. nº 13, e como nós não  
2404 passamos de artigo em artigo, quando você leu o sequencial, que é o 14, nós vemos a  
2405 questão da problemática das responsabilidades e do dever fazer. Aí quando fala art. nº  
2406 14, aplicação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública deve respeitar a  
2407 competência constitucional dos órgãos que integram o SUSP, e critérios científicos que  
2408 contemplem os aspectos geográficos populacionais e socioeconômicos dos entes  
2409 federados. Não, dá uma tese de mestrado aqui para você fazer a interpretação do que  
2410 está aqui. Esse é o tipo do artigo que você tem de sair, nós falamos muito lá no regional,  
2411 debulhando o milho. Então, tem que sair abrindo, parágrafo por parágrafo etc. Esse é o  
2412 que o olhar do Legislativo, é como eu disse, o projeto foi preparado pelo Executivo, não  
2413 vou entrar no juízo de valor aqui se concordo ou não. Vou dizer que eu compreendo que  
2414 quanto menos amarras ele puder estabelecer, e puder dar a ele discricionariedade. Tanto  
2415 é que até pouco tempo nós tínhamos a DRU, que era a Desvinculação da Receita da  
2416 União, que o que era vinculado, era possível ser disponibilizado para outras áreas,  
2417 falando de saúde e educação. Infelizmente, a caneta na hora da repartição dos ônus e  
2418 dos bônus nem sempre segue essa transferência equânime. Então, a Ana, perfeito Ana, o  
2419 trabalho. Acho que esse expertise de cada um dos segmentos é importantíssimo na soma  
2420 geral do que se pretende ser apresentado. Eu não sei se tem alguém aqui da Polícia  
2421 Federal. Eu conversei com o Daiello, que é o diretor geral da PF, mas lá eles têm um  
2422 setor, dentro da Polícia Federal, que é para pensar políticas públicas. Mas isso nunca  
2423 interagiu conosco do Congresso, por exemplo. E o Ministério Público, enfim, cada um  
2424 tem setores de pessoas, eu quero dizer assim, que foram fazer doutorado em políticas de  
2425 segurança pública. Existem pessoas dentro das instituições dos senhores que tem essa  
2426 capacidade do pensar acadêmico e com a experiência do pensar cotidiano da vivência e  
2427 da realidade, que é outra escola, é outra universidade, extremamente importante. Mas  
2428 somar essas forças e trazer esse trabalho essencial. Então, eu quero encaminhar, como  
2429 encaminhamento, que ele foi encaminhado por vocês, quem sabe a possibilidade  
2430 exatamente de fazer grupos de trabalho, mas não o famoso grupo de trabalho, que não  
2431 resolve nada, gestor público quando não quer resolver alguma coisa, ele monta um  
2432 grupo de trabalho. Então, eu acho que essa questão de grupos de trabalho aqui, porque

2433 eu estou pensando em grupos de trabalho para não fazer um grupo só, porque você tem  
2434 um sistema carcerário que já conhece, tem uma realidade, você tem alguém que vai  
2435 trabalhar com a questão da investigação, da perícia, do homicídio. Enfim, de acordo  
2436 com as convergências, de pensar e propor. E é por isso quando você diz que as  
2437 audiências públicas serão promovidas por esses grupos no que entenderem, mas com o  
2438 objetivo de trazer para nós não as notas taquigráficas de audiência pública, não adianta,  
2439 não resolve. Não adianta chegar, e dizer, deputado, fizemos aqui 10 audiências públicas,  
2440 estão aqui as notas taquigráficas para o senhor ler. “Não, daqui nós entendemos que isso  
2441 aqui tem que ser melhorado”. E aí nós vamos fazer depois uma compilação, uma  
2442 consolidação dessas sugestões para que nós possamos sentar e rever. Esse é o *modus*  
2443 *operandi* com que eu pretendo operar. Dar liberdade para que as contribuições possam  
2444 vir, e para que possamos sentar, com o apoio do CONASP, com o apoio do Fórum, com  
2445 o apoio de outras instituições, de ONGs, para que tragam sugestões para que, aí sim, ter  
2446 o trabalho nosso do Legislativo, que pode ser feito plural, de consolidar isso, e produzir  
2447 um texto que atenda as expectativas. Logicamente, vão ter ideias que são contraditórias.  
2448 Uma vai dizer que quer a investigação pela Polícia Militar, outra pelos delegados, outra  
2449 pelo Ministério Público. Nós vamos ter que decidir, não entrando no juízo de valor  
2450 agora, e dizer: dá para ser os dois? Não dá? Tem que ser um, tem que ser outro? O  
2451 sistema carcerário vai dizer que tem que ser mais rigoroso ou menos rigoroso. Enfim, é  
2452 essa a leitura que eu quero fazer. Eu achei excelente, Almir, a sua sugestão de que o  
2453 deverão devia acompanhar de um prazo para estabelecimento, sob pena inclusive de  
2454 multa ou responsabilização do gestor que não criar o conselho. Eu acho que é por aí.  
2455 Dentro de em um prazo de 180 dias, por um exemplo, 120, será criado um conselho  
2456 com a composição. Ou se vai, ou se deixar a coisa aberta, como está aí também, não  
2457 chega.

2458

2459 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
2460 **Brasil)** – E a participação da sociedade.

2461

2462 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL – DEM/PB)** – Claro. É isso  
2463 que eu estou dizendo, você vai trazer uma ideia. Se essa ideia vai ser aceita, não quer  
2464 dizer que vai ser, mas a ideia que eu estou pensando em um projeto deverá, por  
2465 exemplo, esse artigo que diz que “...poderão ser criados conselhos”, deverão criados  
2466 conselhos com a seguinte composição, 30% da sociedade, 30% de gestores, 30% de  
2467 trabalhadores, com capacidade de resolver isso e isso, com as seguintes  
2468 responsabilidades. Enfim, vocês têm essa experiência aqui melhor do que eu. O  
2469 Humberto falou sobre a questão das prioridades lá, Humberto. Se você for perguntar, ou  
2470 fazer entrevista com qualquer político hoje, ele vai dizer que segurança pública é  
2471 prioridade. A grande diferença são os discursos e as ações. Então, não tem ninguém que  
2472 vai dizer que a segurança pública, hoje, está boa. Não vai, mas, o que você está fazendo  
2473 para tentar melhorar ou aperfeiçoar? Às vezes, ser vitrine é difícil, o bom é ser pedra.  
2474 Ser pedra é muito fácil. E fazer dessas pedras um castelinho para poder sair uma  
2475 construção bacana, eu acho que é o grande desafio que todos nós temos. E por último, o  
2476 Marco falou aí, o art. nº 13 mostra realmente essa incoerência, Marco, de quão é preciso  
2477 sair do discurso da integração para ir para a prática dos atos. O art. nº 13 explicita bem  
2478 quão distante nós estamos da perfeição aí nesse projeto, como foi dito aí desde o início.

2479

2480 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
2481 **Brasil)** – Deputado, o senhor me daria um aparte?

2482

2483 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL-DEM/PB)** – Aparte concedido  
2484 e previamente acolhido.

2485

2486 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
2487 **Brasil)** – Aparte é apenas para permitir ao conselheiro Rildo que pediu uma palavra, e  
2488 já tinha sido encerrado. Mas que nós possamos ouvi-lo.

2489

2490 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** – O  
2491 deputado, eu acho que ele foi avançando positivamente nessa ideia de fazermos aí uma  
2492 interlocução entre o trabalho da Câmara e o CONASP, enfim, e outros mecanismos  
2493 também de participação social, de contribuição ao PL. Mas eu queria dizer ao deputado  
2494 que, embora ele diga assim: “Não, queremos de uma maneira muito pragmática”, nós  
2495 não vamos escapar do debate político, deputado, que está por trás, inclusive, da questão  
2496 dos conceitos. Nós já vimos aqui, nesse próprio conselho, que ele tem participação da  
2497 sociedade civil, de representantes das entidades de policiais, e representantes de agentes  
2498 públicos, inclusive do poder público, e aqui o debate encontra, muitas vezes, os seus  
2499 encontros e desencontros também. Mas, nós não vamos conseguir fugir muito do debate  
2500 político de fundo, que está por trás, sobretudo de uma ideia de segurança pública hoje,  
2501 porque podemos ter 392 conceitos. E aí o sistema precisa, como por exemplo no SUS,  
2502 que nós ouvimos ontem, que parte de um conceito unificado na questão da saúde  
2503 pública, o que dá essa sustentabilidade hoje para o SUS. E o SUS que foi, inclusive,  
2504 objeto de várias participações, de várias conferências, até chegar na sua conformação.  
2505 Então, eu acho que para o sucesso do SUSP, que como os senhores estão perseguindo  
2506 dentro da Câmara, é fundamental que se crie uma metodologia. Já foi apontada aqui a  
2507 sugestão da doutora Ana, de criar os grupos de trabalho, mas nós precisávamos, talvez,  
2508 não sei se dá tempo hoje, de aperfeiçoarmos uma metodologia, para fazer essa  
2509 interlocução, para que de fato tenhamos um bom SUSP.

2510

2511 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL – DEM/PB)** – Essa  
2512 preocupação com o *modus operandi* é desde o início, é ponto fulcral da minha vinda  
2513 aqui e acho que podemos trabalhar nela agora. Mas eu acho que vocês vão ter a tarde aí,  
2514 me parece para debater sobre isso. Eu acho que é no período da tarde que vocês vão  
2515 montar essa metodologia, em 15 minutos aqui nós não vamos conseguir. Mas, o debate  
2516 político vai existir. E aí vocês, claro, têm que se preocupar com isso. Mas aí tem uma  
2517 expressão regional nossa lá, que eu acho que ela é compreensível, que diz “cada agonia  
2518 ao seu tempo”. A nossa agonia, hoje, é preparar o que deve ser apresentado. E esse  
2519 *modus operandi* que você está dizendo, por isso vocês vão ter a tarde todinha, vou tentar  
2520 resumir ele aqui, meio sem trazer nada preparado, seria ótimo que eu tivesse me  
2521 preparado para isso, mas a minha preocupação agora, por isso que eu digo cada agonia  
2522 ao seu tempo, é preparar o texto. Um texto construído de forma plural, integrado,  
2523 inserindo todos os segmentos. Volto a insistir, as polícias, academia, a sociedade, os  
2524 gestores, para que possamos produzir um texto. Esse conflito vai existir? Vai. Alguém  
2525 vai ter que ter a responsabilidade de compilar isso. Eu estou chamando a  
2526 responsabilidade para a Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados. Ela  
2527 começou a mediar esse trabalho. E vamos construir esse texto. Depois de construir esse  
2528 texto, vai ser unanimidade? Não. Depois de construído esse texto pela Comissão de  
2529 Segurança Pública, recebendo esse diálogo de todos, nós vamos voltar com esse texto  
2530 para dentro dessas esferas para apresentá-lo, e dentro da Câmara dos Deputados,  
2531 principalmente, construir. Se nós vamos encher de responsabilidade para o governo  
2532 federal, o governo vai ser favorável? Não sei, não dá para antecipar agora. Mas, se nós

2533 construímos esse texto com o apoio do CONASP, com o apoio do Ministério da Justiça  
2534 há uma grande chance de contar com o aval do governo. Se você está chamando a  
2535 oposição para participar desse processo, inclusive para conduzi-lo, entendendo que é um  
2536 tema técnico e não político, há uma grande chance de você ter convergência no plenário  
2537 da Câmara? Há. Se a sociedade se sentir contemplada, se foi ouvida, se as suas  
2538 sugestões foram acatadas, você consegue uma unanimidade? Não. Consegue uma  
2539 compreensão majoritária? Talvez sim. Então, esse é o *modus operandis* que eu estou  
2540 imaginando aqui, de forma muito bruta, sem lapidá-lo. E essa interlocução da  
2541 Comissão, da qual eu sou o relator, com o CONASP, eu acho que ele pode acontecer de  
2542 duas formas: a primeira é essa que nós falamos, que é a questão dos grupos de trabalho,  
2543 um só, ou diferentes, e aí vocês vão passar a tarde pensando isso. Não vamos discutir  
2544 isso agora. Mas vocês vão pensar nesse modelo, como discutir isso internamente.  
2545 Permita-me até posicionar isso. Vai ter que ter uma visão interna do CONASP e depois  
2546 uma interlocução externa, com a Comissão. Então, vocês vão ter que pensar essa  
2547 interlocução interna, como vocês vão se organizar dentro do CONASP, para que venha  
2548 uma proposta embasada, com selo, vamos assim dizer, do CONASP e vão ter que  
2549 elencar um número de representantes para fazer essa interlocução externa com uma  
2550 comissão, que aí é comigo, e como relator eu tenho plena autonomia para nomear,  
2551 designar, porque na minha consultoria técnica estarão os membros A, B e C, que eu me  
2552 comprometo a receber as indicações que vieram de vocês aqui. Não quero lista de cinco,  
2553 para eu escolher dois. Nem lista de nove, o que vier de vocês, será contemplado por  
2554 mim, porque eu acho que essa é uma autonomia que vocês disponibilizam. Então, eu  
2555 acho talvez aí nós avancemos nessa interlocução interna. A interlocução interna, que eu  
2556 digo, não precisa ser só dentro do CONASP. A interlocução interna, que eu digo, é você  
2557 com o seu segmento lá, no instituto da Luciana, com a Federação da Polícia, vai  
2558 promover lá na Federação encontros com quem esteja interessado, para trazer ideias lá  
2559 da Federação. Nós conseguirmos articular todas essas audiências, que elas estejam  
2560 concatenadas, como seria o ideal, em que um relator pudesse ouvir a todos, não dá.  
2561 Então, nós fazemos um modelo de representatividade, eu confiando no filtro que serão  
2562 vocês, que por estarem aqui, já são um filtro dotado de fé pública e conhecimento de  
2563 causa, ou eu me sirvo desse filtro, ou eu, realmente, não consigo produzir, porque fica  
2564 longe demais. Então, realmente, a vinda, e essa responsabilidade que eu estou  
2565 compartilhando com vocês, é uma mão estendida para que realmente vocês possam me  
2566 ajudar, quando eu digo me ajudar, ajudar a Comissão de Segurança Pública, para que  
2567 nós produzamos esse texto, e dando a vocês, delegando a vocês a missão de ir à base,  
2568 consultá-la e chegar com as sugestões e opiniões. A nós caberá o papel, e aí é a  
2569 responsabilidade do parlamento, compilar e consolidar essas sugestões na melhor  
2570 legislação possível. Está certo, pessoal? Muito obrigado. Bom dia a todos. (*Palmas!*)

2571

2572 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
2573 **Brasil)** – Bom. Gostaria de pedir desculpas aos meus colegas conselheiros pelas  
2574 intervenções de pedido de tempo, porque não é vontade própria, mas é para que  
2575 realmente nós possamos produzir. Eu reconheço que dois minutos não são suficientes  
2576 para nada. Eu queria pedir desculpa, mas por conta disso, foi possível, neste Conselho,  
2577 também digo a vocês com a experiência neste conselho, sem faltar a nenhuma reunião,  
2578 desde que ele existe, essa foi uma das manhãs mais produtivas, uma das manhãs mais  
2579 interlocutivas deste Conselho. Parabenizar ao deputado Efraim Filho por essa  
2580 disponibilidade, inteligência, jovialidade e, acima de tudo, maturidade com relação a  
2581 esse tema. E agradecer o convite dele para que o CONASP possa participar disso. Quero  
2582 dizer, deputado, que, certamente, esta plenária, hoje à tarde, vai deliberar a respeito

2583 dessa participação. Nós agradecemos ao convite. Agradecemos a gentileza dos  
2584 conselheiros em nos perdoar com relação às intervenções, pedindo desculpa sobre esse  
2585 telefone que toca e nos dá susto. Efraim, neste conselho, encontre uma dimensão que  
2586 reconhece o seu trabalho. Obrigado por ter vindo aqui. Almoço. Quatorze horas.

2587

2588 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – 14h a primeira chamada. E  
2589 não havendo quórum, 14h30, e começa de qualquer jeito.

2590

**6/6/2013**

2591

**TARDE**

2592 **O SR. ALMIR LAUREANO** –A segunda pauta é debater sobre o sistema único que  
2593 foi trabalhado hoje de manhã com o deputado. Algum conselheiro teria alguma sugestão  
2594 a respeito de como vamos iniciar o nosso trabalho? A plenária quer debater o que  
2595 aconteceu hoje de manhã? Dois minutinhos cada um? Ou querem criar uma  
2596 metodologia de trabalho para hoje à tarde?

2597

2598 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – É só concordar com a  
2599 proposta de, em dois minutos, nós falamos e depois vamos ao debate aqui rápido.  
2600 Apenas isso.

2601

2602 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Não, acho que  
2603 é fundamental que nós debatemos, mas talvez se nós pudéssemos definir previamente a  
2604 tua proposição sobre a metodologia de trabalho, até para que nós possamos nortear o  
2605 escopo dessa discussão e, sobretudo, os desdobramentos dessa discussão. E eu só queria  
2606 lembrar que existem vários fóruns, que já estão debatendo o tema do PL. E nós temos  
2607 alguns temas de casa, que talvez, com essa definição prévia da metodologia, nós  
2608 poderíamos definir mais inteiramente os marcos, o desenho dessa construção.  
2609 Objetivamente tem questões que nós precisamos orientar, previamente, diretrizes, para  
2610 que nós não fiquemos em um debate a tarde inteira, dando voltas em torno do próprio  
2611 eixo.

2612

2613 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
2614 **Brasil)** – Sem dúvida. Alguns conselheiros que não vieram de manhã, certamente,  
2615 seriam beneficiados pelo bate-papo que nós faríamos. E também a ideia de uma  
2616 metodologia **já nos daria um norte para sermos pragmáticos no que vamos debater**  
2617 **e como deliberar, pois hoje à tarde nós temos essa possibilidade de deliberação,**  
2618 **inclusive de a plenária decidir aceitar o convite feito pelo deputado para**  
2619 **formarmos uma comissão do CONASP, e participar também, junto com o Fórum,**  
2620 **junto com outras instituições que já estão lá, participar na interlocução.** E tudo isso  
2621 nós vamos fazer agora de tarde. Então nós vamos construir o que seria, primeiramente  
2622 agora, o que seria essa metodologia ou o bate-papo? Estão aí essas duas propostas para  
2623 nós decidirmos. Como tem duas propostas, nós vamos ter que nos manifestar. Então,  
2624 quem for a favor do debate? Podemos ir para um regime de votação? Está tranquilo com  
2625 relação a isso

2626

2627 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Meu  
2628 nome é Edson. Eu sou da Redes da Maré do Rio de Janeiro. Eu acabei chegando  
2629 atrasado por conta de voo cancelado e só cheguei no final da manhã. Então, se houvesse  
2630 a possibilidade dos conselheiros que estavam mais cedo, fizessem um debate, ou  
2631 pudéssemos pensar pelo menos os pontos principais que foram conversados, num tempo  
2632 limitado. Parece-me que não mais do que de esclarecimentos, 15, 20 minutos, e aí seria

2633 interessante se as pessoas pudessem, também, já fazer encaminhamentos, propostas. O  
2634 conselheiro disse que já tem, inclusive, um debate acumulado de alguns grupos. Então,  
2635 seria interessante se nós pudséssemos passar também, quem já tem esse debate  
2636 acumulado, pudesse falar um pouco de como que isso está, dando uma apresentação,  
2637 mesmo que seja uma apresentação mais rápida.

2638

2639 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
2640 **Brasil)** – Algum outro conselheiro gostaria? É a terceira proposta. A terceira querendo  
2641 reforçar a primeira.

2642

2643 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Na  
2644 verdade, eu estou tentando juntas as duas. Eu estou concordando que é preciso ter um  
2645 debate.

2646

2647 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
2648 **Brasil)** – Então, vamos fazer assim: tem alguém que não gostaria de falar? Ou tem  
2649 alguém que gostaria realmente de debater? Porque eu não vou falar. Eu vou entrar na  
2650 metodologia. Mas vai ter um momento do debate que quem não quiser, não fala. É  
2651 somente isso. Eu acho que para juntarmos as duas coisas, nós teríamos 20 minutos para  
2652 esse debate. Fala as pessoas que querem, e que foi sugerido, por exemplo, Eduardo, já  
2653 disse que tem outros fóruns. E nós pegamos de cada segmento uma pessoa que possa  
2654 debater. Aí leva os 20 minutos. Não fica assim mais em conta? Então, do segmento da  
2655 sociedade civil, Eduardo Pazinato, que ele já deu a indicação. Dos trabalhadores? O  
2656 Massimiliano. E dos gestores?

2657

2658 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Desculpa, Almir. Eu não  
2659 sou dos trabalhadores não, sou da sociedade civil também. Mas eu queria fazer uma  
2660 colocação também.

2661

2662 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
2663 **Brasil)** – Sim, tranquilo. Então, Eduardo e Massimiliano. Clóvis. Então, vamos iniciar?  
2664 Eu pediria a Eduardo, porque ele já tem algumas informações que certamente vai  
2665 agregar aos outros. Ele pode fazer a sua visão da reunião de hoje de manhã, e a  
2666 contribuição que já está sendo efetivada. Com a palavra o conselheiro Eduardo  
2667 Pazinato. Três minutos.

2668

2669 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eu vou tentar  
2670 situar menos os fóruns e as instâncias, mas uma rápida contextualização dos espaços em  
2671 que nós conselheiros do CONASP estamos envolvidos, ou deliberações que aqui já  
2672 tiramos, e estou me limitando a 2013, no caso a primeira reunião do ano. Naquela  
2673 primeira reunião nós tiramos o encaminhamento de que a SENASP iria nos subsidiar  
2674 com uma proposta de um projeto que vem sendo discutido internamente, em um grupo  
2675 de trabalho da SENASP, e o CONASP, então, iria, de posse desse material, fazer os  
2676 devidos encaminhamentos, sugestões, a pedido da presidência do Conselho, a secretária  
2677 Nacional de Segurança. Na mesma oportunidade, o conselheiro Alberto Koptittke  
2678 sugeriu e ficou responsável por minutar uma proposta de um parecer do CONASP sobre  
2679 o Sistema Único de Segurança Pública. Na manhã de hoje nós recebemos, então, o  
2680 deputado Efraim Filho, que foi o presidente da Comissão de Segurança Pública e Crime  
2681 Organizado, e que na sua saída assumiu a relatoria desse projeto, que é um projeto,  
2682 originalmente, proposto pelo Poder Executivo. Não é um projeto de lei proposto por ele.

2683 Ele apresentou, hoje pela manhã, o projeto de Lei nº 3734/2012, assim como outro  
2684 projeto de Lei nº 370/2011. Mas, no que toca ao assunto desta tarde, nós nos referimos  
2685 ao projeto de Lei nº 3734/2012, que é o que versa sobre o SUSP, e propôs, nessa  
2686 ocasião, depois de uma rápida apresentação desse PL, que o CONASP integrasse uma  
2687 subcomissão que foi montada no âmbito desta comissão mais ampla de Segurança  
2688 Pública e Crime Organizado, que é presidida por ele, que é uma subcomissão de  
2689 reforma do sistema de segurança pública, que está conduzindo uma série de diálogos,  
2690 estabelecendo uma série de interlocuções com a SENASP, com outras entidades da  
2691 sociedade civil, a exemplo do Fórum Brasileiro de Segurança, agora com o CONASP.  
2692 Portanto, franqueou a possibilidade da nossa participação. Bom, em síntese, então, nós  
2693 temos um tema de casa, um pleito, e com certeza a corresponsabilidade de colaborar  
2694 para o aperfeiçoamento desse projeto, que foi um pedido original da secretária Nacional  
2695 de Segurança Pública, que ficou de nos subsidiar com um projeto que está sendo  
2696 discutido na SENASP. Ao mesmo tempo nós temos o encaminhamento tirado de que  
2697 façamos a produção de um parecer, um parecer técnico que subsidie, então, o nosso  
2698 entendimento do CONASP sobre o SUSP. E agora essa possibilidade também de nós  
2699 nos inserirmos nesse debate mais amplo da Câmara dos Deputados, a partir dessa  
2700 subcomissão. No primeiro encontro, o Fórum Brasileiro ficou também responsável por  
2701 levar essa discussão para o seu conselho, o que fizemos logo depois da primeira  
2702 reunião. E nós tiramos, como encaminhamento da nossa entidade, de produzirmos uma  
2703 pesquisa de opinião interna, com cerca de 200 associados do fórum, e apresentarmos os  
2704 resultados dessa pesquisa no Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança  
2705 Pública, é a 7ª edição, nos dias 17 e 19 de julho agora, em Cuiabá. Que é uma forma  
2706 objetiva de nós também ouvirmos os demais associados, e podermos qualificar as  
2707 contribuições dos Fórum, não somente no âmbito da sua representação formal, por mim  
2708 e pelo coronel Washington, mas por outros interlocutores, mas na totalidade do Fórum  
2709 Brasileiro de Segurança Pública. Então, de alguma forma isso também é um momento  
2710 para nós prestarmos contas do que nós ficamos responsável. Mas, em síntese, eu acho  
2711 que temos o parecer, a participação na subcomissão, e o tema transversal é, quais serão  
2712 as contribuições deste Conselho em relação a um projeto de lei que estruture,  
2713 institucionalize o Sistema Único de Segurança Pública. Obrigado.

2714

2715 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – A colocação que eu iria  
2716 fazer é para que o que nós assistimos hoje aqui de manhã, para mim, uma crítica pela  
2717 fala do deputado, é que as coisas continuam sendo construídas isoladas. Ele apresentou  
2718 o projeto de lei, do qual ele é relator, apresentou o Projeto de Lei nº 370, e apresentou  
2719 um projeto de lei que, em princípio, vai trabalhar as questões dos sistema prisional. Ou  
2720 seja, aí já são três. Três, que por vezes lá no Legislativo, podem não se comunicar. Ele  
2721 próprio relatou aqui para nós o fato de que montam audiências públicas, chegam  
2722 informações para ele partidas, picadas, e que ele não consegue condensar aquilo para  
2723 tirar proveito. Então, com o nosso trabalho aqui que é justamente reunir essas  
2724 informações e sugerir, eu queria que nós pudéssemos talvez criar informações e levá-las  
2725 a essa comissão. Então, eu acho que nós deveríamos trazer alguns conhecedores para  
2726 poder formatar uma base de informação, no mínimo, senão de ideias, para todos nós.  
2727 Porque nós temos especialistas nacionais em segurança pública, por exemplo, em Minas  
2728 o Crispi, em São Paulo, o Neve. São cientistas estudiosos há anos da segurança pública,  
2729 que sempre relatam problemas. O próprio Marcos Rolim, lá do Sul, que esteve ao lado  
2730 do Luis Eduardo Soares aqui no SENASP, e é um grande conhecedor da questão da  
2731 formação das polícias, do desenvolvimento das polícias, dos problemas, com dados  
2732 estatísticos, não meras alegações. Então, nós podermos tirar, eleger alguns nomes e

2733 trazê-los aqui, havendo verba por parte do Conselho para esses convites, e aí nós  
2734 poderemos extrair dessas pessoas e caminhar com os debates. Eu, a exemplo, tenho o  
2735 nome do próprio desembargador, Herbert Carneiro, sobre os problemas do sistema  
2736 prisional, porque ele era juiz da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, que  
2737 tem competência em um universo de algo em torno de quatro mil presos, hoje  
2738 presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que sempre foi  
2739 muito realista e pé no chão com uma fala muito positiva, crítica, e que talvez possa  
2740 contribuir para o conhecimento de todos aqui para poderemos caminhar nesse ponto.

2741

2742 **O Sr. Clóvis Souza Nunes (Rede Desarma Brasil)** – Boa-tarde a todos e todas. Eu  
2743 penso que a propositura de criarmos um grupo aqui do Conselho para se integrar à  
2744 qualificação ou potencialização de valorização do projeto da lei do SUSP, ela passa por  
2745 uma condição indispensável. Eu concordei, em parte, com a Luciana, quando disse que  
2746 o projeto não está muito bom. Ele é um resumo, condensado, das decisões que foram  
2747 feitas na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, na qual se pensou o SUSP lá.  
2748 Era um dos eixos temáticos dessa conferência e estava contida a elaboração do SUSP.  
2749 Como eu acompanhei bem de perto, estava lá na elaboração, participei do Fórum que  
2750 organizou a conferência e participei dela, eu tenho o documento. Se vocês pegarem lá, e  
2751 lerem isso aqui, é uma compilação, quase que *ipsis literis*. E falta muita coisa a ser  
2752 contemplada. Porque na hora que esse documento foi elaborado lá, que foram os  
2753 princípios e diretrizes coletados nas conferências municipais e estaduais desse produto.  
2754 Mas, por exemplo, aqui dentro, no Sistema Único de Segurança Pública, não tem a  
2755 predominância da criação de políticas preventivas de segurança. Não está aqui dentro o  
2756 Estatuto do Desarmamento, nem a campanha do desarmamento. Algo indispensável. O  
2757 Brasil fabrica sim muitas armas, embora o deputado, que não é só dele essa  
2758 desinformação, é do senso comum. O Brasil é o terceiro maior fabricante de armas do  
2759 mundo. E o Brasil fabrica mísseis, o Brasil fabrica bombas de gás lacrimogêneo, o  
2760 Brasil fabrica bombas incendiárias, o Brasil fabrica bomba *cluster*, que é uma bomba  
2761 proibida em 93 países. O Brasil não assinou o acordo para deixar de fabricar bomba  
2762 *cluster*. Só para vocês terem a ideia do que é essa bomba, ela explode no ar e solta de 40  
2763 a 120 mil explosivos. Cai numa área equivalente a três estádios de futebol, 70% dos  
2764 explosivos são na hora, e 30% espera até 20 anos, e explode como as minas, e matam  
2765 população rural, crianças, mulheres e idosos. O Brasil fabrica, estoca e exporta para 44  
2766 países, essas bombas. Vendeu para a Síria, vende bomba para guerrilhas, para ditadura  
2767 sanguinárias, para regimes totalitários, para regime de opressão. Isso tudo estava  
2768 escondido. Depois dos documentos da transparência que o jornalista da Folha do Estado  
2769 de São Paulo pressionou, saíram as informações. Mas nós exportamos pistolas,  
2770 metralhadoras, submetralhadoras, granadas, tanques de guerra, aviões de guerra e  
2771 veículos de transporte de armas pesadas para guerrilhas e guerras potentes. Então, o  
2772 Sistema Único de Segurança Pública não pode passar despercebido disso. É um  
2773 contraditório, o Brasil está enfrentando agora a campanha do desarmamento, como lei  
2774 federal, e há toda uma estrutura escondida, ocultada por trás do poder das armas, do  
2775 império das armas. Nós, inclusive, somos os maiores exportadores para os Estados  
2776 Unidos. A Taurus Rossi que estão juntas exportam para os Estados Unidos, anualmente,  
2777 eles compram 220 mil pistolas e revólver 38, que é outra coisa que nós produzimos  
2778 muito. Então, nós temos que encarar o problema com mais complexidade, e se há uma  
2779 política preventiva de segurança pública no Brasil, é a campanha do desarmamento.  
2780 Porque os números que o Ministério da Justiça tem, da pesquisa que foi feita, nós não  
2781 tínhamos número no Brasil, apareceu a pesquisa, são 16 milhões de armas que circulam  
2782 no Brasil. Dois milhões estão nas mãos das polícias, 14 milhões na mão da sociedade



2783 civil. Nós somos o campeão mundial por assassinato em arma de fogo. Matamos mais  
2784 que a China, que a Índia, matamos mais que os Estados Unidos que estão mais armado  
2785 que nós. Então, não faz sentido esse documento não contemplar o estatuto, que é lei  
2786 contra o uso da arma e a campanha do desarmamento. Então, eu penso que o nosso  
2787 grupo, o nosso time, vai ajudar muito a isso ser fortalecido e qualificado.

2788

2789 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
2790 **MNDH)** – Então, se eu já entendi bem a ideia que fizeram assim como uma explicação  
2791 para o companheiro que chegou, e já estamos discutindo um pouco da ideia da  
2792 metodologia, não é isso? Então, eu acho que nós vamos ter que construir uma boa  
2793 metodologia se nós conseguirmos entender um pouco o escopo, a importância, a missão  
2794 e o que se espera deste conselho. E o debate da missão e o que se espera desse conselho  
2795 são temas recorrentes neste conselho. O CONASP é uma conquista, no fruto de um  
2796 debate que existiu, e ele é um espaço político, reivindicado, inclusive, pela sociedade  
2797 civil, onde esse espaço é possível se discutir as questões de segurança pública no país.  
2798 E, muitas vezes, não fica claro se este conselho é uma fonte que produz materiais para  
2799 discutir, se ele delibera sobre as políticas ou a política de segurança pública. Ou seja, o  
2800 que é o CONASP? Por que eu estou dizendo isso? Porque hoje nós temos um objeto na  
2801 mão, que é esse debate com o SUSP, proporcionado aí especificamente pela mesa  
2802 diretora que buscou esse canal e esse contato diretamente com o Congresso, que eu  
2803 quero inclusive parabenizar pela iniciativa de fazer essa interlocução entre esse espaço  
2804 público e político, com outro espaço político, que é o Congresso, que, de fato, é quem  
2805 produz e quem aprova as leis. E achei muito interessante que o deputado tenha vindo  
2806 aqui e ter se colocado à disposição de abrir esse canal de interlocução, de abrir essa  
2807 possibilidade de podermos, não só este conselho, mas outros fóruns, outros espaços, de  
2808 responder propostas de emendas sobre isso que se pretende construir, que é o SUSP. E a  
2809 minha preocupação decorre, exatamente, de uma boa metodologia, mas que incorpore  
2810 também essa missão do CONASP. Porque ou o CONASP vai ser um conselho onde tem  
2811 aqui as pessoas que representam os diversos segmentos e com uma espécie de espaço de  
2812 notório saber, como colocou aqui o companheiro da Pastoral Carcerária, que existem  
2813 diversos especialistas de notório saber que poderiam colaborar, ou o conselho, de fato,  
2814 ele se demonstra como um ente importante para a sociedade. O que estou querendo  
2815 dizer com isso? Ou nós vamos elaborar uma metodologia de gabinete, de estudiosos, de  
2816 pessoas especializadas, especialistas, para fazer as opiniões, ou o CONASP vai criar  
2817 uma metodologia para a sociedade. Ou ele vai se inserir de fato nos espaços públicos e  
2818 políticos, inclusive nos territórios, para que haja uma maior participação política no  
2819 sentido de construir de fato um sistema. Se essa é a ideia desse projeto de lei, ou da  
2820 Câmara, de construir o sistema, tanto o que foi apresentado aqui, como a metodologia  
2821 que está exposta, nós estamos muito longe de um Sistema Único de Segurança Pública,  
2822 porque ele com certeza não vai atender a população. O companheiro falou da  
2823 inexistência do tema do desarmamento, eu posso falar aqui da inexistência da questão  
2824 de um sistema de proteção de direitos humanos, das pessoas em situação de ameaça,  
2825 hoje das questões dos crimes de ordens levantados por setores fundamentalistas  
2826 religiosos que provocam ainda mais violência na sociedade. Porque se vamos discutir  
2827 prevenção, temos que discutir como o Estado brasileiro vai fazer e provocar processos  
2828 educativos de afirmação de direitos, que se discuta diversidade, que se discuta, de fato, a  
2829 pluralidade, os princípios da constitucionalidade, porque é nisso que eu vou chegar a  
2830 uma ideia de segurança, como um bem que eu de fato quero, como nós vimos na  
2831 questão do SUS, exposto muito bem ontem pelo Dr. Santos. Então, nós temos dois tipos  
2832 de metodologia: ou nós vamos reafirmar e afirmar este conselho no Brasil, no país,

2833 como um conselho de suma importância com um espaço público de produção de  
2834 discussão política, ou nós vamos nos tornar um gabinete de opiniões, de especialistas,  
2835 enfim, ficando muito aquém da sociedade, muito aquém, inclusive, para quem se deve  
2836 prestar o serviço público de segurança. Então, eu gostaria de reafirmar aqui entre os  
2837 conselheiros que possamos chegar aqui em uma metodologia para discutir o SUSP, e  
2838 que possamos chegar, de fato, ao máximo do ideal de democracia possível, reafirmando  
2839 o papel e a missão deste conselho em prol da sociedade.

2840

2841 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Feneme)** – Observando as falas desde a manhã, para ser  
2842 bem objetivo, minha opinião particular, está um pouco confuso o debate agora do que é  
2843 o SUSP, na verdade, o SUSP é a regulamentação do § 7º, do art. nº 144. É isso.  
2844 Inclusive, a Constituição exige que tenha essa argumentação e está sendo feito pelo  
2845 governo através do SUSP, muito bem. O SUSP é o Sistema Único de Segurança  
2846 Pública. Ele não pode misturar, na minha opinião, modesta opinião, sistema  
2847 penitenciário, sistema de arma, sistema de justiça, no SUSP, senão vai ser o estatuto de  
2848 não sei quantos capítulos ou coisa parecida. E o que me pareceu aqui, tem que ser mais  
2849 objetivo. O que me pareceu, que o deputado aqui de manhã, que é, na verdade, aqueles  
2850 que vão decidir, vão fazer com que as leis, na verdade, cheguem para sanção, são os  
2851 parlamentares, veio pedir socorro. Foi isso. Na verdade foi isso: “Me socorre”. Ele deu  
2852 um diagnóstico do que ele acompanha, de isso não ter verba, como nós já sabemos, etc.,  
2853 e os governos, alguns usam politicamente, enfim, ele pediu socorro. Se o CONASP não  
2854 produzir algo muito objetivo, concreto, com o pé no chão para socorrer o deputado,  
2855 talvez perca, no Sul falamos, o cavalo passa encilhado e ninguém monta nele. Então, eu  
2856 acho que tinha que partir para um lado de objetividade. Por exemplo, quando eles  
2857 apresentaram propostas aqui, que foi dado um prazo para apresentar, não é? Quantas  
2858 pessoas? Parece-me que praticamente ninguém. Nós apresentamos uma proposta até,  
2859 claro, sujeita às modificações. Eu acho que tem que partir para essa objetividade. E se  
2860 começar a colocar, dentro do SUSP, algumas coisas, teorias muito avançadas, é  
2861 verdade, mas que não são objetivas, parece-me que nós vamos ter muito problema lá no  
2862 Congresso, para quem conhece o Congresso, para serem acatadas as propostas, porque  
2863 elas têm divergências de grupos, e lá dentro funciona a negociação pura mesmo. Então,  
2864 opinião minha, objetividade para ser concreto, para ter resultado, senão não tem.

2865

2866 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz)** – Eu queria fazer eco à fala do  
2867 Rildo, porque entrarmos na discussão do SUSP, e tentar tirar algum consenso, neste  
2868 momento, para influenciar, ou serão opiniões individuais, institucionais, eventualmente  
2869 de quem representa algum fórum maior e tal, um pouco mais amplo, ou nós vamos  
2870 demorar um pouco de tempo, e aí pode ser trazendo outras pessoas, trazendo grupos que  
2871 já estão montando, o próprio Fórum Brasileiro de Segurança Pública já se debruçou na  
2872 construção de um outro projeto, a proposta de um outro projeto de lei, que  
2873 eventualmente pode ser apresentado aqui. Quer dizer, ou nós podemos tentar trazer  
2874 pessoas e grupos que estão fazendo essa discussão, e se somar. Mas me parece que nós  
2875 demoraremos um pouco para tirar um consenso, para de fato ser alguma coisa que  
2876 represente o CONASP nessa discussão. Talvez isso não precise ser abandonado, mas ter  
2877 outro tempo de contribuição, para que não sejam contribuições individuais, etc., ou  
2878 talvez possamos ir por outro caminho, que é nos debruçar sobre qual é o papel que um  
2879 Conselho Nacional de Segurança Pública teria em um sistema. E aí fizemos uma  
2880 discussão de qual seria o papel do CONASP, por exemplo, dentro de um sistema. Qual  
2881 é o papel que um conselho nacional tem no SUSP? É bacana? Não é? Tem dado certo?  
2882 Não tem? Qual é o papel de participação nesse processo? Como que isso deve estar

2883 garantido? E fazer essa discussão, que me parece bastante próxima da discussão que nós  
2884 acabamos fazendo sobre nós mesmos, sobre o nosso papel aqui, e sobre o nosso papel  
2885 então diante de um sistema. Porque na hora que nós olhamos, inclusive o projeto que  
2886 está apresentado pelo deputado Efraim, art. nº 10, “poderão ser criados conselhos de  
2887 segurança pública no âmbito federal”. Já existe um conselho de segurança pública em  
2888 âmbito federal. O que isso quer dizer? O que será feito com o CONASP? E aí a hora  
2889 que fala alguma coisa do Conselho Nacional de Segurança Pública, que é o § 1º, fala  
2890 com atribuições, funcionamento e composições estabelecidos em regulamento, contará  
2891 com a participação de representantes do Ministério da Justiça, dos comandos da Polícia  
2892 Civil e Militar, dos Corpos de Bombeiros Militares dos estados e do Distrito Federal. Já  
2893 parece uma versão piorada do CONASP. Então, eu acho que assim, se nós nos  
2894 debruçarmos em alguma coisa que tenha a ver com nós mesmos, e ao mesmo tempo  
2895 com o SUSP, talvez seja uma contribuição que possa ser dada nesse processo, junto  
2896 com uma discussão de qual é o papel de conselhos em sistemas, em processos como  
2897 esse. Eu queria fazer um pouco de eco aqui à fala do Rildo, avançando um pouquinho  
2898 numa proposta, nesse sentido, nós nos debruçarmos sobre o papel do CONASP no  
2899 SUSP. Porque do jeito que está aqui, eu acho que diminui. Não consigo nem saber se a  
2900 hora que se criar esse conselho, o que somos exatamente nós, aqui, este grupo, neste  
2901 processo. É esquisito.

2902

2903 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eu concordo  
2904 integralmente com o que o Rildo disse. Na nossa primeira reunião, eu manifestei e até  
2905 talvez com um menor grau de ponderação, uma preocupação sobre o funcionamento do  
2906 CONASP. Parece que parte das dificuldades que nós temos para enfrentar qualquer  
2907 tema que ganha eco, aqui no Conselho, se deve justamente à forma como nós estamos  
2908 organizados como conselho, o que imaginamos dele, e o potencial que efetivamente  
2909 temos de produzir soluções, proposições a partir dele. Então, eu sei que esse é um tema  
2910 que vai ser objeto de discussão amanhã, que é justamente a forma de organização do  
2911 conselho, uma das formas de organização do conselho são as câmaras temáticas, mas  
2912 não só, mas acho que nós ficamos, de alguma maneira, reféns dos problemas  
2913 alegadamente existentes no sistema de segurança pública e justiça criminal, da falta de  
2914 articulação institucional, da falta de integração, e o CONASP é um pouco expressão  
2915 disso, porque nós clamamos por um fórum que fosse representativo, e que pudesse  
2916 estabelecer de forma participativa, de forma participativa não formal, mas substantiva  
2917 em relação com as pessoas. E temos um tema, que é absolutamente fundante, inclusive,  
2918 da CONSEG. Eu só discordo que a CONSEG tenha encaminhado o que é o SUSP. Se  
2919 usar o que saiu da CONSEG, nós temos 55 concepções do que é o SUSP, e opiniões,  
2920 inclusive, contraditórias no próprio texto final da conferência. Mas, o fato é que eu acho  
2921 que nós precisamos nos debruçar previamente à forma como o CONASP está  
2922 estruturado. É pleno? São câmaras temáticas? O nosso site é um portal que permite uma  
2923 interatividade para além das reuniões a cada dois meses? Nós produzimos publicações?  
2924 Nós temos condições de construir essa metodologia aqui sem uma ajuda externa? Essa  
2925 metodologia vai contemplar, inclusive, diálogos regionais, lá na base, onde estão as  
2926 pessoas, para além das questões departamentais ou de gabinete? São questões que nós  
2927 não temos condições de responder objetivamente, precisamos de um debate sobre isso.  
2928 E aí nós temos agora o tema do SUSP, como eu manifestei, que não sairá parecer  
2929 técnico do SUSP sem que isso esteja previamente acordado. Nós não vamos chegar a  
2930 um consenso do que é o SUSP, se sequer o funcionamento e o papel do CONASP não  
2931 estiverem razoavelmente claros. Então, não é uma fala muito propositiva, mas de  
2932 reflexão a respeito das nossas responsabilidades nesse contexto.

2933

2934 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
2935 **Brasil)** – Bom, ainda está aberto para sugestão de metodologia. O deputado disse aqui  
2936 que já tem um escopo, mas muita coisa dele pode ser que não concordemos, ou quase  
2937 nada. A metodologia talvez seja em direção de melhorar esse escopo. Agora, como  
2938 vamos fazer isso para poder subsidiá-lo de forma pragmática é que nós temos que  
2939 encontrar aqui. Com reuniões de dois em dois meses, dá para fazer isso? Sem equipe, dá  
2940 para fazer isso? Então, nós temos que pensar em uma maneira de trabalhar para sugerir  
2941 a nossa secretária, que é a presidente, e ao ministro, para fazermos o trabalho. Mas eu  
2942 queria que nós não perdêssemos que o deputado está lá com o escopo dele. Eu acredito  
2943 que o nosso trabalho de metodologia tem que saber melhorar esse corpo aí.

2944

2945 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**  
2946 **Identificação-FENAPPI)** – Boa-tarde. Eu queria ver o seguinte, o Sistema Único de  
2947 Segurança Pública, qualquer discussão, seja teórica, passa necessariamente pela questão  
2948 de recursos. Eu acho que é o foco para qualquer projeto ter a sustentabilidade financeira.  
2949 Se isso vai ser envolver os estados e os municípios, se isso está vinculado às políticas  
2950 estaduais, municipais, também de recursos ligado ao Fundo Nacional, alguma coisa, eu  
2951 acho que seria uma coisa principal no projeto, na posição do conselho nesse sentido, de  
2952 garantir que o governo federal vincule uma coisa para o Sistema Único de Segurança  
2953 Pública. O SUS tem tido muitos avanços, e foi, sobretudo, pela questão financeira. Está  
2954 vinculado a um recurso específico. Eu acho que é uma coisa que nós deveríamos  
2955 valorizar, às vezes muito mais do que discussão periférica que podem vir depois desse  
2956 projeto, pois senão vai ficar anos discutindo, sem garantir recurso, e pouca coisa avança.

2957

2958 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
2959 **Brasil)** – Não tem mais inscritos. Estamos em um beco sem saída.

2960

2961 **O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
2962 **Civis - COBRAPOL)** – É mais na linha do que o Maciel apontou. Porque se o  
2963 deputado e a base da qual ele faz parte, ele não está nessa sozinho, é uma bancada, é  
2964 uma comissão, ele foi claro aqui conosco, ele disse isso de forma textual que vê dois  
2965 desafios na questão da política de segurança pública neste país, que é gestão e  
2966 financiamento. E nesse sentido ele percebe a ausência de uma estrutura normativa,  
2967 orgânica, que ele dá o nome de Ministério da Segurança Pública. Nós já fizemos esse  
2968 debate em outros fóruns aqui. Então, nós esbarramos na gestão e financiamento. Se nós  
2969 pegamos esse projeto nº 3.734/2012, como eu disse na parte da manhã, que eu acho que  
2970 causou até espanto em alguns conselheiros, a questão da política do caos, é do caos  
2971 porque está emendando de novo o que não deu certo, respeitada a autonomia dos  
2972 estados, dos entes federados. Que autonomia é essa que fracassou? Que autonomia é  
2973 essa que só se resigna a pagar salário de polícia, construir delegacia, comprar viatura?  
2974 Não é essa a política que queremos. Enquanto a União não dizer a que veio para  
2975 estancar essa veia aberta, esse morticínio de 180 mil assassinatos por ano, de droga, de  
2976 crack, de todos esses problemas que nós estamos vivendo, fica difícil. Nós temos que  
2977 partir do pressuposto que se ele tem um escopo que é este aqui, ele não nos serve.  
2978 Então, que nós tenhamos a ousadia de fazer um novo projeto, que rompa com esse  
2979 princípio de depender dos estados, de depender dessa lógica feudalística, se o  
2980 governador não quer, não faz, se o prefeito não quer, não faz. Foi muito iluminada a  
2981 palestra de ontem, do Fausto, que mostrou uma estrutura que pelo menos dá certo. Lá o  
2982 problema não é financiamento, o problema é gestão. O problema do SUS é quase

2983 perfeito. A gestão começa a dar problema quando chega no patamar de estado e  
2984 município. Então, nós temos que ter essa coragem. Aí eu estou provocando os  
2985 conselheiros aqui também. Vamos produzir outro projeto, que é para criar ministério,  
2986 que tenha uma estrutura normativa, com punição para quem não cumpre nos estados e  
2987 municípios, igual tem a Anvisa, que faz o papel de auditoria, que faz o papel de  
2988 fiscalização, que corta mandato, que manda para a cadeia, que manda a Polícia Federal  
2989 prender, tem que ter, pois se formos respeitar autonomia de estado, nós vamos dar  
2990 passos muito pequenos. Ou melhor, vamos ficar no mesmo lugar. Este art. 3º aqui  
2991 matou o projeto todo. Nós estamos emendando. Vou emprestar um conceito aqui do  
2992 grande mestre, “Não se emenda roupas velhas com emendo novo, e nem coloca vinho  
2993 novo em odre velho”. Eu acho que esse modelo é arcaico, é apocalíptico. Nós vamos  
2994 continuar caminhando para um buraco muito fundo. Ou faz outro projeto, ou não tem  
2995 conversa.

2996

2997 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Parece-  
2998 me que existem algumas inquietações que estão muito claras. Uma delas é o papel do  
2999 conselho e de que forma ele se propõe a funcionar, intervir na realidade. Parece que nós  
3000 temos um momento privilegiado aqui com a discussão do SUSP, pois essas duas  
3001 questões, o papel do CONASP e a abertura que foi dada aí pela apresentação do  
3002 deputado colocam exatamente em *check*, ou apresentam, com muita clareza, qual o  
3003 papel do CONASP. Então, essas duas discussões estão ligadas ao debate sobre esse  
3004 documento que está aqui, e talvez por isso, pelo menos eu entendi assim, essa questão  
3005 tem aflorado agora, logo depois da fala do deputado. E eu acho que o exercício de  
3006 trabalhar esse documento ajudaria a caminhar nessa resolução dessa questão mais  
3007 conceitual, que papel tem o CONASP e, ao mesmo tempo, isso está ligado às propostas  
3008 que vão sair daqui. Nem abriu ainda o debate sobre o documento e já apareceu uma  
3009 série de críticas. Essas críticas precisam ser sistematizadas, pois estamos discutindo  
3010 pontualmente o documento e, na verdade, estamos falando em fazer propostas, mas nós  
3011 não conseguimos sistematizar quais são as críticas. Apareceram três ou quatro que são  
3012 fundamentais, e tem que estar claro para todo mundo quais são as críticas, qual é o  
3013 limite, e tenha coragem de fazer essa crítica, inclusive, e concordo com o conselheiro,  
3014 eu não sei se fazer outro mas, a nossa posição em relação ao documento. Eu acho que  
3015 isso precisa ficar claro, tanto para o deputado, quanto para nós. Então, a minha proposta,  
3016 para ser objetivo, é que nós pudéssemos encontrar uma maneira, hoje ou amanhã,  
3017 sistematizarmos as nossas grandes questões do documento, fazer uma crítica a esse  
3018 documento. A primeira coisa é fazer uma leitura crítica dele, alguns já fizeram, já estão  
3019 mais avançados, e nos posicionarmos a partir daí.

3020

3021 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3022 **Brasil)** – Nós estamos falando no papel do CONASP e tal. Talvez pela complexidade  
3023 do que é tentar sintetizar todo o conhecimento e experiência para formatar o SUSP, nós  
3024 achamos que o CONASP não tem um papel. Ele tem um papel. O Decreto nº 7.413 diz  
3025 assim: “O Conselho Nacional, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa,  
3026 que integra a estrutura básica do Ministério da Justiça, tem por finalidade respeitada as  
3027 demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública,  
3028 formular e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas para a promoção da  
3029 Segurança Pública, prevenção e repressão à violência e à criminalidade, e atuar na  
3030 articulação e controle democrático. § Único: A função deliberativa deste conselho está  
3031 limitada às decisões adotadas no âmbito do colegiado”. Aí no art. 2º “Compete ao  
3032 CONASP”. Então, ele tem o papel de atuar na formulação de diretrizes e no controle da

3033 execução da política nacional de segurança pública. Agora, é um papel ainda que  
3034 precisa ser ampliado, que é o meu sonho desde que entrei na Comissão Nacional, é ver o  
3035 Conselho Nacional ser um conselho de Estado. Eu estou na esperança de ainda surgir  
3036 isso.

3037

3038 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – Bom, vamos lá. Nós estamos  
3039 começando a criar diálogo aqui. A verdade é a seguinte: nós temos que abrir mão do  
3040 que interessa para cada categoria e ver o que vai beneficiar a sociedade, como um todo.  
3041 Eu compactuo um pouco aqui com o que os colegas Martins e Luciana disseram, dá  
3042 para pegar um pouco de cada um. Hoje de manhã, eu citei um trecho do PL, do SUSP,  
3043 que atinge diretamente a Polícia Rodoviária Federal. Claro, me interessa aquilo e  
3044 interessa para a minha categoria. Nós temos que ver o que interessa para cada um?  
3045 Logicamente. Até o deputado, de manhã, foi interessante a proposta dele para o Conasp  
3046 selecionar, fazer um apanhado e levar para ele. Este projeto de lei deixa muito a desejar.  
3047 Inclusive para nós aqui do CONASP. Ele enfraquece o CONASP. Esse projeto que você  
3048 citou, para fazer um paralelo com o Projeto de Lei nº 3.734/2012, vai nos prejudicar.  
3049 Então, não é um absurdo o que o Martins falou. Existe um escopo? Existe um corpo  
3050 formado já? Existe um corpo formado que não nos serve. A verdade é essa. Vamos  
3051 sentar todos juntos? Claro, são categorias diferentes, situações diferentes que temos que  
3052 ponderar, e aqui nós temos que deixar um pouco de lado essa questão funcional da  
3053 coisa. Vamos ver o lado da sociedade. Vamos ter que fazer tudo de novo? Pode ser.  
3054 Pode ser o caminho. Então, só para compactuar com o que o Martins falou, não é um  
3055 absurdo o que ele falou, no meu ponto de vista, nós temos que fazer tudo de novo.

3056

3057 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3058 **Brasil)** – Só para esclarecer, quem foi que achou que é absurdo aqui?

3059

3060 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – Ele mesmo citou que  
3061 algumas pessoas acharam que poderia ser um absurdo a quebra de paradigmas. Para  
3062 mim, não.

3063

3064 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3065 **Brasil)** – Não. Aqui ninguém disse absurdo. Achei estranho.

3066

3067 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
3068 **MNDH)** – Eu acho que o Marco, não está surdo não. Eu acho que teve gente que achou  
3069 que o que o Denilson estava falando é um absurdo. Eu, particularmente, concordo muito  
3070 com a estrutura do pensamento do Denilson, no sentido de que talvez nós estejamos  
3071 diante da construção de um Frankenstein, porque temos que fazer, por uma questão  
3072 formal. Porque tem que regulamentar o art. nº 144. E eu acho que, pelo menos na nossa  
3073 expectativa, na ideia de construção de um sistema, à luz do que foi exposto ontem pelo  
3074 doutor Fausto Santos, é de que nós tenhamos um sistema que tenha como princípio a  
3075 segurança, a segurança enquanto um direito, e um direito humano, e um direito  
3076 consagrado, um direito universal, um direito indivisível de todos os cidadãos e cidadãs.  
3077 Que esse é o que movimenta e o que mobiliza o SUS. Da forma como está partindo  
3078 aqui, o SUSP, ele não é um sistema, ele é uma lei que vai fazer algum tipo de  
3079 regulamentação. Porque um sistema tem que ter quem o compõe, o que faz, como  
3080 executa, quando executa. Ele tem que propor, se não executar, o que acontece, quem é o  
3081 responsável, quem vai se responsabilizar, como que ele vai ser controlado, como que ele  
3082 vai ser monitorado, como ele vai ser financiado, quais são os objetivos finais dele. E da

3083 maneira como está esse projeto apresentado aqui hoje, ele não é um sistema. Ele tem  
3084 nome de sistema, mas não é um sistema. O que o Denilson propõe é a construção de  
3085 fato de um sistema. Aí a pergunta é: na tarefa da construção de um sistema, este  
3086 conselho tem envergadura para isso? Ele vai ter, segundo a leitura do decreto, que fez o  
3087 Almir, que cabe ao conselho inclusive fazer esse tipo de proposta, nós vamos ter  
3088 recursos e financiamentos, e vamos ter agenda, e vamos ter apoio para poder trabalhar  
3089 na ideia da construção de um sistema? E uma construção que não fique apenas dentro  
3090 deste conselho, mas que se expanda para fora. Mas que este conselho seja, de fato,  
3091 depois, o relator desse debate que ocorra. Por isso que eu voltava a falar da conferência  
3092 como um método extremamente interessante, de onde pode nascer a ideia e uma  
3093 concepção de sistema, do que nascer de um gabinete. É isso que eu queria aqui  
3094 reafirmar e reforçar. Eu, pessoalmente, já estou convicto e já apoio a proposta do  
3095 companheiro Denilson Martins, de que eu acho que temos que partir para outra coisa do  
3096 que ficar tentando remendar essa proposta. Se nós tínhamos que fazer uma avaliação,  
3097 segundo a sugestão do conselheiro Edson, é verdade, eu acho que a crítica que existe, e  
3098 que pessoalmente eu aqui concluo, é que isso que está sendo apresentado não é um  
3099 Sistema Único de Segurança Pública. Ele pode regulamentar o art. nº 144, mas ele não é  
3100 um sistema. Aqui não fala, por exemplo, da questão dos trabalhadores da segurança, só  
3101 fala da capacitação, mas não fala, por exemplo, das isonomias, não fala dos direitos  
3102 humanos, inclusive, dos policiais. Não toca aqui na questão dos modelos de polícia  
3103 preventiva. Ou seja, não é um sistema. Ele fala da integração, mas a integração,  
3104 qualquer um pode se integrar conforme o momento e o desejo. E ontem nos foi falado, o  
3105 SUS, que é uma lei, com base constitucional, o governo do Estado de São Paulo não  
3106 repassa dinheiro para o SUS, e ninguém faz absolutamente nada. E aqui, como alguns já  
3107 observaram, está escrito, “poderá”, “deverá”. Isso não é um sistema. Isso aqui é uma  
3108 ideia, é uma carta aos amigos, é uma carta de boa intenção de promover uma integração  
3109 entre os sistemas de segurança. E, para finalizar, tem o SINESP. O SINESP está se  
3110 transformando em um projeto de lei, segundo eu tive informação, foi aprovado. E aí  
3111 alguém possa me corrigir, salvo engano, parece que o SINESP propõe que quem não  
3112 fizer o que está proposto lá, não vai receber o dinheiro que tem direito lá para a  
3113 segurança pública. Quer dizer, é uma um sistema até mais perfeito do que o que está  
3114 proposto aqui, porque cria responsabilidade e obrigação. Então, eu concordo com o  
3115 Denilson. Denilson, olha, nós temos que realmente partir para a construção. E essa é a  
3116 crítica, Edson, que isso aqui não é um sistema.

3117  
3118 **O Sr. Clóvis Souza Nunes (Rede Desarma Brasil)** – Bom, ainda insisto naquela  
3119 afirmação minha. Vocês sabem por que aqui está dizendo que “poderá ser criado  
3120 conselhos”? Porque esse foi o texto copiado na Conferência Nacional de Segurança  
3121 Pública. O CONASP não tinha sido criado ainda. Então, o CONASP foi criado, e o  
3122 texto está envelhecido. Foi compilado para isso aqui. Então, o CONASP já existiu, já  
3123 foi fundado, já está na segunda gestão de colegiado, e o texto ainda está atrasado para  
3124 fazer o SUSP. É isso que eu queria que vocês entendessem que é grave. Eu concordo,  
3125 aqui não se mostra um. Aqui são só ideias para princípios e diretrizes que estariam  
3126 contidos em um sistema que ia ser criado. E me recordo bem que, na última reunião  
3127 quando Regina Miki distribuiu isso aqui, ela falou que era um texto-base, que não era  
3128 bem um sistema, era uma coisa introdutória a ser trabalhada.

3129  
3130 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3131 **Brasil)** – Tranquilo. Apesar de respeitar Clóvis nessa explanação, pois eu estava junto  
3132 com ele na Conferência. Esse texto aí não expressa muito, porque a Conferência surgiu

3133 pela segurança pública e cidadania, esta última está se perdendo. E naquela época, já se  
3134 questionava o conselho com a participação tal, e para poder este conselho provisório  
3135 existir foi uma bronca danada lá dentro da Conferência, e não contempla a participação  
3136 da sociedade. É um texto caduco mesmo. Já existia, mesmo na Conferência, a  
3137 participação cidadã desde a preparação.

3138

3139 **O Sr. Henrique Mendonça de O. Queiróz (Associação Nacional dos Peritos**  
3140 **Criminais Federais – APCF)** – Boa-tarde a todos. A fala do Clóvis exprimiu bem aqui  
3141 o que eu iria falar, era o meu sentimento. Esse texto aqui é basicamente um texto com  
3142 algumas diretrizes mesmo para a elaboração de um sistema único, pois diz aqui que as  
3143 ações têm que ser combinadas, planejadas, mas não fala como vai se dar isso. Por  
3144 exemplo, “poderá ser criado gabinetes de gestões integradas”. E assim, vamos dar  
3145 atribuições a esses gabinetes. E agora, pegando aqui um pouco da fala do conselheiro  
3146 Rildo e do conselheiro Massimiliano, eu concordo que nós devemos refazer o projeto.  
3147 Não sei a melhor forma de fazer isso. Mas, por outro lado também, eu acho que seria  
3148 interessante, pelo menos de minha parte, conhecer os pontos de vista de alguns  
3149 pesquisadores, como o conselheiro propôs aqui. Eu acho que talvez isso possa  
3150 enriquecer. Agora não sei também se isso seria possível, talvez tenha gente já até com  
3151 algum projeto mais bem formatado, que não seja do meu conhecimento. Só essa  
3152 intervenção. Obrigado a todos.

3153

3154 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Eu acho que  
3155 nós temos consenso de que evidentemente esse texto não é um texto sequer razoável a  
3156 significar nenhuma ideia sistêmica e, tampouco, observa a melhor técnica, inclusive  
3157 jurídica, de construção de um projeto de lei. O proponente deste PL é o Poder  
3158 Executivo. Então, a questão importante a ser feita, e talvez o Alex possa nos ajudar  
3159 nessa intermediação é: este é o projeto de lei da SENASP sobre o SUSP?

3160

3161 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A não ser que ele tenha sido  
3162 encaminhado muito tempo atrás. A SENASP está discutindo atualmente um grupo de  
3163 trabalho, as suas ideias aí sobre o SUSP, que não estão consolidadas.

3164

3165 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Ok. Então, este  
3166 projeto de lei é anacrônico, não guarda nenhuma relação com a política nacional, está  
3167 completamente desatualizado, e não tem nenhuma razão pela qual nós estamos  
3168 discutindo este PL? Não é SUSP, é evidente. Este PL como sendo síntese do SUSP?  
3169 Para dialogar com o que o conselheiro Denilson e o Rildo falaram. Então, perfeito. Nós  
3170 temos que discutir sobre o SUSP. Como é que faremos? Que é a discussão da  
3171 metodologia. Eu acho que nós precisamos montar, então, a comissão do CONASP que  
3172 vai dialogar não só com a subcomissão da Câmara dos Deputados, mas  
3173 fundamentalmente com a SENASP, para que a SENASP e o seu grupo de trabalho  
3174 venham na próxima reunião, 23<sup>a</sup>, e apresente qual é a proposta, já que esta não é. Porque  
3175 aí parece que nós ficamos em uma discussão que...

3176

3177 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Sim. Eu não sei quando, eu  
3178 sei que esse projeto foi renumerado. Está aqui do Poder Executivo e do MJ. Só que ele  
3179 foi renumerado. É um projeto antigo.

3180



3181 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Isso é do MJ e é  
3182 antigo. Evidentemente, isso aqui não dá conta da realidade. Tanto que não observa a lei  
3183 aprovada do SINESP, não observa o CONASP.

3184  
3185 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Não. O SINESP foi retirado  
3186 daqui. Não, não. Ele foi renumerado. Ele era do ano anterior...

3187  
3188 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Então, eu vou  
3189 voltar para o questionamento. Se este aqui é o projeto atual do Ministério da Justiça  
3190 sobre o SUSP. Existe um GT criado, junto à SENASP, que tem um conjunto de  
3191 discussões, e por certo já deve ter amadurecido uma contribuição, senão um novo PL,  
3192 como sugere o Denilson, um substitutivo a esse, para que nós queimemos etapas do  
3193 processo legislativo, mesmo que o substitutivo a esse seja outro, mas só para fins de  
3194 melhor técnica legislativa, para não entrar na comissão exatamente. Então, a minha  
3195 sugestão é muito objetiva em termos de metodologia. Eu acho que nós precisamos  
3196 montar uma comissão no CONASP, que vai dialogar com a subcomissão da Câmara e  
3197 vai dialogar com a SENASP, que, inclusive, vai dialogar com o conselheiro Alberto  
3198 para, em várias mãos, elaborar, ao final, um parecer, e os dois temas serão consolidados  
3199 na próxima reunião do CONASP. E aí a SENASP e o grupo de trabalho formado,  
3200 porque não faz sentido nós termos um grupo de trabalho paralelo, construindo um  
3201 debate que nós não sabemos do que se trata, e nós aqui construindo outro debate  
3202 paralelo, a subcomissão um terceiro debate paralelo, e cada um de nós em um 15º  
3203 debate paralelo. Então, eu acho que nós temos que canalizar as energias, e ter  
3204 convergência, para que nós montemos sim, como foi sugestão do deputado, como foi  
3205 sugestão da secretária Nacional de Segurança, uma comissão para debater o tema, para  
3206 manter essa articulação direta com Câmara e SENASP, com o encaminhamento bastante  
3207 objetivo, que em agosto o grupo de trabalho da SENASP apresente a proposta mais bem  
3208 acabada. Se não estiver bom, esta não será, evidentemente, porque ela não dá conta. Eu  
3209 acho que temos consenso nisso. Nenhuma das nossas preocupações, até do ponto de  
3210 vista da melhor técnica jurídica, ela é mal construída. Quer dizer, não passou sequer por  
3211 uma revisão formal de encaminhamento. E, ao mesmo tempo, consolidamos um parecer  
3212 técnico sobre o SUSP. E aí, bom, seguimos acompanhando com a comissão as  
3213 instâncias para que esse processo do âmbito Legislativo receba a chancela, o apoio do  
3214 CONASP e das nossas entidades. E só para terminar, porque eu acho que a sugestão do  
3215 companheiro da Pastoral, eu acho que é importante. E aí dou como sugestão indicativa,  
3216 nós vamos ter um 7º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança, que será em  
3217 julho. Nós estamos em junho, em julho o encontro, e em agosto a 23ª Reunião do  
3218 CONASP. Quem sabe, então, em julho nós levamos esse debate para dentro do encontro  
3219 anual, inclusive amadurecendo, e a comissão tirar daqui, fica como corresponsável para  
3220 estabelecer essa interlocução. Nós do fórum temos interesse e podemos colaborar, para  
3221 amadurecer esse debate no meio do caminho, e chegar, em agosto, com algo mais  
3222 amadurecido, mais consolidado. Eu só faço questão de dizer isso, se este aqui é o  
3223 projeto de lei da SENASP, bom, aí realmente eu concordo com o Denilson, vamos  
3224 reestabelecer aí a teoria do caos. E o problema é que nós estamos no segundo andar, não  
3225 é? E o suicídio coletivo vai ser um dever, não é? Porque se for o melhor que nós  
3226 conseguimos produzir na história democrática sobre segurança, por favor.

3227  
3228 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**  
3229 **Estaduais - Feneme)** – O que me parece é que o próprio governo cometeu um grande  
3230 equívoco, se foi o MJ que mandou. Misturou SUSP, com regulamentação do § 7º do art.

3231 nº 144. Já misturou aí e está criando essa celeuma toda. Existem coisas que são técnicas  
3232 de regulamentar o § 7º, que não tem nada a ver com o sistema. O sistema vai necessitar,  
3233 como foi o SUS, quem sabe, mudança constitucional, de fundo, dessa coisa toda,  
3234 financiamento, Então, as questões aqui foram misturadas, feitas às pressas. Se olhar  
3235 aqui no último artigo, cita um artigo 32 que não existe. Um erro completo. Qual era o  
3236 objetivo disso? Sei lá, realmente criar confusão. Mas foi misturado algo que tinha sido  
3237 construído. Tanto que existem outros PLs que regulamentam o art. nº 144. Eu tenho até  
3238 aqui, nós fizemos o levantamento, são quatro ou cinco PLs, de 2000, 2002, que  
3239 regulamentam. E misturou-se tudo. Aí trouxe princípios para dentro de uma  
3240 regulamentação. E essa, me parece, que é a grande confusão, porque foi o MJ que  
3241 mandou. A pretexto do que tanta pressa? Não se sabe. E o Conasp tem que cuidar para  
3242 que as suas deliberações não caiam no descrédito daqui a pouquinho. Nós deliberamos  
3243 alguma coisa e ninguém dá bola. Então, tem que tomar cuidado com isso, tomar que  
3244 tomar posições firmes. E separar as coisas: regulamentar a 144 é uma coisa, SUSP vai  
3245 mais além que isso. E tem que planejar isso, planejar o que já está se falando aqui, para  
3246 depois, se for construída uma proposta, realmente essa comissão ter as ideais principais,  
3247 e como é que construiu.

3248  
3249 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, dando esclarecimentos.  
3250 Este projeto do Poder Executivo foi enviado em data bem anterior a 2012, não temos  
3251 aqui a informação da data. Ele foi renumerado em 2012 com esse número, porque a  
3252 parte do SINESP foi retirada desse projeto de lei e aprovado à parte. Então, passou a ser  
3253 um projeto de lei, com toda essa matéria, menos o SINESP, e, portanto, recebeu esse  
3254 novo número. Então, se a ideia é formatar um novo sistema, e aí existem matérias que  
3255 não cabem em nível de projeto de lei ordinária ou complementar, teriam que ser uma  
3256 emenda, então tem que discutir uma emenda constitucional. O que pode ser feito aqui é  
3257 o CONASP elaborar um projeto de SUSP, transformar isso em texto legal, e aí a batalha  
3258 vai para o Congresso. É questão de fechar a proposta. Também a sugestão do  
3259 conselheiro Pazinato é cabível, até já conseguimos articulação com o deputado, com o  
3260 grupo que tem de discussão no Congresso Nacional. É claro, a SENASP, eu fui  
3261 informado na reunião interior, já tinha projeto de discussão interna, já vinha fazendo  
3262 discussão, o que não exclui essa discussão aqui. Ainda que o CONASP seja uma  
3263 instância com certa independência, é uma instância do Poder Executivo. E quando fosse  
3264 fechar uma proposta do Poder Executivo para o Congresso, é claro que tem que sentar a  
3265 SENASP e o CONASP. Isso aí é uma coisa óbvia. Então, com certeza, a sugestão do  
3266 Pazinato, cabe ao CONASP definir o que quer, e depois traduzir em lei. Se couber em  
3267 projeto de lei, ou emenda constitucional, não sei.

3268  
3269 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**  
3270 **FNOP)** - Perfeito o que o conselheiro Marlon coloca. Por isso que é de difícil  
3271 compreensão. Quando se lê no art. 1º: “...disciplina, organização e funcionamento dos  
3272 órgãos responsáveis pela segurança pública”. Quem são os órgãos responsáveis? A  
3273 Polícia Federal, o Departamento de Polícia Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária  
3274 Federal, Polícia Civil, PM. Esses são os órgãos. Cada um desses organismos já tem o  
3275 regramento próprio de organização e funcionamento. Este projeto iria alterar como fez  
3276 por vias transversas, em relação, por exemplo, à Polícia Rodoviária Federal? Porque ali  
3277 está falando de organização. Então, parece-me que houve um gancho no art. 7º para  
3278 tratar de outra matéria. Assim, por que é de difícil compreensão? Não fecha, começa a  
3279 trabalhar no art. 1º, e depois desnorteia e depois vai trabalhar em outra matéria. Quer  
3280 dizer, isso, então, é o primeiro ponto. Por exemplo, se temos uma ideia de uma proposta

3281 de emenda constitucional, por que não, por exemplo, colocar uma corregedoria  
3282 independente e autônoma como órgão da estrutura do funcionamento ali, como no  
3283 mesmo *pari passu* com as polícias, por exemplo? Então, é isso que nós temos que  
3284 pensar, clarear e tirar deste grande caldeirão que fizeram para aproveitar o espaço, uma  
3285 lacuna, aparentemente existente na Constituição Federal, para criar coisas em termos de  
3286 segurança. Então, o nosso papel, neste momento, é conseguir separar, clarear essas  
3287 questões, e aí sim achar uma metodologia adequada para fazer propostas coerentes para  
3288 que sejam enfrentadas no Congresso Nacional. Seria isso. Obrigada.

3289

3290 **O Sr. Carlos Magno Silva Fonseca (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
3291 **Travestis e Transexuais)** – Na verdade, a minha fala é mais já no sentido de  
3292 encaminhamento. Porque pelo debate que eu estou percebendo aqui, há muitos tópicos  
3293 que não estão sendo refletidos nessa proposta desse projeto. E acho, pelo menos pela  
3294 experiência que temos na Secretaria Especial de Direitos Humanos, se formar um grupo  
3295 de trabalho, para que não só do ponto de vista técnico e jurídico, mas político, pois  
3296 como existem várias questões dos próprios movimentos sociais, dos setores da  
3297 sociedade civil, que não estão refletidas nesse projeto, o próprio conselho poderia  
3298 constituir esse grupo de trabalho, para depois trazer uma proposta para que nós  
3299 possamos discutir aqui no Conselho essa proposta. E que essas propostas baixassem  
3300 para os estados, pois, quando eu ouvi algumas falas, eu fiquei assim, será se isso veio  
3301 mesmo das conferências? Essa proposta veio das conferências? Está refletido todo esse  
3302 acúmulo de debate, de proposta? Não sei. Então, para nós termos uma proposta de  
3303 projeto forte para apresentar, inclusive para o Congresso Nacional, é preciso que vários  
3304 atores estejam envolvidos nesse processo. Então, a minha proposta de encaminhamento,  
3305 constituir um grupo de trabalho que tenha participação da sociedade civil, porque  
3306 também só um GT do ministério também pode não refletir outras questões. E que nós  
3307 possamos fazer um movimento de que essas propostas estejam com um envolvimento  
3308 maior da sociedade para poder apresentar para o Congresso. Porque aprovar dessa  
3309 forma é ruim. Então, eu acho que é preciso acumular força e participação para  
3310 apresentar um projeto melhor.

3311

3312 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Eu queria complementar  
3313 a fala que eu fiz. E, de fato, as falas que se seguiram, elas completam, estão corretas em  
3314 diversos pontos. Porque, de fato, nós precisamos de objetividade. De fato nós  
3315 precisamos esclarecer se existe um processo paralelo. Então, nós estamos tendo uma  
3316 série de problemas. O que eu queria alertar a todos aqui é sobre a questão da obrigação  
3317 da União, ou seja, a obrigação da União, dos estados e dos municípios às questões de  
3318 competência. Competência para poder legislar. Então, essa lei surge como uma norma  
3319 geral, tudo que for entrar aqui, nós temos que ter essa visão das propostas, porque ela,  
3320 de fato, tem um cunho mais político do que efetivar, sancionar etc. Não podemos nos  
3321 esquecer de pontos de sancionar, sem dúvida nenhuma, mas se tentarmos ficar criando  
3322 mecanismos, deliberando, indo e vindo, faltando objetividade, não vai passar no  
3323 Congresso de jeito nenhum. E o que eu li da lei, aqui logo no seu *caput* “...disciplina,  
3324 organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos  
3325 termos do § 7º do art. nº 144, da Constituição, institui o SUSP, dispõe sobre segurança  
3326 cidadão e dá outras providências”. Ou seja, então, no mínimo, três parâmetros essa lei  
3327 tem. E é daí que vêm as proposições, as ideias, de não somente o art. nº 144, que está lá  
3328 falando especificamente, *ipsi literis*, quem é da segurança pública, mas outros agentes  
3329 de lá para cá, de 1988 para cá, entraram no fator de segurança pública. Como eu disse  
3330 na reunião passada, o sistema prisional, essa falha do sistema prisional volta para a

3331 própria Polícia Militar, Polícia Civil, e a sociedade sofrendo com essa ineficiência toda.  
3332 Então, nós focarmos, sermos objetivos, colher as sugestões do colega Pazinato. E a  
3333 minha ideia de trazer alguns aí, talvez senão a próxima reunião, é para nós podermos  
3334 ver os problemas gerais, e poder ter sim essa objetividade que nós estamos vendo aqui e  
3335 que está difícil de sair. Obrigado.

3336

3337 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) –**  
3338 O que nós podemos observar, inclusive hoje, quando o deputado falou, é que o projeto  
3339 está na Comissão de Educação. E até ele estranhou que estivesse lá parado e tal. Então,  
3340 deve ter sido em função disso. Mas o que causa estranheza é que se nós observamos se  
3341 trata de um PL que foi encaminhado pelo governo. Aí o governo monta um GT, e tem o  
3342 CONASP paralelo. Então, todo o trabalho que nós fizemos aqui, obviamente, se o  
3343 SENASP montou um GT, a orientação virá do GT. Então, a minha sugestão é, ou o GT  
3344 vem ao CONASP, ou que nós pudéssemos ter um representante do CONASP no GT da  
3345 SENASP. Ou as duas coisas. Agora, não adianta fazer aqui um trabalho paralelo e  
3346 acreditarmos que o que vai prevalecer é o nosso. Então, é lógico, se o MJ montou um  
3347 GT é com o objetivo de fazer um trabalho para ele. Então, a minha sugestão à mesa é  
3348 exatamente o GT vem ao CONASP, ou o CONASP se insere nesse GT, ou as duas  
3349 opções. Não sei. Eu coloco para discussão.

3350

3351 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
3352 **Brasil) –** Nós podemos projetar alguma? Eu acho que já está começando a se delinear a  
3353 proposta, e nós vamos sintetizando. O que nós percebemos é que me parece consenso de  
3354 que nós não gostaríamos de trabalhar isso aqui. Mas, como é do governo, e nós fazemos  
3355 parte do governo pelo conselho, porque nós somos um conselho de governo. Se somos  
3356 conselho e aceitamos isso, como Eduardo sugeriu, temos que ter caminhos que nós  
3357 possamos realmente trilhar até chegar aos espaços que isso será construído de forma  
3358 mais participativa. Eu acredito que há uma coincidência feliz, mas se não tivesse essa  
3359 coincidência, certamente, seria uma possibilidade, é que nós tivéssemos uma audiência  
3360 com a nossa secretária nacional, que, coincidentemente, é a nossa presidenta. Mas se ela  
3361 não fosse a presidenta, certamente nós íamos ter aqui para poder se relacionar com esse  
3362 grupo de trabalho, um contato com a nossa secretária Nacional. Eu acho que nós  
3363 podemos encaminhar propostas nas quais possamos ter esse primeiro diálogo com a  
3364 nossa secretária nacional, para ver a nossa possibilidade desse grupo de trabalho e  
3365 colher o que já foi feito. Vamos colocar aí as propostas. E nós vamos acrescentando,  
3366 tirando e chegando a uma síntese, a melhor possível. Mas nós precisamos dialogar com  
3367 a SENASP, não precisamos? Se precisamos dialogar com a SENASP, felizmente, nós  
3368 vamos dialogar com a nossa própria presidente do conselho. Então, vai ser uma coisa  
3369 boa. Eu gostaria que o conselheiro Pazinato colocasse a proposta dele. Vamos  
3370 colocando as propostas, se não colocarmos, não conseguiremos a síntese.

3371

3372 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) –** O Humberto  
3373 sugeriu que nós tirássemos como encaminhamento uma participação nossa no grupo de  
3374 trabalho da SENASP, e que o grupo de trabalho viesse aqui fazer a apresentação do  
3375 resultado desse trabalho já acumulado. O único reparo que eu faço, é o seguinte: Esse  
3376 grupo de trabalho, eventualmente, é um grupo de trabalho interno que reúne gestores,  
3377 funcionários da SENASP, se nós não fomos convidados, por certo não há o interesse,  
3378 neste momento, de abrir uma cadeira para a nossa participação. O que eu acho que nós  
3379 deveríamos fazer, neste contexto, mantendo a proposta de dialogar com o GT, é tirar  
3380 uma comissão do CONASP que vai manter um diálogo com o GT, e vai construir com

3381 esse GT, inclusive, a apresentação do trabalho do GT na próxima reunião originária do  
3382 CONASP. E, ao mesmo tempo, esta comissão, que tem autonomia para tal, legitimado  
3383 por este pleno do CONASP, vai estabelecer o mesmo nível de diálogo com o deputado e  
3384 a subcomissão. Portanto, seria esta a minha proposta, dialogando com o Humberto. Eu  
3385 acho que não são conflitantes. Pelo contrário.

3386

3387 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3388 **Brasil)** – Só um aparte, Pazinato. Em vez de nós fazermos para ir para esse grupo de  
3389 trabalho e não ir para a secretária, para nós sentarmos com a secretária Nacional, que o  
3390 grupo de trabalho deve ter sido formado por ela. Sentar com ela.

3391

3392 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Mas não pode  
3393 ser com ela junto com o grupo de trabalho?

3394

3395 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3396 **Brasil)** – Sim. Com ela, e não diretamente só com o GT, porque tem que ter um espaço  
3397 de decisão.

3398

3399 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - É que a  
3400 comissão que eu estou propondo no CONASP, tripartite, vai verificar a melhor tática.  
3401 Vai conversar com a secretária, pedir para que ela organize uma reunião como o GT e  
3402 com ela, e nesta reunião seja apresentada à comissão, e prepare a socialização desses  
3403 resultados na próxima reunião ordinária.

3404

3405 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**  
3406 **Periciais do Brasil)** – E qual seria a nossa participação? Só de acompanhamento?

3407

3408 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Não, eu acho  
3409 que não de acompanhamento. Eu acho que nós teríamos que conhecer, porque esse  
3410 projeto aqui está descartado.

3411

3412 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**  
3413 **Periciais do Brasil)** – Sim. Esse projeto não existe.

3414

3415 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Não existe. Eu  
3416 não consigo compreender como um projeto dessa natureza, isso que eu, dialogando com  
3417 o Denilson. Como é que um projeto dessa natureza vem parar aqui no CONASP, e nós  
3418 vamos ficar achando que esse é o projeto. Esse não é o projeto. Por favor, isso aqui é  
3419 uma cortina de fumaça. Não quero discutir isso aqui. Não quero discutir isso aqui. Isso  
3420 aqui eu acho que não tem nenhum fundamento. Ninguém é ingênuo de achar que a  
3421 SENASP entende que isso aqui é a síntese de um Sistema Único de Segurança.  
3422 Portanto, o nosso debate não pode ser sobre isto aqui.

3423

3424 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**  
3425 **Periciais do Brasil)** – Eu só queria entender da nossa fala qual seria a participação  
3426 dessa comissão do CONASP junto ao GT. Seria só de acompanhamento, ou não estaria  
3427 também dando sugestões, sugerindo, e construindo esse documento junto?

3428

3429 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - A Comissão  
3430 pode ser um espaço que consiga acolher e sistematizar sugestões, que até o momento

3431 são pequenas dos conselheiros, são de duas entidades, pelo que eu entendi, não é, Alex?  
3432 Junto com a Secretaria Executiva faria essa sistematização, junto com o conselheiro  
3433 Alberto, que está designado para a relatoria do parecer, construiria um parecer, e essas  
3434 duas questões apareceriam na próxima reunião ordinária, junto com a apresentação.  
3435 Porque eu acho que há um PL que não é este. E tem o grupo de trabalho da SENASP, e  
3436 a partir disso nós faríamos a síntese. As contribuições do CONASP iriam ser acolhidas,  
3437 dentro de um debate democrático, com a proposta do Poder Executivo, e ao mesmo  
3438 tempo teríamos um parecer técnico norteador disso. E ao mesmo tempo, porque nós  
3439 temos autonomia para tal, disse o Alex, disse bem, nós vamos ficar atrelados nos  
3440 diálogos que a SENASP vai fazer com o Congresso. Nós estamos estabelecendo, a  
3441 convite do deputado, com esta comissão, uma participação na subcomissão. Só que nós  
3442 estamos trabalhando com convergência. Eu, particularmente, se me perguntar, é a favor  
3443 da emenda constitucional ou um projeto de lei? Não. Em nível ideal, eu acho que é uma  
3444 emenda constitucional. Três quintos para aprovar, um Congresso rachado, fracionado,  
3445 com toda a sorte de interesse. Eu prefiro segurar o bastião lá do 144, e regulamentar  
3446 minimamente com um PL, que não é este, que possa ser um pouco mais aprofundado.  
3447 Uma questão tática. Mas é a minha opinião. Agora a comissão pode debater isso e trazer  
3448 para o pleno, como um elemento a ser discutido, a ser encaminhado. Então... Inclusive  
3449 do Fórum, que acredita que um PL, não este, substitutivo ou não, em uma questão de  
3450 processo legislativo. Que eu posso botar o substitutivo aqui, e totalmente contrário. E  
3451 evitar que eu tenha que passar pelo périplo que esse projeto já passou. Guarda só a vaga.

3452

3453 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3454 **Brasil)** – A proposta do Pazinato e a proposta do Humberto se juntam com a maioria  
3455 das pessoas aqui, está tudo parecido aí. Mas nós temos que ir com uma decisão, porque  
3456 nós somos o órgão formulador da política pública de segurança, entre aspas, neste país.  
3457 Nós vamos formular alguma coisa, o CONASP? Então, qual é a ideia? Seria assim, a  
3458 plenária decidiu que não vai trabalhar esse esqueleto, porque não representa o que ele  
3459 pensa, e vai formular o SUSP, na visão do CONASP. Pede condições ao governo para  
3460 que isso possa ocorrer. Vai ser uma verdadeira conferência. Não pode ir só para  
3461 participar de um grupo de trabalho. Que função é essa do conselho?

3462

3463 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Mas olha só,  
3464 nós não conseguiremos debater uma proposta do SUSP, se nós não tivermos uma outra  
3465 instância para manter esse texto. É igual o gabinete de gestão integrada, se não tiver um  
3466 grupo de trabalho, uma câmara temática, que encaminhe um protocolo, um debate  
3467 prévio, e jogue ao pleno para consolidar, para acrescentar para ajustes, por isso que é  
3468 importante o método, não só o que vamos dizer, mas como nós vamos dizer. Porque  
3469 também nós estamos rechaçando este PL, mas nós ainda não temos uma posição sobre  
3470 substitutivo a ele, ou emenda. Nós vamos ter que montar uma comissão. Essa comissão  
3471 vai estabelecer um diálogo com o GT. O GT tem vir aqui compartilhar o que está feito.  
3472 Nós vamos até à Câmara discutir as instâncias da Câmara, e vamos amadurecendo. Pode  
3473 ser que não seja uma conferência agora, mas sejam diálogos regionais, preparatórios,  
3474 consultas, pesquisas.

3475

3476 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3477 **Brasil)** – Mas a ideia de ir ao governo pedir condições para fazer valer isso, eu falei  
3478 conferência, que é o estágio mais dispendioso e tal. Mas existem outras etapas,  
3479 consultas, tudo o que nós já fizemos aí com o CONASP. O CONASP mesmo já fez  
3480 consulta para a eleição, rodou o país. Então, a ideia é esta, que nós queremos formular e

3481 pedimos essa condição ao governo, ao ministério, que nós possamos ter essa condição  
3482 de realmente nos preparar. E aí sim, nessa nossa preparação, não tem como deixar de  
3483 estar articulado com o grupo de trabalho, com as informações que já existem, para fazer  
3484 isso. Senão apenas integrar o grupo, mas se juntar lá na frente. Nós podemos decidir  
3485 para que uma comissão já comece isso. Mas, o que é que o conselho quer? Formular o  
3486 SUSP? Sim, é um desejo nosso. E queremos formular um corpo. E pede condição para  
3487 fazer isso.

3488

3489 **O SR. ALEX (SECRETÁRIO EXECUTIVO)** – Bom, mais informes aqui. Eu acabei  
3490 de checar a informação do GT. O GT foi criado por Portaria do Ministro. Então é um  
3491 GT do Ministério da Justiça, não é da SENASP. A SENASP participa também,  
3492 juntamente com a PF, PRF e três especialistas, entre os quais Renato Lima e o Saporì,  
3493 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

3494

3495 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eles estão  
3496 como especialistas de segurança. Um é professor da PUC, o outro é da PE. O Fórum,  
3497 entidade, está compondo o CONASP. Eu não conheço. Eu gostaria de conhecer o  
3498 resultado do GT. Não só como membro do Fórum, mas como conselheiro do CONASP.  
3499 Aí é uma coisa que eu falei na primeira reunião, quando eu joga o Fórum assim, parece  
3500 que nós estamos legitimando a proposta, e estamos fazendo dois discursos. Não pode  
3501 ser assim, pois é o seguinte, o Fórum é grande, existem vários interlocutores, com várias  
3502 identidades. Eu, como conselheiro, titular do Fórum, não conheço a proposta, e gostaria  
3503 que na condição de conselheiro do CONASP, esse tema fosse trazido para cá. Porque  
3504 senão assim, são discussões bilaterais. Eu conheço uma parte, não conheço a outra,  
3505 Alex, eu acho que esse cuidado tem que ter. É a segunda vez que o Fórum Brasileiro,  
3506 daqui a pouco parece que nós estamos fazendo agente duplo, tem um lá para cuidar tal  
3507 coisa, eu aqui para cuidar tal coisa, faço uma proposição, ela não é genuína, não para aí.  
3508 O que o Fórum encaminhou internamente é uma pesquisa que, inclusive, o instituto que  
3509 eu sou um dos sócios, que está conduzindo uma pesquisa interna, no Fórum, de opinião.  
3510 Esse é o encaminhamento do Fórum. Tem um encontro anual, em julho, e nós estamos  
3511 aqui como membros conselheiros, na mesma condição de igualdade dos demais,  
3512 sugerindo essa proposição. Então, o grupo de trabalho, se tem uma contribuição...  
3513 Agora, eu duvido que seja esta, pelo quilate das pessoas que estão envolvidas, que  
3514 apresente ao CONASP para que nós possamos também incrementar e avançar sobre o  
3515 tema, porque senão nós vamos ficar dando voltas.

3516

3517 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Essa Portaria foi de abril,  
3518 recentemente, se não me engano, deve ter tido uma reunião. Não sei. Eu não faço parte  
3519 do GT, não estou acompanhando. É um GT do gabinete do ministro, do Ministério da  
3520 Justiça, que inclui a SENASP também. Eu acho que é cabível sim fazer esse diálogo,  
3521 fazer um convite para que eles venham aqui, ou que venha representante um  
3522 representante que seja, aqui na próxima reunião. Segundo o que a Paula me passou  
3523 agora, é possível que na próxima reunião já tenha, inclusive, tirado algum esqueleto.

3524

3525 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Aquele  
3526 esqueleto que enviaria cinco ou quinze dias da primeira reunião.

3527

3528 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Uma coisa é reunião. Assim,  
3529 o grupo da SENASP, que é a reunião de diretores da SENASP, foi aquele esqueleto que  
3530 já mandamos no e-mail, diretores da SENASP, aí foi uma conversa informal. Não tem

3531 Diário Oficial, não tem nada, foi reunir as pessoas e discutir internamente, bater papo a  
3532 respeito do SUSP. Outra coisa é o GT, criado pelo ministro, o ministro nomeou pessoas,  
3533 e a SENASP também, nomeou pela SENASP, nomeou a assessora Paula Guerra para  
3534 cuidar desse assunto. Que é outra coisa que vai ser produzido nesse GT. Então, um  
3535 grupo de diretores da SENASP sentou para discutir, e enviou aqui ali que a secretária  
3536 disse que ia enviar na primeira reunião. Foi enviado, no mês de maio, comecinho de  
3537 maio. Então, está esclarecido?

3538

3539 O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do  
3540 Brasil) – Vamos tentar construir agora?

3541

3542 **O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
3543 **Civis - COBRAPOL)** – Mais uma vez, só para reforçar e nós perdermos um pouco  
3544 daquele sentimento de vira-lata. Tem um grupo de trabalho, tem o ministro, tem a  
3545 Polícia Federal. Mas, poxa, tem o CONASP! Eu conheço vocês, eu sei de onde vêm, as  
3546 entidades que vocês representam, o talante que têm. Podemos produzir, sim, uma  
3547 proposta de emenda constitucional. Podemos. Aqui está o substrato da sociedade de  
3548 quem pensa, de quem teoriza e de quem põe em prática a segurança pública deste país.  
3549 De forma tripartite, trabalhador, gestor e a sociedade civil organizada. Porque eu quero  
3550 aqui, não é teoria da conspiração, mas está muito batom na cueca. Você pegar um  
3551 projeto para fazer o SUSP, e aqui no art. 6º vem legalizar o que todas as forças de  
3552 segurança estão cobrando, querendo a extinção da Guarda Nacional, da Força Nacional.  
3553 E aqui está legitimando. Só tem três reformas neste país que é mais problemática do que  
3554 essa que nós estamos propondo aqui: é a reforma política e a reforma tributária. Nós  
3555 temos que ter peito para fazer essa reforma da segurança pública. Porque na reforma  
3556 política ninguém está morrendo, no máximo está indo para a cadeia. A reforma  
3557 tributária tem gente sonogando e estado perdendo dinheiro. Agora, nessa reforma que  
3558 nós estamos falando, tem gente morrendo. São 180 mil pessoas morrendo. Tem gente  
3559 ficando esclerosada pela droga. E o erro está no modelo. Então, nós temos que ter essa  
3560 coragem de discutir esse modelo e fazer essa mudança, porque é minimizar o Fórum  
3561 Brasileiro de Segurança Pública, falar que esse projeto aqui é o SUSP. Quando a  
3562 COBRAPOL colocou o Alberto aqui como meu suplente, porque é um cara que teoriza,  
3563 que pensa, que já fez parte aqui, que queria fazer o resgate da CONSEG. Essa era a  
3564 nossa intenção. Então, é uma pessoa mais preparada que temos hoje na Cobrapol. Agora  
3565 colocar isso tudo para debater isso aqui? Então não faz nem sentido nós estamos aqui.  
3566 No máximo isso aqui serve para discutir a segurança pública de Santa Luzia, lá em  
3567 Minas Gerais, município de 300 mil habitantes. Mas para o Brasil? Esse é o desafio  
3568 nosso. Então, eu acho que nós poderíamos tirar aqui como proposta de encaminhamento  
3569 um prazo para que nós apresentássemos aqui um esqueleto do que seria esse SUSP. E  
3570 eles que estão no grupo de trabalho, e eles, que é o ministério, que digam o que fazer  
3571 com isso que nós produzimos, porque vamos olhar então a questão política aqui. Se essa  
3572 estrutura realmente passar, que nós estamos pensando em ser, que nós imaginamos ser,  
3573 é maior do que uma SENASP, é maior do que uma Secretaria. Aí eu pergunto: a  
3574 secretária está a fim de peitar isso, até ao ponto de ser substituída? Até ao ponto de  
3575 deixar de ser Secretaria? Ou ousar querer crescer, ter estrutura de ministério. Outra  
3576 pergunta: será que o ministro da Justiça não vai se sentir ofuscado quando fala que tem  
3577 que perguntar a ele se nós podemos fazer ou não? Quem pariu Mateus, que o embale. Se  
3578 nos colocou aqui, então segura o ônus de colocar gente que quer pensar e que quer  
3579 mudar. Até sair de fora dele, emancipar. Crie outro Ministério. Vamos fazer plebiscito,  
3580 vamos fazer projeto de iniciativa popular. Uma emenda constitucional, quantos milhões



3581 de assinatura nós precisamos ter? Vamos correr atrás. Cada instituição aqui correr atrás  
3582 de buscar essas assinaturas para legitimar esse projeto. Então, de coisas ousadas assim  
3583 que eu gostaria de discutir. Porque cada um de vocês só tem dois anos para ficar aqui,  
3584 não se esqueçam disso. Então, que marque o seu período que está aqui de uma forma  
3585 digna, de uma forma honrada, e deixe o seu nome na história. No meu período que eu  
3586 estive lá, eu propus um projeto que realmente podia mudar este país. É só.

3587

3588 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – Então, vamos lá. O Almir  
3589 falou o seguinte: o Almir falou que nós devemos ir com calça, camisa, gravata. O colega  
3590 lá falou com o Pazinato: “E nós vamos participar como? Vamos participar como nesse  
3591 GT? Se nós formos só para dar conselho, vai entrar por um ouvido e sair pelo outro”. Eu  
3592 acredito que o Almir tenha colocado que nós devamos participar efetivamente. É isso?  
3593 Fazer parte do grupo?

3594

3595 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3596 **Brasil)** – Quando eu disse isso foi por conta de tudo que percebi que vocês estão  
3597 falando.

3598

3599 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – É o que deveria acontecer.

3600

3601 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3602 **Brasil)** – Um novo corpo, alguma coisa... Agora, não dá para pensar em um novo corpo,  
3603 fazer alguma coisa, somente de calça curta.

3604

3605 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – Com certeza. Agora, o  
3606 Pazinato falou bem ali, se não nos convidaram antes, é por que não nos queriam lá.  
3607 Mas, o conselho merece respeito. Este conselho é formado por gente que tem muita  
3608 capacidade. E eu acho que ele deveria ser privilegiado, ele deveria participar desse  
3609 grupo de trabalho, e acho que o senhor também pensa assim. Não é verdade? Porque se  
3610 o senhor falou para entrarmos, não só para fazer número, e nós temos como chegar e  
3611 apresentar propostas, e isso aqui nós temos aqui. Eu sou novo aqui, é a minha primeira  
3612 reunião, mas olha a impressão que eu estou tendo. É ótima a impressão que eu estou  
3613 tendo dos colegas aqui. E eu acho que podemos dar outro norte para essa situação.

3614

3615 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Só para  
3616 reiterar a questão da objetividade. O colega Eduardo Pazinato está fazendo umas  
3617 colocações muito ponderadas, muito certas. O colega Denilson. Mas um projeto de lei é  
3618 sempre muito difícil e tortuoso. Concordo com o Denilson, nós temos poder, inclusive,  
3619 de fazer uma proposta a partir do apoio popular. O Ficha Limpa surgiu porque a CNBB  
3620 apoiou, a OAB apoiou e diversas outras entidades apoiaram. Então, nós podemos sim.  
3621 Então, se for seguir por esse caminho, que nós consigamos pelo menos criar uma pauta  
3622 de objetividades de trabalho para podermos então colher frutos. Não passar essa gestão  
3623 discutindo, discutindo. Obrigado.

3624

3625 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
3626 **MNDH)** – Olha, o pessoal está fazendo uma leitura agora mais profunda dos porquês  
3627 políticos, por que não? Se o governo retirou o SINESP de dentro disso, é porque ele  
3628 mesmo não tem interesse nisso aqui, está certo? Isso para mim está muito claro. Eu até  
3629 queria perguntar por que o CONASP trouxe isso aqui já, trouxe um deputado, muito  
3630 bem intencionado, etc. Aí eu perguntei: “Almir, isso aqui está no ponto de bala para

3631 votar?”, ele disse: “Não”. Então, qual é a nossa pressa? Por que nós estamos com  
3632 pressa? Eu não acho que o governo banque isso aqui, tanto é que retirou o SINESP de  
3633 dentro e repatriou com outro número de projeto, alguma coisa. Porque acho que o  
3634 governo deve ter ponderado a necessidade, de fato, de fazer um debate amplo sobre a  
3635 situação da construção de um sistema, etc. Deve ter constituído esse GT com essa  
3636 preocupação, deve ter olhado para isso e falou: “Isso realmente não é um sistema”. E eu  
3637 não acredito que nem a doutora Regina Miki, que eu conheço, lá de Diadema, e nem o  
3638 ministro José Eduardo Cardoso, que é meu contemporâneo da Pontifícia Universidade  
3639 Católica tenha mandado isso aqui, ou achado que isso aqui é um sistema. Eu não  
3640 acredito nisso. Mas, de toda sorte, eu acho que nós temos a oportunidade de ressuscitar  
3641 esse debate como nos encomendou, não só a CONSEG, mas como nos encomenda  
3642 aquele ao qual nos representamos aqui. Eu acho que as nossas instituições, sejam elas  
3643 representativas dos trabalhadores, mas sejam, sobretudo, nós da sociedade civil, que  
3644 aguentamos o problema lá na ponta, não é, Silvana? Que estamos lá misturados com as  
3645 vítimas, que estamos lá misturados com todo tipo de violação, que estamos aí atentos,  
3646 focalizando e monitorando a questão das violações de direitos humanos, as vítimas é  
3647 que pagam a conta, de fato, e os trabalhadores também, de certa forma, por essa  
3648 desorganização, por essa inexistência de um sistema de segurança com fulcro nos  
3649 princípios constitucionais. Então, eu fico pensando, o que nós vamos dizer para o  
3650 deputado que veio aqui atender ao pedido, fazer um debate? “Senhor deputado, sinto  
3651 muito, passa amanhã”. Eu fico imaginando o que falar para o Efraim Filho, porque  
3652 talvez nós devamos, de fato, ter um diálogo claro com o ministério: “Escuta, o que o  
3653 Ministério da Justiça vai fazer?”. Porque o Ministério da Justiça pode ter uma vontade  
3654 política de não querer mexer nisso também, viu, Eduardo? Não sei se ele vai fazer isso  
3655 em 2013, botar um projeto desses em 2014. Em 2014, eles vão botar um projeto assim  
3656 no Congresso?

3657

3658 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Eu acho que a  
3659 estratégia do SENASP é não trabalhar com emendas constitucionais, e trabalhar com  
3660 projetos de lei. Por quê? O SINESP foi um exemplo, o (*Ininteligível*) lembrou um, que é  
3661 o substitutivo que a PL mandou para o Congresso, (*Ininteligível*) tem 1.332/2003, que  
3662 regulamenta o § 8º, e agora para mim é a tática. A tática é: o substitutivo ao PL nº  
3663 3.734/2012, que pode ser essa a tática, em minha opinião. Eu acho que é correto, desde  
3664 que contemple esse processo.

3665

3666 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
3667 **MNDH)** – Não, eu entendi, Eduardo. Eu acho até que o governo tem a lógica dele. Ele  
3668 deve buscar sempre a lógica dele. Quando é bom, nós apoiamos, quando não, não  
3669 vamos. Nós, pelo menos do Movimento Nacional, não vamos apoiar. Como não  
3670 apoiamos o PL nº 7.663, encabeçado pela ministra Gleisi Hoffmann. Não apoiamos, não  
3671 vamos apoiar. Nunca vão apoiar essa política antidroga extremamente higienista, porque  
3672 somos contra, porque ela é contra um modelo de sistema de saúde de tratamento.  
3673 Tratamento não é trancando, que eu trato pessoas doentes. Mas, enfim, quando nós  
3674 temos que divergir, nós divergimos. Também porque esse é o nosso papel. Mas  
3675 objetivando aqui um pouco, por que eu estou falando isso? Porque aqui, Almir, eu acho  
3676 que nós temos que aproveitar o momento e buscar esse diálogo sim com o governo, seja  
3677 com o GT, ou formar essa comissão, que eu concordo plenamente. Mas acho que o  
3678 CONASP tem a missão política de buscar a construção desse sistema, ou de uma ideia  
3679 de sistema, pelo menos. E eu acho que nós não temos pressa para isso. E acho que todas  
3680 as entidades que estão aqui, pelo menos algumas, eu nunca conversei com ninguém aqui

3681 que fala assim: “Não, o art. 144 da Constituição deve continuar”. Todos nós aqui somos  
3682 pela reforma do art. nº 144. Às vezes não no mesmo tom ou na mesma medida, às vezes  
3683 não com a mesma estrutura. Mas ninguém gosta. Esse art. nº 144 não agrada a ninguém.  
3684 Não agrada trabalhador, não agrada governo e não agrada a sociedade civil. Então, acho  
3685 sim que o CONASP tem a missão política de peitar a ideia sim de uma emenda  
3686 constitucional. Por que não? Porque não agrada a ninguém. Porque nós discutimos,  
3687 discutimos, aí depois dizemos assim: “Não, aí é muito difícil ter dois terços do  
3688 Congresso, aí é muito difícil aprovar emenda”. Eu também não tenho a ilusão de que  
3689 nós conseguimos algo popular, como a Ficha Limpa, porque o povo não vai entender  
3690 esse debate que é proposto aqui nesta mesa, porque o povo gosta de redução de  
3691 maioria penal, trancar drogado, torturar as pessoas. O povo gosta dessas coisas.  
3692 Porque nós não temos uma mídia forte o suficiente para alavancar, por exemplo, esse  
3693 sentimento. Nós não somos donos de jornal. Eu não sei se tem alguém aqui que é dono  
3694 de jornal e que possa vir propor um sistema, de fato, de segurança, que atenda aos  
3695 princípios da democracia, de uma Justiça enquanto ideal etc. E nós podemos caminhar.  
3696 Eu ainda acredito que um pouco aí na proposta do Eduardo, e um pouco do Humberto,  
3697 que se crie sim um caminho de diálogo com o governo para saber o que fazer com isso,  
3698 entender se tem o substitutivo, se não tem, o que pretende fazer como estratégia. Mas  
3699 independentemente disso, eu acho que nós devemos buscar, enquanto uma missão  
3700 política deste conselho, a construção sim de um sistema ideal, ou chegar mais perto  
3701 dele. Isso que propõe o Denilson. Eu acho que nós devemos nos debruçarmos nisso.  
3702 Constituir aqui pessoas, GTs. Acho que todas as entidades deveriam debater um  
3703 sistema. Ou seja, você não é de um coletivo? O seu coletivo tem que se posicionar o que  
3704 ele entende como um sistema.

3705  
3706 O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do  
3707 Brasil) – Conselheiro, eu acho que já seria a metodologia. É, lá na frente.

3708  
3709 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
3710 **MNDH)** — Já é uma ideia de metodologia. O Fenop não está aqui? O Fórum de  
3711 Ouvidores de Polícia? Então, o que é que pensa os ouvidores de polícia, no Brasil, sobre  
3712 isso? O que pensa os guardas metropolitanos? O que é que pensa o Conselho Federal? O  
3713 Movimento de Direitos Humanos? Enfim, os sindicatos aqui, as associações? E aí sim  
3714 nós poderíamos estabelecer um prazo, que houvesse essas contribuições, para uma  
3715 comissão que faria uma espécie de relatoria de sistematização. Para depois nós  
3716 começarmos a desenhar uma ideia de sistema, já que não temos pressa de votação, já  
3717 que ainda vamos ter que dialogar com o governo. E chamar a Câmara, a Comissão de  
3718 Segurança Pública da Câmara, até para, junto conosco, pensar esse sistema. Eu acho que  
3719 essa é um pouco a linha do que eu penso. E que nós avancemos nessas consultas  
3720 regionais nos estados, de envolver o maior número de pessoas possíveis, porque o tema  
3721 da segurança não é só dos trabalhadores. O tema da segurança abrange outros setores da  
3722 sociedade. Abrange também a educação, abrange os... os trabalhadores da saúde,  
3723 abrange todo tipo de representação que hoje está na sociedade. Porque todo mundo sofre  
3724 com o problema de ausência, ou excesso de segurança, não é?

3725  
3726 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3727 **Brasil)** – Sim. Tem um esclarecimento. Todo mundo vai ter a palavra. Sem estresse.

3728  
3729 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Só um esclarecimento. O  
3730 pessoal fala às vezes do projeto de lei que o Executivo trouxe. O que confunde muito, é

3731 que está escrito aqui projeto de lei tal do Poder Executivo. Esse projeto aqui tinha sido  
3732 enviado em gestões anteriores, ministro anterior. Acho que talvez na época do ministro  
3733 Tarso. Não sei, não temos a data aqui, mas é de muitos anos atrás. Quem trouxe hoje  
3734 para a discussão foi o deputado. Nós não combinamos nada. “Deputado vem aqui, e fale  
3735 a respeito do que está acontecendo no Congresso, do SUSP”. Ele trouxe o projeto,  
3736 porque é o que tem lá. É tanto que a SENASP está amadurecendo as discussões, é tanto  
3737 que o ministro entendeu por bem chamar um GT. Tudo isso paralelamente ao trabalho  
3738 do CONASP. Eu não conversei com o ministro, não sei a posição dele, mas acredito que  
3739 isso aqui não é viável. Houve estratégias por razões que eu não sei, não estava na  
3740 articulação quando tirou o SINESP disso aqui. Mas só deixar claro que isso não foi  
3741 combinado. Foi o deputado que quis trazer o projeto, porque é o que tinha, o material  
3742 que tem para discutir é esse. Não é porque acha que é ideal. Ele mesmo está aqui para  
3743 ouvir, está aberto. Então, só queria dizer que não é uma coisa que a SENASP quer  
3744 empurrar goela abaixo. Não é isso. Só deixar isso claro.  
3745

3746 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**  
3747 **Periciais do Brasil)** – Neste mês eu estou aqui na mesa. Eu não entendi bem quando o  
3748 Rildo perguntou a razão pela qual ter colocado isso em pauta. Eu acho que se não  
3749 tivéssemos colocado isso em pauta, não saberíamos em que pé estava essa discussão.  
3750 Colocamos em pauta exatamente para ter conhecimento de como anda o projeto. Se nós  
3751 não tivéssemos pautado isso, não saberíamos essa bagunça que está essa questão.  
3752

3753 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**  
3754 **Identificação-FENAPPI)** – Eu queria só colocar, como o Rildo falou, o Ministério da  
3755 Justiça, em várias questões na área de segurança, que está na pauta do Ministério. Por  
3756 exemplo, em relação a perícia, eu represento os papiloscopistas, existe os peritos  
3757 criminais, os médicos legistas. Isso é uma discussão hoje. A perícia, no Brasil, foi feito  
3758 um diagnóstico pela SENASP. Quem viu a apresentação sabe que é um caos,  
3759 praticamente não existe dentro do processo da importância da persecução penal. A  
3760 perícia no Brasil contempla, sei lá, 5% da população. Então, realmente é um caos os  
3761 IMLs, os institutos de identificação, medicina criminalística. Estão todos defasados, e  
3762 tudo mais. O governo criou um GT também para discutir. E lá nesse GT, que eu faço  
3763 parte, Humberto também faz parte, vai ser um PL ou uma PEC? Para o 144 também.  
3764 Porque a perícia oficial não existe, enquanto polícia, e existe vários estados que a têm  
3765 independente. Agora, semana passada, no estado de São Paulo, que é uma perícia que  
3766 foi a primeira que saiu, está bem consolidada, a Associação dos Delegados entraram  
3767 com uma Adin. Certamente, vai derrubar, porque não tem ordenamento jurídico que  
3768 garanta essa polícia técnica independentemente da estrutura da polícia judiciária. Aí fica  
3769 isso, nós ficamos à margem, a perícia fica à margem de investimentos, de aumento do  
3770 quantitativo. No meu estado, por exemplo, tem 30 anos que não aumentou quantitativo.  
3771 A população era 300 mil na capital, hoje é 1,5 milhão, com o mesmo tanto de  
3772 papiloscopista. E nós estamos discutindo isso nos GTs. Eu acho que, de repente, o  
3773 próprio CONASP poderia ajudar, neste momento, nós criarmos uma proposta de  
3774 regulamentar isso no 144, ou que se crie uma carreira única para perícia no Brasil, o que  
3775 pode ser uma alternativa. Eu quero falar o seguinte: da mesma forma que o SUSP tem  
3776 uma preocupação, a perícia também tem. Então, o MJ criou o GT também. Então, de  
3777 repente, existe até uma boa vontade do governo, do ministério de buscar uma solução.  
3778 Porque senão seria uma coisa pontual só.  
3779

3780 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3781 **Brasil)** – Sim. O conselheiro Humberto está falando que o GT foi constituído aqui,  
3782 fruto do trabalhado do CONASP. Da resolução daqui.

3783  
3784 **O Sr. Henrique Mendonça de O. Queiróz (Associação Nacional dos Peritos**  
3785 **Criminais Federais – APCF)** – Só para sistematizar então, a princípio, então, nós  
3786 temos a proposta do colega Pazinato que seria, até agora, no meu ponto de vista,  
3787 primeiro chamarmos o grupo de trabalho que está sendo formado, porque eles já estão  
3788 pensando nesse projeto há algum tempo. Às vezes eles já têm um projeto melhor lá, e  
3789 nós podemos começar a trabalhar em cima desse projeto. E paralelamente tem outra  
3790 proposta do conselheiro Rildo e do conselheiro Denilson, eu acho que falando mais ou  
3791 menos a mesma língua, de pensar em uma coisa muito maior, que levaria um tempo  
3792 maior, é claro, como o próprio Rildo colocou. Então, eu acho que nós poderíamos, na  
3793 minha opinião, já partir para uma deliberação de talvez convidar, então, esse grupo de  
3794 trabalho para a próxima reunião, para que eles apresentem um resultado, ou resultado  
3795 prévio do trabalho deles. Nós podemos pensar, também, em outra apresentação, como  
3796 propôs o colega Massimiliano, até para formarmos essa crítica, para depois nós  
3797 pensarmos em outra deliberação, no caso, na próxima reunião, para daí, talvez, nós  
3798 pensarmos na formação de um grupo de trabalho da própria CONASP, é a minha  
3799 intervenção.

3800  
3801 **A Sra. Silvana Ribeiro da Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra - Fonajune)**  
3802 – Não, eu acho que é nesse sentido também, do que os companheiros já falaram, de que  
3803 voltemos para as nossas organizações, pensando mesmo um novo projeto de SUSP,  
3804 paralelo. Que chamemos esse grupo, mas que também comecemos a pensar no que nós  
3805 achamos disso, para trazer nessa próxima reunião. Eu acho que seria isso como  
3806 encaminhamento.

3807  
3808 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Só para clarear.  
3809 O regimento fala em comissão temporária, estou correto? Comissão temporária quando  
3810 é uma comissão montada para um tema específico, com prazo determinado?

3811  
3812 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
3813 **Brasil)** – É, tem a comissão temporária.

3814  
3815 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – O prazo, eu  
3816 acho que nós temos que discutir qual seria. Mas eu acho que precisaria montar uma  
3817 comissão temporária, que teria pelo menos seis funções: 1 - estabelecer interlocução  
3818 com o Ministério da Justiça sobre o GT e com a Câmara dos Deputados, através da  
3819 subcomissão, o deputado Efraim; 2 - sistematizar as contribuições que as entidades que  
3820 compõem o CONASP enviarão para esta comissão, junto com a Secretaria Executiva; 3  
3821 - auxiliar e colaborar com o conselheiro Alberto, que está com a relatoria do parecer  
3822 sobre o SUSP. Inclusive ele manifestou, nos e-mails, que não recebeu, obviamente, e  
3823 que precisa receber para ajudar a compor esse parecer técnico; 4 - construir esse método  
3824 de radicalização do processo de participação popular do próprio SUSP, a partir do  
3825 CONASP; 5 - estabelecer interface com o pleno. Nós temos aí mais três reuniões este  
3826 ano. Três reuniões, a cada dois meses, então se nós não tivermos o encaminhamento  
3827 objetivo, nós não vamos chegar. E, por fim, que eu acho que completa a ideia do Rildo,  
3828 é construir essa metodologia da disputa política em relação à ideia de um sistema na  
3829 área da segurança, que é algo muito mais amplo, que, eventualmente, pode transformar

3830 a própria comissão temporária em uma comissão permanente, ou até se incorporar como  
3831 um debate transversal do CONASP. Eu acho que é essa a proposta que eu estou  
3832 fazendo. E claro, objetivamente, esta Comissão vai convidar o GT para vir aqui na  
3833 próxima reunião. Esta Comissão vai fazer o diálogo da subcomissão, mas vai alimentar  
3834 o pleno, inclusive, da sistematização dessas contribuições, para que nós não fiquemos  
3835 debatendo em abstrato, em ideias ou apenas negando o que está posto, mas não  
3836 conseguindo construir a proposição. Que eu acho que aí também enfraquece a nossa  
3837 legitimidade. O companheiro Marlon falou sobre isso, nós vamos perdendo  
3838 credibilidade, tem uma janela aberta, e nós não conseguimos ocupá-la. Então, nós  
3839 precisamos fortalecer tanto o monitoramento das resoluções, moções decisões  
3840 colegiadas. Está aí outro exemplo, o GT que surge inclusive como proposta do  
3841 CONASP. Só sabe quem está envolvido com a temática, porque não se consegue  
3842 recuperar tudo isso. E agora aqui nós temos outro exemplo, que é o próprio SUSP, que  
3843 já tem um conjunto de resoluções, decisões colegiadas etc., sem falar nos resultados da  
3844 CONSEG, que vão nesse sentido.

3845

3846 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Boa-tarde a todos. Meu nome é Sandro, do  
3847 Viva Rio. Rio de Janeiro. Como os senhores sabem, não participei das discussões e das  
3848 apresentações da parte da manhã. Cheguei no finalzinho, por conta do nosso voo lá da  
3849 GOL. Concordo com basicamente tudo o que foi dito aqui. Mas me preocupa a  
3850 objetividade e celeridade das questões. Toda vez que nós pensamos em questões muito  
3851 amplas, se não tiver objetividade, nós acabamos por perder o trem do tempo. E nós  
3852 temos aqui uma atuação de dois anos. Neste ano, só teremos aí mais três reuniões. Eu  
3853 concordo sim com o encaminhamento de conhecer aquilo que o grupo temático vem  
3854 trabalhando, e já deve ter algo avançado. Já sabemos que o que tem na Câmara podemos  
3855 descartar. Mas se não soubéssemos, não tivesse sido apresentado, poderíamos imaginar  
3856 que algo melhor, para aqueles que são otimistas, como o Rildo. Não é o meu caso. Mas  
3857 já sabemos que esse trabalho aqui não nos serve. Mas temos sim que conhecer o que  
3858 tem lá no grupo temático da SENASP, e analisar um pouco os porquês das construções  
3859 daquilo que está sendo colocado aqui no nosso conselho. Nós temos visto que, por  
3860 exemplo, esse documento, para o governo, vem atender aquilo que vem sendo a fala do  
3861 governo federal, de voltar a um passado que eu acho que alguns já imaginavam  
3862 superados, de que meramente reportar aos estados a responsabilidade por tudo que diz  
3863 respeito à segurança pública. Pensamos que isso já tinha passado, mas vemos que, em  
3864 uma fala ou outra da administração atual, ela vem sendo voltada, e nesse documento ela  
3865 está consubstanciada. Preocupa-me a celeridade e objetividade para que nós, realmente,  
3866 nesses dois anos, tenhamos alguma produção consubstancial.

3867

3868 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** - Parece  
3869 que há um consenso, enfim, a partir da crítica ao texto, há uma série de consensos. E eu  
3870 queria então fazer a proposta de que nós pensássemos na comissão. Já que há uma  
3871 proposta de formação de uma comissão aqui do CONASP, o tamanho da comissão, e  
3872 quem serão os conselheiros que farão parte dessa comissão. E, bom, não sei se dá tempo  
3873 agora, ou se nós faríamos amanhã. Tem uma pauta aí. Eu ia propor até que fizesse a  
3874 composição das câmaras amanhã.

3875

3876 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do  
3877 Brasil)** – Amanhã vai ser.

3878

3879 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Sim. Aí  
3880 podia discutir essa comissão também, que nós ganharíamos um tempo, inclusive maior  
3881 para pensar, com um pouco mais de calma aí. Mas, enfim, eu queria fazer a proposta  
3882 objetiva, que nós pensássemos já na formação dessa comissão, o tamanho dela, como  
3883 ela funciona, e como é que ela vai fazer o *feedback*, fazer o retorno para o pleno, para os  
3884 outros conselheiros. Para nós, a partir daí, me parece que nós precisamos objetivar, já  
3885 que as pessoas estão sentindo a necessidade disso. Então, só para encaminhar, como  
3886 proposta, eu acho que nós podemos pensar nessa comissão, que vai ser muito  
3887 importante para tudo isso que está sendo colocado aqui. É ela que vai, em grande parte,  
3888 encaminhar as questões que foram levantadas aqui.

3889  
3890 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3891 **Brasil)** – Ok. O Alex vai dar umas informações importantes de inversão de pauta.

3892  
3893 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Recebi uma ligação aqui  
3894 também da SESGE, Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, que  
3895 o José Monteiro, diretor de operações, foi chamado para a Casa Civil, amanhã de  
3896 manhã, às 10h, que era o horário que ele viria aqui. Então, ele vai vir à tarde, às 14h. A  
3897 única coisa que nós temos a fazer é inverter a pauta da manhã, com a da tarde, jogar o  
3898 tema livre, os informes e deliberações para a parte da manhã, e às 14h teria aí essa  
3899 audiência com a Sesge.

3900  
3901 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3902 **Brasil)** – E a formação das câmaras.

3903  
3904 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A formação das câmaras, que  
3905 está prevista, nós já fazemos isso amanhã, na parte da manhã. Mais um informe também  
3906 de interesse, daqui a 15 minutos vai ter o nosso lanche, às 16h30. Eu acho que poderia ir  
3907 caminhando para encerrar esse bloco da reunião. Eu acho que foi do Bicalho, o próximo  
3908 inscrito?

3909  
3910 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Boa-tarde. É somente  
3911 para somar às propostas que já foram feitas aqui. Que nós possamos conhecer a  
3912 construção e a implementação do SUAS, que é o Sistema Único de Assistência Social.  
3913 Acredito que ele seja muito mais próximos de nós, não somente pelo período em que ele  
3914 foi construído, depois do SUS, mas como também pela própria dificuldade de  
3915 construção de um sistema, haja vista que na época de sua construção, em 93, a  
3916 assistência social, assim como hoje a segurança pública, ela não era, de forma alguma,  
3917 um sistema. Então, eu acho que pode ser uma proposta também, que nós possamos  
3918 conhecer essa experiência.

3919  
3920 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3921 **Brasil)** – Eu queria dar uma sugestão. Esse tempo que nós estamos no CONASP, nós  
3922 vimos sempre alguns momentos muito tensos e que, certamente, não foram produzidos  
3923 por acaso, mas que nunca renderam aquilo que quem tensionou obteve resultado. É  
3924 porque nós precisamos ter uma ideia de harmonia para poder chegar onde queremos.  
3925 Nós podemos construir, divergindo dentro de uma harmonia. A harmonia acolhe as  
3926 divergências. Então, eu gostaria de dar uma sugestão a esta plenária, para se juntar as  
3927 sugestões, que todas elas são maravilhosas, pertinentes. É de que essa comissão, esse  
3928 grupo, ou o que nós fizermos agora e aprovarmos, primeiramente, possamos conversar

3929 com a nossa secretária. Eu vou dizer por que. Porque nós precisamos criar sintonia do  
3930 Conselho com as outras instâncias do governo e do ministério, e ela, como é secretária  
3931 nacional, ao mesmo tempo em que é presidente, está envolvida em coisas da secretaria  
3932 que podem parecer para nós que ela não está dando atenção ao CONASP. Pode não ser.  
3933 Então, a ideia é que nós façamos essa comissão e eu sugiro à plenária que nós possamos  
3934 aprovar a nossa ida à secretária Nacional. E nessa articulação dessa comissão com a  
3935 nossa secretária Nacional, que é, coincidentemente, presidente do nosso Conselho, nós  
3936 vamos estabelecer um diálogo de tal maneira que nós vamos criar todas as saídas  
3937 possíveis. E trazer já para cá de forma já uma coisa que, em vez de ser separado, se  
3938 juntar. Houve época de dizer assim: “A secretária não está aqui presidindo o negócio,  
3939 então nós vamos fazer uma comissão, vamos aprovar, para ir direto ao ministro”. Aí o  
3940 conselho ia ao ministro, e podendo ter aliada da presidenta, que é secretária, e ficamos  
3941 nessa. Então, como nós temos a nossa presidenta, que é secretária Nacional, eu acho que  
3942 a nossa comissão, seja o modelo que nós aprovarmos, seja a forma como nós  
3943 aprovarmos, que nós possamos ir ao encontro dela. Está certo? Ao encontro do  
3944 secretário Nacional, que pode ser a Regina Milki agora, em outro momento pode ser  
3945 outro secretário. Mas que vamos nessa linha. É a minha sugestão.

3946  
3947 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3948 **Brasil)** – Nós construímos ali uma proposta. A comissão tem que ser tripartite. Nós  
3949 nunca pensamos aqui em construir uma comissão sem ser essa ideia de tripartite. Nós  
3950 podemos pensar em quantidade. Eu sugeriria, também, que nós tenhamos uma reunião,  
3951 que poderia se juntar, assim, para o mês nós temos a mesa diretora se reunindo para  
3952 produzir a pauta. Será que nós não poderíamos fazer juntos? Mesa diretora e essa  
3953 comissão?

3954  
3955 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**  
3956 **Periciais do Brasil)** – Almir, mas não ficou claro ainda o que é que o conselho decidiu.  
3957 Tem que colocar os encaminhamentos, o que ficou decidido. O que nós, enquanto  
3958 conselheiros, enquanto coletivos queremos. Não ficou claro. Surgiram várias sugestões,  
3959 foi melhorando, mas não foi aprovado nada e nem qual vai ser a metodologia do que for  
3960 aprovado.

3961  
3962 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3963 **Brasil)** – Mais uma sugestão, conselheiro Beto, a metodologia, se o conselho realmente  
3964 se agigantar para fazer a sugestão de um SUSP, seja rompendo com os antigos  
3965 paradigmas, sei lá a maneira, isso demandará recursos, demandará tempo de trabalho,  
3966 equipe, tudo isso aí. Bom, mas aí isso vai ser proposta posterior, depois dessa conversa  
3967 com a nossa secretária. Vamos nos sentar com ela, uma comissão. A proposta, Beto, é  
3968 essa, fazer uma comissão para ir em vez de direto ao ministro ou ao grupo de trabalho,  
3969 nós irmos à secretária Nacional. Essa é a nossa sugestão. Esse grupo que foi apresentado  
3970 pelo Pazinato, com cinco, seis itens. Então, vamos colocar lá. Vamos colocar lá,  
3971 Eduardo, porque senão nós nos perdemos. Gente, vamos fazer o seguinte, o Eduardo vai  
3972 construir o texto, o esqueleto, e nós vamos para o lanche. Enquanto isso, quem quiser  
3973 dar a contribuição, chega ali e faz a sua contribuição.

3974  
3975 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Inclusive de outras propostas,  
3976 que seja da questão das passagens aéreas. De tudo, que quando voltarmos, já teremos o  
3977 texto pronto para emendar ou corrigir.

3978



3979 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
3980 **Brasil)** – Vamos ao texto.

3981

3982 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Então, nós  
3983 sistematizamos a ideia da proposta que é estabelecer uma **comissão temporária** com os  
3984 seguintes objetivos: 1 - estabelecer interlocução com o Ministério da Justiça, através da  
3985 Secretária Nacional de Segurança Pública, e Câmara dos Deputados, através do  
3986 deputado Efraim Filho, Subcomissão de Reforma do Sistema de Segurança Pública; 2 -  
3987 receber e sistematizar as contribuições dos conselheiros e das conselheiras da CONASP  
3988 acerca da necessidade de institucionalização do SUSP. Nós não falamos PL, porque  
3989 pode ser que não seja PL. O fato é o tema da institucionalização do SUSP. 3 -  
3990 Contribuir com o parecer técnico que vai ser elaborado pelo CONASP, sob a relatoria  
3991 do conselheiro Alberto que foi deliberado na primeira reunião, originária do CONASP  
3992 em 2013. 4 - Compartilhar as deliberações dos rumos da comissão, com o pleno do  
3993 CONASP; 5 - Compatibilizar agendas de reuniões com as da mesa diretora do  
3994 CONASP; 6 - Construir metodologias participativas de radicalização do processo  
3995 democrático, de construção ou para a construção do citado SUSP, via PL ou PEC.  
3996 Pendências: qual é o tamanho da comissão? Qual é a composição? Qual é o período?  
3997 Por que é temporária? E colocamos uma observação, no sentido de harmonizar a  
3998 presente proposta, com a discussão de amanhã, pela manhã, sobre as câmaras temáticas,  
3999 e proposta de aperfeiçoamento do desenho institucional, porque, eventualmente, se uma  
4000 câmara vá tratar disso, não precisaremos de uma comissão temporária. Então, cuidar  
4001 para que não haja sobreposições de instâncias.

4002

4003 O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do  
4004 Brasil) – Algum conselheiro gostaria de se posicionar?

4005

4006 **O Sr. Wesley Bastos (Agentes Penitenciários)** – Só a título de esclarecimento. Essa é  
4007 a proposta só para a comissão temporária?

4008

4009 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Sim. São várias, acredito,  
4010 que sejam várias propostas. O estabelecido antes do intervalo foi que quem tivesse  
4011 alguma deliberação para ser votada disso tudo que foi discutido, que escrevesse. E agora  
4012 nós vamos discutir o texto, e aprovar os textos. Essa aí eu acredito que está tratando só  
4013 desse assunto. Não impede outras aprovações de outros textos, entendeu?

4014

4015 **O Sr. Wesley Bastos (Agentes Penitenciários)** – É porque foi feita uma fala sobre o  
4016 GT vir até ao CONASP para poder explicitar o que já foi produzido até agora. Como  
4017 não foi contemplado ali, eu fiquei com essa dúvida.

4018

4019 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4020 **Brasil)** – Mas está dentro da missão desta comissão.

4021

4022 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –  
4023 Não, é só um esclarecimento. Já foi colocada, pelo Eduardo, a questão das câmaras  
4024 técnicas, a primeira trata do sistema de segurança pública e instituições policiais. É uma  
4025 câmara que o tema é esse. Então, seria uma comissão permanente, temática.

4026

4027 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4028 **Brasil)** – Existem outras que também contemplam. São sete. Aí existem outras que  
4029 contemplam. É que não dá para cobrir tudo.

4030  
4031 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –  
4032 Mas, essa é específica. Sistema de segurança pública e instituições policiais, é a  
4033 primeira. Depois, acompanhamento e princípios e diretrizes da CONSEG. Mobilização  
4034 social, segunda. Segurança municipal, política integrada da prevenção e o papel da  
4035 sociedade civil, é a terceira. Sistema prisional, sistema de justiça criminal e acesso à  
4036 justiça, quarta. Segurança pública e combate aos discriminados, a quinta. Políticas de  
4037 segurança pública e financiamento, a sexta.

4038  
4039 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4040 **Brasil)** – Essa também poderia estar também.

4041  
4042 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –  
4043 Porque já tem. Acho que talvez não seria mais produtora, que se trabalhasse já com a  
4044 câmara.

4045  
4046 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4047 **Brasil)** – É porque o papel da câmara, a nossa aprovação dessa comissão provisória é  
4048 imediata e de imediato começar. Um trabalho para a câmara, é para a câmara se reunir,  
4049 ela não decide nada, ela vai emitir um parecer, esse parecer vem para o plenário, aí o  
4050 plenário vai atender a sugestão, então vai levar tempo. Não tem como. A sugestão do  
4051 Denilson foi colocada? Sim. Acertou. Acertou aí.

4052  
4053 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Eu não sei se caberia também  
4054 mencionar o nome do conselheiro relator nominalmente, porque se quiser substituir ou  
4055 se ele não quiser mais. Só colocar “o relator, definido pela plenária”, no caso hoje é o  
4056 Alberto. Vamos fazer uma alteração, agora, no item 3: em vez de relatoria do Conasp,  
4057 pelo relator indicado pela plenária, e apaga até o final desse item.

4058  
4059 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4060 **Brasil)** – Vamos subir para as pendências agora? O tamanho da comissão. Está aberto  
4061 para sugestão.

4062  
4063 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**  
4064 **Identificação-FENAPPI)** – Dois de cada segmento. Comissão muito grande fica pouco  
4065 produtivo. Eu acho que dois, porque se algum faltar, sempre vai ter mais um de cada  
4066 segmento.

4067  
4068 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
4069 **MNDH)** - Eu acho que seria importante nós retomarmos um pouco o debate sobre o  
4070 papel dessa comissão, exatamente o que ela vai fazer, porque aí eu chego numa ideia de  
4071 composição.

4072  
4073 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4074 **Brasil)** – Não, já está nos itens que nós colocamos? É só para aquilo. É só provisória.

4075

4076 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
4077 **MNDH)** - Não. Entendi. Então, eu concordo com a proposta do Antônio.

4078

4079 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4080 **Brasil)** – Então, vamos lá para a pendência. Estamos prontos para a votação? Há  
4081 consenso com dois de cada segmento? Então, aprovado por consenso.

4082

4083 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Coloca assim: “estabelecer  
4084 uma comissão temporária”, vírgula, “composta por dois membros de cada segmento”,  
4085 vírgula, “com os seguintes objetivos”. É temporária. Mas o período...

4086

4087 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4088 **Brasil)** – O período é até a próxima reunião. Quando da devolutiva da próxima reunião.  
4089 Cento e vinte dias? Sim.

4090

4091 O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Então coloca: pelo prazo de 120  
4092 dias.

4093

4094 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4095 **Brasil)** – Então, 120 dias, a partir da data da sua aprovação. Embaixo vai ficar datada,  
4096 aprovada pela plenária. Gente, eu acho que nós cumprimos a pauta de hoje. Tem alguma  
4097 coisa que os conselheiros? Falta a decisão colegiada solicitando à nossa presidenta e  
4098 secretária Nacional, a ampliação da Secretaria Executiva.

4099

4100 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – O texto não está pronto. Não  
4101 adianta votar agora. Eu acho que talvez quando nós voltássemos do intervalo, que o  
4102 texto estaria pronto. Mas se não está, deixa isso aí para amanhã de manhã. Então, quem  
4103 tem outra proposta de resolução de decisão colegiada, que trouxesse amanhã de manhã,  
4104 a questão da secretaria-executiva, das passagens, tudo o que tiver, trazer pronto, para  
4105 adiantar o trabalho.

4106

4107 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4108 **Brasil)** – A passagem já foi aprovada.

4109

4110 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Não, mas não tem o texto.

4111

4112 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4113 **Brasil)** – E a solicitação para ampliação da Secretaria, pelo menos com duas pessoas  
4114 mais, eu acho que não tem muita complicação. É só construir um texto solicitando isso.  
4115 E nós podemos aprovar. Amanhã é só apresentar o texto.

4116

4117 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4118 **Brasil)** – Há consenso para ampliar a Secretaria? **Então, aprovado por consenso.** Essa  
4119 sugestão à secretária Nacional. Pessoal, pelo que nos cabe aqui hoje, eu gostaria de  
4120 parabenizar aos conselheiros pelo pragmatismo que fomos tomados hoje, desde a  
4121 manhã, e nós estamos de parabéns por tudo que nós fizemos durante o dia de hoje e  
4122 convidá-los para amanhã, às 9h, nós estarmos aqui para dar continuidade com a nossa  
4123 reunião. Obrigado e boa-noite.

4124

4125

07/06/2013  
MANHÃ

4126  
4127  
4128

4129 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
4130 **Brasil)** – Vamos pactuar os temas por conta da inversão de pauta e, certamente, naquilo  
4131 que poderá ser mais produtivo para nós nesta manhã. Temos como pendências os textos  
4132 da decisão colegiada da questão das passagens. Peço ao conselheiro Humberto, que fez  
4133 a primeira intervenção, se ele puder ajudar com o texto. E a outra decisão é a  
4134 composição. Vamos esperar os conselheiros para conversar com os representantes de  
4135 cada segmento. E temos que ver a questão das câmaras temáticas. Vamos ver o e-mail  
4136 enviado com a composição anterior, as instituições que faziam parte, se vão permanecer  
4137 nela e tal. Vamos dar uma olhadinha nas câmaras técnicas! 1ª Câmara técnica: Sistema  
4138 de segurança pública e instituições policiais. Da sociedade civil participava o  
4139 Movimento de Direitos Humanos e Viva Rio. Dos Trabalhadores a Cobrapol. Gestores:  
4140 o Conselho Penitenciário e Departamento de Polícia Federal. 2ª Câmara Técnica:  
4141 Acompanhamento dos princípios e diretrizes e mobilização social. Na sociedade Civil:  
4142 Rede Desarma Brasil, Rede da Maré. Trabalhadores: Anaspra, Adepol. Gestor:  
4143 Conselho de Dirigentes dos órgãos policiais. 3ª Câmara Técnica: Segurança municipal,  
4144 políticas integradas de prevenção e o papel da sociedade. Sociedade civil: Conselho  
4145 Federal de Psicologia e CEN. Dos trabalhadores: Fenappi. Gestores: Conselho Nacional  
4146 das Guardas Municipais e de secretários. 4ª Câmara Técnica: Sistema Prisional e  
4147 Sistema de Justiça Criminal e Acesso à Justiça: Pastoral Carcerária e Sidapef, Condef e  
4148 CNMP e pelos gestores: Secretaria de Direitos Humanos. 5ª Câmara Técnica: Segurança  
4149 Pública e Combate a discriminados, Abong, que não está mais neste mandato; 5ª  
4150 Câmara Técnica: Política de Segurança Pública e Financiamento, Icera também não está  
4151 mais. 6ª Câmara Técnica: Avaliação e Gestão da Informação. As opções que temos são  
4152 essas.

4153

4154 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
4155 **Brasil)** – Vamos abrir para os conselheiros se posicionarem em qual dessas câmaras  
4156 permanecem ou se querem outra.

4157

4158 **O Sr. Joel Malta de Sá (Conselho Nacional das Guardas Municipais)** – Bom-dia a  
4159 todos e todas. Só manifestar o interesse do Conselho Nacional das Guardas Municipais  
4160 de permanecer na Câmara Técnica Segurança Municipal, Política Integrada de  
4161 Prevenção e o papel da sociedade.

4162

4163 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Robson, você poderia ir já  
4164 fazendo as alterações aí?

4165

4166 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eu fiquei bem  
4167 sensibilizado pelas falas do Denilson e Rildo ontem, acho que precisamos realmente de  
4168 dar uma radicalizada inclusive na questão do desenho do Conasp. Eu queria  
4169 compartilhar mais ou menos como eu penso o desenho do Conasp e quem não  
4170 participou desde o início, que está chegando e quer contribuir. Eu vejo assim: o Conasp,  
4171 o Pleno, nessa interface Secretaria Executiva, abaixo do pleno, as câmaras temáticas.  
4172 Hoje é essa estrutura padrão do Conasp. Em minha opinião, essa estrutura não dá conta  
4173 da nossa missão que foi muito bem lembrada pelo Almir ontem. Precisáramos  
4174 reformular isso e aproveitar este momento de manhã para reunir algumas das questões  
4175 que falamos até aqui. Por exemplo, bom, temos o pleno, criamos uma comissão

4176 temporária que prevê regimentalmente. As câmaras temáticas hoje são muitas câmaras,  
4177 nós não temos pernas, salvo melhor juízo, para dar conta dessa profusão de câmaras e  
4178 não fazemos nenhum trabalho de monitoramento mais amiúde, nem dos atos normativos  
4179 tampouco das câmaras. Eu acho que precisaríamos propor como recomendação à  
4180 Senasp e também estabelecer um diálogo institucional, não só recomendar, fazer  
4181 diálogo com a secretária, sensibilizar o ministro, para que nós tivéssemos, pelo menos, 3  
4182 novas contratações de novos consultores, um consultor que ficaria responsável por criar  
4183 o Observatório do Conasp para monitorar os encaminhamentos da Conseg, os atos  
4184 normativos do Conasp, resoluções, decisões colegiadas, moções, e estabelecer uma  
4185 interface com o Poder Legislativo. O Novacki nos enviou uma planilha de Excel com  
4186 mais de 800 projetos que tramitam na Câmara e no Senado, precisamos estabelecer uma  
4187 interlocução com o Senado e a Câmara para que as proposições aqui guardem alguma  
4188 relação tática do que está sendo discutido do debate do Legislativo. Então, nós  
4189 precisamos constituir um Observatório, essa é a minha proposta, através de um  
4190 consultor, Pnud, Unesco, contrata um consultor, ele vai trabalhar diretamente com a  
4191 Secretaria Executiva e conosco e vamos estruturar esse Observatório. Com isso, as  
4192 câmaras 2 e 7 podem ser reposicionadas, não precisaria ter a Câmara de  
4193 Acompanhamento dos Princípios e Diretrizes da Conseg, porque teremos o  
4194 Observatório que vai fazer isso. E segundo, não precisaríamos ter uma Câmara de  
4195 Avaliação e Gestão da Informação porque outro elemento que acrescentaríamos ao  
4196 Observatório é a interface do Conasp com o Sinesp, que em setembro, foi dito aqui, vai  
4197 ser lançado. Estamos já atrasados para que estejamos preparados para isso. Segundo  
4198 consultor que acho necessário: comunicação. Alguém que contratemos que vai  
4199 reformular todo o site do Conasp, vai recuperar o site da Conseg, agregar todos os  
4200 documentos, produções, artigos, tudo que foi produzido e vai nos ajudar a produzir uma  
4201 publicação com tudo que fazemos para que possamos chegar ao Rio Grande do Sul,  
4202 entregar às pessoas que nos veem viajando para cá e não sabem o que estamos fazendo  
4203 aqui, inclusive para a academia, ela também pode nos ajudar a colocar o tema da  
4204 participação por meio do Conasp na agenda pública. Terceiro consultor, um consultor  
4205 para construir metodologias participativas, na linha do que o Rildo disse ontem. Temos  
4206 aí resoluções várias falando da 2ª Conseg, mas também isso, precisamos pensar no  
4207 desenho para chegar à 2ª Conseg, fóruns regionais, diálogos cooperativos, seminários,  
4208 conferências preparatórias, etc. Acho que não vamos fazer isso sem que estejamos com  
4209 esses atores. A câmara temática 6 que é de política de segurança e financiamento, na  
4210 minha opinião, esse é o tema central da comissão temporária que está tratando do Susp.  
4211 E aí acho que teríamos que ter duas câmaras: Instituições de Segurança Pública e Justiça  
4212 Criminal, polícias, guardas, Ministério Público, Defensorias, secretários municipais de  
4213 segurança, representantes penitenciários, polícia civil etc., que pegaria as câmaras  
4214 técnicas hoje 1 e 4, e outra que chamaria Participação Social, Prevenção das Violência e  
4215 Promoção dos Direitos Humanos que abarcaria então a 3 e também a 5. Com isso  
4216 ganharíamos um pouco mais de resolutividade e, evidentemente, que construímos uma  
4217 agenda positiva, pois aqui não temos agenda, só temos arquitetura institucional, o  
4218 esqueleto. Precisamos da agenda, não vamos falar de homicídios, de drogas, acabou de  
4219 votada uma lei que coloca o Brasil na contramão, inclusive, da OEA, e não temos  
4220 nenhum debate aqui sobre isso. Bom, mas podemos criar grupos temáticos que prevê o  
4221 regimento, dentro dessas câmaras, e objetivamente trazer o capital social das pessoas  
4222 que estão militando nessa área. Eu gostaria de ouvir o Rildo falar sobre políticas sobre  
4223 drogas. Inclusive daí gerar um documento que pudéssemos encampar.  
4224

4225 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Só para esclarecer  
4226 um pouco. Esses temas tais como homicídios, modelo de polícia, todos que aqui foram  
4227 tratados, foi criada uma metodologia para que o Conasp pudesse tomar uma posição a  
4228 respeito deles, seriam antecedidos de uma audiência pública. E nós realizamos com  
4229 relação às drogas, e também a audiência com participação do Conselho Federal de  
4230 Psicologia, com especialistas. Esses temas podem ser pautados com audiência pública,  
4231 sempre foram realizadas na quarta, antes da reunião ordinária. Então, pode seguir esse  
4232 rito que já está desde o início dos trabalhos, podemos pautar esses temas, sejam eles  
4233 quais fossem, basta nós aprovarmos.

4234

4235 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Perfeito. Eu só  
4236 acho que precisamos ter pouco mais de potência, um pouco mais de influência nos  
4237 debates da agenda da segurança em nível nacional, por exemplo, audiência pública ser  
4238 feita sempre aqui para contemplar a nossa vinda e facilitar os custos, é uma opção, mas  
4239 será que essa audiência pública não teria que ser regional. Em vez de audiência,  
4240 conectar os seminários, falar com as assembleias, falar com o Poder Legislativo lá.

4241

4242 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Não teria nenhuma  
4243 dificuldade. A questão é sempre aquela que bate aqui, não tem como superar isto,  
4244 tivemos a ousadia de o nosso conselho até se reunir regionalmente. Ele não era só aqui.  
4245 Tivemos dificuldade e não deu continuidade com relação a isso. Eu acredito que  
4246 possamos propor ao ministério as regionais, a única coisa que, no passado, batia era a  
4247 questão de recurso, isso superado, não tem e nunca houve problema nenhum.

4248

4249 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Tranquilo. Só  
4250 que as minhas sugestões, talvez não tenhamos pernas para uma reposição desse desenho  
4251 institucional, novas pessoas a colaborarem nesse processo para nos dar mais concretude,  
4252 sabemos como fazer, mas eu acho que a questão dos recursos vem como uma primeira  
4253 justificativa, e as outras questões prévias que precisam ser acordadas de pactuação para  
4254 superar o financiamento, porque senão em qualquer área pública e privada sempre falta  
4255 gente e sempre falta dinheiro, não é só na segurança pública, então, temos que otimizar  
4256 e ver como fazer, senão corremos o risco de aquilo que o Denilson disse, acabar o ano  
4257 nas 3 próximas reuniões e termos aquela sensação de frustração, que é própria inclusive  
4258 de quem milita na área de segurança, temos que resignificar isso inclusive.

4259

4260 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Feneme)** – Bom-dia a todos. Pegando o gancho que ele  
4261 disse, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizada da Câmara  
4262 dos Deputados frequentemente tem audiência pública para tratar do assunto de  
4263 segurança pública, eu nunca vi o Conasp presente, convidado pelo menos. Eu já fui, vi  
4264 várias pessoas aqui individualmente indo lá. Mas, o Conasp nunca participou. A minha  
4265 sugestão é que o Conasp provoque isso com o presidente dessa comissão para que se  
4266 tiver assunto relevante participe. E nessa comissão todos os projetos de segurança  
4267 pública o início é lá, depois eles são despachados para outras comissões. Eu acho que  
4268 seria uma sugestão para o Conasp ser convidado e aí indica um conselheiro, quem está  
4269 mais atinente à área do projeto vai defender a posição do Conasp. E sobre câmaras  
4270 técnicas se forem mantidas, já que estamos agora com mandato novo, nós gostaríamos  
4271 de fazer parte da primeira câmara técnica.

4272

4273 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
4274 **Ministério Público)** – Algumas pessoas que queiram falar poderiam optar, mas ele fez  
4275 uma proposta anterior que é preliminar no caso, se ficam todas as câmaras ou não.  
4276

4277 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**  
4278 **Identificação-FENAPPI)** – Bom-dia. Achei interessante a colocação do Eduardo e do  
4279 próprio Marlon também. Por exemplo, em Goiás, tem o conselho estadual, a  
4280 representante do conselho que era a Simone na gestão anterior, sempre procurava o  
4281 conselho para fazer parte, nunca foi considerado. Eu acho que se não sair da Senasp  
4282 uma recomendação para valorizar os conselheiros nos seus estados, eles fazem essas  
4283 reuniões lá, eu não sei nem o que acontece. Agora um conselheiro que representa o  
4284 Conasp no estado não é convidado, não é estimulado a participar. Até chegar o  
4285 momento que deixa de procurar o conselho. É importante então fortalecer os  
4286 conselheiros nos estados para participar dessas discussões que são diversas e são muito  
4287 no campo teórico mesmo. Nós poderíamos estimular a participação municipal para  
4288 coisas mais práticas mesmo. E em relação às câmaras, eu acho extremamente  
4289 importante a colocação do Eduardo na extinção de duas câmaras que o retorno dessas  
4290 câmaras é muito desnecessário. Temos que focar aqui, o tempo é curto, os temas mais  
4291 importantes. Se for para escolher, se não for mudar, eu gostaria de ficar no primeiro  
4292 tema.  
4293

4294 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –  
4295 Só um esclarecimento. O que a doutora Ana Rita colocou não dá para ninguém se  
4296 candidatar a nenhuma comissão antes de decidir quais são elas.  
4297

4298 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Nós estamos numa fase de  
4299 debates do que foi levantado pelo Pazinato e Marlon. Estamos conversando sobre o que  
4300 foi proposto.  
4301

4302 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** –  
4303 Bom-dia a todos. Eu acho o que Eduardo está discutindo não é só uma reconfiguração  
4304 dos grupos de câmaras técnicas. O que está na discussão central e que eu concordo é o  
4305 que este conselho irá fazer e como ele vai fazer a incidência em nível nacional dos  
4306 debates que aqui se travam. E como o Conasp é um conselho de governo, obviamente,  
4307 isso teria que estar em tese alinhado com que o governo está pensando ou fazendo em  
4308 relação à questão da segurança pública. De maneira que se este conselho não tiver uma  
4309 incidência política que possa estabelecer concreto com o governo no sentido de  
4310 estabelecer uma agenda, nós vamos ter o tema da segurança pública em nível nacional  
4311 um pouco na minha forma de ver não priorizado e continuando ausente, solto nos  
4312 estados, para que cada instituição se resolva no salve se puder. O Novacki levantou aí  
4313 mais de 800 projetos de lei em torno da segurança pública que com certeza tem a ver  
4314 com a discussão do Susp por exemplo. Porque se pretendemos discutir, esse desejo, esse  
4315 ideal político de construirmos de fato um sistema único de segurança pública e que  
4316 passa a ser não só o norteador, mas um orientador da política pública de segurança em  
4317 nível nacional, seria impossível que não tivesse o conhecimento de todos os projetos de  
4318 lei que estão tramitando, e não só os que estão tramitando, como as próprias leis  
4319 esparsas referentes aos mesmos temas. Então, há necessidade de ter, por exemplo,  
4320 consultorias, eu acho dentro da proposta do Eduardo fundamental. Até porque seria  
4321 humanamente impossível que algum de nós aqui assumíssemos essa consultoria  
4322 voluntariamente, sendo que apesar de termos todos representações aqui políticas das

4323 instituições, eu creio que todos aqui de alguma maneira têm que trabalhar, ganhar o seu  
4324 pão a partir do seu esforço de trabalho. O que o Eduardo está propondo não é só a  
4325 reconfiguração de câmaras se é essa é menos ou mais importante, acho que está sendo  
4326 colocada aqui é uma estrutura de funcionamento do conselho e que ele, de fato, produza  
4327 uma incidência em nível nacional, a pauta que nos é dada, enquanto conselho de  
4328 governo. Então, essa discussão que nós devemos retomar, até porque, Almir, é fato que  
4329 o Conasp realizou algumas audiências públicas em relação a alguns temas, mas se essas  
4330 audiências de fato tivessem penetrado, tivessem tido capilaridade nas instituições e o  
4331 Conasp tivesse tido uma incidência com o tema abordado, nós não estaríamos aqui  
4332 repondo determinados temas, o próprio tema da droga trazido pelo Conselho  
4333 Federal, que fez aqui uma bela exposição, é como se depois disso não tivesse acontecido  
4334 e tivéssemos a sensação da necessidade de repetir. Isso que ele está propondo, a ideia de  
4335 uma consultoria que recupere essas informações exatamente para que haja uma  
4336 incidência do Conasp, não só nas entidades do conselho, mas naquelas que não estão  
4337 aqui representadas, mas que também tratam do tema. Acho que esse é o assunto  
4338 principal que temos. Não sei como iremos estabelecer uma metodologia aqui hoje, se é  
4339 só rediscutir a reconfiguração ou a inserção das entidades nesses grupos técnicos. Mas,  
4340 se não discutirmos essa questão central do conselho que vamos fazer e como  
4341 pretendemos construir essa agenda de incidência política, essas câmaras técnicas vão ter  
4342 só os nossos nomes, vamos nos reunir e em 2014 o novo conselho que tomar posse vai  
4343 dizer que está faltando debates e tal, e corremos o risco de não sedimentar as decisões e  
4344 a incidência que temos aqui no conselho.

4345  
4346 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Bom-dia  
4347 a todos. Na verdade, eu ia começar a minha intervenção perguntando se haveria alguma  
4348 avaliação das câmaras do último mandato. Quando eu vi a configuração projetada eu  
4349 achei que eram muitas as câmaras. Eu não sei se os conselheiros mais antigos têm a  
4350 mesma avaliação, acho importante até que quem tem mais experiência pudesse fazer  
4351 essa avaliação, pois observando ali e considerando tudo de trabalho que se tem para  
4352 fazer, não só nas câmaras, mas que cada instituição que participa das câmaras também  
4353 faz, eu fiquei pensando como elas funcionavam e existem temas ali que têm interfaces.  
4354 Essa é uma avaliação importante a fazer e para repensar esse modelo. A proposta do  
4355 Eduardo é interessante porque ela dá uma perspectiva de continuidade e consistência  
4356 aos trabalhos. Parece-me que algumas instituições, por exemplo, não estão mais ali e  
4357 como é feita essa transição? São questões que precisam ser avaliadas até para embasar  
4358 uma nova configuração e que está dentro do espírito que foi ontem de repensar o papel  
4359 do Conasp, pois sabemos que existe o papel institucional do Conasp, o cons. Almir leu  
4360 ontem, mas eu me refiro ao papel político que é outra coisa e que acho que se estamos  
4361 pensando neste papel político de intervenção e de colocar o Conasp no centro dos  
4362 debates sobre segurança pública, e esse é o caminho, são vários os debates se realizando  
4363 e temos que interferir e orientá-los também. E isso é um trabalho grande e essa  
4364 configuração me parece não atende a esse desejo. Em princípio, concordo com o  
4365 Eduardo e gostaria até de poder entender um pouco mais, isso poderia até virar uma  
4366 apresentação aqui mais tarde, em seguida, para debatermos. Então, eu acho que precisa  
4367 ser feita a avaliação do como funcionou e avançarmos nesta reconfiguração e no novo  
4368 caminho, fico muito feliz com isso.

4369  
4370 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Bom-dia a todos. Eu estou na mesma linha  
4371 do Eduardo, do Rildo e do companheiro lá das Redes. Eu confesso que o número de  
4372 grupos e a temática de cada um, fiquei extramente preocupado e a primeira pergunta



4373 que me veio foi se há capacidade de atender a todas elas que são extremamente  
4374 relevantes, mas são bastante amplas e na minha origem de trabalho foi  
4375 internacionalizada que missão dada, missão cumprida, mas quando vi o tamanho da  
4376 missão fiquei bastante preocupado, e concordo que devemos partir para um  
4377 reposicionamento das câmaras, pois quando tudo é prioridade acaba que nada é. E com  
4378 relação ao tema de drogas, concordo que estamos na contramão, o Viva Rio participou  
4379 daquele documento da OEA, eu estive presente lá, foi um trabalho bastante  
4380 enriquecedor e, lamentavelmente, estamos vendo que o país vai, mais uma vez, na  
4381 contramão.

4382

4383 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
4384 **Ministério Público)** – Bom-dia a todos. Eu também sou nova, estou chegando, mas a  
4385 primeira vez que eu vi esse número de câmaras temáticas perguntei ao Humberto sobre  
4386 a efetividade delas. O que foi produzido disso? Eu sou muito prática, geralmente  
4387 promotores de justiça são muito práticos e gostamos de ver o que dá efetividade de fato,  
4388 pois é muito belo quando se cria algo, mas se não sai do papel a efetividade foi zero.  
4389 Então, a pergunta é: de todas essas câmaras criadas, de todas as discussões feitas, o que  
4390 se gerou de prático? Criou eco? A fala do colega foi extremamente sábia,  
4391 principalmente em chamar uma consultoria, pois nós não nos vendemos bem. Na Encla,  
4392 fizemos exatamente a mesma coisa, nós não somos marqueteiros, não sabemos expor o  
4393 que queremos, precisamos ter todo o site refeito para que o cidadão comum, e até nós  
4394 mesmos, chegar à página e ter conhecimento de quais foram as últimas deliberações, a  
4395 reunião extraordinária como foi etc. Outra coisa dita pelo colega também, várias dessas  
4396 câmaras se tocam, elas têm interfaces realmente e você pode eliminá-las, formando uma  
4397 que abarque o tema. Outra coisa que já disse aqui desde a primeira reunião ordinária, o  
4398 Conasp está dentro do governo, temos que nos lembrar disso, estamos atrelados ao  
4399 governo. Então, as discussões que saem daqui, não estou dizendo que tenhamos que  
4400 anuir a todas as políticas postas pelo governo, não é isso, mas temos que daqui tirar  
4401 discussões e resoluções razoavelmente alinhadas ou que produzam eco, de fato, nas  
4402 políticas do governo, pois senão, todas elas redundarão em um imenso zero. Então, as  
4403 discussões têm que de fato crescer ou ter eco junto à política de governo, caso  
4404 contrário as nossas recomendações não serão ouvidas. Nós temos aprender a negociar,  
4405 não se pode recrudescer. Esta mesa, este fórum é para isso, e é por isso que não se tem  
4406 voto aqui, é por consenso como na Encla? Eu não posso votar? Só direito a voz, então é  
4407 por isso que estou rebelde, pois eu queria ter direito a voto, vamos conversar direito  
4408 sobre isso, precisamos ter esse direito. Mas, se existe voto aqui, não se pode existir  
4409 vencedores ou perdedores em um fórum como este, pois você ganha com isso a  
4410 indisposição do órgão que perde, isso é um fato. Então, temos que buscar, mesmo com o  
4411 voto, pelo menos consenso interno nas discussões. Eu sei que cada um de nós vem da  
4412 sua base com uma postura já formada, claro, todos aqui representam o sentimento do  
4413 órgão a que pertence, porém, recrudescer sem que haja uma discussão que nos leve a  
4414 algum lugar torna este fórum inepto, e também não teremos deliberações práticas ou de  
4415 encaminhamento. Então, proponho que se vote logo o que o caro colega disse,  
4416 eliminam-se as câmaras e quais delas, para que possamos avançar na discussão.

4417

4418 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz)** – Eu só queria fazer uma  
4419 consideração ao ouvir os demais conselheiros: concordo em diminuir o número de  
4420 câmaras, consultorias, é muito importante fazer esse resgate do que já temos e não  
4421 perder a memória, é isso que o Eduardo traz. Mas, acho que tem uma coisa que é  
4422 fundamental para que nós possamos inclusive rever essas decisões e para ver qual é o

4423 grau também de compromisso e a implicação de cada um de nós, eu acho que a Senasp  
4424 tem que vir aqui, Alex, a secretária que é a presidente do conselho tem que vir ao  
4425 Conasp. Olhar um pouco o histórico do Conasp e ver como foi isso, precisamos resgatar  
4426 este lugar para entender, não é o papel descrito no decreto que cria o conselho, mas qual  
4427 é a importância dada no cenário dos projetos da Secretaria Nacional de Segurança  
4428 Pública para o Conasp? Porque também nos enfiamos em câmaras técnicas, vamos  
4429 trabalhar como malucos, todos com dedicação e tal, para quê? Para nós mesmos? Então,  
4430 apresentar quais são os projetos prioritários da Senasp, o que está sendo feito? Como  
4431 isso se encaixa nesses anos e o ano que vem será ano de eleição e tal. Como tudo isso  
4432 está sendo colocado para que o nosso trabalho seja alinhado, ainda que seja no sentido  
4433 de críticas, mas atrelado a um contexto, pois caso contrário fica uma conversa entre nós  
4434 mesmos e nenhum de nós temos tempo a perder. A ideia do Eduardo é excelente, gosto  
4435 disso, vamos melhorando a partir de uma visualização da história, mas não dá para  
4436 perdermos a discussão de fundo que é a relação do Conasp com a Senasp. A secretária é  
4437 a presidente do conselho, mas, e aí? Onde está? E não é só a presença dela, mas é a  
4438 presença do projeto da Senasp, quais são os projetos? Precisamos saber, não é possível  
4439 que o Conselho não conheça o todo que está acontecendo na Secretaria Nacional de  
4440 Segurança Pública. Então, gostaria muito de fazer essa marcação aqui e deixar  
4441 registrado o quanto vale o nosso empenho neste processo.  
4442

4443 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – A secretária esteve presente à  
4444 primeira reunião, esteve a maior parte do tempo conosco, o ministro veio, empossou os  
4445 conselheiros, por orientação do ministro, ela vai participar das reuniões, nesta reunião  
4446 ela está ausente porque coincidiu com as férias dela, já estava marcada há mais tempo.  
4447 Mas, a orientação do ministro é que ela esteja aqui a maior parte do tempo.  
4448

4449 **O Sr. Pedro Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Bom-dia. Primeiro, eu  
4450 gostaria de resgatar alguns modos de funcionamento da última gestão, eu fiquei aqui  
4451 nos quatros últimos meses, mas ainda vivi algumas coisas: primeiro é a ideia das  
4452 audiências públicas que antecederiam as nossas reuniões e que tinham como função  
4453 problematizar e trazer melhor um tema a ser discutido. Uma dessas audiências públicas  
4454 foi o tema das drogas e uma das nossas decisões, que, inclusive, não foi cumprida, foi  
4455 que o Conasp chamasse uma reunião interconselhos, nós elencamos o Conad, o CNS, o  
4456 CNE e faríamos então esses quatro conselhos uma discussão interconselhos porque  
4457 entendíamos que poderia ser extremamente potente para a discussão que queríamos  
4458 fazer. Lembrando essa decisão, acredito que poderíamos revivê-la, não exatamente para  
4459 rediscutir o tema drogas, mas para discutir esses modos de funcionamento dos  
4460 conselhos. Acredito que a discussão que estamos fazendo aqui que é da real eficácia dos  
4461 conselhos, para que nós servimos, ela é extremamente importante, até porque isso diz  
4462 respeito a certo modo de funcionamento democrático que nós mesmos construímos  
4463 neste país e entendemos que este sentimento de perfumaria dos conselhos é algo muito  
4464 ruim para o funcionamento democrático do país, não exatamente para o nosso  
4465 funcionamento aqui. Eu acredito que esse sentimento não seja só nosso. Esse  
4466 sentimento dos conselhos que não estão exatamente tendo uma eficácia nas políticas é  
4467 algo que perpassa outros conselhos. Então, eu queria propor que pudéssemos resgatar a  
4468 ideia de fazer um evento, um encontro, uma reunião interconselho para discutirmos  
4469 inclusive esse modo nosso de funcionamento e pensar a estratégia conjunta de uma  
4470 maior eficácia. O Conasp ser protagonista nessa chamada interconselhos pode ser  
4471 extremamente potente para nós.  
4472

4473 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Bom-dia a  
4474 todos. Eu queria fazer das palavras do Edson as minhas; o cons. Pedro que ressaltou  
4475 novamente a questão de recuperar as ideias passadas; a conselheira Luciana. Estou  
4476 enxergando que há consenso em termos objetividade, eu queria colocar também a minha  
4477 posição nesse sentido, se não for possível agora, mas que em um momento posterior  
4478 tenhamos conhecimento dos trabalhos passados das câmaras e, por fim, corroborar com  
4479 o Pazinato quanto às alterações.

4480

4481 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Eu gostaria  
4482 de um esclarecimento: como foi criado esses 7 itens? Como chegou a eles? Eu entendo  
4483 a proposta do colega de mudar, mas eu gostaria de saber como foi iniciada essa  
4484 configuração.

4485

4486 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
4487 **Brasil)** – Bom, eu acho que tudo que estamos conversando aqui está convergindo para  
4488 aquilo que começamos na tomada de decisão ontem à tarde, tanto as decisões técnicas,  
4489 quanto decisões políticas sensatas que possam produzir resultados. Pelo que senti, esta  
4490 nova plenária está buscando isso, um nível de criticidade nesses quatro anos, buscar o  
4491 papel do Conasp, todos os conselheiros estão sempre fazendo e isso é bom. Mas, as  
4492 câmaras temáticas foram surgindo porque aqui temos os três segmentos e o momento  
4493 político também, então, por exemplo, a classe dos trabalhadores gostaria de ver aquilo  
4494 que ela estava trabalhando contemplado numa câmara técnica e não ficasse incluído em  
4495 outro tema que poderia se perder, da mesma forma as demais instituições. Então, foi se  
4496 constituindo na época isso e a plenária achou que essa seria a melhor forma. A verdade  
4497 é que a plenária aqui é plena para rever inclusive isso. Não existe impedimento, se essa  
4498 é a nova proposta de resolução, a plenária é quem decide. Quando estava ouvindo vocês  
4499 sobre a recuperação das edições anteriores do Conasp, me vem também uma dificuldade  
4500 que temos nas nossas próprias instituições de repassar as informações, os conselheiros  
4501 devem compartilhar tudo que receberam aqui, e pode ter acontecido que o representante  
4502 anterior não ter passado ao novo representante isso. É preciso refletir sobre isso da  
4503 dificuldade das nossas instituições também. No nosso caso, somos da maçonaria e lá  
4504 não tem como tomar uma decisão sem não nos reunirmos com eles, porque senão essa  
4505 decisão não é legitimada. Então, está aberta a discussão a uma nova configuração,  
4506 vamos ver o que é melhor, o pleno é que decide. Acredito que o caminho que tomamos  
4507 ontem de conversar com o governo, com a secretária, estamos no caminho técnico e  
4508 político.

4509

4510 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –  
4511 Bom-dia a todos e todas. Gosto muito da objetividade das propostas do Eduardo.  
4512 Ganhamos muito com a otimização do trabalho. É um enxugamento, mas que não retira  
4513 o grau de profundidade com que os temas serão tratados. É uma proposta extremamente  
4514 interessante. Mas, alinho-me ao que o conselheiro Pedro disse a respeito dessa  
4515 transversalidade entre os conselhos. Há cerca de um mês, houve uma reunião do CNDH  
4516 que está criando uma comissão de segurança pública e 3 ou 4 GTs que trabalharão  
4517 temas de segurança pública. O Fenop foi convidado a participar, justamente, pelo tema,  
4518 a questão da violência institucional. Naquela oportunidade, quando foi criada a  
4519 comissão, uma das coisas que eu questioneei à ministra foi a razão pela qual o Conasp  
4520 não constava ali como um dos órgãos que deveria estar presente naquele conselho, é  
4521 justamente essa transversalidade interconselhos. Havia uma preocupação se poderia

4522 constar ali ou não por uma questão regimental. Eu havia participado havia pouco tempo  
4523 aqui e tomei essa iniciativa para pelo menos provocar isso. Obrigada.

4524

4525 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4526 **Brasil)** – Vamos começar a alinhar os textos das propostas. Pedimos ao Eduardo que  
4527 coloque a proposta dele.

4528

4529 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Deixe-me passar um informe:  
4530 O Robson criou uma página no facebook, você poderia mostrar aí? Quem tiver perfil e  
4531 quiser entrar, não vai ser por enquanto um canal oficial, o canal oficial, dos  
4532 conselheiros, é o e-group, mas aproveitando as novas tecnologias, já temos mais esse  
4533 grupo de discussão. É na página do Conasp, no facebook, é só entrar lá, o grupo vai  
4534 aceitando as inscrições. Quem quiser, pede ao Robson para ser adicionado.

4535

4536 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4537 **Brasil)** – Vamos a um intervalo de 15 minutos para que os segmentos possam conversar  
4538 sobre a composição. Vamos retornar? Vamos ao parágrafo do desenho institucional para  
4539 fazermos a leitura.

4540

4541 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Bem,  
4542 colocamos ali desenho institucional e colocamos objetivo até para uma questão que não  
4543 havia falado antes. Vou ler para avaliarmos: “Propõe-se a reorganização do desenho  
4544 institucional do CONASP, notadamente no que se refere ao reposicionamento  
4545 estratégico de suas Câmaras Temáticas e demais instâncias organizativas, cabendo à  
4546 Secretaria Executiva a proposição de documentos norteadores das reuniões, dos seus  
4547 encaminhamentos e devidos monitoramentos, alterando, sobretudo, o modelo de atas  
4548 para o de planos de ação, os quais servirão de base para as agendas do CONASP”. Isso  
4549 eu não tinha colocado, mas, particularmente, acho que ata de condomínio para lermos os  
4550 encaminhamentos, para fins só de registro não, mas para tirarmos um plano de ação, o  
4551 que, quando, onde e quem é o responsável para monitorarmos, até para fazer uma ata  
4552 para guardar nos anais do Ministério da Justiça, mas para fins executivos tem que ser  
4553 uma coisa mais propositiva. Isso eu não tinha falado, coloquei ali só como registro. Vou  
4554 ler para não ficar monopolizando, depois faremos a revisão, não havia um organograma,

4555 isso é apenas um ensaio devido ao tempo:



4556  
4557

4558 “2 - Propõe-se a criação do Observatório do CONASP com a finalidade de monitorar a  
4559 eficácia e a efetividade das produções normativas do Conselho, assim como das  
4560 deliberações da Conseg. O referido Observatório será potencializado, inicialmente, com  
4561 a contratação de consultor técnico para o desempenho dessa atividade, em conjunto com  
4562 a Secretaria Executiva e Pleno do CONASP. Caberá também ao Observatório coligir e  
4563 sistematizar as contribuições advindas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal  
4564 no que concerne aos projetos do Poder Legislativo na área da segurança, da justiça e dos  
4565 direitos humanos, entre outras interfaces correlatas com a ENASP e o novel SINESP. 3  
4566 - Propõe-se a contratação de consultor técnico para desenvolver ferramentas de  
4567 comunicação (interna e externa) para o CONASP, a exemplo de Portal, redes sociais,  
4568 etc. Caberá, ainda, ao referido consultor, em conjunto com a Secretaria Executiva e  
4569 Pleno do CONASP, organizar e sistematizar as produções do CONASP, com vistas a  
4570 estruturação de uma linha editorial (com Revistas, Cadernos Temáticos e afins). 4 -  
4571 Propõe-se a contratação de consultor técnico voltado a construir metodologias  
4572 participativas de atuação e interlocução do CONASP com a sociedade civil e  
4573 instituições de Estado. Caberá, igualmente, a esse profissional contribuir para a  
4574 preparação da II Conseg, assim como instrumentos participativos inovadores de  
4575 sensibilização da temática da segurança na agenda municipal, estadual e nacional, a  
4576 exemplo de Diálogos Regionais, Reuniões Interconselhos, Audiências Públicas, etc.”.  
4577 Eu incorporei a sugestão do Henrique. 5 - Propõe-se a contratação de, pelo menos, 3  
4578 (três) estagiários, entre eles 1 (um) específico para a área de Informática e/ou TI, para  
4579 qualificar e aperfeiçoar o assessoramento da Secretaria Executiva tanto nas reuniões do  
4580 Pleno quanto das Comissões Temáticas e Temporárias”. Isso para mim não é razoável  
4581 que as comissões temáticas, com a saída dos conselheiros, tenha sido embora, isso não  
4582 existe. A Secretaria Executiva tem que arquivar os planos de ação, monitorar e jogar nas  
4583 agendas do pleno. Se não tem estrutura tem que reclamar.

4584

4585 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4586 **Brasil)** – Por favor, Eduardo, vamos ao item 4 da Conseg? O consultor será responsável  
4587 por construir a metodologia? Eu não sei se todos sabem quem é responsável pela

4588 coordenação das futuras conferências nacionais de segurança pública é este pleno. Não  
4589 terá um coordenador-geral, o coordenador é o pleno, já foi decidido por este Conasp, a  
4590 não ser que esta plenária mude essa decisão. Aí é só para a metodologia, não é para  
4591 coordenar as conferências? Ok, perfeito. As câmaras temáticas, pelo regimento interno,  
4592 terão que ser criadas por uma nova resolução. A nova proposta será dirigida à nossa  
4593 presidente por uma decisão colegiada. Vamos compilar, está aberto para agregar ou  
4594 suprimir algo ao texto. A pergunta que faço de modo prático é: são duas câmaras com  
4595 15 membros, essas duas câmaras comportarão os 15 conselheiros cada uma? É  
4596 suficiente? Estou falando para suscitar o debate.

4597

4598 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
4599 **Ministério Público)** – Ao invés de justiça criminal podemos colocar segurança e  
4600 sistema de justiça, que abarca tudo.

4601

4602 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4603 **Brasil)** – Eu acrescentaria ali, a cultura de paz, que ficaria mais completo. O que está  
4604 sendo proposto é que das sete câmaras foram reduzidas para estas duas. Serão criadas  
4605 por resolução. A outra provisória, que vocês estão vendo, já foi criada e aprovada ontem  
4606 e já tem os nomes que cada segmento vai dizer divulgar aqui agora. Tudo que nós  
4607 escrevemos aqui passa também pelo crivo da Assessoria Jurídica do ministério. Há  
4608 consenso nessas duas?

4609

4610 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – São duas coisas: a  
4611 primeira, em relação a ser somente duas câmaras temáticas, uma das coisas a se  
4612 perguntar é se nós precisamos de fato que todas as entidades estejam dentro das  
4613 câmaras, pois são câmaras do Conasp, não são câmaras das nossas entidades. Então,  
4614 aquela primeira pergunta: será que duas câmaras são suficientes para abrigar todos os  
4615 segmentos? Talvez não precise de todas as entidades estarem dentro das câmaras.

4616

4617 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A Comissão Temporária  
4618 também é equivalente a uma câmara, a entidade que está ali talvez não precise estar, até  
4619 porque pode ser que não tenha perna para acompanhar tudo.

4620

4621 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – E a observação é para  
4622 garantir que a Comissão Temporária esteja de fato junto com mesa diretora.

4623

4624 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4625 **Brasil)** – A Câmara Temporária estará junto com a mesa diretora, ontem foi decidido  
4626 isso, vamos colocar no texto, só no trabalho, quando estará reunida a mesa diretora,  
4627 também estará a Comissão Temporária. Bom, nós já vamos partindo para aquele  
4628 momento que estamos prontos para decidir ou votar, se for o caso. Estamos  
4629 modificando uma estrutura. Isso é muito importante, não tem mais nenhuma proposta?  
4630 Então, vamos colocar em regime de votação. A criação de proposta de resolução de  
4631 modificação das câmaras temáticas substituindo a anterior. Há consenso nessa criação?  
4632 **CONSENSO, APROVADA POR UNANIMIDADE.** E agora vamos à escolha dos  
4633 membros da Comissão Temporária. Os gestores. Já estão preparados para divulgar os  
4634 nomes?

4635

4636 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –  
4637 Dra. Ana Rita como titular e Joel...

4638  
4639 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4640 **Brasil)** – Regimentalmente ela não pode, pois é convidada. Acredito que não possa, até  
4641 depois ela não ter frustração.  
4642  
4643 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu acredito não ter objeção,  
4644 até porque a Comissão Temporária, nós é que criamos aqui, está prevista no regimento,  
4645 mas...  
4646  
4647 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4648 **Brasil)** – Perfeito. Só queria essa explicação.  
4649  
4650 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –  
4651 Gestores: dra. Ana Rita como titular e Joel Malta como suplente.  
4652  
4653 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**  
4654 **Identificação-FENAPPI)** – Dos trabalhadores ficaram Antonio Maciel Aguiar Filho da  
4655 Fenappi e o Wesley Barreto Bastos do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –  
4656 Sindarspen.  
4657  
4658 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** –  
4659 Sociedade civil: Pedro Bicalho do Conselho Federal de Psicologia e o Edson Diniz  
4660 Nóbrega Júnior, Redes de Desenvolvimento da Maré.  
4661  
4662 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4663 **Brasil)** – Bom, vamos agora criar o texto da resolução? O Alex vai criar consoante as  
4664 normas técnicas, seria bom pegar a anterior.  
4665  
4666 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Um minuto, na parte o José  
4667 Monteiro da Secretaria de Grandes Eventos virá às duas horas, então, se deixarmos para  
4668 votar isso depois, vai haver falta de quórum, sugiro votar antes.  
4669  
4670 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4671 **Brasil)** – Não tem mais nada para aprovar não. Está tudo aprovado.  
4672  
4673 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Assim, provavelmente, ele  
4674 não ficará até o final da tarde, então até 5 da tarde a reunião continua, então, poderíamos  
4675 aproveitar para votar alguma coisa. A partir das 5 horas fica difícil ter o quórum  
4676 necessário para votar, então, o que tiver que votar terá que ser agora.  
4677  
4678 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4679 **Brasil)** – Não é só o texto da resolução, são os textos das decisões colegiadas que foram  
4680 tiradas. Foram aprovadas, mas o texto delas não foi construído.  
4681  
4682 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A questão da composição das  
4683 câmaras, eu pergunto quem quer participar?  
4684  
4685 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**  
4686 **Sindarspen)** – O formato composição das instituições não é na mesma linha da

4687 formatação do Conasp, representantes dos trabalhadores, segmento da sociedade civil,  
4688 segmento dos gestores? Não há paridade?

4689

4690 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Não, você está sendo  
4691 voluntário.

4692

4693 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**  
4694 **Sindarspen)** – As anteriores tinham essa paridade.

4695

4696 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Como agora são só duas, é  
4697 difícil que nas duas não tenham representados os segmentos.

4698

4699 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Vamos lá, São duas câmaras.  
4700 A primeira: **CT Instituições de Segurança Pública e Sistema de Justiça:** 1 – Antonio  
4701 Maciel; 2 – Marlon; 3 – Cel. Mesquita; 4 – Eduardo Pazinato; 5 – Luciana Guimarães; 6  
4702 – Márcio Godoy; 7 – Marco Antonio Pampolha Gomes da Silva; 8 – Joel Malta; 9 –  
4703 Ana Paula Diniz; 10 – Sandro Santos; 11 – Rildo Marques; 12 – Patrícia Couto; 13 –  
4704 Silvana da Silva; 14 – Massimiliano Russo; 15 – Henrique Mendonça de O. Queiróz; 16  
4705 – Ana Rita.

4706

4707 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4708 **Brasil)** – Não pode constar nas duas comissões. Nas sete não podiam participar uma das  
4709 outras.

4710

4711 O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Segunda: CT Participação  
4712 Social, Prevenção das Violências e Promoção dos Direitos Humanos e da Cultura de  
4713 Paz: 1 – Alberto, Carlos Magno, Pedro Bicalho; Edson, Clovis.

4714

4715 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A segunda câmara está com  
4716 5, todos da sociedade civil. São 16 na primeira. 21 conselheiros se manifestaram,  
4717 existem mais 9 que ainda podem fazê-lo.

4718

4719 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4720 **Brasil)** – Mas aí todos gostariam de ficar nas duas. Vamos pensar novamente a  
4721 composição. (*intervenções fora do microfone*).

4722

4723 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Já poderemos considerar que  
4724 não temos recursos para efeito de planejamento.

4725

4726 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Encaminhamos  
4727 o que estamos propondo. Vamos discutir agora como. A Mesa Diretora vai ter que  
4728 sentar com a área orçamentária ou com a secretária nacional e dizer que o desenho  
4729 constitucional do Conasp foi mudado e para que funcione será preciso que emitir xis  
4730 passagens a mais, a Secretaria Executiva vai nos ajudar a prever, ou se não têm recursos  
4731 para as passagens, o retorno terá que ser dado ao Conasp. E cabe ao Senasp auxiliar a  
4732 organização do Conasp. Mas, imagine, se não tem recursos para duas câmaras  
4733 temáticas, por que tinha para sete?

4734

4735 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
4736 **Brasil)** – É a mesma coisa, as sete estavam diluídas.



4737

4738 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Então, coloca  
4739 uma reunião de uma câmara de manhã, a outra à tarde e a passagem para todo mundo à  
4740 noite.

4741

4742 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Gente, aí vira outro dia de  
4743 reunião de um dia do Conasp. Só que de manhã terá um tema e à tarde outro. A pessoa  
4744 vem para Brasília, mas acaba participando das duas. Na quarta-feira seria reunião das  
4745 câmaras temáticas?

4746

4747 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Vamos ver, nós  
4748 encaminhamos tudo, voltamos a nos reunir em agosto, e até lá?

4749

4750 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do  
4751 Brasil)** – Vamos fazer a proposta, veremos as possibilidades.

4752

4753 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –  
4754 MNDH)** - São duas propostas: uma seria fazer como ele está propondo e, no último  
4755 caso, não tendo recurso, juntar com a reunião do Conasp, fazer o quê?

4756

4757 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Mas, aí não, eu  
4758 acho que não porque a câmara temática não prepara os processos, aí a lógica atuarial,  
4759 orçamentária e financeira impera para definir aquilo que o Rildo está dizendo, os rumos  
4760 da política pública. Aí não dá, se não temos condições de tirar passagens da Senasp em  
4761 três reuniões até o final do ano, por favor, vamos ter que fechar.

4762

4763 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do  
4764 Brasil)** – Bom, não temos essa informação agora, temos que consultar o ministério.  
4765 Então, a aprovação nossa foi para consulta ou foi criando das duas comissões? Foram  
4766 criadas as duas. A discussão é se poderá participar das duas.

4767

4768 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –  
4769 Os conselheiros que estão ausentes poderão depois se posicionar?

4770

4771 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do  
4772 Brasil)** – Sem dúvida, pode sim. E está faltando muitos, inclusive de gestores. Vamos  
4773 consultar o ministério. Vamos em frente.

4774

4775 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Só para  
4776 lembrar então, como ficaram as comissões? Como ficou a segunda? Tinham 5 membros  
4777 só, são 7 agora, porque eu e o Marlon, nos colocamos à disposição, e a Lu também,  
4778 então, somos 8.

4779

4780 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu proponho ver a questão  
4781 de orçamento, ver como vai ser operacionalizadas as reuniões.

4782

4783 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Então, têm  
4784 mais 8 pessoas que querem participar das duas, como é que fica?

4785

4786 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Vamos lá então, nós vamos  
4787 consultar: Pazinato, Alberto, Ana Paula, Silvana, Rildo, Patricia, Carlos Magno, Clovis,  
4788 Godoy/Henrique, Malta, Luciana.

4789  
4790 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –  
4791 É compartilhamento de cadeira, então, fica a APCF na CT 1 e a ABC na CT 2.

4792  
4793 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Alex, a  
4794 ABC e a APCF é compartilhada, uma reunião ele é titular e na outra eu sou suplente.  
4795 Mas, temos o trabalho conjunto.

4796  
4797 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Agora vamos ver a  
4798 composição como ficou da CT2: Alberto, Carlos Magno, Pedro Bicalho; Edson, Clovis,  
4799 Pazinato, Ana Paula, Silvana, Rildo, Patricia, Godoy/Henrique, Joel Malta, Luciana,  
4800 Patrícia Couto. Aqui temos membros das duas, temos que fazer a transposição depois.  
4801 Uma coisa que com certeza não vai dar é titular e suplente, um em cada CT, vai dar 30  
4802 em cada uma.

4803  
4804 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eu acho que é  
4805 importante, antes de chegarmos aqui ao segundo turno, que várias terão que retornar a  
4806 seus estados de origem, que a Secretaria Executiva, Alex, em meia página, elenque o  
4807 que nós encaminhamos, quem são os responsáveis e quais são os prazos. 1 - Nós  
4808 encaminhamos com a Comissão Temporária de fazer uma reunião junto com a Mesa  
4809 Diretora com a secretária nacional; quando teremos o retorno, quando isso vai se dar  
4810 etc. 2 – Nós encaminhamos que vamos fazer a alteração do desenho institucional e vai  
4811 ser feita uma consulta à Conjur, quando terá o retorno; 3 – Nós encaminhamos a  
4812 composição das câmaras. Isso para mim é o plano de ação, pois as pessoas passarem 48  
4813 horas em Brasília, com todo esforço pessoal de renúncia, e chegar ao final não ter o  
4814 começo, meio e fim, quem foi, quando, não dá.

4815  
4816 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Vamos colocar isso na  
4817 planilha, e na semana que vem terá uma resposta desses prazos. Eu não sei quanto  
4818 tempo a Conjur vai levar.

4819  
4820 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Perfeito. Só  
4821 que chegar em agosto na reunião do pleno para discutir isso, aí eu vou propor outro  
4822 nível de encaminhamento, pois na segunda reunião do ano, chegar na terceira e a Conjur  
4823 não conseguiu fazer um parecer em dois meses de um parágrafo!

4824  
4825 **INFORMES**

4826 **7/6/2013**

4827 **Manhã**

4828  
4829 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, fechando essa questão  
4830 das câmaras temáticas, vamos abrir para temas livres que são os informes dos  
4831 conselheiros. Primeiro, o cons. Pedro Bicalho pediu para distribuir este material que  
4832 está sendo distribuído.

4833  
4834 **O Sr. Pedro Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – O CFP está participando da  
4835 Assembleia Geral da OEA na Guatemala, cujo tema é a política de droga da América

4836 Latina e esse foi o material que levamos para distribuir por lá. Quando o Eduardo falou  
4837 sobre a questão das drogas, eu liguei ao Conselho Federal e pedi para trazer uma cópia  
4838 para cada um. Na verdade, a nossa inserção na temática em função de uma série de  
4839 discussões que diz respeito às internações voluntárias, compulsórias, há uma política de  
4840 drogas ainda no campo do proibicionismo, esse é o material que é também lúdico, isso  
4841 aqui é um vídeo com alguns episódios de historinhas, como se fosse um desenho  
4842 animado, cada episódio tem um livrinho dizendo o que é, então, na verdade, é numa  
4843 linguagem bem acessível e acreditamos que isso possa contribuir para um debate mais  
4844 qualificado do tema.

4845

4846 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**  
4847 **Sindarspen)** – O tema que eu trago neste momento, inclusive depõe contra tudo que  
4848 nós estamos tentando construir em relação não só à questão da segurança pública, até  
4849 mesmo depõe contra a democracia neste país e que, recentemente, atingiu, frontalmente,  
4850 um dos nossos conselheiros, o policial militar Pedro Queiróz da Silva, que é o  
4851 presidente da Associação Nacional dos Militares que, inclusive, não está aqui conosco  
4852 hoje por um fato que vou tentar relatar bem rápido. Acontece no estado do Ceará, onde  
4853 eu resido, os policiais militares, há uns dois anos, tomaram decisões políticas de  
4854 organização, através de suas associações, para melhoria de sua condição de trabalho e  
4855 de vida. Dentre esses estados, no estado Ceará, houve realmente uma paralisação dos  
4856 militares, mais precisamente no mês de janeiro de 2012, durante quatro dias, a  
4857 segurança pública do estado Ceará tornou-se comprometida pela ausência desses  
4858 policiais militares nos seus respectivos postos de trabalho. Diante disso, houve um  
4859 acordo com o governo do estado, com a participação de vários segmentos da sociedade  
4860 civil, sindicatos, AOB, Ministério Público, dentro desse acordo, o governo do estado  
4861 firmou um termo de acordo para atender as reivindicações desses trabalhadores, parte  
4862 delas foi atendida de imediato, e as demais foram prometidas em acordo para os meses  
4863 seguintes. Infelizmente, após um ano de tentativas dos policiais militares em reaver o  
4864 compromisso e o firmamento do acordo com o governo do estado, não prosperou.  
4865 Diante disso, os policiais militares organizaram manifestações na Assembleia  
4866 Legislativa, aqui no Congresso Nacional etc. E no último Diário Oficial, publicado em  
4867 22 de maio de 2013, documentos que tenho arquivados aqui na minha pasta, o  
4868 controlador geral adjunto de disciplina, no Ceará não tem corregedoria, agora tem uma  
4869 Controladoria dos Integrantes dos órgãos Públicos, que era a antiga Corregedoria das  
4870 Polícias Civil e Militar e Corpos de Bombeiros. Hoje existe uma Controladoria Geral  
4871 dos Trabalhadores de todas as áreas, incluindo sistema penitenciário: “Visando apurar a  
4872 responsabilidade dos policiais militares, soldado PM Pedro Queiróz da Silva, pelos fatos  
4873 noticiados do Ofício...”, ele cita o ofício do Comando-Geral, “referido militar teria  
4874 participado de uma reunião ocorrida no dia 3 de janeiro de 2013, sob a liderança de  
4875 integrantes da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do estado do Ceará,  
4876 resolve punir, com demissão, os policiais militares, dentre os quais o soldado Pedro  
4877 Queiróz da Silva”, atual conselheiro deste Conasp. Diante dos fatos, presidente,  
4878 secretário executivo e demais conselheiros, eu queria propor uma manifestação de apoio  
4879 e solidariedade a essas pessoas que foram demitidas sumariamente, tendo em vista o ato  
4880 político realizado e propor nota de repúdio ao governo do Ceará por tamanha atitude  
4881 desrespeitosa, contrário a todo esse compromisso firmado que criou inclusive este  
4882 Conasp que, certamente, foi criado através da base social do nosso país. Este é o meu  
4883 informe e a minha sugestão: uma nota de solidariedade aos trabalhadores que foram  
4884 demitidos e uma nota de repúdio ao governo do estado do Ceará por tamanha  
4885 arbitrariedade.

4886

4887 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) –**

4888 Para nós do Movimento Nacional de Direitos Humanos consideramos essa notícia  
4889 trazida pelo Augusto, sentimos isso da maior gravidade de violação do direito de  
4890 participação, direito consagrado na Constituição Federal e que ainda os regulamentos  
4891 militares, de alguns estados, não contemplam esse direito que é, inclusive, universal.  
4892 Não só ele como representante lá da sua liderança, dos policiais militares do Ceará, mas  
4893 também como membro deste Conselho, eleito, a sua entidade foi eleita e ele indicado  
4894 como representante como se então ele não podendo fazer reuniões no Ceará, não  
4895 poderia também fazer as reuniões neste Conselho. É um contrassenso. E a sua  
4896 associação ao permitir que ele venha para cá exatamente pelo exercício constitucional  
4897 da democracia pela participação, eu não queria só uma nota de repúdio, que eu acho  
4898 muito pouco, acho que este conselho tem que procurar um diálogo no governo do  
4899 Ceará. Temos que determinar aqui alguém que faça uma interlocução no governo  
4900 daquele estado e que mostre o que significa inclusive este Conselho Nacional. Vou dar  
4901 um exemplo: o ano passado teve uma manifestação aqui, minha e do conselheiro  
4902 Benedito Mariano, em relação ao que o governo do estado de São Paulo está fazendo  
4903 dentro da Ouvidoria de Polícia, que um dos órgãos do controle da atividade de policiais  
4904 que mais tem contribuído naquele estado na relação de sociedade entender as questões  
4905 da polícia. E o sr. governador Geraldo Alckmin há dois anos emperra o processo de  
4906 escolha do novo ouvidor. Este conselho não encaminhou a moção de repúdio ao  
4907 governador no sentido de que ele garantisse o que está na lei, não é nem um favor que  
4908 ele estaria fazendo. Estive ontem com a companheira Patrícia Couto, na Fnop, que está  
4909 com o problema da Ouvidoria de São Paulo na mão, imediatamente, a Ouvidoria de  
4910 Direitos Humanos encaminhou ao SDPH que já vai fazer interlocução com o governo,  
4911 mostrando a força do Conselho de Direitos Humanos. Este conselho tem que mostrar a  
4912 sua força. E se ele não mostrar a sua força agora no caso do cons. Pedro Queiróz, eu  
4913 fico pensando que nós vamos ter muita dificuldade de fazer quaisquer dessas coisas de  
4914 câmaras técnicas, Susp, comissão, porque isso é uma violação política, da sua dignidade  
4915 enquanto pessoa humana e que o Ministério da Justiça, junto com a Secretaria de  
4916 Direitos Humanos, já baixou uma Portaria Interministerial nº 002/2010, permitindo que  
4917 os policiais militares, inclusive de baixa patente, possam ter sim participação em  
4918 reuniões. Mais do que uma nota de repúdio, eu queria encaminhar que este conselho  
4919 designasse junto com um documento solicitando ao governador do Ceará a revisão da  
4920 medida tomada, a restauração do cargo do Pedro Queiróz e dos outros que foram  
4921 afetados pela medida e o conselho terá que fazer esse encaminhamento.

4922

4923 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional) – Reitero,** e concordo  
4924 com o cons. Rildo nessa medida. Eu quero espaço aqui para fazer solicitar a  
4925 concordância dos conselheiros para que seja encaminhado ao e-mail do grupo, por mim,  
4926 os vídeos das diversas autoridades que estiveram presentes ao seminário sobre sistema  
4927 prisional realizado pela Pastoral Carcerária. Tenho alguns Power Point que eles  
4928 entregaram para nós, o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal que eu fiz  
4929 a leitura dos problemas que ele apresentou, da coordenadora do Centro Operacional de  
4930 Direitos Humanos do Ministério Público e Fiscalização da Atividade Policial de Minas  
4931 Gerais e outros falando, inclusive, da Justiça Restaurativa. Dada à dificuldade de  
4932 reunião, de tema e tal, eu queria divulgar isso e pedir os destaques de todos os senhores  
4933 para isso, são slides curtos, mas eu acho que poderá acrescentar muito. E, por fim, eu  
4934 falei aqui ontem sobre a Decisão Colegiada nº 6, eu queria pedir ao Alex que trouxesse  
4935 ou informasse pelo e-mail do grupo sobre esse posicionamento, pois eu não ouvi

4936 nenhum comentário ou posição sobre a resposta da decisão colegiada de 6 de dezembro  
4937 de 2012, eu li aos senhores e repito: “...Que garanta a participação de representantes do  
4938 Conasp junto ao grupo de trabalho do Ministério da Justiça que vai investigar os  
4939 problemas do sistema prisional.”. Então, eu gostaria de ter um retorno, mesmo que seja  
4940 meramente por e-mail para nosso conhecimento da decisão tomada.

4941

4942 **O Ten. Cel. Mesquita (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Comandantes**  
4943 **Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG-PM/CBM) –**  
4944 Bom-dia a todos e todas. A respeito dessa notícia vinda do Ceará, eu julgo de extrema  
4945 necessidade que o conselho seja em primeiro lugar, diligente, para tratar desse assunto,  
4946 pois no serviço público uma pessoa que tem estabilidade, pela informação que está  
4947 divulgada no site, não é sumariamente exonerada, demitida e colocada para fora das  
4948 fileiras de uma instituição permanente como a Polícia Militar. Então, eu sugiro que  
4949 verifiquemos primeiro se houve o devido processo legal, se houve amplo direito à  
4950 defesa e ao contraditório, tudo isso, tomar pé da situação, se inteirar melhor de todos os  
4951 fatos, antes de fazer qualquer manifestação. Eu entendo essa medida de já fazer uma  
4952 moção de repúdio ou outro instrumento qualquer, é precipitada sem antes termos todas  
4953 as informações necessárias, pois poderá arranhar a imagem do conselho. O conselho  
4954 tem que ser pontual? Sim; tem que ser cirúrgico? Sim, mas de uma forma cautelosa,  
4955 diligente, e que tenhamos todas as informações em mãos sob pena de ser colocada a  
4956 credibilidade do Conasp à prova. Essa é a minha consideração.

4957

4958 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**  
4959 **Estaduais - Feneme) –** Na verdade, a minha manifestação vai ao encontro ao que o  
4960 conselheiro Mesquita disse. Há que se ter prudência nesses casos. Até que o regime  
4961 jurídico dos militares, queiramos ou não, até que a lei não mude, é um pouco  
4962 diferenciado. E, realmente, quem tem estabilidade, quem não conhece, é submetido a  
4963 conselho, tem direito de defesa e tal, assim, sumariamente não foi, e têm instâncias  
4964 todas para procurar. Eu recomendaria prudência, talvez até o conselheiro vir aqui e se  
4965 manifestar.

4966

4967 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) –** Talvez um pedido de  
4968 informações...

4969

4970 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**  
4971 **Estaduais - Feneme) –** Uma informação para depois sim em face ao que for recebido  
4972 que o conselho tome uma medida ostensiva, digamos assim, para depois ele não ser  
4973 rechaçado por algo que não tenha o domínio da informação.

4974

4975 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
4976 **Ministério Público) –** Olhe, senhores, eu não sei quem é o conselheiro Pedro Queiróz,  
4977 mas qualquer atento a direitos e às garantias individuais merece o nosso total repúdio,  
4978 entretanto, eu preciso ter conhecimento do todo. E uma coisa é fato, você lançar uma  
4979 nota de repúdio sem se apropriar da informação do todo, uma coisa é certa: põe em  
4980 cheque a nossa credibilidade sim. O que foi digo pelo cons. Rildo que precisa abrir um  
4981 canal de fala com o governo do estado, até um pedido de informação, usando a chancela  
4982 deste conselho para que diga o que foi que houve e aí sim tendo total conhecimento de  
4983 todas as informações prestadas uma nota técnica saia com maturidade, com peso e com  
4984 conhecimento de causa. De outra forma, corremos o risco de, sem ter o conhecimento  
4985 da matéria, vir outra nota, da outra parte, nos acusando de posicionamento sem ter

4986 conhecimentos dos fatos. Deve rechaçar sim toda postura que venha de encontro aos  
4987 direitos e garantias, todo cidadão tem direito de se reunir, mas para que uma nota  
4988 técnica saia daqui deste conselho, eu mesma não estou habilitada a por o nome do  
4989 CNMP sem que eu saiba do todo. Temos que fazer uma nota técnica sim, após a  
4990 sapiência do todo.

4991

4992 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**  
4993 **Sindarspen)** – Bem, conselheiros, inclusive na minha ingênua compreensão e na minha  
4994 certeza de compreensão do que seja um papel de um conselheiro, seja que instância o  
4995 conselho se insere e, principalmente, membro de Conselho Nacional de Segurança  
4996 Pública, certamente, qualquer um de nós devamos nos pronunciar fundamentados em  
4997 relatos, em documentos públicos e não só em informações jornalísticas apenas.  
4998 Certamente, tomei todas essas cautelas, inclusive, sugeri ao nobre cons. Pedro Queiróz  
4999 que encaminhasse à Secretaria Executiva do nosso conselho todo o relato,  
5000 fundamentando o que aconteceu, as publicações no Diário Oficial, tudo. Quero trazer  
5001 aos senhores que no dia 5 de junho agora, o conselheiro deslocava-se para o aeroporto  
5002 vindo para esta sessão ordinária do conselho quando foi abordado por dois oficiais de  
5003 polícia no aeroporto de Fortaleza que lhe comunicaram da necessidade de ele entregar a  
5004 identidade funcional militar, o fardamento e todo e qualquer apetrecho de propriedade  
5005 da Polícia Militar. Tendo sido comunicado do fato in loco, o nobre conselheiro,  
5006 infelizmente, não pôde se deslocar para esta sessão, portanto, a ausência dele foi ou  
5007 deve ser comunicada à secretaria, e sugeri que ele encaminhasse à secretaria do Conasp.  
5008 Portanto, concordo plenamente que temos que nos respaldar, conhecer todos os teores  
5009 dos fatos. Quando me referi ao processo de forma sumária, porque pelo registro dos  
5010 acontecimentos, a reunião foi em 3 de janeiro e agora no dia 5 de maio foi feita a  
5011 publicação, eu falei sumário foi devido nesse tempo tão hábil que a Controladoria do  
5012 estado do Ceará teve para demitir esse funcionário público que tem a efetividade e  
5013 estabilidade. Mas, ele enviou a documentação justificando a ausência, que já deve estar  
5014 na caixa postal da Secretaria Executiva, e eu sugeri que ele fizesse isso e anexasse toda  
5015 documentação. Certamente, até o final desta reunião ou até mesmo antes vai chegar  
5016 aqui.

5017

5018 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Até hoje de manhã ainda não  
5019 tinha chegado.

5020

5021 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
5022 **Ministério Público)** – Quando chegar repassa isso para mim? Depois de todos nós  
5023 lermos todo esse material no nosso fórum virtual nos posicionarmos. Agora eu disse, eu  
5024 senhor trouxe uma notícia, não é descrédito nela, só quero que o senhor entenda. E  
5025 nossa nota precisa ser firme, agora precisa ser embasada desde que nós nos apropriemos  
5026 do fato como um todo.

5027

5028 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**  
5029 **Sindarspen)** – Presidente, terminando o meu posicionamento, quero dizer que concordo  
5030 plenamente com os demais conselheiros, reafirmo a minha proposta, não só de  
5031 solidariedade aos que foram punidos de forma arbitrária e também de repúdio ao  
5032 governo do estado tomando as devidas cautelas, e tenho certeza de que essas cautelas  
5033 foram tomadas, eu não sei ainda por que ainda não chegou na Secretaria Executiva, mas  
5034 chegará antes do final desta sessão.

5035

5036 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
5037 **Brasil)** – A manifestação do Conasp se dá por resolução, parecer, moções,  
5038 recomendações e decisão colegiada. Nesse caso, será uma moção, regimentalmente, é  
5039 uma moção, só para esclarecer.

5040  
5041 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Com todo  
5042 respeito à doutora Ana Rita, mas eu queria saber se a posição de convidada no conselho  
5043 vai trazer essa possibilidade de implicar a pessoa dela perante o Conselho Nacional do  
5044 Ministério Público, perante o procurador-geral da República, pois se a decisão colegiada  
5045 ou moção vai expor a pessoa do convidado nos termos do regimento interno.

5046  
5047 **A Sra. Ana Paula Diniz de Mello Moreira (Secretaria Especial de Direitos**  
5048 **Humanos – SEDH)** – O Rildo citou aqui a Secretaria de Direitos Humanos e aí eu vou  
5049 fazer algumas lembranças. Eu não sei se o Conasp é o órgão jurídico para analisar esse  
5050 caso específico. Aqui é um órgão político, é uma posição política. Existe uma portaria  
5051 interministerial que trata das diretrizes de direitos humanos dos profissionais de  
5052 segurança pública que é de 2010 que foi citada pelo Rildo e essa portaria, assim como o  
5053 PNH III, assim como uma própria Conasp em relação aos regulamentos das Polícias  
5054 Militares está sendo tocada, existe uma posição sim, pois o PNH III é um decreto, existe  
5055 sim uma portaria interministerial falando sobre a questão do direito de participação e  
5056 direito de voto, aliás, é um direito eletivo dos policiais militares e é um grande problema  
5057 que foi detectado quando da formulação dessa portaria. E sobre isso, nesse foco,  
5058 acredito que o Conasp não tem que atuar como advogado de defesa de um conselheiro,  
5059 não é esse o papel do Conasp, o papel é se manifestar sobre a perda de um direito  
5060 fundamental, um direito que é retirado realmente dos profissionais militares, dos praças,  
5061 acho que é essa a questão que foi dita aqui pelo Rildo e é essa questão que tem que ser o  
5062 foco. Em relação ao Queiróz especificamente eu não sei se nem o Estatuto da  
5063 associação permitirá que ele permaneça como presidente da associação se ele não é  
5064 mais policial militar. Isso é uma questão que vai ter que ser discutida na associação, é a  
5065 representação dele. E isso tem desdobramento com o Conasp sim. Agora, eu gostaria  
5066 muito que fossem lembrados esses dois instrumentos que eu citei: a Portaria  
5067 Interministerial de 2010 que trata especificamente sobre as diretrizes e os direitos dos  
5068 profissionais de segurança pública, que entre eles está o direito de participação e o  
5069 direito de voto; e o PNH III também que trata da reestruturação da Polícia Militar com  
5070 relação a seus regulamentos disciplinares, que é um problema que foi detectado e saiu  
5071 de uma conferência nacional. Eu não estou dizendo aqui que vai sair uma carta ao  
5072 governador do estado do Ceará, talvez seja uma orientação ao Brasil inteiro, que isso  
5073 seja respeito e instituído. Só gostaria de fazer aqui esse aparte porque são coisas que já  
5074 existem, não estou aqui inventando a roda. Obrigada.

5075  
5076 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Eu falo agora como oficial reformado da  
5077 Polícia Militar. Acho pouco provável que a Polícia Militar lá do Ceará tenha  
5078 descumprido as formalidades estabelecidas, mas o que se verifica é que a legislação  
5079 castrense permite uma celeridade muito maior do que o servidor público civil e que o  
5080 processo, pelo menos no Rio de Janeiro, em fatos parecidos, também se deu no prazo de  
5081 4, 5 meses de percurso na sua formalidade administrativa. A grande questão está  
5082 exatamente no que a conselheira acabou de falar, esses profissionais nos seus 26 estados  
5083 e no Distrito Federal ficam numa posição de quem não tem como fazer suas  
5084 reivindicações de natureza de trabalho e sobre questões salariais. Essas questões são por  
5085 competência e atribuição do comandante-geral que aqui entre nós é ingenuidade achar

5086 que o comandante-geral que não tem a estabilidade que tem, por exemplo, um  
5087 procurador de justiça de estado, vai ter capacidade para reivindicar na medida do  
5088 necessário perante o governador que com uma canetada exonera no dia seguinte esse  
5089 profissional. Então, nós vimos aí que em momentos passados que as Polícias Militares  
5090 do país tiveram algumas conquistas sim, mas como em Minas Gerais, com mortes,  
5091 inclusive de policiais em confronto com policiais militares, pois da nossa natureza  
5092 militar é de impedimento à greve, é de cumprimento das nossas obrigações castrenses,  
5093 inclusive os regulamentos disciplinares que estabelecem uma série de imposições e de  
5094 proibições que não é comum a outros servidores públicos civis. Portanto, nós que  
5095 falamos aqui na discussão do sistema de segurança pública do país, esse é um dos  
5096 pontos que precisam ser encarados, pois não há canal de reivindicação regular como nas  
5097 outras categorias. Já que é proibido associação, ou melhor, permitida a associação, mas  
5098 ela pode ao nível de reivindicação que uma vez estabelecido ou passado de um  
5099 determinado ponto a critério da conveniência da autoridade do governo estado, nesse  
5100 caso, aplica-se o regulamento disciplinar com as consequências que são exatamente a  
5101 exclusão das fileiras da corporação, cumprindo as formalidades regulares, legais,  
5102 estabelecidas. Então, são profissionais, não só os praças, mas também oficiais, embora  
5103 em alguns estados haja um diferença de tratamento sim em questão salarial entre o  
5104 oficial e o praça. Só finalizando, a questão do Tião, ele teve um AVC, exatamente na  
5105 reunião de posse, ele voltou a trabalhar na segunda-feira passada praticamente sem  
5106 sequelas, só um pouco na voz ainda, mas prontamente restabelecido frente ao quadro  
5107 inicial que foi bastante grave. São rápidas considerações.

5108

5109 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
5110 **MNDH)** – Eu pedi a palavra de novo para dizer o seguinte: eu e o Almir Laureano  
5111 estivemos em um evento em janeiro da Anaspra na cidade de Salvador, e o Pedro  
5112 Queiróz já se queixava de uma possível perseguição de seus mandantes em razão da  
5113 Anaspra publicamente defender a desmilitarização das polícias e outro novo modelo de  
5114 polícia. É isso que está em jogo no Ceará. Isso para nós ficou muito claro. Isso não é um  
5115 fato novo. Isso o Almir pode me garantir isso. A segunda questão eu queria dizer ao  
5116 Sandro com relação a obedecimentos de procedimentos. Nenhum procedimento adotado  
5117 nas corporações policiais hoje obedece a Constituição Federal, sobretudo, porque os  
5118 praças sequer tem direito á defesa, pelo menos acontece com a Polícia Militar em São  
5119 Paulo, onde 8 praças foram detidos por 72 horas porque no facebook apoiaram a greve  
5120 de seus companheiros na Bahia naquele ano. Não tiveram nem defesa, foram presos  
5121 imediatamente. Quer dizer, a vigília que se faz inclusive na intimidade da vida de um  
5122 profissional da segurança pública a partir de seu comando. Outra questão que é  
5123 importante relatar é que todos sabemos como funciona essa relação entre oficiais e  
5124 praças, sabemos como funciona. Nós estamos aqui querendo garantir que esse sistema é  
5125 perfeito, nós sabemos que ele não é perfeito, sabemos inclusive que um dos pontos que  
5126 afeta a questão da violência policial são os policiais que não têm direitos garantidos.  
5127 Vários deles já relataram isso, o que são obrigados a fazer em razão de uma  
5128 desobediência. E o engraçado é que no dia da viagem dele para o Conselho Nacional, no  
5129 aeroporto, como se não houvesse um sistema de inteligência, poderia ele colocar a  
5130 público toda a situação, ele foi detido praticamente, na hora do voo, gente, só não vê  
5131 quem não quer o que está acontecendo com o Queiróz, são questões que queria analisar  
5132 com vocês. Segundo, que o e-mail já foi repassado para a Secretaria Executiva e terceiro  
5133 que acho que não somos um tribunal, ou nós estabelecemos uma relação de confiança  
5134 das informações que estão sendo passadas aqui pelo conselheiro Augusto, eu querer  
5135 obter hoje uma informação de quem aplicou a punição para saber se esta é certa ou



5136 errada, eu não sou tribunal, eu preciso me reportar aos fatos políticos, ao que está  
5137 acontecendo, e isso foi relatado pelo conselheiro Augusto, e pelo conselheiro Queiróz  
5138 que por uma questão técnica o e-mail dele deve estar chegando. Então, eu queria  
5139 ponderar isso com vocês e finalizar, talvez, as pessoas aqui não se sintam à vontade em  
5140 mandar uma nota porque acham que a informação que está sendo colocada aqui não seja  
5141 real, quer ter mais certeza porque dificilmente o comando do Ceará poderia fazer algo  
5142 errado, tudo bem, é verdade, eu acho as pessoas devem ter o direito de cercar dígitos, e,  
5143 claro, este conselho precisa ter ou ele pode não ter absolutamente nada, mas no mínimo  
5144 uma recomendação para a Secretaria de Direitos Humanos, que acho que lá talvez ele  
5145 tenha escuta, Ana Paula, e acho inclusive inseri-lo no programa de proteção. O P.  
5146 Queiróz hoje não é só perder o cargo, ele corre o risco de perder a vida por todo  
5147 histórico e narrativa que já ouvimos da Anaspra, inclusive do pessoal do conselho  
5148 anterior. O sacrifício e a luta que têm sido os policiais de baixa patente quando vão para  
5149 organização, que aconteceu com os Bombeiros no Rio de Janeiro, o que aconteceu com  
5150 os policiais militares de São Paulo que eu acabei de narrar, entre outros policiais  
5151 militares de São Paulo que estão uma série de problemas, um sargento que sumiu  
5152 porque queria propor direitos humanos dentro do Batalhão, pois não adianta este  
5153 conselho querer fechar os olhos, o problema existe e é real em todos os estados, essa  
5154 diferença de patente, esse modelo disciplinares inconstitucionais inclusive e que o  
5155 governo federal já deu as orientações a partir da portaria, como a Ana Paula aqui bem  
5156 lembrou, acho que este conselho deveria se manifestar sobre ela, inclusive em caráter de  
5157 recomendação. Então, se nós não temos condições aqui de fazer algo hoje de imediato,  
5158 respeitando os obstáculos dos demais conselheiros, que nós então encaminhamos o caso  
5159 do P. Queiróz para a Secretaria de Direitos Humanos ou para a Ouvidoria de Direitos  
5160 Humanos que eu tenho certeza de que lá pelo menos o governo vai provocar algum tipo  
5161 de reação.

5162

5163 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Uma questão de  
5164 encaminhamento. Agora já é meio dia e vinte minutos agora e o diretor José Monteiro  
5165 irá chegar às 14 horas em ponto e terá que sair por volta das 15 horas. Então, para não  
5166 comprometer muito nosso almoço, acho que não poderemos alongar muito essa  
5167 discussão aqui. Em vista disso, eu acho que será possível continuar o tema livre após a  
5168 saída do dr. Monteiro. Então, eu proponho que nós encerremos as inscrições agora...

5169

5170 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
5171 **Brasil)** – Eu proponho inclusive interromper e voltar depois com esse tema.

5172

5173 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – As pessoas que pediram para  
5174 falar, eu peço que sejam breves.

5175

5176 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –  
5177 Eu acho que não se pode pensar em promover ou defender direitos humanos da  
5178 sociedade civil como um todo se não começar na promoção em defesa para os  
5179 trabalhadores. O Rildo e o Sandro já disseram quase tudo sobre a questão da  
5180 formalidade, eu tenho absoluta certeza de que em questão formal o procedimento deve  
5181 ter sido perfeito. Mas, a questão não é a forma, a questão é o conteúdo, e se nós  
5182 pegarmos a solução dessa sindicância, seja o que for que foi utilizado, o instrumento  
5183 legal que foi utilizado pela corporação, lá na solução vai dizer exatamente qual é o  
5184 fundamento legal para a demissão, isso é suficiente para nos deixar plenamente  
5185 imbuídos de como deveremos nos posicionar. Porque se ali estiver dito que a razão da

5186 demissão é por conta da participação de uma reunião, isso para mim já é suficiente para  
5187 entender de que é sim uma violação de direitos humanos grave em relação a esse  
5188 servidor. Era isso.

5189

5190 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré) –**  
5191 Atendendo a solicitação, eu vou ser breve, a Patrícia tocou no ponto. O cons. Augusto  
5192 leu o Diário Oficial e lá está lá que a demissão é por conta da participação de uma  
5193 reunião que reivindicava o acordo que não foi cumprido no passado. Então, para mim  
5194 está claro qual foi a motivação. Tudo bem que tem a questão do processo, mas no  
5195 Diário Oficial diz a motivação é essa, pela participação em uma reunião, inclusive com  
5196 a data da reunião. E parece todos lá sabem qual era o conteúdo da reunião. É uma  
5197 questão política de tolher os direitos de participar de manifestações.

5198

5199 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**  
5200 **Sindarspen)** – Eu quero manter a minha sugestão adequando a pena ao formato do  
5201 regimento interno, moção, solidariedade, moção de repúdio e com a sugestão de  
5202 voltarmos a esse assunto depois, se não houver consenso para as sugestões, há outro  
5203 previsto que há uma votação. Eu queria manter a minha proposta de moção, de  
5204 solidariedade àqueles que foram demitidos por esse ato, que é o que está publicado no  
5205 Diário Oficial, que eles foram demitidos em função de uma reunião realizada no dia 3  
5206 de janeiro de 2013. É por esse fato que eles foram demitidos, a formalidade do processo  
5207 deve ter sido feito com os melhores formatos possíveis. Eu quero registrar que eu quero  
5208 manter a minha sugestão, se não houver consenso, que seja encaminhado em votação.

5209

5210 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
5211 **Brasil)** – Todas as votações se iniciam por consenso, não tendo, vão para o voto, não há  
5212 outro jeito.

5213

5214 **O Ten. Cel. Mesquita (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Comandantes**  
5215 **Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG-PM/CBM) –**  
5216 Somente dizer que estamos em um ambiente de pluralidade e representatividade e que  
5217 nós busquemos o consenso, eu só entendo que o consenso passa pela fase do respeito.  
5218 Então, o respeito ele é uma coisa mínima básica, então ninguém venha colocar palavras  
5219 na minha boca, somente isso.

5220

5221 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação dos Oficiais da Polícia Militar e dos**  
5222 **Bombeiros – Feneme)** – Eu queria ressaltar novamente tem que ter conhecimento. O  
5223 Diário Oficial não é o bastante em minha opinião para se chegar à conclusão. E outra  
5224 coisa que quero dizer ao conselheiro Rildo que os oficiais são endiabrados no Brasil  
5225 todo, claro que existem lugares a ou b, como têm instituições civis a ou b. A OIT, por  
5226 exemplo, o Brasil é signatário, se não me engano, se é para ir para esse debate, mas  
5227 rapidamente porque a coisa está descambando por outro lado, resolução 176 que diz que  
5228 são garantidos aos agentes públicos direitos reivindicatórios, inclusive aos militares,  
5229 mas quando o governo regulamentou isso deixou fora os militares, não quis mexer. E  
5230 nós fomos à Espanha e lá tem um conselho que é bipartite que faz as negociações. Todo  
5231 mundo negocia. Existem alguns equívocos, existem. Qualquer lugar tem. Então, tem  
5232 que ver o que aconteceu, conheço o P. Queiróz aqui, foi feita uma reunião e se a reunião  
5233 foi armada? Sei lá, alguém aqui se atreve a dizer? Não desconfiando do conselheiro,  
5234 claro que não, tem que haver essa prudência para ver exatamente o que aconteceu e se  
5235 posicionar firmemente. E todos nós somos militares e estamos submetidos a

5236 regulamentos aqui agora, têm limites, eu sei o meu limite. Estou há 12 anos em  
5237 associação local, nacional, trabalhando nisso, nunca tive sequer uma punição. E olha  
5238 que já enfrentamos muita coisa, eu perdi o comando geral em Santa Catarina por uma  
5239 posição que eu tive, política, mas foi arriscada, salário, não me arrependo de nada. Tem  
5240 que ver exatamente o que aconteceu, alguém disse aqui, para o conselho não ficar  
5241 desgastado politicamente. Essa é a minha manifestação, eu pedi prudência para não ter  
5242 desdobramentos para o conselho.

5243

5244 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**  
5245 **Ministério Público)** – Em primeiro lugar, quem está aqui sentada não é a Ana Rita  
5246 Nascimento, quem está sentada aqui é a representante do doutor Roberto Monteiro  
5247 Gurgel dos Santos, designada por ofício por ele. Então, quando eu falo aqui não é o que  
5248 Ana Rita acha, Ana Rita acha um monte de coisas, mas Ana Rita que responde pelo  
5249 Conselho Nacional do Ministério Público, mesmo que como convidada, eu não esperava  
5250 uma recepção dessa por me manifestar enquanto conselho nacional e o estado  
5251 democrático de direito. Segundo, eu não trago dúvidas para o que foi dito pelo  
5252 conselheiro Augusto em momento algum houve descrédito quanto à fala dele e quanto  
5253 ao que foi dito por ele. Nem duvidar do que foi posto por ele. Mas, uma existe uma  
5254 coisa que eu trago na minha profissão e aqui não é um tribunal mesmo não, mas é um  
5255 colegiado político em que nós representamos as nossas associações de classe, nossos  
5256 órgãos sim, então, não é lançar dúvidas ao que foi dito, é ter apropriação total dos fatos,  
5257 não é tribunal realmente, mas aqui não podemos viver de achismos, o senhor estava lá  
5258 na reunião em janeiro, eu não estava, eu não sei o que houve. E eu não vou ficar no  
5259 fulano disse, beltrano disse. Eu lido com papel, eu lido com o que está posto. Eu não  
5260 posso apenas tecer alguma consideração com o que alguém disse que viu ou ouviu, pois  
5261 eu presto contas sim. Depois com a nossa manifestação eu vou prestar contas por que  
5262 ela saiu. No nosso mundo que é o mundo organizacional o disse-me-disse não existe, o  
5263 “eu acho” não existe, existe o fato, existe o que está posto por escrito, existe o que nós  
5264 podemos ter apropriação devida, legítima para nos manifestar. Quando eu falo pelo  
5265 Conselho Nacional do Ministério Público eu tenho que motivar os meus  
5266 posicionamentos e eu só motivo quando eu tiver o dado escrito concreto. Já está no e-  
5267 mail passe, Alex, para que possamos lê-lo e manifestar.

5268

5269 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eu vou à linha  
5270 da proposta de encaminhamento. Temos que ser resolutivo e não se limitar unicamente a  
5271 emitir uma opinião que não tenha concretude. Ao invés da moção, como ideia síntese,  
5272 nós poderíamos propor uma recomendação, acho que a conselheira Ana e o conselheiro  
5273 Rildo poderiam nos ajudar na redação, remontando esses atos do governo federal que  
5274 corroboram evidentemente um posicionamento à violação dos direitos humanos, em  
5275 abstrato e, ao mesmo tempo, remeter essa recomendação por ofício ao governador do  
5276 estado do Ceará solicitando uma audiência, senão com ele, com um representante dele,  
5277 não é só fazer a recomendação, não é só fazer mandar ofício, é tirar aqui quem vai  
5278 representar o Conasp nessa audiência com o governador, com o controlador, não sei,  
5279 para verificar, posto que há, pelo menos, indícios que tenha havido, usando um  
5280 linguagem jurídica, violações de direitos fundamentais, e, ao mesmo tempo esse mesmo  
5281 ofício poderá ser enviado à Secretaria de Direitos Humanos ou até ao conselho ou a  
5282 ambos, para que seja, quem sabe, uma comissão interconselhos, como sugeriu o Pedro  
5283 em outro contexto, mas podemos replicar aqui, para fazer essa verificação *in loco*. Com  
5284 isso, teremos uma ideia sintética. Uma recomendação em abstrato, remontando  
5285 evidentemente os documentos normativos que embasam o posicionamento e uma

5286 comissão que mediante esse ofício vai requerer uma audiência com o governador,  
5287 controlador, quem quer que seja, de preferência que seja articulado com a Secretaria e  
5288 com o Conselho, pois são dois órgãos de segurança e direitos humanos fazendo um  
5289 trabalho de *advocacy*, que é justamente atuando propositivamente para além do gabinete.  
5290 Só não dá para terminar a reunião hoje e esses assuntos não ficarem consignados e nós  
5291 acompanharmos o andamento. Não dá para chegar a agosto e o ofício ainda não saiu por  
5292 isso e tal.

5293

5294 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
5295 **Brasil)** – Só não sairá se não tiver quórum.

5296

5297 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Por isso que  
5298 estou propondo para encaminharmos isso agora. Para encerrar o assunto, pois se há uma  
5299 violação, ela é com certeza a mais central do que a violação do direito ao almoço, mais  
5300 15 minutos. Vamos combinar que aí tem que ter um pouco de bom-senso.

5301

5302 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –  
5303 Eu quero só trazer a memória do conselho. Não vou entrar no mérito. Nós tivemos um  
5304 caso na gestão passada parecido, mas não com essa gravidade, mas em uma audiência  
5305 pública um dos palestrantes, após palestrar, era um perito aqui do Distrito Federal, era  
5306 sobre autonomia dos órgãos periciais, e no dia seguinte a Associação dos Delegados, me  
5307 parece, ou um membro dos delegados, fez uma queixa à Corregedoria e esse perito,  
5308 inclusive ainda hoje, não sei em que é está, está respondendo pela palestra e ele é o  
5309 presidente da Associação Brasileira de Criminalística. Quando ele foi falar sobre  
5310 autonomia, e foi representando na Corregedoria da Polícia Civil. Este conselho se  
5311 manifestou unanimemente, eu trouxe o caso, apesar de eu representar os gestores, e este  
5312 conselho se manifestou por enviar um ofício à Polícia Civil do DF para que pudesse  
5313 esclarecer e este conselho só se pronunciaria após o pronunciamento da Polícia Civil do  
5314 DF. Foi feito o ofício, acredito que o Conasp deva ter enviado, mas pela falta de  
5315 acompanhamento das decisões deste colegiado, eu, para ser sincero e justo comigo  
5316 mesmo, não me recordo se houve o *feedback*. Estou só dizendo como se manifestou,  
5317 não quero dizer que vamos nos manifestar do mesmo jeito diante deste fato. O  
5318 colegiado anterior falhou por não ter esse acompanhamento. Poucos atos deste conselho  
5319 teve acompanhamento. Foi dito aqui, o que nos falta é monitoramento e  
5320 acompanhamento das ações do Conasp.

5321

5322 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**  
5323 **Brasil)** – Temos que ter o texto para votar. Vamos aprovar o posicionamento, e se for  
5324 construído um texto que não contemple?

5325

5326 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –  
5327 Nós temos um encaminhamento. Existe outra proposta?

5328

5329 **O Sr. Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Então, um é pedir audiência  
5330 na linha de pedir informações.

5331

5332 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – A proposta é  
5333 muito simples. A recomendação reportando aos documentos normativos que foram  
5334 levantados pelo Rildo e pela Ana, e, ao mesmo tempo, oficialar, de preferência  
5335 juntamente essa recomendação requerendo uma audiência para tratar do assunto, se

5336 possível de forma integrada com o Conselho Nacional de Proteção de Direitos Humanos  
5337 das Pessoas, Secretaria de Direitos Humanos, se possível, para emprestar um peso  
5338 institucional e não deixar que aconteça exatamente aquilo que o conselheiro Humberto  
5339 reportou. Na próxima reunião do conselho, esse será assunto de pauta.

5340

5341 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**  
5342 **Sindarspen)** – Existem duas propostas: a que eu encaminhei no início a moção e a do  
5343 conselheiro Eduardo, a do conselheiro Eduardo. Eu estou contemplado, na verdade, é  
5344 uma soma aqui do Rildo porque ele já tinha levantada essa questão no início de dar  
5345 efetividade ao que está posto, com essas recomendações e audiência com o governador  
5346 do estado *in loco*. E aí eu retiro a minha proposta, eu não sei se vai ser consenso não.

5347

5348 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Então, aprovamos por  
5349 consenso a proposta de recomendação, juntando toda documentação e oficiar pedindo  
5350 audiência, sem entrar no mérito, e aí se tira uma comissão aqui do Conasp e se possível  
5351 articulada com a Secretaria de Direitos Humanos.

5352

5353 **A Sra. Ana Paula Diniz de Mello Moreira (Secretaria Especial de Direitos**  
5354 **Humanos – SEDH)** – Essa articulação com a Secretaria de Direitos Humanos pode ser  
5355 feita de duas formas. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos que, provavelmente,  
5356 vai receber algum tipo de denúncia sobre esse caso, obviamente, já mandou aqui  
5357 inclusive, e o CDPH tem câmaras e grupos de trabalho que inclusive foi publicado  
5358 recentemente e um dos temas é sobre a questão dos direitos dos profissionais de  
5359 segurança pública. Eu acho que também caberia se for o caso mandar esse material para  
5360 esse grupo que vai ser montado, porque eu reafirmo aqui, a questão não é exclusiva do  
5361 estado do Ceará, essa questão é uma questão maior que já tem essa preocupação, já tem  
5362 atos normativos que levantam esse problema, concordo que a questão militar é tratada  
5363 de uma forma diferenciada, mas é o grande nó. O Conasp tem que se posicionar em  
5364 algum momento se ele é a favor realmente da reforma dos regulamentos disciplinares,  
5365 se ele concorda com isso, então, nós já temos uma posição política que garante essa  
5366 política do fato, então já temos argumentos mais do que suficientes para se mandar uma  
5367 recomendação baseada nesses documentos que já foram aprovados e assinados. Não  
5368 vejo o mínimo problema e de se procurar fazer essa reunião lá *in loco*. E se possível até  
5369 se fosse em outros estados porque a Anaspra deveria trazer os casos que acontecem no  
5370 Brasil inteiro.

5371

5372 **O Sr. Pedro Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Tendo em vista o fato de nós  
5373 entendermos de isso não ser um fato isolado do estado do Ceará, a minha sugestão é que  
5374 esse arrazoado genérico, digamos assim, sem o pedido da audiência fosse distribuído  
5375 para todas as Polícias Militares de todos os estados.

5376

5377 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Vamos ao almoço, às 14 horas  
5378 estaremos de volta.

5379

**TARDE**  
**07/06/2013**

5380

5381 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Boa-tarde. Estamos aqui com  
5382 o último convidado desta 22ª Reunião Ordinária do Conasp, doutor José Monteiro,  
5383 Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos, que vai aqui fazer uma explanação de  
5384 como está o planejamento da segurança nos eventos dos próximos anos no Brasil.  
5385 Passamos a palavra já para o doutor José Monteiro.

5386

5387 **O Sr. José Monteiro (Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos)** – Boa-  
5388 tarde, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o Conasp por esse convite e,  
5389 antecipadamente, pedir desculpas, as coisas estão muito corridas, estamos a uma semana  
5390 da véspera da Copa das Confederações, então, eu estou tendo que fazer uma corrida de  
5391 reuniões nos estados para afinar tudo. Mas, só para que os senhores entendam, eu vou  
5392 contextualizar do que é a secretaria, como o governo federal pensou a organização no  
5393 que concerne à segurança desses grandes eventos. No dia 1º de agosto de 2011, foi  
5394 publicado o decreto que criou a Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos no  
5395 âmbito do Ministério da Justiça. Até então, todas essas interlocuções da segurança de  
5396 grandes eventos estavam sob a égide da Senasp e em razão da enorme quantidade de  
5397 trabalho que a Senasp já tem nas suas atividades que tratam de Brasil todo e tratam de  
5398 políticas permanentes de segurança pública, a nossa presidente decidiu então pela  
5399 criação da secretaria. A secretaria é responsável pela coordenação, avaliação, execução  
5400 da segurança de todos esses grandes eventos. Nós já vamos começar agora com a Copa  
5401 das Confederações, já começamos de maneira preliminar com os sorteios das chaves da  
5402 Copa das Confederações, e depois ano passado, no Anhembi, nós tivemos o sorteio do  
5403 próprio evento. De lá para cá, temos trabalhado muito forte, não só pela Copa das  
5404 Confederações, uma vez que o escopo do nosso trabalho é: Copa das Confederações,  
5405 Jornada Mundial da Juventude, que começa dia 23 de julho e vai até 28, com uma  
5406 preocupação também com a Semana Missionária, que antecede a Jornada Mundial da  
5407 Juventude, alguns atos da Jornada, a maioria deles no Rio de Janeiro, um ato com a  
5408 presença do Papa na Basílica de Aparecida e o Papa foi convidado a vir a Brasília, mas  
5409 ainda está em negociação com a Presidência da República para ver se ele virá ou não.  
5410 Nós preferimos que não, porque cada deslocamento desse é uma logística muito grande,  
5411 então, gostaríamos que se mantivesse o acordado inicialmente. Mas, com a mudança do  
5412 Papa houve uma série de mudanças também na sua programação. Temos também a  
5413 Copa do Mundo em 2014, complementando as outras seis sedes, além dessas que  
5414 participam dessas que participam da Copa das Confederações, e 2016 Jogos Olímpicos  
5415 e Paraolímpicos que coroam nosso trabalho e esses últimos são de fato o maior desafio  
5416 que temos em razão da complexidade e da quantidade de países representados aqui no  
5417 Brasil durante os jogos. Então, nós começamos ainda no ano de 2011 trabalhando em  
5418 algumas frentes onde foram estabelecidas algumas premissas que nortearam nosso  
5419 trabalho até agora. Uma dessas frentes é a aquisição de equipamentos de tecnologia para  
5420 dotar a estrutura do estado e a estrutura de órgãos federais com uma capacidade  
5421 adicional para atendimento desses grandes eventos. Então, para isso foi disponibilizado  
5422 o orçamento de um bilhão, cento e setenta milhões, nós executamos do ano passado  
5423 para cá metade desse valor, e agora estamos executando outra metade, fica ainda um  
5424 pouquinho para o ano que vem que é o custeio de deslocamento de policiais, pagamento  
5425 de diárias etc. Três eixos que foram elencados pela SEGE desde o início dos seus  
5426 trabalhos quando nós iniciamos o planejamento estratégico e só a respeito disso, nós  
5427 elaboramos a primeira versão do planejamento estratégico, isso aí foi sendo revisada, a  
5428 última revisão que houve incluiu as atribuições do Ministério da Defesa nesse esforço, e  
5429 agora no dia 8 de março deste ano foi publicada a última versão do planejamento  
5430 estratégico que aí passa a ser não mais o planejamento estratégico de segurança pública  
5431 para grandes eventos, mas um planejamento estratégico para grandes eventos, mas um  
5432 plano estratégico de segurança e defesa para a Copa do Mundo. Em relação à Jornada,  
5433 nós emitimos uma diretriz operacional de segurança pública, é ela que está valendo, e  
5434 para os Jogos Olímpicos estamos trabalhando no nosso primeiro planejamento. Mas, em  
5435 relação ao planejamento estratégico para a Copa do Mundo foram três eixos

5436 identificados como os mais importantes, que como eu falei foram as premissas para  
5437 todos os nossos esforços a partir de então. O primeiro AMEAÇAS EXTERNAS,  
5438 segundo eixo A SEGURANÇA OU A PROTEÇÃO DOS NOSSOS PORTOS,  
5439 AEROPORTOS E PONTOS DE FRONTEIRA e o terceiro eixo A ESTABILIDADE  
5440 INTERNA. Então, a preocupação se inicia fora do país com eventual vinda, por  
5441 exemplo, torcedores violentos ou pessoas ligadas de alguma maneira à criminalidade ou  
5442 terrorismo. Nesse eixo em particular desde há muito tempo já estabelecemos contato  
5443 com diversos países, estamos trocando informações, são cerca de 50 países, eles nos  
5444 informam aquilo de que precisamos saber em relação a todas as preocupações. Então,  
5445 em relação a torcedores violentos, temos acesso às informações de bancos de dados de  
5446 torcedores que são assim classificados em seus países. Existe uma série de legislações  
5447 diferentes, a depender do país que trata do assunto, e uma das mais rígidas é a da  
5448 Inglaterra, inclusive proíbe aquela pessoa identificada como *hooligan* de sair do seu país  
5449 quando a seleção britânica joga fora do seu país. Outros países não têm essa legislação  
5450 tão forte como é o caso do Brasil, mas, de alguma maneira, vamos ter condição de não  
5451 permitir a entrada de um cidadão que conste na base de dados do país para que não  
5452 cause problemas para nós. Além disso, estamos preocupados também, e a lógica é a  
5453 mesma, com a questão do terrorismo. Temos contato com todos os países que têm o  
5454 terrorismo como problema e qualquer informação relativa ao terrorismo e que de  
5455 alguma maneira possa vir a interferir ou macular o nosso evento aqui, essa informação  
5456 nos é transmitida para que possamos tomar as medidas necessárias que o caso requeira.  
5457 Ainda nesse primeiro eixo das ameaças externas, nós trabalhamos muito fortemente  
5458 com a capacitação em diversos países, principalmente nos Estados Unidos, capacitamos  
5459 em convênio com o governo americano, cerca de 2.500 profissionais das mais diversas  
5460 instituições em nível federal, estadual e municipal, todos eles numa mesma sala de aula,  
5461 o que possibilitou uma integração maior, um convívio entre essas instituições e é  
5462 exatamente aquilo que buscamos, a integração das forças. Em relação ao segundo eixo  
5463 que é o controle de portos, aeroportos e pontos de fronteira, nós, além de reforço que  
5464 está neste momento já em cada ponto de fronteira, em cada aeroporto de interesse e em  
5465 cada porto de interesse, nós também estamos dotando aqueles agentes de segurança que  
5466 lá estão de ferramentas que lhes possibilitam acessos de informações que até então não  
5467 eram acessíveis por esse público. Nós falamos, por exemplo, da emigração, do controle  
5468 aduaneiro, lá no aeroporto, por exemplo, nós temos aquela série de instituições que  
5469 fazem já o seu trabalho rotineiro no aeroporto, mas agora com protocolos conjuntos, o  
5470 trabalho fica mais integrado. Por exemplo, nós temos a Polícia Federal com o seu  
5471 controle de emigração e a atividade de segurança aeroportuária, todos os aeroportos  
5472 com aumento substancial de efetivo lá empregado, temos a Receita Federal com a  
5473 questão da aduana e outras questões que a Receita trata dentro do aeroporto, tudo isso  
5474 em linhas específicas para atendimento a públicos também específicos. Então, uma  
5475 seleção nacional que chega ao Brasil não passa naquelas linhas normais que nós  
5476 passamos normalmente quando chegamos a um país, é um tratamento especial, tanto da  
5477 Polícia Federal quanto da Receita Federal e ainda da Agência Nacional de Vigilância  
5478 Sanitária e Agência Nacional de Vigilância Agropecuária. Esse é o esforço dos órgãos  
5479 federais nos aeroportos, mas temos também o trabalho da Polícia Militar como reforço o  
5480 seu policiamento, da Polícia Civil também tratando das delegacias dos aeroportos de  
5481 atendimento muito mais rápido, até porque as pessoas que vão às cidades-sede fazem  
5482 com que o volume de turistas aumente naturalmente. E a propósito do número de  
5483 turistas, mas a Copa das Confederações, apesar de ser um evento de visibilidade  
5484 internacional, não é um evento de público internacional substancial. Nós temos em  
5485 todas as cidades-sede em torno de 70 a 80% do público local, da própria cidade-sede,

5486 região metropolitana, até 200 km de raio da capital, e temos entre 20 a 25% de pessoas  
5487 de outros locais do país e temos em média 2 a 3% chegando num pico de 4% a uma  
5488 cidade específica de estrangeiros que vêm à Copa das Confederações. Então, aquela  
5489 preocupação que, certamente, teremos na Copa do Mundo de aumentar muito mais  
5490 ainda os efetivos de controle migratório na Copa das Confederações essa preocupação  
5491 não há porque o volume de torcedores é muito pouco, o país que tem mais pessoas  
5492 vindo ao Brasil é o México, de acordo com estatísticas de venda de ingressos. Então,  
5493 voltando ao aeroporto, temos então a Polícia Militar, a Polícia Civil, os órgãos de  
5494 trânsito, uma série de instituições que participam da escolta, a segurança aproximada e  
5495 os batedores dos comboios que chegam ao Brasil, são públicos muito específicos e  
5496 temos que ter uma atenção toda especial, a começar pelas delegações que no âmbito da  
5497 Fifa são chamados *PIEMES*, temos também as delegações de árbitros, cada delegação  
5498 de árbitro é composta de 5 pessoas, árbitro, substituto, um coordenador de arbitragem,  
5499 mais os dois auxiliares. Além disso, temos o presidente e o secretário-geral da Fifa que  
5500 numa classificação da Fifa são os *vvips*, os *very vips*, e além deles, temos a nossa chefe  
5501 de Estado e os chefes de Estados estrangeiros. Esse grupo de pessoas fazem jus a uma  
5502 série de cuidados adicionais da segurança pública e da segurança privada também, e nós  
5503 estabelecemos algumas políticas operacionais com o comitê organizador local da Fifa e  
5504 elas preveem então esse deslocamento com uma série de cuidados adicionais para esses  
5505 públicos. E aí esse modelo se desdobra nos deslocamentos, tanto no aeroporto para os  
5506 hotéis e dos hotéis para os campos oficiais de treinamento, que temos pelo dois em cada  
5507 cidade-sede, para estádios, para zonas turísticas, então, temos rotas protocolares ligando  
5508 todos esses locais, rotas principais e alternativas, e esse fluxo de delegações e  
5509 autoridades que vão fazer uso dessas rotas protocolares que é uma preocupação nossa.  
5510 Esse fluxo é muito bem enxergado e fiscalizado. Falando da segurança e estabilidade  
5511 interna que é o nosso eixo, aí temos aquela série, acho que 95% do nosso trabalho estão  
5512 aí. Desde o início dos nossos trabalhos na secretaria, nós estabelecemos duas premissas  
5513 básicas para tudo que formos planejar, isso vem sendo seguido, a primeira premissa a  
5514 integração; a segunda premissa o legado. Não adianta que saíamos do outro lado do  
5515 evento em 2016 se nós não aproveitarmos a oportunidade de fortalecer as estruturas  
5516 permanentes de segurança pública. Então, foram feitas diversas aquisições, mas a joia  
5517 da coroa das nossas aquisições se chama Sistema Integrado de Comando de Controle. É  
5518 uma rede de centros de comando e controle, cuja cabeça do sistema é o Centro  
5519 Integrado de Comando de Controle Nacional é o CICCEN. Ele é baseado aqui em  
5520 Brasília e tem uma redundância, um centro alternativo que funciona no Rio de Janeiro,  
5521 caso dê problema no principal temos o alternativo. Além desses centros nacionais,  
5522 temos 12 centros regionais nas sedes de cada Secretaria de Segurança de cada estado da  
5523 Copa do Mundo, agora a Copa das Confederações e depois a Copa do Mundo. Cada  
5524 Secretaria de Segurança forneceu o local e nós então adquirimos todas as soluções  
5525 tecnológicas, de hardware, software, para que nós pudéssemos então recheiar esses  
5526 centros. Além deles, temos ainda mais 12 centros locais, uma em cada arena da Copa do  
5527 Mundo e temos mais 27 centros móveis. São grandes caminhões, nós já os recebemos,  
5528 falta um pequeno complemento, até semana que vem vão estar todos nas cidades-sede,  
5529 treinados inclusive, e todos esses centros de comando e controle são interligados,  
5530 contratamos a tecnologia para interligá-los. Então, eu tenho condição de um centro  
5531 móvel que vai fazer, por exemplo, aqui em Brasília, uma segurança de uma grande festa  
5532 que eles vão fazer na Esplanada dos Ministérios, além do jogo, nós temos uma grande  
5533 festa promovida pelo governo do Distrito Federal, eles falam em 300 mil pessoas, mas  
5534 nós julgamos que será um pouco menos do que isso, mas esse centro móvel tem  
5535 condição de estar ali com toda a tecnologia, com acesso às câmaras, ele próprio tem



5536 câmaras e sensores, e essas imagens são todas vistas pelo centro regional e pelo centro  
5537 nacional. Falando de governo federal, nós vamos ter condição de fazer uma visualização  
5538 nacional da operação e intervir se o nível daquele incidente se as estruturas regionais  
5539 não tiverem capacidade para resolver aquele problema. O nosso centro nacional que é  
5540 aqui em Brasília com redundância no Rio, isso funciona para a Copa do Mundo, para a  
5541 Copa das Confederações nós invertemos isso, vamos fazer o centro principal no Rio de  
5542 Janeiro para testá-lo, até porque o Rio tem 3 jogos na Copa das Confederações, entre  
5543 eles a final, e Brasília só tem um jogo, então fizemos a opção de inverter. Eu serei o  
5544 coordenador nacional do sistema, na figura de coordenador do Centro Integrado de  
5545 Comando de Controle Nacional. Além dessas aquisições, nós buscamos então adquirir  
5546 outros equipamentos de tecnologias que também permitissem essa interligação, um  
5547 exemplo, delegacias móveis. Elas não serão entregues agora para a Copa das  
5548 Confederações, isso faz parte de um cronograma que foi feito, ele fica só para a Copa do  
5549 Mundo e também tem acesso a informações dos centros e vice e versa. Temos  
5550 equipamentos de imageamento aéreo, são aquelas câmeras as mais modernas do mundo,  
5551 hoje num total de 30 câmeras que foram produzidas no mundo com essa tecnologia, 12  
5552 foram compradas pelo governo brasileiro, instaladas já nas 6 aeronaves, uma em cada  
5553 sede da Copa das Confederações e também condição de fazer uma visualização daquilo  
5554 que aquela câmera vê, tanto do centro regional quanto do centro móvel, quanto do  
5555 centro nacional. Temos também outros equipamentos que se chamam plataforma de  
5556 observação elevada, que são caminhões de modelos, um modelo que emite uma haste  
5557 que sobe e dele tem uma série de câmera também para controle de multidões e outro  
5558 modelo que sobe uma cabine e dali os policiais, além das câmeras, têm condição de  
5559 verificarem aquilo que está acontecendo. Isso também de maneira integrada e sendo  
5560 visualizada em todos os centros. Temos mais uma série de aquisições que não vou citá-  
5561 las, são muitas aquisições que beneficiam a Polícia Federal, as Polícias Cíveis e  
5562 Militares, Corpos de Bombeiros, são itens que buscam sempre a integração. Falando  
5563 ainda de integração, através do legado, nós temos outras áreas de integração, nós temos  
5564 a integração através de áreas de protocolo conjuntos de atuação. A grande dificuldade e  
5565 eu posso dizer isso porque já fui policial militar, hoje da Polícia Federal, mas sou da  
5566 segurança pública já há 20 anos, é a dificuldade de exercer uma atuação ou uma  
5567 operação de maneira integrada com os planejamentos integrados. Isso nós conseguimos  
5568 para a Copa das Confederações, vamos fazer para a Jornada Mundial da Juventude e  
5569 para a Copa do Mundo. Então, temos dois tipos de atuação possíveis para cada  
5570 instituição. A primeira atuação é a atuação ordinária. É aquilo que está programado para  
5571 acontecer e que deve acontecer durante o evento. Então, se eu tenho, por exemplo, a  
5572 necessidade de efetuar uma escolta de uma delegação de um país estrangeiro, eu tenho  
5573 que estar previsto já a data, a hora, a atividade, quem vai fazer, qual é o efetivo e quem  
5574 são as pessoas. E nós já temos todas essas atividades para cada cidade-sede já  
5575 estabelecidas e desenhadas. Temos uma média de mil atividades para cada sede da Copa  
5576 das Confederações, para a Copa do Mundo esse número sobe aí para 3 mil linhas de  
5577 planejamento, e todas elas serão checadas no sistema de comando e controle, porque  
5578 neste centro de comando e controle todas as forças estarão representadas. Então, seu eu  
5579 tenho uma atividade que necessariamente tem que ser feita e ela por algum motivo não  
5580 se iniciou, eu tenho um representante no centro de controle que imediatamente faz o  
5581 contato com o responsável para ver o que houve. Pode ter havido que ela não ocorreu ou  
5582 pode ter havido que o operador não informou ao centro. Então, essa situação está bem  
5583 equalizada. Essa é a primeira maneira de atuação das forças. A segunda é reativa.  
5584 Ocorreu um acidente, o que eu faço diante de um acidente? Por exemplo, isso aconteceu  
5585 lá em Minas Gerais, no jogo entre Brasil e Chile, evento teste, foi encontrada uma

5586 mochila largada nas imediações do estádio. O que fazer? Quem vai? Quem não vai?  
5587 Quem faz? Hoje em dia na atuação comum da segurança pública há uma confusão, todo  
5588 mundo querendo fazer, mas há uma desorganização eventual porque mais de uma  
5589 instituição quer executar aquela atividade. Para os grandes eventos, nós já temos  
5590 estabelecido, isso vai ser aperfeiçoado para a Copa do Mundo, mas é um trabalho já  
5591 bem adiantado, caso aconteça, para cada incidente está prevista a atuação de cada uma  
5592 das instituições. Então, num caso como esse, por exemplo, eu tenho a Polícia Militar  
5593 fazendo o isolamento da área, eu tenho o Corpo de Bombeiros já se deslocando, eu  
5594 tenho, eventualmente, o órgão de trânsito já fazendo o desvio daquela localidade, têm o  
5595 Ministério da Defesa e a Polícia Federal com as suas forças especializadas de  
5596 contraterrorismo. E todas elas sabendo o que fazer e segundo o que a outra instituição  
5597 está fazendo. Isso evita retrabalho, torna mais efetiva a atuação da segurança pública e  
5598 economiza recursos públicos, racionaliza o tempo naturalmente. Então, esse conjunto de  
5599 providências que idealizamos lá atrás e que estamos tendo êxito, com a participação  
5600 essencial de cada um dos estados dos órgãos federais, sem os órgãos federais e os  
5601 estados nós não faríamos nada, nós somos os indutores dessas políticas, mas quem faz  
5602 em coordenação conosco são as forças estaduais. Então, esse conjunto de medidas está  
5603 sendo implementado e acreditamos será um grande salto para a segurança pública do  
5604 Brasil. E falando dessa questão da integração em conjunto com o legado, nós temos  
5605 então lá no final do grande evento a produção de três grandes legados: primeiro legado:  
5606 material, são os equipamentos, tecnologias, carros, motos, as câmeras, os sistemas,  
5607 softwares, que estamos adquirindo, são legados materiais que talvez seja o mais visível.  
5608 Mas temos também um legado operacional, que decorre exatamente do fato que a partir  
5609 de agora as instituições passam a trabalhar juntas. E eu duvido, posso estar enganado,  
5610 estou falando aqui com especialistas, talvez pessoas que sabem muito mais do que eu a  
5611 respeito do tema, mas eu duvido que após essa experiência do grande evento  
5612 acontecendo de maneira integrada dentro do centro de comando e controle muito  
5613 dificilmente nós não vamos ter uma mudança de paradigma dentro da segurança, pois é  
5614 mais fácil e mais efetivo trabalhar, seguindo a maneira que estamos propondo, que já é  
5615 uma maneira praticada em diversos países. Então, esse é o segundo legado, o  
5616 operacional. E o terceiro legado é o legado doutrinário. Nós estamos construindo,  
5617 quando digo nós, é o Brasil, as forças, uma doutrina brasileira de segurança de grandes  
5618 eventos. Nós tivemos oportunidade de estar na Alemanha, na Inglaterra, Israel, Estados  
5619 Unidos, Espanha, México, em diversos países, e lá a ideia era extrair aquilo que havia  
5620 de melhor em cada modelo, fazer uma reunião desses pontos ótimos de cada um desses  
5621 locais, adaptá-los à realidade brasileira de segurança pública e a partir construir esse  
5622 modelo brasileiro. Outro dia dava uma palestra em conjunto com a Embaixada  
5623 Americana e eu falava que eu tinha certeza que uma doutrina brasileira de segurança de  
5624 grandes eventos seria e ela é muito mais aplicável do Equador para baixo do que uma  
5625 doutrina de um país desenvolvido, porque as estruturas dos nossos países ao sul do  
5626 Equador são muito mais semelhantes entre si do que semelhantes em relação a países  
5627 desenvolvidos. E é exatamente isso que está sendo reconhecido, não só por nós da  
5628 segurança pública, mas também em nível internacional com as próprias empresas que  
5629 prestam consultorias pelo mundo afora, elas estão reconhecendo como um trabalho  
5630 digno de um país da importância do nosso Brasil. Então, trabalhamos com essa questão  
5631 da integração que falamos aqui, do legado, e a junção dessas duas vertentes de trabalho  
5632 foi fundamental para que nós, lá atrás, produzíssemos nosso planejamento estratégico, a  
5633 partir daí produzimos os nossos planos táticos para cada uma das cidades-sede, e agora  
5634 estamos já com deslocamento de pessoas da minha secretaria nos seis estados da Copa  
5635 das Confederações e estamos colocando uma vírgula, tirando um ponto ali, finalizando,

5636 mas eu acredito que todas as cidades-sede já estão prontas para enfrentar esse desafio da  
5637 Copa das Confederações. Fizemos uma série de eventos-teste, o último foi Brasil-  
5638 Inglaterra, que foi um evento sob o ponto de vista da segurança sem qualquer incidente  
5639 e considerando que começamos, além de tudo isso que eu disse, com um paradigma  
5640 dentro de estádio, agora, as arenas têm como primeira resposta a figura do *Stuart*, do  
5641 segurança privado, ele faz a orientação ao público, ele faz a primeira resposta, tanto da  
5642 área de segurança pública quanto da área de emergência médica a esse público e a  
5643 polícia, a segurança pública, não está fora do estádio, mas ela está em salas de prontas  
5644 respostas, localizadas em todos os níveis do estádio, eu terei lá 4 salas de pronta  
5645 resposta que tenham espectadores naturalmente, caso ocorra alguma incidente que a  
5646 segurança privada não seja capaz de enfrentar ou de debelar, então, teremos a força  
5647 pública em condições de rapidamente atender aquela ocorrência. No Brasil e Inglaterra,  
5648 para não dizer que não houve nenhuma atuação na segurança pública, houve uma  
5649 atuação: na torcida da Inglaterra houve em algum momento o deslocamento de algumas  
5650 pessoas dos assentos para os corredores das arquibancadas. Então, os *stewarts* foram lá e  
5651 os ingleses não são exatamente o povo mais gentil no que diz respeito aos torcedores, e  
5652 os *stewarts* foram lá, mas eles não obedeceram as solicitações, foi informado ao centro  
5653 de comando local dentro do estádio, nós deslocamos para lá alguns policiais militares,  
5654 pouca gente, 2, 3, 4 policiais militares e diante do policial militar não houve discussão,  
5655 eles voltaram a seus assentos e não houve nenhum incidente. Então, essa foi a única  
5656 atuação dentro do estádio que nós precisamos utilizar a força pública. Para vocês  
5657 entenderem cada arena da Copa das Confederações e da Copa do Mundo tem alguns  
5658 perímetros que são muito específicos. Cada arena tem uma cerca, quem teve a  
5659 oportunidade de ir ao jogo do Flamengo e Santos aqui ou ao jogo Brasileiro e Brasília  
5660 já viu essa realidade. Da cerca para fora, é o perímetro que chamamos de perímetro de  
5661 segurança pública que é onde a força pública atua, a Polícia Militar, e as outras forças  
5662 públicas atuam porque já é o perímetro que elas atuam normalmente, como uma única  
5663 exceção, já que nesse perímetro o ir e vir das pessoas é normal, as pessoas podem ir lá e  
5664 ficar lá. Mas, os veículos não. Nós temos os pontos de verificação de veículos, aqui em  
5665 Brasília temos, o mais evidente é para quem sobe ou para quem gostaria de subir o Eixo  
5666 Monumental em dia de jogo não pode subir, ali só passa veículo credenciado. Então, eu  
5667 tenho um livre trânsito de pessoas, mas eu tenho acesso restrito de veículos. Essa  
5668 restrição é feita com o apoio da segurança pública, mas é feita pelo Comitê Organizador  
5669 Local da Fifa, áreas funcionais de transporte e segurança que fazem a verificação da  
5670 credencial do veículo. Então, se alguém tentar ultrapassar de maneira não autorizada, é  
5671 claro que o Detran estará ali, a Polícia Militar para resolver essa situação. Um pouco  
5672 mais restrito que o perímetro de segurança pública, temos a área de restrição comercial.  
5673 A área de restrição comercial, segundo a Lei Geral da Copa, é aquela área com um  
5674 perímetro com até 2 km na qual não é permitida a comercialização de produtos não  
5675 autorizados pela Fifa e não é permitida a publicidade de marcas não autorizadas da Fifa  
5676 e essa é uma responsabilidade da segurança pública, claro, não só da segurança pública,  
5677 mas também da segurança pública, primariamente que atua são as secretarias de ordem  
5678 pública social, em alguns lugares as secretarias de marketing das prefeituras, que fazem  
5679 o controle da propaganda, mas se isso não der certo, a segurança pública tem que ir lá  
5680 prender o material, enfim, tomar as atitudes necessárias. Então, temos perímetros de  
5681 segurança pública, áreas de restrição comercial, chegamos ao cercamento do estádio. Da  
5682 cerca do estádio até as catracas chamam perímetro externo do estádio. O perímetro  
5683 externo tem dois *checking points*, um deles é o *checking points* de pessoas que são os  
5684 *magbags* que são aqueles equipamentos iguais ao do aeroporto, o *mag* é o  
5685 magnetômetro, o portal, e o *bag* é onde se coloca a bolsa. Ali é uma atividade que

5686 desenvolvida pela segurança privada, o controle de acesso é da segurança privada e só  
5687 pode acessar o perímetro externo as pessoas que se encaixam em três situações,  
5688 primeiro, o portador de ingresso, segundo, credenciais, é a força de trabalho, que vai  
5689 estar credenciada, inclusive a segurança pública, e esse credenciamento da força pública  
5690 é feita pela minha secretaria e o convite da Fifa. Então, para a pessoa entrar no  
5691 perímetro externo os pertences têm que ser checados e portar um desses três  
5692 documentos. E também temos a entrada de veículos. Aí eu falo de grandes caminhões  
5693 de *broadcasting* de emissoras de TV, eu falo de caminhões de MacDonalds, uma série  
5694 de veículos que precisam acessar o perímetro externo, todos eles são vistoriados,  
5695 passam por uma vistoria antibomba, que é feita pela força pública e não mais pela  
5696 segurança privada. Entrei no perímetro externo, lá eu vou enxergar alguns  
5697 estacionamentos, algumas estruturas temporárias, aquelas grandes tendas da Sony, do  
5698 MacDonalds, da Visa, área de hospitalidade, tudo no perímetro externo. Chega às  
5699 catracas. Nelas é feita a verificação eletrônica do ingresso e da credencial, uma vez que  
5700 lá nas *magbags* é feita simplesmente uma verificação visual daquela credencial ou  
5701 daquele ingresso ou credencial. Cheguei na catraca, que também é uma atividade de  
5702 segurança pública com o apoio da segurança privada com o apoio da segurança pública,  
5703 caso alguém não autorizado a Polícia Militar vai lá e tem que atuar. Passei da catraca,  
5704 entrei nas áreas internas do estádio. Então, da catraca até o meio do campo aquilo que se  
5705 chama área interna do estádio. A partir que se denomina perímetro interno. Então, eu  
5706 tenho perímetro de segurança pública, área comercial, perímetro externo, perímetro  
5707 interno, cheguei nas arquibancadas, áreas vips, campo, aquelas áreas de 1 a 9 que foram  
5708 classificadas de 1 a 9 pela Fifa e cada lugarzinho desse que consta na credencial dá  
5709 direito a um acesso a cada uma dessas áreas. Então, nessas áreas da segurança privada é  
5710 na orientação e no primeiro atendimento como eu já havia falado. A segurança pública  
5711 deixa de ser apoio e passa a ser, entre aspas, uma força de contingência à segurança  
5712 privada. É esse novo modelo, se já não foi presidente discutido aqui no âmbito do  
5713 conselho, certamente em algum momento terá que ser, como fica esse modelo para além  
5714 da Copa do Mundo? Como fica um modelo em que eu tenho uma mureta de 80 cm  
5715 separando o torcedor do campo e eu vou conseguir fazer isso com segurança privada?  
5716 Eu não sei mesmo. Pode ser que alguns lugares que já têm feito isso, como é o caso do  
5717 Mineirão com a Minas Arena que é a empresa contratada para fazer a segurança lá,  
5718 também com o apoio da segurança pública, temos o Estádio do Grêmio que já vem com  
5719 um novo conceito. Temos discutido esses assuntos, eu faço parte da Comissão Nacional  
5720 de Prevenção à Violência em Instalações Esportivas. Como esse modelo vai sobreviver  
5721 ou se nós temos interesse que ela sobreviva após a Copa do Mundo. O Estado brasileiro  
5722 e a sociedade brasileira vão ter em algum momento de discutir esse tema. Nós,  
5723 internamente, acreditamos que um evento privado que gera lucro ao seu organizador,  
5724 traz para ele alguma responsabilidade na segurança, tem que trazer, porque quando nós  
5725 deslocamos um efetivo da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros para aquele local,  
5726 nós estamos tirando de algum outro lugar, muitas vezes como é o caso de Brasília tendo  
5727 que pagar à sociedade que paga uma hora extra, entre aspas, para aquele policial estar  
5728 lá. É um assunto que tem que ser discutido e acho que este conselho é o fórum  
5729 adequadíssimo para colaborar também no estudo deste tema. Eu estou estourando o meu  
5730 tempo aqui porque vamos ter agora um debate, aqueles que quiserem fazer perguntas  
5731 fiquem à vontade. Mas eu poderia falar mais uma semana sobre isso, porque cada ponto  
5732 desse tem uma série de desdobramento, mas como visão geral da operação, só para  
5733 finalizar, falando um pouquinho de Olimpíadas. Nós estamos iniciando um trabalho de  
5734 orçamento, precisamos do orçamento para começar a executar no ano que vem para que  
5735 tenhamos 3 anos de orçamento, 2014, 2015 e 2016, e nós estamos idealizando algo

5736 parecido com o conceito de *safety city* que já utilizado em vários países e achamos que o  
5737 Rio de Janeiro merece isso. Eu não sei se tem alguém do Rio aqui nós queremos não só  
5738 com a Copa do Mundo, não só com a Jornada, temos conversado bastante com o  
5739 secretário Beltrame, uma excelente figura, um homem formidável, para que possamos  
5740 avançar então nesse conceito de cidade segura com a implantação de diversos sensores e  
5741 tecnologias que possam aprimorar o excelente trabalho que já vem sendo feito ali pelas  
5742 sociedades fluminense e carioca. Então, Alex, de minha parte era isso, desculpem a  
5743 correria, é muito denso e muita informação, mas eu permaneço aqui pelo menos na  
5744 próxima meia hora para responder qualquer pergunta que os senhores tiverem.

5745

5746 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Bom, doutor Monteiro, muito  
5747 obrigado pelos seus esclarecimentos e informações, vão ser úteis. Já temos pessoas para  
5748 fazer perguntas, eu também tenho, é o seguinte. Já estive presente em duas Copas do  
5749 Mundo, uma de férias de turismo e outra já como observador da Senasp na África do  
5750 Sul, e muita gente discutindo o nosso modelo de doutrina, eu vejo que a Fifa replica  
5751 muito, ela tem o padrão dela e acha que vai replicar em todos lugares. Por exemplo, o  
5752 sr. mencionou o caso da torcida da Inglaterra que é necessário trazer policiais brasileiros  
5753 ali dentro do estádio. Uma coisa que eu vi na Alemanha, policiais fardados ingleses com  
5754 a farda inglesa na rua da Alemanha atuando junto à torcida da Inglaterra, certamente,  
5755 isso dá, além da questão da língua, um respeito maior, o *hooling* vê que tem um policial  
5756 inglês que sabe quem ele é, que vai falar a língua dele, eu queria saber como será isso  
5757 no Brasil, se essa cooperação também inclui a presença de diálogo com policiais  
5758 estrangeiros usando a farda do país dele junto com a torcida correspondente. A segunda  
5759 é a questão dos anéis, os perímetros em torno dos estádios. Tem aquela área de  
5760 exclusividade econômica, mas é uma área externa do estádio que eu acredito que o  
5761 policiamento seja da segurança pública. Eu queria saber então como vai ser esse  
5762 controle, se o policial vai atuar, porque a Fifa tem aquela preferência por estádio fora do  
5763 perímetro urbano, primeiro por questão de segurança e para facilitar essa área de  
5764 exclusividade econômica. Mas nem todos os estádios conseguem ter um raio de 2 km,  
5765 nem aqui em Brasília, o Mané Garrincha não consegue ter isso sem pegar a W3, o Setor  
5766 Comercial. Aí vai ter o Posto de Gasolina que vai vender uma cerveja e tal. Como vai  
5767 ser feito esse controle? A segurança pública vai atuar para garantir essa exclusividade,  
5768 questão de pirataria de produtos? Também faço parte do Conselho Nacional de Pirataria  
5769 e o pessoal está muito preocupado porque aqui no Brasil temos a questão do vendedor  
5770 de rua, às vezes na Alemanha e em outros países não tenham, mas aqui tem. Terceiro  
5771 problema também é o controle de veículos que a Fifa não encontrou em outros países,  
5772 mas vai encontrar aqui são os guardadores de carros. Imagina como vai ser isso aí no  
5773 entorno do perímetro. E não só nos estádios, você mencionou que no jogo Brasil e Japão  
5774 vai haver uma festa patrocinada pelo Governo do Distrito Federal, é a FanFest da Fifa?  
5775 Não é. FanFest é uma coisa que a Fifa faz, além do estádio, existem esses locais de  
5776 exibição que também é restrito, para entrar tem controle de entrada e para consumo de  
5777 produtos lá dentro só se pode consumir produtos de patrocinadores. Mas, as Fan Fests  
5778 onde eu vi, inclusive na Eurocopa na Polônia são dentro do perímetro urbano. Não tem  
5779 esse polígono de isolamento, em torno da FanFest não tem, e a Fifa escolheu, segundo o  
5780 modelo dela, um lugar em cada cidade, o que eu acho um absurdo em São Paulo terá  
5781 uma FanFest que será no Anhangabaú, para 300 mil pessoas, mas em São Paulo devia  
5782 ter pelo menos uns três, mas a Fifa não quer fazer e vai ser aquela reunião de torcedores,  
5783 e aqui temos uma tradição, quer dizer, na África do Sul não tinha porque lá a Copa  
5784 competia com o rugby futebol. Mas aqui no Brasil temos essa rivalidade de torcida, de  
5785 violência, talvez na Europa tenha, mas não tanto quanto aqui, aqui a coisa é mais

5786 pesada, e aí vai reunir torcedores, num lugar só, tudo isso, como vai ser esse  
5787 policiamento nas FanFests da Copa? Eu me alonguei aqui. Vamos fazer num bloco só  
5788 em razão do pouco de tempo.

5789

5790 **O Sr. Pedro Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Boa-tarde, eu entendo que  
5791 um dos grandes legados desses grandes eventos seja a produção do conhecimento e a  
5792 articulação entre conhecimento operacional e o conhecimento científico. Nós temos  
5793 percebido com muita clareza que em função desses grandes eventos uma série de editais  
5794 de pesquisa, uma aproximação muito clara entre a operacionalidade desses grandes  
5795 eventos e a pesquisa científica se dá de uma forma intensa, com exceção da segurança  
5796 pública, não teve nenhum grande edital de Capes, CNPq, fundações estaduais, nem do  
5797 Ministério da Justiça que possa produzir de fato essa maior articulação. Isso fica como  
5798 uma questão. Na verdade, eu vou só me aproveitar de sua presença aqui, que é uma  
5799 grande dificuldade que tenho, eu sou oficial psicólogo da Polícia Militar do Rio e hoje  
5800 sou professor da URRJ e sou professor também de um curso de mestrado e doutorado  
5801 no Instituto de Polícia da Universidade de Dundee na Escócia, inclusive algo que nós  
5802 não temos algo nem parecido aqui, um mestrado e doutorado para policiais. Em função  
5803 dessa articulação, nós vamos realizar ainda este um evento no Rio de Janeiro,  
5804 envolvendo pesquisadores e lideranças de polícias da Escócia, Irlanda do Norte e do  
5805 Brasil. Um grande evento para pensarmos algo sobre o policiamento nas Olimpíadas. E  
5806 temos tentado um contato com a Secretaria de Grandes Eventos daqui e não temos  
5807 conseguido resposta. Já está tudo certo das pessoas da Irlanda do Norte, da Escócia, mas  
5808 do Brasil não ainda não conseguimos. Então, eu queria saber de que maneira nós  
5809 podemos fazer isso. Eu fui pessoalmente lá ao Ministério da Justiça, no Anexo, enviei  
5810 três e-mails, mas não obtive resposta. Então, eu queria saber se há inclusive interesse de  
5811 participação neste nosso evento, já que o próprio governo brasileiro não está tendo esse  
5812 tipo de iniciativa, as universidades então estão tentando cumprir aquilo que  
5813 historicamente inclusive o campo da segurança pública tem como defasagem que é essa  
5814 aproximação com a produção de conhecimento sistematizado da universidade.  
5815 Obrigado.

5816

5817 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**  
5818 **Estaduais - Feneme)** – De certa forma até já foi respondido, minha preocupação é  
5819 sobre o legado, porque o legado pode ser negativo em determinados casos, pois o  
5820 público é diferente, as arenas foram construídas para um público diferente, os stewarts,  
5821 sei lá como eles estão chamando, são em número enorme e isso custa dinheiro, será que  
5822 quando tiver as rugas das torcidas organizadas lá no estádio, para quem vai sobrar? Vai  
5823 ser difícil implementar isso, porque custa dinheiro de ter toda essa segurança privada lá  
5824 dentro, então é uma preocupação, junto com essa cultura e legado tem que ter algum  
5825 trabalho com essas torcidas, eu acho muito difícil, as organizadas são tenebrosas, é um  
5826 público diferente. E vão ter inúmeros problemas, como aconteceu na Bahia, por  
5827 exemplo, as tais caxirolas que, graças a Deus, acabaram com ela, pelo menos estão  
5828 pensando nisso. Vai ser um legado que se não for tratado adequadamente vai estourar na  
5829 mão da polícia, porque os clubes não têm estrutura. E segundo assunto, é o seguinte, a  
5830 Lei Geral da Copa alterou o Estatuto do Torcedor? Porque nesse estatuto diz que a  
5831 segurança tem que ser pública, interna e externa nos estádios, eu só estou alertando  
5832 porque não se trata nada disso lá na Lei Geral, a Lei Geral diz que a segurança de  
5833 eventos esportivos é de responsabilidade do poder público, a Lei Geral da Copa trata de  
5834 pirataria, de tudo isso, no sentido de resguardar esse período, mas eu não vi nada que  
5835 fale da segurança na Lei Geral da Copa.

5836

5837 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**  
5838 **Identificação – Fenappi)** – Eu tive uma reunião bem no começo com outro secretário,  
5839 não sei bem qual era a função, dos Grandes Eventos, na qual se discutia a participação  
5840 do papiloscopista no processo de identificação de massa que método iria ser utilizado  
5841 nesse sentido. A pergunta que eu faço é que se essa interlocução, pelo menos com a  
5842 federação não houve mais, sabemos que a biometria, a impressão digital é um processo  
5843 rápido e já tem, por exemplo, Brasília que é cidade-sede, Porto Alegre que também é  
5844 cidade-sede, elas já têm identificação civil no sistema Afis, quer dizer, todas as pessoas  
5845 estão cadastradas civilmente, poderia ter sido usado, eu não vi trabalho nesse sentido.  
5846 Nós ficamos discutindo aqui questão de recursos na área de segurança pública, de  
5847 repente não tem limite, por exemplo, para esses eventos, segurança privada, por  
5848 exemplo, de repente o montante que se investe nesse evento pontual seria extremamente  
5849 importante para as polícias estaduais, nem que fosse dos estados que são sedes.  
5850 Certamente, isso iria alavancar qualidade, investimento de tecnologia porque existe um  
5851 sucateamento enorme, o legado que poderia ser repassado para as polícias civil e militar  
5852 nesses eventos pelo menos nos estados, eu acho que seria importante. Faltou discussão,  
5853 qual é o processo de biometria que será utilizado para identificação. Por exemplo, no  
5854 meu estado nós temos um cadastro de todas as torcidas organizadas lá porque ocorrem  
5855 muitos homicídios e tudo. Foi feito o cadastro dessas torcidas organizadas? Como será  
5856 identificada no processo muito rápido de passagem? Existe um controle de tecnologia  
5857 facial que é usado ou mesmo de impressão digital? Eu tenho muita preocupação em  
5858 relação a isso, como vai ser o processo de identificação dessas pessoas, porque não  
5859 temos história de Copa no Brasil, só tivemos em 1950, mas é um negócio que fica fora  
5860 de controle se acontecer alguma coisa.

5861

5862 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**  
5863 **Periciais do Brasil)** – A Paraíba fica 150 km de Natal e 150 km, aproximadamente, de  
5864 Recife, ambas as cidades são cidades-sede. E, com certeza, nós iremos acomodar  
5865 turistas até pela questão da proximidade e também do atrativo. Eu queria saber se há  
5866 uma preocupação, algum tratamento especial em função de ser uma cidade que está  
5867 entre esses dois polos, essas duas sedes.

5868

5869 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Eu sou subcoordenador de segurança  
5870 humana da Viva Rio e oficial inativo da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Mais uma vez  
5871 a questão do legado. Mesmo o Rio sendo um dos estados menor da Federação, nós  
5872 temos diversos portos e aeroportos que não são atendidos pela Polícia Federal e isso é  
5873 um problema por causa de tráfico de entorpecentes, tráfico de armas etc. O que foi  
5874 imaginado para esses portos e aeroportos que não são atendidos, alguns legalizados,  
5875 como temos em Cabo Frio, Macaé, Aeroporto de Jacarepaguá, não sei se tem  
5876 representação da Polícia Federal lá, mas o que foi pensado para esses legalizados e  
5877 aquelas pistas que são clandestinas, mas muito comumente utilizadas. Na Rio+20, nós  
5878 tivemos alguns eventos de manifestações e passeatas, movimentos que não estavam  
5879 previamente agendados. A Polícia Militar, por conhecer as características da população  
5880 e de algum modo os movimentos que ali estão no Rio, e alguns internacionais que se  
5881 sabia que iriam participar, já se preparou de alguma maneira para atender essas  
5882 contingências. Mas, naquela oportunidade, pelo planejamento ter ficado muito a cargo  
5883 do Exército brasileiro em algum momento houve, de certo modo, um distanciamento  
5884 que essas contingências não foram incluídas no planejamento originário e isso gerou  
5885 algumas consequências que não foram de maior envergadura por conta de uma

5886 preparação paralela para tratar dessas contingências. Como elas têm sido observadas aí  
5887 no planejamento?

5888

5889 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Em Cuiabá,  
5890 nós estamos como cidade-sede. Quando foi anunciado que seríamos sede da Copa, o  
5891 governo no todo fez um trabalho de divulgação, de propaganda que seriam feitos  
5892 investimentos, a questão do legado, principalmente, na área de segurança pública.  
5893 Transcorreu todo esse período, havia muito projetos na área de segurança pública, tanto  
5894 na área de medicina legal, na criminalística, de identificação, e ficou no papel. Era uma  
5895 das exigências os IMLs estarem preparados, com estrutura, e existia projeto de um  
5896 complexo da Politec, no entanto, isso não aconteceu. E não aconteceu também para a  
5897 Polícia Civil, para a Polícia Militar, estou falando em nível estadual, não aconteceu, e o  
5898 próprio secretário de Segurança e outros já se manifestaram que não vai acontecer nada  
5899 do que foi anunciado no início. Então, nos preocupa essa questão, pois a estrutura para  
5900 podermos atender a realização desta Copa, principalmente em Cuiabá, que, com certeza,  
5901 terá essa demanda na área de documentoscopia, outras áreas. Eu vejo, como presidente  
5902 do Sindicato também atuando na área de documentoscopia, uma estrutura para dar esse  
5903 suporte. Eu gostaria de saber qual é a visão, o projeto de vocês para essas situações, se  
5904 existem possibilidades de investimento, capacitação para esse grande evento?

5905

5906 **O Sr. José Monteiro (Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos)** – Vamos  
5907 lá. Anotei aqui os pontos que foram colocados. Policiais estrangeiros. De fato, esse foi  
5908 um trabalho que se iniciou mais fortemente na presença de policiais estrangeiros no  
5909 país-sede durante a Copa da Alemanha, foi replicado na Copa de África, aqui do Brasil,  
5910 por exemplo, nós tínhamos policiais federais na Copa da África, não no campo, mas  
5911 fazendo um trabalho junto à delegação brasileira. No Brasil, para a Copa do Mundo, já  
5912 finalizada muito em breve a adaptação do local onde vai ser esse centro, chama-se  
5913 Centro de Cooperação Policial Internacional. Ele contra, primeiro, de policiais  
5914 convidados, que nós convidaremos a estarem presentes, tanto no interior do centro,  
5915 quanto acompanhando suas delegações, quanto nos estádios. Vamos ter nas arenas, já  
5916 sabemos que não teremos a quantidade que a Alemanha teve em relação aos países  
5917 europeus, a facilidade de deslocamento lá é muito grande, talvez tenhamos aí uma  
5918 dupla, ou algo parecido, mas se ocorrer incidente com um cidadão estrangeiro eu com  
5919 um ou dois policiais daquele país desarmados, acompanhados por um policial brasileiro  
5920 sempre, pela facilidade de cultura, do idioma, da maneira como tratar, estamos também  
5921 co isso no nosso plano. Policiamento no perímetro externo: para cada uma das áreas de  
5922 interesse internacional, aí falo de estádio, falo de zona turística, falo de FanFest no caso  
5923 a Copa do Mundo, esses locais de exibição pública, falo de aeroportos, de portos, de  
5924 uma série de outras áreas que é denominada área de interesse internacional, nós temos  
5925 uma razão de policial para presente. E todas essas razões constam num documento que  
5926 foi assinado pelos ministros dos Esportes, da Justiça, Defesa, governador e o prefeito de  
5927 cada local, chamado Matriz de Responsabilidade. Só para dar um exemplo já que se  
5928 falou aqui no perímetro externo, para a área do estádio, tanto interna quanto externa, nós  
5929 temos uma razão de um agente de segurança para cada 50 espectadores. Não só  
5930 espectadores, 50 pessoas presentes no estádio. Então, se eu tenho, por exemplo, a  
5931 capacidade de um estádio de 50 mil pessoas, eu vou ter então mil policiais que atuam no  
5932 perímetro interno, externo e no perímetro de segurança pública ao redor do estádio. E aí  
5933 falando sobre esse perímetro externo, foi citada também a área de restrição comercial.  
5934 Nós temos algumas situações que são excepcionalizadas pela Lei Geral da Copa relativa  
5935 à área de restrição comercial. Uma delas é o que se chama, não quero ser pedante



5936 quando digo esses termos em inglês, mas é só para identificar como a Fifa fala, o  
5937 *business as usual*, que é o comércio que já existe, aquele bar que está nessa área de  
5938 restrição comercial continua trabalhando sem nenhum problema. O que ela poderá fazer  
5939 é associar a sua imagem à imagem do evento. Mas, se ele vende pepsi-cola e não coca,  
5940 ele poderá continuar vendendo a pepsi sem nenhum problema, isso está previsto na Lei  
5941 Geral da Copa, não há que se falar nisso. Em relação ao vendedor ambulante, nós  
5942 julgamos que não haverá problema na área de restrição comercial quanto ao vendedor  
5943 ambulante, isso baseado nas experiências dos eventos-teste que fizemos. Fizemos  
5944 eventos-teste em Recife, Salvador, Brasília, Rio de Janeiro, em nenhum deles houve a  
5945 presença, porque como eu trabalho com uma saturação de área com o efetivo da  
5946 segurança pública e todo esse efetivo sabendo dessa proibição, isso é até um problema,  
5947 porque aqui em Brasília houve uma formação de filas aqui em razão do número ou de  
5948 uma gestão não tão adequada dos equipamentos de *maggie-bags* e havia pessoas lá que  
5949 ficavam duas horas na fila, um sol, com filhos e não tinha nenhuma água para comprar,  
5950 não tinha vendedor ambulante, e todos reclamando onde é que estava o caro do isopor, e  
5951 não tinha. Em relação, a *FanFest* e *Publics View*, de acordo com a Matriz de  
5952 Responsabilidade, nós temos um agente de segurança para cada 80 espectadores no  
5953 perímetro interno na *FanFest*, pois *FanFest*, é um local fechado, mas que no caso de  
5954 Copacabana, por exemplo, é fechado e ficou aquela multidão do lado de fora, é normal.  
5955 Para um local fechado nos temos um agente de segurança para 80 pessoas. E para o lado  
5956 de fora, nós temos um número um pouco mais generoso, pois é muita gente e nós não  
5957 teremos de fazer uma média como essa em local que tivesse, por exemplo, 100 ou 200  
5958 mil pessoas. Não efetivo para isso. Em relação a respeito dessa *dobradinha* operacional  
5959 com o científico. Na verdade, para ser bastante claro, eu não sou político, eu sou  
5960 técnico, sou policial também, não só na área de segurança pública, mas em outras áreas  
5961 também, nós não tivemos o prazo necessário para desenvolvimento de uma série de  
5962 coisas, a secretaria foi criada em 2011. A Inglaterra, por exemplo, para as Olimpíadas  
5963 começou a sua preparação com 7 anos de antecedência. Então, de fato, havia muitas  
5964 coisas, inclusive outras que foram apontadas aqui que eram parte de plano, e muitas  
5965 vezes não deu tempo para fazer. Apesar disso, eu só discordo em relação a esse trabalho  
5966 científico que não houve, ele houve. Não houve com a participação da academia, mas  
5967 ele houve. Todas as aquisições de tecnologia que fizemos passaram por estudos  
5968 profundíssimos, não só por nós, mas fizemos diversas audiências públicas com  
5969 especialistas do mercado, que assim como o meio acadêmico, são pessoas que também  
5970 têm conhecimento profundo, porque trabalham com isso no seu dia a dia. Então, o  
5971 sistema integrado de comando e controle que nós desenvolvemos, com os sistemas  
5972 adquiridos de acordo, eu estava conversando com um representante da IBM que é um  
5973 dos provedores de algumas soluções que compramos, se nós conseguirmos atingir nossa  
5974 meta nessas duas cidades-sede, não há no mundo nada parecido com o que vamos fazer  
5975 aqui, a capacidade de captação de dados, a capacidade de trabalhar esses dados e gerar  
5976 um produto quer permita uma tomada de decisão adequada. Então, sempre em qualquer  
5977 lugar do mundo é interessante incluir o meio acadêmico, pois são as cabeças pensantes  
5978 de um país, não há dúvida disso, mas é um processo que demora um pouco mais  
5979 também, ainda mais quando se trata de serviço público. Se eu vou fazer uma parceria ou  
5980 estabelecer algum tipo de relacionamento com a academia, eu tenho uma série de pré-  
5981 requisitos formais, antes que isso aconteça, sinceramente, nós não tínhamos tempo para  
5982 isso. Nós somos uma secretaria hoje que dispõe de cerca 150 pessoas e para os senhores  
5983 terem ideia para os Jogos Olímpicos de Londres, tinham lá trabalhando na organização  
5984 cerca de duas mil pessoas. É uma estrutura enxuta, mas, na primeira oportunidade,  
5985 certamente, vamos tentar fazer isso. A questão do mestrado para policiais, na verdade,

5986 existe um mestrado sim para policiais aqui no Brasil, é na Universidade Estadual do  
5987 Amazonas, é um mestrado de segurança pública, talvez o único do país que eu tenha  
5988 conhecimento, precisamos avançar muito nisso também, não só no mestrado, mas  
5989 também no doutorado, este não temos, nós nos socorremos muitas vezes à FGV para  
5990 fazer um mestrado na área de administração pública e fazer aí uma monografia, um  
5991 trabalho voltado para a área de segurança pública. O evento do final: nós temos sim  
5992 interesse de participar, talvez o canal não tenha sido o mais eficiente, não digo o mais  
5993 adequado porque não foi culpa sua, nós não estamos sediados no prédio do Ministério  
5994 da Justiça, a nossa sede é no Setor Policial Sul, mas acabando aqui que passo meus  
5995 contatos e vamos aprofundar isso. Questão de o público ser diferenciado, de fato é. Eu  
5996 vou o meu testemunho aqui, eu comprei dois ingressos para a Copa das Confederações,  
5997 um para a minha esposa e outro para meu filho, aqui em Brasília, eu paguei 350,00  
5998 reais. Então, não é todo mundo, infelizmente, que tem essa condição de comprar um  
5999 ingresso como esse. Mas, quando falamos de legado, esse também é uma das facetas do  
6000 legado, e é exatamente essa discussão que eu estava propondo, posso colaborar no  
6001 futuro com essa experiência que estamos adquirindo, mas o legado, felizmente, vai para  
6002 além da arena, embora tenha uma interface muito grande com arena, mas quando falo,  
6003 por exemplo, do sistema integrado de comando de controle ele passa a servir depois do  
6004 evento para a segurança pública da cidade, da região metropolitana e do estado, por que  
6005 não dizer isso? Eu concordo, temos que avançar nisso, pois para que seja viável  
6006 economicamente a manutenção do *Stewart* deve haver uma mudança no modelo de  
6007 negócios do futebol brasileiro, mas a Inglaterra conseguiu há algumas décadas depois de  
6008 alguns desastres que houve lá, ela conseguiu avançar bastante. É pelo menos uma fonte  
6009 de inspiração que poderemos buscar para resolver esse problema. Falando da Lei Geral  
6010 da Copa, nós temos uma série de marcos legais e marcos de entendimento, eu digo nós  
6011 o Brasil, que é nosso norteador ali, e eu tenho, por exemplo, uma das principais fontes de  
6012 pesquisa nossa é o dossiê de candidatura do Brasil para sediar a Copa do Mundo, temos  
6013 um dossiê para a Copa, um dossiê para a Jornada, temos o dossiê para as Olimpíadas.  
6014 Esse dossiê quando o Estado brasileiro encaminha, porque a Fifa fala o seguinte, assim  
6015 como o Comitê Olímpico, eu tenho uma série de necessidades que são intransponíveis,  
6016 dentre outros documentos, o Caderno de Encargos talvez seja um dos mais importantes,  
6017 e quando o Brasil anui em encaminhar o dossiê de candidatura, ele encaminha isso antes  
6018 de qualquer coisa, para ele se candidatar ele tem que encaminhar aquilo lá, ele já se  
6019 compromete de uma série de obrigações. E o ideal seria que estivesse isso na Lei Geral  
6020 da Copa, mas ainda que não esteja na Lei Geral da Copa nós temos algum passivo  
6021 normativo que antecede a Lei Geral da Copa que também tem que ser observado. A  
6022 identificação biométrica. Na verdade, nós temos para a questão do acesso, porque nesse  
6023 ambiente de Copa do Mundo e Olimpíadas, são dois os locais nos quais a identificação  
6024 biométrica é mais visível ou pelo menos deveria ser mais visível: primeiro controle  
6025 emigratório quando a pessoa chega ao país, nos Estados Unidos, é muito evidente isso, e  
6026 na arena, no estádio. Falando da arena, toda essa parte de credenciamento, de emissão  
6027 de ingressos, de emissão de convites, não é algo que caiba ao governo brasileiro. Isso aí  
6028 cabe à Fifa. A Fifa é quem credencia, é a Fifa que emite o ingresso, é a Fifa que controla  
6029 o acesso e é a Fifa que convida as pessoas. Isso faz parte tanto da Lei Geral da Copa,  
6030 isso contém nessa lei, então os requisitos de segurança que a Fifa utiliza aqui no Brasil  
6031 são os requisitos de segurança que ela costuma usar pelo mundo. Os requisitos que ela  
6032 está usando no Brasil ainda são melhores que ela usou tanto na Copa do Mundo da  
6033 Alemanha como da África do Sul, porque é um aperfeiçoamento normal do processo.  
6034 Quanto à entrada do país, a questão do controle emigratório, não estou resumindo isso  
6035 não, nós temos essas aplicações para o controle biométrico, estou falando só de duas que

6036 ressaltam aqui. A primeira coisa que fizemos quando a secretaria foi criada nós  
6037 chamamos os 12 secretários de segurança e *staff* aqui em Brasília individualmente, não  
6038 vieram as 12 comitivas, nos reunimos na sede da Secretaria de Segurança aqui do DF, e  
6039 pedimos a eles que nos encaminhassem as necessidades do estado de cada um, as  
6040 necessidades mais prementes do estado, mas que eles fossem econômicos, pois todo  
6041 orçamento é finito. Passou cerca de um mês, começamos a receber as tabelas dos  
6042 estados e essas tabelas davam em torno de 10 bilhões de reais. E aí considerando que o  
6043 recurso todo para a Copa do Mundo é de 30, não seria razoável 10 bilhões para uma  
6044 área por mais importante que seja, por mais carente que fosse a segurança pública, mas  
6045 no contexto isso não era possível. E aí nos vimos num dilema, o que fazer? Porque eram  
6046 tão diferentes os pedidos, nós tínhamos pedido de bola de futebol a avião, pintura de  
6047 instalação a helicóptero, passando por viaturas, e não estou julgando não, é a  
6048 necessidade do estado e cada estado é que sabe. Então, partimos pelo contrário, ao invés  
6049 de buscar aquilo que era diferente, vamos buscar aquilo que é igual, porque menos  
6050 conseguiremos atender todos os estados naquilo que é uma demanda que é muito  
6051 parecida entre estados, nós teremos condições de fazer uma licitação centralizada, que é  
6052 o que nós estamos fazendo, tudo aquilo que os estados recebem sou eu quem licita,  
6053 tudo. Por quê? Porque ganho em escala, uma coisa é eu comprar um caminhão e outra  
6054 coisa é comprar 20 caminhões. Eu ganho na escala e tenho condições de comprar mais  
6055 coisas. Então, chegamos num orçamento já com muitos cortes e começamos a levar  
6056 então esse orçamento às instâncias do governo federal que assim como é lá nos estados  
6057 temos a Secretaria de Planejamento, Secretaria de Fazenda, Casa Civil, que todos eles  
6058 dão sua contribuição, então, nós, também passamos a sofrer um monte de cortes, era um  
6059 processo normal de orçamento. E chegamos então nesse 1bi e 170 milhões e um dos  
6060 itens que foram cortados foram a parte de perícia, tínhamos muita coisa de perícia que  
6061 estavam presentes, lá na secretaria temos alguns peritos que têm a expertise, houve uma  
6062 decisão, mas é uma decisão política de cortar alguns itens, salvar outros, mas é a  
6063 decisão política que o estado democrático direito preconiza. Nesse contexto, alguns  
6064 equipamentos que são de controle biométrico foram cortados. Onde é que está sendo  
6065 usado o controle biométrico na Copa das Confederações e na Copa do Mundo? É na  
6066 identificação dos *stewarts*, então na fiscalização de segurança privada que é feita pela  
6067 Polícia Federal, existem aqueles equipamentos PDAs que a Polícia Federal antes de  
6068 cada um dos jogos faz uma conferência geral de todos os *stewards*, todos têm que  
6069 colocar seu dedinho ali e checam. Talvez seja esse controle biométrico que está sendo  
6070 feito. Investimento na segurança privada. Todo investimento de segurança privada é  
6071 Fifa, o governo federal não coloca um real na segurança privada, não contrata *stewards*,  
6072 não contrata segurança privada, não contrata nada, é um recurso da Fifa. Os nossos  
6073 custos são diretamente aplicados na segurança pública. E no caso das Olimpíadas, a  
6074 segurança privada é do Comitê Olímpico, eles fazem essas contratações, não somos que  
6075 fazemos isso. João Pessoa, além de João Pessoa temos algumas outras cidades que pela  
6076 proximidade pelas cidades-sede, que, muito provavelmente, não é certo, é provável,  
6077 sejam um centro de treinamento, os turistas, certamente, vão para lá. E acho que agora é  
6078 um momento interessante para diferenciar o trabalho que é um trabalho da nossa  
6079 secretaria, da Sesge, de outras estruturas de governo federal. Quando nós fomos criados,  
6080 houve uma delimitação muito clara do nosso trabalho que todos os nossos orçamentos  
6081 deveriam, é uma implicação legal, ser utilizados nos locais que sediam os grandes  
6082 eventos. Sempre tivemos a percepção, e João Pessoa sempre é citada, porque fica  
6083 exatamente entre as duas cidades, de que haveria a necessidade de ampliar para cidades  
6084 que pudessem servir como centro de treinamento. O centro de treinamento é aquele  
6085 local onde a seleção fica hospedada e treina no local ali, o que não temos para a Copa

6086 das Confederações, só para a Copa do Mundo, Copa das Confederações temos só os  
6087 campos oficiais de treinamento. Nós não conseguimos recursos, não fomos autorizados  
6088 a fazer nenhum investimento nos locais que não fossem sede e a tendência é que nós  
6089 avancemos muito mais com questões operacionais, apresentar sugestões para as outras  
6090 cidades daquilo que estão sendo feito nas cidades-sede para que se federativamente  
6091 aquela Secretaria de Segurança Pública concordar com isso, nós teremos aí uma série de  
6092 colaborações que não serão financeiras, até porque nosso orçamento se fechou lá no ano  
6093 retrasado e não foi permitido nenhum avanço em relação a isso. O centro de treinamento  
6094 é escolhido pelas seleções e nós não temos nem as seleções ainda. E nós só teremos as  
6095 seleções e teremos os locais onde as seleções ficarão baseadas a partir de 6 de dezembro  
6096 deste ano que é o *draw for the World Cup*, que é o sorteio para a Copa do Mundo, e nós  
6097 só teremos os locais onde as seleções ficarão baseadas, nós temos indicações muito  
6098 claras daquilo que poderá vir a acontecer, mas não sabemos o que vai acontecer. Portos  
6099 e aeroportos não atendidos pela PF no Rio de Janeiro. A nossa preocupação, nós temos  
6100 uma série de preocupação relacionada a aeroportos. Eu até citei aeroporto como uma  
6101 área bem específica. E outras preocupações, não só no aeroporto, mas com as vias de  
6102 acesso, rodoviária, terminais públicos etc. Temos uma preocupação voltada para o  
6103 aeroporto que talvez seja a principal, que é aquele aeroporto de entrada de estrangeiros.  
6104 Na verdade, formalmente, eu só tenho entrada de estrangeiros naqueles aeroportos que  
6105 são credenciados da TAM pela Anac, e nesses aeroportos temos a presença da Polícia  
6106 Federal. A Polícia Federal tem duas grandes atividades no aeroporto, controle  
6107 emigratório e de segurança aeroportuária. Isso é constitucional. Em todos esses grandes  
6108 aeroportos onde haverá o desembarque de estrangeiros e de nacionais, Rio de Janeiro,  
6109 muito claro ali, grosso modo, Santos Dumont e Galeão. Então, ali já temos um trabalho  
6110 que é feito com a Polícia Federal. Haverá necessidades adicionais na Copa do Mundo e  
6111 das Confederações de nós deslocarmos efetivo da Polícia Federal para outros locais, por  
6112 exemplo, base aérea, eu tenho algumas delegações, a delegação do Japão desembarca na  
6113 Base Aérea aqui de Brasília. A única delegação que vem diretamente a Brasília do  
6114 exterior. Então, estamos deslocando uma estrutura de Polícia Federal, de Receita, de  
6115 todos aqueles órgãos públicos para fazer esse trabalho na Base Aérea. Todas as saídas  
6116 de aeroporto são complicadas, então, do ponto de vista da segurança ter uma delegação  
6117 saindo de uma Base Aérea onde não tem aquele afluxo de veículos e de pessoas nas  
6118 imediações, é melhor para nós. O risco é menor. Na verdade, nós nem sabemos se os  
6119 Estados Unidos vêm à Copa ainda. Eles não estão na Copa das Confederações. Aqui em  
6120 Brasília só o Japão. A grande maioria das seleções chega por São Paulo. Mas São Paulo  
6121 não dá para comparar o Aeroporto de Guarulhos, por exemplo, do que o daqui. O  
6122 Aeroporto de Guarulhos tem outras saídas alternativas para serem utilizadas. Mas, se  
6123 não me engano, é só a Base Aérea de Brasília que vai ser utilizada para a Copa das  
6124 Confederações. Se perguntarem a nossa opinião a respeito de uma eventual chegada de  
6125 uma delegação norte-americana, eu vou sugerir que seja na Base Aérea. Facilita e muito  
6126 nosso trabalho. Uma coisa é uma preocupação voltada aos grandes eventos, outra coisa  
6127 é aquela preocupação permanente que tem que ser tratada permanentemente, por  
6128 exemplo, uma pista clandestina, isso aí para além da preocupação com o grande evento,  
6129 tem que ser uma preocupação permanente. Mas e se o avião decolar ali da pista  
6130 clandestina, quem terá esse controle? Nós temos em cada uma das cidades-sede a partir  
6131 da arena, no dia do jogo, uma área de restrição aérea. Então, nós temos uma área que é  
6132 vermelha, uma área que amarela e outra branca. Nessa área vermelha ninguém voa sob  
6133 pena, ainda hoje está seguindo para a presidenta da República uma adicional para  
6134 permitir o abate, Lei do Abate, sem muitas facilidades durante a Copa do Mundo se for  
6135 necessário. Então, se vem um avião em direção ao estádio, ele vai ser abatido antes de

6136 chegar ao estádio, pela Força Aérea Brasileira. Isso está na mesa da presidente para  
6137 assinatura, deve sair muito em breve. Estávamos discutindo isso ontem na Casa Civil da  
6138 Presidência da República. Manifestações e passeatas não agendadas. Na verdade, assim  
6139 como na Rio+20, eu não trabalhei na Rio+20, só participei como observador, estava a  
6140 cargo do Ministério da Defesa, a premissa é a seguinte, vivemos em estado democrático  
6141 de direito, onde a manifestação é livre, a passeata faz quem quer, na hora que quiser,  
6142 desde que comunique a Secretaria de Segurança Pública, mas tem muita gente que não  
6143 comunica. Mas, nós enxergamos essa questão dessas passeatas sobre alguns vieses. O  
6144 primeiro viés é o viés da inteligência. Nós temos toda estrutura de inteligência dos  
6145 estados e das cidades voltadas para o grande evento e nós imaginamos que vamos  
6146 conseguir através de controle de mídias sociais, nós temos controle eletrônico de mídias  
6147 sociais e além da atividade humana de inteligência para detecção dessas passeatas e tal.  
6148 Pode haver alguma? Pode. Mas não temos contingências tanto da segurança pública, eu  
6149 falo, por exemplo, na Força Nacional de Segurança Pública que vai estar à disposição  
6150 como troca reserva e temos tropa de segurança pública que pode ser utilizada como ser  
6151 reservada. Para se ter ideia, num jogo regular da Copa das Copas das Confederações, nós  
6152 vamos ter nas imediações do estádio, Maracanã nós vamos ter cerca de 1.500 policiais  
6153 por aí, mas temos mais 6.000 policiais militares, especialmente dedicados ao grande  
6154 evento. Além daqueles de sua escala rotineira. Então, teremos condição de 4.500  
6155 militares em outras áreas que se pode destacar. Em último caso, em cada cidade-sede,  
6156 temos cerca de 2.000 militares das Forças Armadas em contingência, dentro dos  
6157 quartéis para atuar caso seja necessário. Investimento de segurança pública em Mato  
6158 Grosso. Quando nós começamos esse trabalho de orçamento e nós estamos investindo  
6159 em média em cada estado, alguns um pouco mais, outros um pouco menos, mas nós  
6160 estamos investindo em média o correspondente de 10 a 15 anos de investimento  
6161 ordinário da segurança pública nas suas instituições, em valores, eu demoraria sem a  
6162 Copa do Mundo, sem o investimento federa, eu demoraria 15 anos para atingir os níveis  
6163 de investimento que o governo federal está fazendo em cada estado-sede. Fazendo uma  
6164 conta aqui muito por alto, eu tenho um bilhão e cento e setenta milhões, nós tiramos um  
6165 parte disso que é para os órgãos federais, uma parte menor e o restante dividido por  
6166 doze. São mais de cem milhões de reais em investimento, por exemplo, a Polícia Militar  
6167 de um estado grande, qual é o orçamento? 3 bilhões. Quanto é a folha? 2 bilhões,  
6168 novecentos milhões, e ainda o custeio da máquina, mais setenta milhões, sobram 30  
6169 milhões. Isso é fato, não vou citar o estado, mas sobram 10 milhões para a Polícia  
6170 Militar de investimento, 10 milhões para a Polícia Civil e 10 milhões para os  
6171 Bombeiros, acabou. Eu tenho possibilidade de ter em alguns estados dez, doze anos de  
6172 investimento. Sempre tratamos esse investimento do governo federal sobre dois  
6173 aspectos: contrapartida, uma série de itens previstos na matriz de responsabilidade, que  
6174 eu citei aqui, são efetivos, algumas instalações de comando e controle que são  
6175 disponibilizadas pelo estado, mas tem um segundo aspecto que é o da  
6176 corresponsabilidade. A responsabilidade de investimento, não só na segurança pública,  
6177 mas também na segurança pública para a cidade-sede que se candidatou, ninguém  
6178 obrigou o Brasil, por isso que o governo federal entra com recurso a receber a Copa do  
6179 Mundo e ninguém obrigou a nenhum estado a receber a Copa do Mundo. Todos os  
6180 estados se candidataram. De nossa parte, nós acreditamos que poderia ser muito melhor,  
6181 eu sou um aficionado pela segurança pública e gostaria de poder ampliar esse  
6182 orçamento em dez vezes, se fosse o caso, pois eu sei da necessidade, já fui da polícia  
6183 estadual, sou da Polícia Federal hoje. Mas, de certa maneira, estamos fazendo a nossa  
6184 parte. E esses investimentos são, naquilo que são estruturantes, o sistema de comando e  
6185 controle é um equipamento que vai durar pela próxima década e que são, de fato,

6186 promotores da integração. Agora o conceito de corresponsabilidade, o governo federal  
6187 não pode tudo, não tem orçamento para isso tudo. Nós sempre deixamos muito claro  
6188 para os próprios secretários de Segurança Pública com os quais nos reunimos, doutor  
6189 Alexandre Bustamante, eu converso com ele quase que semanalmente ao telefone, meu  
6190 amigo, e deixamos claros que sabemos nossas limitações e sabemos que os estados têm  
6191 as suas limitações também, mas acreditamos que o esforço tem que ser o esforço de mão  
6192 dupla. Então, gostaríamos de fazer muito mais, mas o que foi possível fazer foi o que  
6193 apresentei nestas poucas linhas durante a tarde.

6194

6195 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Para  
6196 acompanhar esses investimentos que estão feitos nos estados, o valor é alto, mas nós  
6197 que somos da segurança pública, não tomamos conhecimento dessas informações.

6198

6199 **O Sr. José Monteiro (Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos)** – Eu vou  
6200 deixar o meu contato aqui com o Alex, me mandem um e-mail depois que eu envio as  
6201 planilhas, nós já temos prontas. Eu sei as dificuldades do fluxo de comunicação dentro  
6202 das instituições, isso é normal, acontece em todos os níveis. Eu criei há coisa de um  
6203 ano, por causa disso que o senhor está falando, uma página bem prosaica no facebook  
6204 que se chama Segurança em Grandes Eventos. É um grupo fechado, hoje tem cerca de  
6205 300 pessoas que fazem parte, e tudo aquilo que fazemos lá, equipamentos que chegam,  
6206 eu tiro foto, colocamos as informações todas lá. Eu vou deixar também o meu facebook  
6207 aqui, é só chegar lá e pedir para entrar no grupo. Nós colocamos todas as informações  
6208 ali, de investimento inclusive. Vou deixar meu contato e encaminharemos sem nenhum  
6209 problema.

6210

6211 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**  
6212 **FNOP)** – Não sei se é exatamente uma diretriz, mas consta no Caderno da Fifa, a  
6213 previsão da participação das Ouvidorias de Polícia nesse sistema de controle durante a  
6214 Copa das Confederações e, provavelmente, a Copa do Mundo. Só que a exemplo do que  
6215 já aconteceu já para a Copa das Confederações, pelo menos foi o que disse o ouvidor da  
6216 Bahia, não houve essa conversação, nós ficamos lá letra morta nesse caderno da Fifa.  
6217 Foi uma surpresa que eu nem sabia que as ouvidorias estavam ali previstas. Como está  
6218 isso para a Copa do Mundo, se as ouvidorias vão efetivamente participar, e eu tenho  
6219 uma preocupação especial, pois em Porto Alegre, o senhor deve saber, o ano passado  
6220 houve uma manifestação estudantil e o tatu-bola foi desinflado, existe uma discussão,  
6221 em Brasília também houve esse evento pelos espaços públicos, local inclusive onde vai  
6222 ser a FanFest, no centro de Porto Alegre, centro histórico. São essas breves  
6223 considerações.

6224

6225 **O Ten. Cel. Mesquita (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Comandantes**  
6226 **Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG-PM/CBM)** –  
6227 Somente uma pergunta: a estrutura básica da Secretaria Extraordinária hoje é composta  
6228 por quem? Quem é o grupo de trabalho? É só a Polícia Federal? Tem a PRF, tem a  
6229 Polícia Militar? Tem a Guarda Municipal? Tem a Polícia Civil? Quem compõe esse  
6230 grupo de trabalho que está elaborando toda essa estratégia, essa contemplação que terá  
6231 esse legado depois?

6232

6233 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Só uma  
6234 dúvida que ficou. O Sandro perguntou e o senhor respondeu sobre a questão das  
6235 manifestações. Eu sou do Rio também. Lá no Rio há um questionamento grande sobre a

6236 questão dos grandes eventos. Há toda uma movimentação, o senhor deve estar  
6237 conhecendo bem. Então, há um potencial de manifestação bastante grande, inclusive já  
6238 existem algumas manifestações, alguns grupos que estão questionando. Eu só queria  
6239 tirar uma dúvida, qual é a orientação da segurança para lidar com as manifestações que  
6240 muito provavelmente, já estão acontecendo, e vão acontecer com a proximidade do  
6241 evento, isso deve estar ganhando as ruas.

6242

6243 **O Sr. José Monteiro (Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos)** – Vamos  
6244 lá, ouvidorias. O nosso trabalho, voltando ao conceito de corresponsabilidade, em  
6245 interfaces com as polícias é um trabalho voltado à área operacional, nós fazemos em  
6246 conjunto com cada uma das polícias, cada uma das forças estaduais e municipais, o  
6247 planejamento e a operação em si. Nós temos uma série de estrutura nas polícias e é uma  
6248 estrutura importantíssima que é a ouvidoria, outra estrutura importantíssima é a própria  
6249 corregedoria, que, na verdade, apesar de guardarem uma relação próxima, porque lidam  
6250 muitas vezes com as consequências da operação, mas elas não estão no escopo do nosso  
6251 trabalho, estão no escopo do trabalho da instituição enquanto estado federado. O decreto  
6252 que nos criou delimita a nossa atuação para a operação em si. As decorrências da  
6253 operação no nível administrativo não fazem parte do escopo do nosso trabalho. A  
6254 estrutura da secretaria. Nós temos uma estrutura central da secretaria que é composta  
6255 por policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais militares, policiais civis,  
6256 integrantes dos corpos de bombeiros, guardas municipais, órgãos de trânsito, Ministério  
6257 da Defesa, peritos, servidores administrativos dessas forças, temos do Ministério da  
6258 Justiça, vamos esquecer alguns, mas só para citar alguns, Rio Grande do Sul, Paraná,  
6259 Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Mato Grosso,  
6260 Espírito Santo, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, esqueci vários, temos todas as  
6261 forças representadas de vários estados. Essa é a estrutura central, 150 pessoas em média.  
6262 Além disso, nós criamos em cada uma das cidades-sede uma Comissão Estadual de  
6263 Segurança Pública e Defesa Civil para Grandes Eventos. Essa comissão é formada por  
6264 todas as instituições de segurança pública e defesa da cidade-sede e é de lá que saem os  
6265 planejamentos. Então, o planejamento não desce, as premissas, muitas vezes, descem  
6266 porque tem que ser criada uma doutrina nacional, mas as soluções encontradas em cada  
6267 cidade-sede para fazer frente a cada um desses desafios nasce lá na cidade-sede, porque  
6268 só quem sabe fazer polícia nos estados é o próprio estado. E isso é uma coisa que  
6269 buscamos fazer também com ineditismo que o governo federal tem uma mania muito  
6270 feia de querer fazer pacotes achando que aquilo vai caber em todo lugar, e sabemos que  
6271 não é assim. Então, na parte da segurança, nós procuramos contar com o apoio  
6272 valiosíssimo das forças locais para esses planejamentos. Manifestações no Rio de  
6273 Janeiro. Temos acompanhado. Só para dar um exemplo, no jogo Brasil/Inglaterra agora,  
6274 nós tivemos 7 manifestações, tínhamos de anárquicos pank a Brasil Sem Copa, enfim  
6275 eram sete, todas acompanhadas pelo nosso pessoal de inteligência, e quais são as  
6276 orientações com relação às manifestações: primeiro, a manifestação vai ocorrer, pelo  
6277 menos é o que vai se tentar fazer é a negociação com a liderança da manifestação para  
6278 estabelecer algumas regras básicas de convivência com a sociedade, porque senão a  
6279 coisa não funciona. E outra orientação é a seguinte: a manifestação só chega até onde  
6280 ela pode chegar. Eu não posso ter uma manifestação querendo entrar no estádio. E se ela  
6281 quiser entrar no estádio a qualquer custo, vai ter o uso da força. É o estado democrático  
6282 de direito. Em dois locais que isso é muito comum, talvez seja o local mais comum  
6283 onde as polícias que estão mais acostumadas, foi falado aqui, a polícia do Rio de Janeiro  
6284 e a polícia de Brasília, há manifestação todos os dias aqui. Então, essa é a orientação,  
6285 ela vai acontecer num clima pacífico, a polícia vai estar lá para garantir a segurança

6286 daquela manifestação, mas temos que estabelecer aqueles limites mínimos para que as  
6287 coisas ocorram de maneira ordeira, sem nenhum prejuízo ao evento.

6288

6289 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, doutor Monteiro,  
6290 obrigado pela sua presença, pela sua contribuição de enorme valor aos trabalhos deste  
6291 conselho, enriquecendo a nossa democracia participativa, esses debates com os órgãos  
6292 que têm a importância da Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos são muito  
6293 importantes para todos aqui O senhor está com a agenda apertada, está deixando o  
6294 contato como prometido, vou colocá-lo no e-group. Vamos dar continuidade aos nossos  
6295 trabalhos.

6296

6297 **O Sr. José Monteiro (Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos)** –  
6298 Realmente, é um privilégio estar aqui, esses fóruns de discussão qualificada, e este é um  
6299 desses locais, também enriquecem muito o nosso trabalho, infelizmente hoje foi uma  
6300 pauta muito mais expositiva, mas eu gostaria de poder voltar, talvez no segundo  
6301 semestre, com um pouco mais de calma para assistir de fato uma reunião e poder  
6302 colaborar e até aprender com os senhores e senhoras, é um prazer estar aqui, desculpe,  
6303 mais uma vez a correria, mas tenho pelo menos uma meia dúzia de reuniões por aí para  
6304 tratar de Copa das Confederações. O meu contato está aqui, se eu demorar um  
6305 pouquinho para responder, pode ser até a Jornada Mundial da Juventude, são dois  
6306 eventos muito fortes pela frente, mas eu respondo a todos os e-mails e permanecemos  
6307 em contato. Muito obrigado e bom trabalho.

6308

6309 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Bom, cumpridos já  
6310 90% da nossa pauta. Agora, vamos entrar nos informes. Eu queria fazer uma sugestão  
6311 por conta da viagem de alguns conselheiros, eles vão precisar sair. Vamos terminar os  
6312 informes antes do *coffee breack*, e já terminamos com ele, pois aí libera os conselheiros  
6313 para o deslocamento ao aeroporto. A próxima data da reunião do Conasp será 1, 2 e 3 de  
6314 agosto de 2013.

6315 **INFORMES**

6316 **07/06/2013**

6317

6318 **O Sr. Joel Malta de Sá (Conselho Nacional das Guardas Municipais)** – Eu só peço  
6319 para passar o calendário da próxima reunião. Tenho aqui dois companheiros que  
6320 também não receberam. E também peço que a presidente peça a confecção das  
6321 credenciais dos conselheiros.

6322

6323 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Com relação às  
6324 credenciais que, certamente, vamos falar com a Secretaria-Executiva, precisamos enviar  
6325 foto escaneada.

6326

6327 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Eu já tinha falado na parte da manhã sobre  
6328 o Tião, o titular do Viva Rio que é o cel Ubiratan foi ontem para o Haiti e por isso a  
6329 minha presença e não a dele, eu só queria reafirmar, já foi votada na parte da manhã, a  
6330 questão lá do companheiro da Polícia Militar, a minha fala alguns não entenderam  
6331 muito bem, eu vou tentar ser mais claro. Em momento algum eu quis dizer que não há  
6332 problema entre os praças e os oficiais, muito pelo contrário, quis confirmar que esses  
6333 problemas existem, eu tenho certeza que lá no caso do Ceará o pano de fundo foi a  
6334 reivindicação salarial, não tenho dúvida nenhuma, mas a decisão publicada será com  
6335 algum subterfúgio ou algum embasamento feito nos regulamentos disciplinares das



6336 corporações. O que a conselheira Ana Paula disse que os regulamentos disciplinares são  
6337 todos inconstitucionais, até acredito que parte deles seja sim, mas são eles que estão  
6338 vigorando nas instituições, então, continuam sendo aplicados. Foi isso que eu quis dizer.  
6339 Então, esse é o pano de fundo, a reivindicação salarial, mas é a questão passa  
6340 exatamente pela ausência de canais para encaminhar as reivindicações salariais.  
6341 Enquanto isso não for solucionado, nós vamos continuar tendo problemas rotineiros nos  
6342 27 estados na Federação. É um problema muito grave que acontece em todas as  
6343 instituições de segurança, porque há dois públicos sempre, no caso militar, é mais  
6344 acentuado entre oficiais e praças, mas nas outras categorias como Polícia Federal,  
6345 Polícia Civil também se dividem entre delegados e profissionais outros. Basicamente  
6346 era isso.

6347

6348 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Esse tema já foi  
6349 vencido. Eu pediria que fossem só os informes.

6350

6351 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Mas, naquela hora foi dito que voltaríamos  
6352 ao tema.

6353

6354 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Não, vencemos lá,  
6355 por unanimidade.

6356

6357 **A Sra. Silvana Ribeiro da Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra - Fonajune)**  
6358 – Só uma dúvida porque desde a primeira região nós tínhamos decidido sobre a decisão  
6359 colegiada a respeito das passagens. Se o texto vai ser apresentado agora?

6360

6361 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Vai sim. Ele não foi  
6362 construído, a Secretaria-Executiva vai construir e mandar por e-mail, vamos tomar  
6363 conhecimento, são as passagens e diárias.

6364

6365 **O Sr. Carlos Magno (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
6366 **Transexuais)** – Eu tenho um informe que, na verdade, eu acho que pode gerar um  
6367 debate na próxima reunião é que o concurso para a Polícia Militar de Minas Gerais  
6368 exigiu nesse último edital o exame de HIV. E nós mandamos carta ao governador do  
6369 estado, ao secretário de Saúde porque isso é um princípio nosso de que o exame HIV  
6370 não seja impeditivo para qualquer profissional e que seja de caráter sigiloso e autônomo  
6371 do indivíduo. Recebemos uma resposta agora que eles vão continuar exigindo o exame  
6372 HIV e nós vamos entrar no Ministério Público sobre essa questão.

6373

6374 **O Sr. Clovis Nunes (Rede Desarma Brasil)** – Bom, em nome da Rede Desarma Brasil,  
6375 nós gostaríamos de pedir o apoio explícito e dominante deste conselho porque nos  
6376 próximos dias 25 e 26 de junho estará sendo realizado no Rio de Janeiro, com o apoio  
6377 do Ministério da Justiça, da CBF, com a coordenação da Rede Desarma Brasil e da  
6378 Secretaria de Ação do Governo do Estado do Rio de Janeiro e de algumas empresas que  
6379 são patrocinadoras da Copa do Mundo, um seminário internacional pelo desarmamento  
6380 que tem como finalidade dar o desenvolvimento das primeiras ações da Lei da Copa,  
6381 aprovada pelo Senado Federal e sancionada pela presidente Dilma em 6 de junho de  
6382 2012, cujo tema social é “Por um Mundo sem Armas, sem Drogas, sem Violências e  
6383 sem Racismo”. A Rede Desarma Brasil deu enfoque no principal tema que é o  
6384 desarmamento. A seleção brasileira está entrando no campo, como entrou no jogo do  
6385 Chile, no jogo contra a Inglaterra do Maracanã e no próximo domingo em Porto Alegre

6386 e aqui em Brasília na inauguração do estádio na Copa das Confederações com uma faixa  
6387 com o tema social da Copa pedindo um mundo sem armas. O Brasil tem dois mil e  
6388 duzentos postos para entrega voluntária de armas que são indenizadas pelo Ministério  
6389 da Justiça num valor que vai de 150 a 400 reais, a depender do calibre da arma e nós já  
6390 retiramos nessa campanha cerca de 600 mil armas da mão da sociedade civil com  
6391 entrega voluntária. E toda vez que a seleção entra em campo com essa faixa aumenta na  
6392 semana seguinte 80% a 90% a entrega de armas em todo o Brasil, conforme dados  
6393 oficiais do Ministério da Justiça. Para esse seminário, está vindo delegações de quase  
6394 todos os estados brasileiros e, principalmente, articuladores de todas as capitais onde  
6395 terão jogos da seleção dos 12 estados, está vindo 17 países com conferencistas  
6396 especialistas em desarmamento, está vindo dois vice-ministros de Estados, vários  
6397 comandantes nacionais de segurança pública, 6 representantes das principais  
6398 organizações internacionais da ONU, OEA, da ONUDOC, da Sueifor (?) e da Iansa, que  
6399 é uma rede internacional de desarmamento que alberga mais de 50 países. A conferência  
6400 de abertura está a cargo do ministro da Justiça, já confirmada em sua agenda, e a Rede  
6401 Desarma Brasil convida a todos os integrantes do Conasp que desejem estar conosco lá  
6402 nesse seminário importantíssimo para decidir as articulações desse projeto de  
6403 desarmamento do Brasil que vai até a Copa do Mundo, onde estaremos realizando a  
6404 Conferência Mundial do Desarmamento aqui no Brasil. É um evento importantíssimo  
6405 que conta com o apoio do ministério ao qual nosso conselho é atrelado, e precisamos  
6406 que o Conasp esteja conosco institucionalmente apoiando esse importante evento que,  
6407 com certeza, ajudará salvar vidas, reduzir homicídios e o número de violência no Brasil.  
6408 Muito obrigado a todos.

6409  
6410 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – São dois  
6411 informes telegráficos e um pedido. Semana que vem, eu distribui um material, nos dias  
6412 11 a 13 em Canoas ocorre o 3º Fórum de Autoridades Locais de Periferia e teremos no  
6413 dia 13 à tarde um debate sobre segurança, convidamos o Daniel Cerqueira do Ipea,  
6414 representantes do Espírito Santo, Rio de Janeiro. Eu pedi que o município oficiasse ao  
6415 Conasp, pelo e-mail do secretário executivo e que dentro do possível pudesse socializar  
6416 para que os colegas pudessem estar presentes dentro das possibilidades de agenda,  
6417 porque eu sei que está bastante em cima. Segundo, o 7º Encontro Anual Brasileiro de  
6418 Segurança Pública, esse tem um pouco mais tempo, nos dias 16 a 19 de julho em  
6419 Cuiabá, eu vou mandar por e-mail para fazermos uma socialização de como vai  
6420 funcionar. Ainda tem alguma margem de proposição de mesa, os colegas da Pastoral  
6421 Carcerária deu uma sugestão, de repente pode ser incorporada. E um pedido é que nós  
6422 façamos uma solicitação à Secretaria de Comunicação do Ministério da Justiça para  
6423 fazer uma matéria do resultado desta reunião que eu considero, particularmente,  
6424 bastante produtiva com os principais tópicos que nós encaminhamos e colocasse no site  
6425 do Ministério da Justiça e que nós possamos também divulgar nos nossos sites e que  
6426 isso vire gradativamente uma prática, já que estamos pleiteado também um consultor  
6427 para a área de comunicação, mas enquanto ele não vem, eu espero que o edital esteja  
6428 lançado na próxima reunião em agosto para estarmos na reunião de outubro com os  
6429 profissionais aqui qualificando ainda mais a gestão da Secretaria Executiva. Obrigado.

6430  
6431 **O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
6432 **Civis - COBRAPOL)** – Como vocês perceberam, na parte da manhã tive que ir a Belo  
6433 Horizonte que na próxima segunda-feira Polícia Civil entra em greve em Minas Gerais.  
6434 Hoje teve uma reunião no gabinete de crise com o governo e parece que há um consenso  
6435 de retirada desse projeto draconiano que foi enviado, gerou chacota no Brasil inteiro, as

6436 Polícias Militares conseguiram retirar os seus RDPMs e criaram os códigos de ética. Em  
6437 Minas Gerais a Polícia Civil resolveu, a cabeça hoje ninguém sabe quem é o culpado, o  
6438 secretário disse que não era com ele, o governador disse que também não era porque ele  
6439 estava na Inglaterra, mas ninguém descobriu quem era o culpado. Em Minas Gerais,  
6440 segundo esse projeto, a Polícia Civil estava proibida de dar informações sobre as  
6441 estatísticas criminológicas, ou seja, favorecer a maquiagem, policial civil que desse uma  
6442 entrevista para qualquer canal de TV seria punido, a reincidência seria pena de  
6443 demissão, governador de estado deixa de ser instância administrativa recursal e passa a  
6444 ser instância originária para aplicar pena em policiais, uma subversão total da ordem  
6445 constitucional. Isso gerou uma indignação total na base e no dia 24 de maio foi decreta  
6446 greve de acordo com o 7783, 15 dias *a posteriori* seria 10 de junho. Então, segunda-  
6447 feira, a Polícia para. O acordo hoje foi para que todo caderno disciplinar fosse retirado  
6448 desse projeto, todas as emendas que fizemos desde 2011 fossem acolhidas, premiações,  
6449 valorizações, gratificações, ampliação do quadro efetivo porque em Minas Gerais é o  
6450 mesmo efetivo desde a década de 80, apenas 9 mil policiais civis para atender 853  
6451 municípios, 20 milhões de mineiros, um efetivo da Polícia Militar de 50 mil policiais  
6452 militares. O ideal seria 18.500, estou revendo esse número. O acordo hoje foi muito  
6453 bom. Mas, acredito que segunda-feira, dia 10, a greve será iniciada, mas vamos marcar  
6454 uma assembleia geral da categoria para no máximo 5, 7 dias e deve ser suspensa, uma  
6455 vez que está sendo revista essas garantias dos policiais. Os Direitos Humanos entrar nas  
6456 delegacias, isso é importante. Eu vou deixar com os companheiros alguns diagnósticos  
6457 que estamos fazendo um corpo a corpo com a sociedade, o diagnostico do que é a  
6458 polícia em Minas. É o estado mais conservador que vocês podem imaginar. Você vê, até  
6459 exame de HIV para participação em concurso militar, isso é um absurdo. Esse corpo a  
6460 corpo com a sociedade é bom até para não falarmos para nós mesmos, inclusive foi bom  
6461 ouvir aqui o doutor José Monteiro o aparato que a PF vai ter para reprimir os  
6462 movimentos sociais nesses eventos, a Polícia Civil de Minas participa dos eventos  
6463 sociais lá. Então, já temos faixa nos três idiomas, inglês, espanhol, alemão, vamos  
6464 colocar lá para todos perceberem o que acontece em Minas, e é bom nós sabermos por  
6465 que no estado democrático de direito a principal característica que o policial não pode  
6466 perder é a sua cidadania. Talvez façamos um abraço no Mineirão, no dia 13, junto com  
6467 os trabalhadores da construção pesada, junto com o MST, vamos estar todos juntos para  
6468 mostrar que tipo de segurança queremos para esses eventos. Então, talvez a greve seja  
6469 suspensa, uma vez que está tendo negociação. É só isso.

6470

6471 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
6472 **MNDH)** – Bom, vocês sabem que nos últimos 15 dias foi aprovado o PL 763 que trata  
6473 da política de drogas e que é política, segundo o próprio projeto que foi aprovado na  
6474 Câmara é um projeto que faz um retrocesso no campo da saúde mental, aquilo que o  
6475 Brasil já na saúde, inclusive dentro do SUS já evoluiu, há várias experiências de  
6476 políticas públicas de saúde que são exitosas, podemos citar Campinas, São Bernardo do  
6477 Campo, Mauá e parte de setores do município de São Paulo e que esse projeto vai na  
6478 contramão, vai atrapalhar o que já temos de construído positivamente no setor público  
6479 da saúde, ele criou muita confusão no estado de São Paulo, e os movimentos sociais, o  
6480 Movimento Nacional da População de Rua, Frente Nacional de Drogas e Direitos  
6481 Humanos que duramente tentou dialogar dentro do Congresso com relação a esse  
6482 projeto sequer fomos ouvidos e escutados e também os trabalhadores da saúde pública e  
6483 os trabalhadores de assistentes sociais que vêm nos últimos 5, 10 anos construindo de  
6484 fato uma política pública digna na atenção psicossocial dos usuários de drogas. E esse  
6485 projeto vem na contramão na medida em que ele permite trancafiar aquele usuário que

6486 abusa da droga e permite trancá-lo como forma de tratamento e isso quem é trabalhador  
6487 da área de saúde não consegue conceber uma ideia desse tipo tamanha é a violação que  
6488 trancar pessoas com problemas com saúde mental significa. A liberdade terapêutica é a  
6489 grande reivindicação hoje de todos os trabalhadores de saúde pública inclusive dos  
6490 movimentos sociais também. O nosso informe vai também no sentido deste conselho, e  
6491 aí nesse sentido é uma reivindicação que no próximo nosso encontro possamos debater  
6492 um pouco isso, até porque esse PL foi para o Senado e no Senado é a oportunidade de  
6493 poder provocar as revisões necessárias e ver o que é possível melhorar e inclusive nós  
6494 estamos vendo de que maneira chegar à presidenta Dilma de provocar alguns vetos de  
6495 alguns elementos dessa lei que é realmente é um retrocesso á luta pela saúde mental que  
6496 se estabeleceu no Brasil, a partir da década de 90. Então, eu queria assim propor isso. A  
6497 outra questão, Alex, é que os sistemas que têm hoje de proteção e vítimas e  
6498 testemunhas, de proteção de pessoas de direitos humanos e o de proteção aos  
6499 adolescentes, a questão de ameaças, estão passando por certa crise. E eles infelizmente  
6500 só são tratados no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos. E seria fundamental que  
6501 este conselho soubesse exatamente o que está acontecendo com esses programas até  
6502 para que colabore e ajude a fazer uma espécie de interlocução também com o Ministério  
6503 da Justiça para que estes programas voltem a ter um funcionamento mais adequado.  
6504 Então, na verdade, são duas reivindicações.

6505

6506 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Seria a participação do  
6507 Conasp nos conselhos? Porque a Senasp já participa, a PF participa em alguns.

6508

6509 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
6510 **MNDH)** – Por exemplo, quando eu era do Conselho Nacional de Programa de Proteção  
6511 de Direitos Humanos havia sempre uma ausência da Senasp, o que dificultava inclusive  
6512 uma série de...

6513

6514 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Não, ausência de estar  
6515 nomeado e a pessoa não ir. Desde este ano que fui nomeado, eu fui em todos.

6516

6517 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**  
6518 **MNDH)** – Mas no ano passado, por exemplo, criou-se uma série de problemas, mas o  
6519 que eu acho que é importante, Alex, que esse tema venha para cá de alguma maneira  
6520 neste conselho. São programas que membros deste conselho têm que se apropriar deles.  
6521 Muitas vezes os problemas estão nos estados ou estão nas categorias.

6522

6523 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Tem como fazer isso, você  
6524 que já participou sabe o sigilo que envolve todas essas questões de pessoas que estão  
6525 nos programas.

6526

6527 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**  
6528 **Brasil)** – Vamos colocar na proposta de pauta. Eu queria esclarecer e informar também  
6529 nós tivemos um prazer enorme de estar presentes no Congresso Anual dos Praças  
6530 através da Anaspra, em Salvador, devido a uma toma de posição dessa categoria em  
6531 fazer interlocução com a sociedade. O convite que me foi feito, foi feito também ao  
6532 Rildo, a Marco Rezende, vários da sociedade civil, é que os praças trabalhavam,  
6533 reivindicavam, mas eles tinham sempre uma vivência intra. Então, tinha um legado,  
6534 uma experiência, uma expertise, mas questões intra. E essa interlocução com a  
6535 sociedade muitos dos praças não tinham. Então, esse congresso proporcionou essa

6536 abertura dos praças para se aproximar da sociedade e isso que a sociedade civil, nós  
6537 aqui que fazemos parte do Conasp, tentamos fazer com os trabalhadores e deu certo  
6538 aqui. Então, nós fomos lá, e estamos abertos para todas as categorias de trabalhadores  
6539 que eu acho que é com essa aproximação que a cidadania cresce. Foi muito produtivo e  
6540 receptivo o trabalho lá e desse conjunto fomos ao Comando-Geral da Polícia Militar,  
6541 cel. Castro que nos recebeu, foi um diálogo muito franco, aberto, não houve  
6542 constrangimento, falamos todos os aspectos, inclusive da greve que houve em Salvador,  
6543 foi falado sobre o tema sem nenhuma afetação por causa dessa interlocução com a  
6544 sociedade. Então, é para ficar registrado que não fomos falar sobre a questão da  
6545 desmilitarização, nós tínhamos uma mesa, inclusive o Balestreli esteve lá, foi para essa  
6546 interlocução da Anaspra com a sociedade civil. E desejamos fazer com a Cobrapol com  
6547 todos. E quero agradecer ao Robson e perguntar se ele está com tudo ali no computador  
6548 registrado.

6549

6550 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Inclusive, a ideia de criar a  
6551 página do facebook é dele.

6552

6553 **O Sr. Pedro Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Primeiro, é ratificar a  
6554 proposta do Rildo para pautar o PL 7663 na próxima reunião e informar que no dia 20  
6555 será oficialmente inaugurado o Movimento Estratégico do Estado Laico, um evento que  
6556 vai ser organizado pelo Conselho Federal de Psicologia juntamente com a Plataforma  
6557 Dhesca, vai ocorrer inclusive na nossa sede do conselho aqui em Brasília. Mais um ator  
6558 para interlocução.

6559

6560 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Vamos para o *coffee*  
6561 *breack* e de lá nos despedimos. Nossa reunião cumpriu a sua missão. Parabéns a todos e  
6562 a todas. Até a próxima reunião.